

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

CLAUDIA REGINA CONDELLO CANDIDO DE OLIVEIRA KLUCK

**DIVERSIDADE, ENSINO RELIGIOSO E A CULTURA DA PAZ:
UMA LEITURA DE LIVROS DIDÁTICOS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CURITIBA

2019

CLAUDIA REGINA CONDELLO CANDIDO DE OLIVEIRA KLUCK

**DIVERSIDADE, ENSINO RELIGIOSO E A CULTURA DA PAZ:
UMA LEITURA DE LIVROS DIDÁTICOS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Escola Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes

Co-Orientador: Prof. Dr. Sergio Rogério Azevedo Junqueira

CURITIBA

2019

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB-9/1636

K66d
2019 Kluck, Claudia Regina Condello Candido de Oliveira
Diversidade, ensino religioso e a cultura da paz : uma leitura de livros didáticos do 1º ano do ensino fundamental / Claudia Regina Condello Candido de Oliveira Kluck ; orientador, Marcio Luiz Fernandes ; coorientador, Sergio Rogério Azevedo Junqueira. -- 2019
233 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2019.
Bibliografia: f. 162-175

1. Ensino religioso. 2. Diversidade cultural. 3. Educação para a paz. 4. Livros didáticos – Análise. I. Fernandes, Marcio Luiz. II. Junqueira, Sergio Rogério Azevedo Junqueira. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. IV. Título.

CDD 20. ed. – 268



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE Nº. 27
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE
CLAUDIA REGINA CONDELLO CANDIDO DE OLIVEIRA KLUCK

Aos cinco dias, do mês de julho de dois mil e dezenove, às quatorze horas reuniu-se na sala de pós 2 - segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Márcio Luiz Fernandes, Evelyn de Almeida Orlando, Edile Maria Fracaro Rodrigues, Marcos Vinicius Reis, Lurdes Caron para examinar a Tese da candidata Claudia Regina Condello Candido de Oliveira Kluck, ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Doutorado, no segundo semestre de dois mil e quinze, orientanda do Professor Doutor Sergio Rogerio Azevedo Junqueira até maio de 2016, e a partir de então também orientada pelo Professor Doutor Márcio Luiz Fernandes. Linha de Pesquisa Teologia e Sociedade. A doutoranda apresentou a Tese intitulada: "DIVERSIDADE, ENSINO RELIGIOSO E A CULTURA DA PAZ: UMA LEITURA DE LIVROS DIDÁTICOS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL". A Candidata fez uma exposição sumária da Tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, a candidata foi APROVADA pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 17 h 13 min. Para constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações: _____

Os avaliadores Prof. Dr. Marcos Vinicius Reis e a Profa. Dra. Lurdes Caron tiveram participação na banca de defesa de tese por videoconferência e estão de acordo com os termos acima descritos.

Prof. Dr. Márcio Luiz Fernandes Marcos L. Fernandes
Presidente/Orientador

Profa. Dra. Edile Maria Fracaro Edile Maria Fracaro
Convidada Interna

Profa. Dra. Evelyn de Almeida Orlando Evelyn de Almeida Orlando
Convidada Interna

Prof. Dr. Marcos Vinicius Reis - participação por videoconferência
Convidado Externo

Profa. Dra. Lurdes Caron - participação por videoconferência
Convidada Interna

Prof. Dr. Alex Vicentim Villas Boas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia - *Stricto Sensu*



Aos diversos, que diferentes de todos
tingem a própria vida e a dos outros com
a beleza dos tons de fim de tarde e
manhãs. Em especial aos que creem ser
possível a unidade na diversidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que, com graça e misericórdia, fez e Se fez tudo, em todos. Ele conhece meu coração e sabe que não há como traduzir em palavras o que sinto, portanto escolho uma só: gratidão!

À família e amigos, que suportaram ausências e presenças deslocadas. Aos que, mesmo sem entender direito o porquê de tudo isso, escolheram amar... me amar. Gratidão!

Meu agradecimento especial à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), pela oportunidade oferecida a mim por meio da bolsa de estudos. Não tenho como expressar a gratidão que sinto. Estendo meu agradecimento à face reconhecida da PUCPR: pelo seu corpo docente – que nomeio como representante o Prof. Dr. Clodovis Boff, cujo impacto de sua erudição é imensurável em mim. E ao Prof. Dr. Márcio Fernandes que, corajosamente, assumiu a orientação do trabalho já encaminhado, mesmo em meio a tantos percalços. Agradeço de maneira especial a Prof.^a Dr.^a Evelyn de Almeida Orlando, pelos desafios lançados em meio a simplicidade de sua fala, que nem de longe expressam a grandiosidade da pesquisadora que é. Desafios nem todos atendidos, mas todos perseguidos com afinco. Agradeço, também de forma muito especial, a amiga Prof.^a Dr.^a Edile Maria Fracaro Rodrigues que orientou a fase final da escrita, sempre representando um símbolo de superação na jornada acadêmica e na vida.

Agradeço aos professores externos à PUCPR, que enriqueceram com suas observações, pontos de vistas e autores, aquilo que me escapava. Em especial à Prof.^a Dr.^a Lurdes Caron, da Universidade do Planalto Catarinense, pela generosidade das contribuições que orientaram outros olhares, impossíveis sem suas colocações, e ao Prof. Dr. Marcos Vinícius de Freitas Reis da Universidade Federal do Amapá.

É impossível agradecer suficientemente ao Prof. Dr. Sergio Rogério de Azevedo Junqueira. Agradecer pelo tempo de docência (abruptamente rompido) na PUCPR, que contribuiu com o Ensino Religioso por meio da formação, de publicações e de mentoria no Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER), e, recentemente, pelo

Instituto de Pesquisa e Formação de Educação e Religião (IPFER). Agradecer-lhe não expressa o quanto aprendi desde a caminhada iniciada em 2006, que atinge um dos seus muitos objetivos, projetados com maestria.

Agradeço pelas bolsas que permitiram conquistar o mestrado e o doutorado, mas agradeço, enfaticamente, pela confiança, por tantas oportunidades e o mais importante de tudo, agradeço pela amizade.

Foi pra diferenciar
Que Deus criou a diferença
Que irá nos aproximar
Intuir o que Ele pensa
Se cada ser é só um
E cada um com sua crença
Tudo é raro, nada é comum
Diversidade é a sentença
(LENINE, 2010, f. 10).

RESUMO

A diversidade é fator incontestável na sociedade brasileira, que pode gerar aproximação ou afastamento, e conseqüentemente violências. Na escola, a diversidade cultural revela conflitos, que se acentuam quando ligados às questões da religiosidade. Do Ensino Religioso, em conjunto à outras disciplinas, se espera promover relações que respeitem a diversidade cultural e religiosa brasileira. O recorte da pesquisa delimita-se entre os anos de 2014 e 2017, período selecionado para a análise de livros didáticos de Ensino Religioso, publicados para o primeiro ano do Ensino Fundamental. Para esse intento, buscou-se analisar como (e se) a diversidade cultural religiosa é atendida nos livros didáticos de Ensino Religioso, e distinguir a contribuição da Teologia para uma cultura de paz. Objetivou-se ainda experimentar e criar instrumento específico de análise capaz de revelar o conteúdo dos livros didáticos em face de parâmetros pedagógicos e teológicos; contrastar, por meio dos livros didáticos, a sua potencialidade, no que tange a construção de relações e competências para a vivência da paz, além de registrar a memória do Ensino Religioso, diante desses materiais; diferenciar como são tratadas as questões do diálogo inter-religioso no livro didático, como resposta assertiva em favor da diversidade e contrária à violência; investigar a contribuição da teologia com parâmetros claros, em prol da construção da cultura da paz. A pesquisa qualitativa documental, realizada sob o método de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2006), possibilitou estabelecer que a diversidade cultural religiosa é atendida parcialmente, por meio de diferentes estratégias pedagógicas e da promoção do diálogo inter-religioso, com ampliações, como por exemplo os caracteres culturais afro-brasileiros, nativos/indígenas e do ateísmo. A criação de instrumento com parâmetros teológicos proporcionou a exploração dos conteúdos que balizaram as análises para aferir cientificidade no tratamento de aspectos tão subjetivos como são os religiosos, além de demonstrar a potencialidade do trabalho em vista da vivência da paz, e de vislumbrar estratégias, inclusive de efeito contrário ao desejado. As questões do diálogo inter-religioso são tratadas no livro didático como resposta assertiva em favor da diversidade, em oposição à violência, tanto por meio do contributo da Teologia de Küng quanto da Pedagogia da Convivência de Jares, promoveu o diálogo como categoria relevante e contribuiu com pressupostos para posturas de consciência e defesa do valor do outro. Conclui-se confirmando a hipótese de que a diversidade cultural religiosa é atendida nos livros didáticos do Ensino Religioso, por meio da análise com base em parâmetros teológicos (não violência e temor diante da vida; solidariedade; tolerância e veracidade; igualdade de direitos entre homens e mulheres), possibilitando o diálogo inter-religioso e a construção da cultura de paz, com limites que convertem o ponto de destino (a paz por meio do diálogo) em ponto de partida para jornadas cada vez mais positivas.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Ensino Religioso. Cultura da Paz.

ABSTRACT

Diversity is an undisputed factor in Brazilian society, which can generate rapprochement or withdrawal, and consequently violence. At school, cultural diversity reveals conflicts, which are accentuated when linked to religious issues. From Religious Education, together with other subjects, we hope to promote relationships that respect the Brazilian cultural and religious diversity. The research is delimited between 2014 and 2017, the period selected for the analysis of religious education textbooks, published for the first year of elementary school. To this end, we sought to analyze how (and if) religious cultural diversity is met in religious teaching textbooks, and to distinguish the contribution of theology to a culture of peace. The objective was also to experiment and create a specific instrument of analysis capable of revealing the content of textbooks in the face of pedagogical and theological parameters; to contrast, through textbooks, their potentiality, in relation to the construction of relationships and competences for the experience of peace, in addition to recording the memory of Religious Teaching in the face of these materials; to differentiate how interreligious dialogue issues are treated in the textbook, as an assertive answer in favor of diversity and against violence; to investigate the contribution of theology with clear parameters for the construction of the culture of peace. The qualitative documentary research, carried out under the Content Analysis method, according to Bardin (2006), made it possible to establish that religious cultural diversity is partially met through different pedagogical strategies and the promotion of interreligious dialogue, with extensions such as for example the Afro-Brazilian, native / indigenous and atheism cultural characters. The creation of an instrument with theological parameters allowed the exploration of the contents that guided the analysis to assess scientificity in the treatment of aspects as subjective as the religious ones, besides demonstrating the potentiality of the work in view of the experience of peace, and to envision strategies, including contrary to the desired effect. The questions of interreligious dialogue are treated in the textbook as an assertive answer in favor of diversity, as opposed to violence, both through the contribution of Küng Theology and the Jares Coexistence Pedagogy, promoted dialogue as a relevant category and contributed with assumptions for attitudes of conscience and defense of the value of the other. We conclude by confirming the hypothesis that religious cultural diversity is met in the religious education textbooks, through analysis based on theological parameters (nonviolence and fear of life; solidarity; tolerance and truthfulness; equality of rights among men). and women), enabling interreligious dialogue and the construction of a culture of peace, with boundaries that make the destination (peace through dialogue) the starting point for increasingly positive journeys

Keywords: Cultural diversity. Religious Education. Culture of Peace.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – BNCC: Linha do tempo	86
Figura 2 – Instrumento 1	98
Figura 3 – Instrumento 2	105
Figura 4 – Síntese Avaliativa – Livro De Mãos Dadas	109
Figura 5 – Síntese Avaliativa – Livro Redescobrimdo O Universo Religioso	110
Figura 6 – Síntese Avaliativa – Livro Ensino Religioso (Paroli)	111
Figura 7 – Síntese Avaliativa – Livro Ensino Religioso (Kluck; Itoz).....	112
Figura 8 – Síntese Avaliativa – Livro Diálogo Inter-Religioso	112
Figura 9 – Arte que Encanta - DIR	115
Figura 10 – Glossário – ER-KI	116
Figura 11 – Importância do outro - ERP.....	117
Figura 12 – Preceito 1 - Cuidado com os outros - DMD.....	118
Figura 13 – Sobre o cuidado com os outros – DIR.....	119
Figura 14 – Não discriminação – ER-KI	120
Figura 15 – Resolução de conflitos - DMD.....	121
Figura 16 – Vida de verdade – ER-P.....	122
Figura 17 – Exemplo de Companheirismo	123
Figura 18 – Diferentes e únicos – ER-KI	124
Figura 19 – Capas dos livros analisados.....	127
Figura 20 – Diversidade Personagens – RUR.	128
Figura 21 – Diversidade Personagens – ER-KI.....	129
Figura 22 – Diversidade Personagens – DIR.....	129
Figura 23 – Nota referente aos personagens – DIR.....	130
Figura 24 – Diversidade ilustrada - DIR	130
Figura 25 – Diversidade em língua escrita – DIR	131
Figura 26 – Diversidade em diálogo – ER-KI	132
Figura 27 – Diversidade ilustrada – ER-KI	133
Figura 28 – Diversidade ilustrada – ER-KI	134
Figura 29 – Diversidade ilustrada – DMD.....	135
Figura 30 – Diferenças geográficas – RUR.....	136
Figura 31 – Diferentes Palavras e Gestos – DIR	136
Figura 32 – Distinção de Ritos – DIR	137
Figura 33 – Nomes diferentes do Criador - DMD	137
Figura 34 – Diferentes Formas de comunicar-se - DMD	138
Figura 35 – Formas de comunicar-se - ERP	138
Figura 36 – Livros Sagrados - DMD	139
Figura 37 – Lugares Sagrados - RUR.....	140
Figura 38 – Contributo para a Paz? - RUR	140
Figura 39 – Repensar na ótica da paz- DIR	141

Figura 40 - Comunicação Corporal – ER-P	142
Figura 41 – Comunicação impressa – ER-P	142
Figura 42- Diálogo entre personagens – ER-KI	143
Figura 43 – Diálogo entre personagens - DIR	143
Figura 44 – Diálogo em sala - DMD	144
Figura 45 – Diálogo em sala (2) - DMD.....	145
Figura 46 – Líderes em Diálogo – ER-P.....	145
Figura 47 –Diálogo com outras áreas – DIR	146
Figura 48 – Personagem feminina auxiliando masculina	147
Figura 49 – Naturalidade do feminino simbolizado	148
Figura 50 – Afirmação de Papeis - DMD.....	148
Figura 51 – Liderança religiosa feminina - DIR	149
Figura 52 – Divindade feminina – ER-KI	150
Figura 53 – Reafirmação de Papeis de Sexo.....	151
Figura 54 – Lideranças religiosas masculinas - RUR.....	151
Figura 55 – Líderes masculinos - RUR	152
Figura 56 – Diversidade retratada.....	193
Gráfico 1 – Áreas de Incidência de estudos sobre “diversidade religiosa”.....	22
Gráfico 2 – Trânsito Religioso – 2000-2010 (%).....	33
Quadro 1– Dissertações da Temática DR e ER	23
Quadro 2 – Catecismos.....	63
Quadro 3 – Diferença entre Ensino Religioso e Catequese	71
Quadro 4 – Métodos Desenvolvidos.	73
Quadro 5 – ENERs e Diversidade.....	75
Quadro 6 – Nas instâncias da Educação	76
Quadro 7 – Publicações após 2001	80
Quadro 8 – Resultado das Pesquisas	89
Quadro 9 – Obras Seleccionadas	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACN	Ajuda à Igreja que Sofre
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEC	Associação de Educação Católica
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
ASSINTEC	Associação Inter-religiosa de Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEDOC	Centro de Documentação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Coord.	Coordenador
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DBGPER	Banco de Dados do Grupo de Pesquisa Educação e Religião
DIR	Diálogo Inter-religioso – livro didático
DMD	De mãos dadas – livro didático
DR	Diversidade Religiosa
Dr.	Doutor
Dr. ^a	Doutora
ENER	Encontro Nacional (para coordenadores e professores) de Ensino Religioso
ER	Ensino Religioso
ER-KI	Ensino Religioso de Kluck e Itoz – livro didático
ER-P	Ensino Religioso de Paroli – livro didático
f.	folha
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
GP	Grupo de Pesquisa Educação e Religião

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIVRES	Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros
LR	limitado ou restrito
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPSA	Mediano / pode ser ampliado
n.	número
NEF	Núcleo de Estudos do Futuro
ONU	Organização das Nações Unidas
Org.	Organizador
p.	página
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNER	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso
PGU	Procuradoria Geral da União
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
Prof.	Professor
Prof. ^a	Professora
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RA	Ricos e/ou apropriados
RUR	Redescobrimo o Universo Religioso – livro didático
SEB	Secretaria de Educação Básica
SNER	Secretariado Nacional de Ensino da Religião
STF	Supremo Tribunal Federal
Trad.	Tradutor
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URI	<i>United Religions Initiative</i>
USAID	<i>United States Agency International for Development</i>

SUMÁRIO

PERCURSO PESSOAL	15
INTRODUÇÃO	19
1. OLHARES SOBRE A DIVERSIDADE RELIGIOSA	24
1.1 NUANCES SOBRE A PAZ.....	36
1.2 O CONTEMPLAR DA TEOLOGIA.....	41
1.3 OLHARES PARA A ESCOLA.....	46
1.4 OBSERVAR NO ENSINO RELIGIOSO.....	51
2. CAMINHOS DO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO RELIGIOSO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	59
2.1 UM PERCURSO ATÉ O SÉCULO XXI.....	60
2.2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM MARCO.....	82
3. AS ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE	91
3.1 PARA ENTENDER OS ARTEFATOS.....	96
3.2 UTILIZANDO OS INSTRUMENTOS.....	108
3.3 PERCEPÇÕES PECULIARES.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE A – RELATÓRIO DE ANÁLISE – DE MÃOS DADAS: ÉTICA E CIDADANIA	176
APÊNDICE B – RELATÓRIO DE ANÁLISE – REDESCOBRINDO O UNIVERSO RELIGIOSO	182
APÊNDICE C – RELATÓRIO DE ANÁLISE – ENSINO RELIGIOSO - PAROLI ...	189
APÊNDICE D – RELATÓRIO DE ANÁLISE – ENSINO RELIGIOSO – KLUCK E ITOZ	196
APÊNDICE E – RELATÓRIO DE ANÁLISE – DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	202
ANEXO A - DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	210
ANEXO B - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DEVERES DO HOMEM	215
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE ÉTICA MUNDIAL	220

PERCURSO PESSOAL

A primeira graduação indicou o quanto a ética e a disciplina escolar, como campos onde violências verbais, gestuais e físicas presenciadas se transformaram em questionamentos e busca por respostas. Breves pesquisas demonstraram que ações e projetos demonstravam resultados pífios em relação ao equilíbrio dos relacionamentos entre as próprias crianças e entre elas e os adultos. A busca por soluções levou a pensar sobre uma ética fundamental na sociedade (BOFF, 1995), buscando uma escola solidária que exerça a função de instrumento para uma nova consciência.

Anton Makarenko (1976) surge como um teórico importante com os princípios para o êxito da vida em grupo, da autogestão e, principalmente, da disciplina, além de promover a reflexão a respeito dos papéis sociais e das normas de conduta. De acordo com o autor, todos (estudantes e docentes) devem ter clareza dos objetivos de cada ação; estabelecer as regras de maneira dialógica; e manter posturas justas e coerentes (sem variações ou concessões).

No desenvolvimento da pesquisa, os resultados confirmaram a eficácia dessa sistemática verificando que “o caminho para garantir a liberdade e respeito é, sem dúvida, o diálogo” (KLUCK, 2005, Parte II). A partir daí o trabalho de conclusão de curso objetivou investigar formas de resolver conflitos por meio do diálogo, além de formar pessoas solidárias e cooperativas, estabelecendo condições para manifestações de ideias, sentimentos e opiniões, de forma a acolher e respeitar o outro pela escuta atenta. Esse estudo deixou marcas profundas no fazer docente da autora.

Assim se efetivou o primeiro encontro com o diálogo, enquanto aquele que promove o respeito à individualidade, que destaca a diversidade como riqueza e confirma o benefício da complementaridade na diferença, onde o encontro entre indivíduos enriquece sem, contudo, confundirem-se ou fundirem suas identidades.

Na especialização, constatou-se o necessário protagonismo da comunidade escolar, destacadamente pela liderança de gestores para que ela se estabelecesse. Como mediadora do processo de Revisão do Projeto Político Pedagógico, a participação da comunidade propicia mudanças efetivas ao facilitar a construção e o compartilhamento de saberes. Esse trabalho coletivo depende de conexões

significativas, nas quais o gestor, como anfitrião, bem recebe a todos, inserindo e fornecendo a possibilidade de um envolvimento real.

Enquanto resposta efetiva para o problema da construção da ética em ambiente escolar, optou-se pela docência na disciplina do Ensino Religioso (ER). Nesse percurso, houve a necessidade de um aprofundamento, levando a outros questionamentos sobre a disciplina como, por exemplo, quem seria responsável historicamente pela formação docente do ER.

A pesquisa revelou que a Associação Inter-religiosa de Educação (ASSINTEC)¹ era a resposta que se buscava, ao menos no estado do Paraná, sendo possível compreender as fases pelas quais passou a disciplina, por conta da formação que oferece desde a década de 1970. Com vocação ecumênica desde sua fundação, buscava a formação docente à época, promovendo o diálogo entre as religiões cristãs; em fase posterior, orientava o ER na linha axiológica (valores) e, finalmente na configuração da atualidade, fomenta o conhecimento religioso na pluralidade de religiões, historicamente construído, tratando a respeito de religiões, tradições místicas e filosóficas². A ASSINTEC é composta por representantes de diferentes religiões das matrizes religiosas ocidental, oriental, indígena e africana, promovendo formação para professores do Paraná, sendo referência na produção e disponibilização de material, além de organizar encontros inter-religiosos, com a apresentação de seus líderes.

As indicações encontradas nesse percurso ampliaram a caminhada. As pessoas da escola, em especial os estudantes, a preocupação com formação docente e as pesquisas aprofundaram-se, indicando ser tempo para novas jornadas, que culminou em pesquisa de mestrado, num misto de desafio e temor.

Nesta etapa, buscou-se perceber a contribuição da materialidade do ER, traduzida pelos livros didáticos, não acessíveis na escola pública, mas que pareciam, a um só tempo alcançar as crianças, reunir fontes fidedignas sobre religiões, com potencial para orientar/formar (em alguma medida) os professores.

A pesquisa sobre os livros didáticos na construção do ER resultou em um universo de 701 volumes, publicados na era republicana (entre 1889 e 2013). A

¹ Instituída no ano de 1973. Disponível em: <https://assintec.org/>. Acesso em 18.abr.2019

² Em 2013, quando completou 40 anos de existência, havia 18 líderes religiosos ligados à ASSINTEC. Em 2019, são contabilizadas 20 instituições, entre organizações religiosas associadas e membros fraternos.

análise destes circunscreveu-se aos publicados entre 2002 e 2013, e oportunizou a criação de um instrumento, baseado nos critérios utilizados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e ainda em aspectos de valorização das religiões nativas e afro-brasileiras, enquanto determinação legal. Incluía-se ainda, avaliar aspectos da história paranaense, cujo quesito ofereceu uma resposta negativa na aplicação do instrumento, por tratar-se de publicações de alcance nacional.

As análises dos livros revelaram que as coleções de livros didáticos produzidos, em sua maioria de cunho confessional cristão, acenavam timidamente para a pluralidade das tradições, ensaiando condições para a valorização das vertentes indígenas e afrodescendentes, cujas contribuições não podem ser desprezadas nessa terra de colorido étnico ímpar.

Com o olhar apurado pelas análises, concomitantemente ao final da escrita da dissertação, surgiu a oportunidade de produzir uma coleção para o ER, destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, levando em conta a lacuna existente com relação à diversidade religiosa brasileira. Fruto da constatação de que cada história humana, ou de seu agrupamento em termos de exercício ou não da fé, devem ser valorizadas, foi possível contar outras histórias, a fim de que, refletidas e (re)significadas, oportunizassem pensar, novamente, em caminhos para uma ética fundamental na sociedade. Desafio intenso movido pelas análises dos livros e pelas carências detectadas, no qual se empreendeu a busca por fontes fidedignas e estratégias criativas que oportunizassem momentos significativos. Foram desenvolvidas personagens das religiões representativas do Brasil, de acordo com o IBGE-2010, que protagonizaram a partilha dos conhecimentos a respeito da própria fé, além de outras religiões menos expressivas do censo. Essas personagens tinham o objetivo de gerar identificação e segurança para que as crianças pudessem embarcar nessa viagem.

Na sequência, as reflexões e experiências ensejaram que os conhecidos caminhos se lançassem em nova viagem inusitada e inesperada, com um novo embarque para outra temporada de pesquisa, dando início ao presente doutorado.

As reflexões anteriores, o ato de ensinar e de aprender foram retomados no diálogo com outros pensadores. E, na bagagem, os livros didáticos, em busca de que o contributo teológico tornasse o ato docente significativo para as (em tudo diferentes) pessoas que a escola reúne. Trata-se de um resgate do caminho do diálogo e do

respeito exercitado no ER, cujo ambiente escolar continua a expressar a necessidade de viver e formar para e em vista da cultura de paz.

Entretanto, há um diferencial na pesquisadora da atualidade. Um pouco mais madura na idade, no intelecto e no espírito, esta preocupa-se com o acolhimento e a convivência na diversidade, cujos comportamentos danosos impõem a urgência da efetivação da paz, e não sendo possível, de ao menos promover um pensar a respeito.

A Teologia trouxe aprofundamentos sobremaneira, como as contribuições como de Küng e na Educação do Prof. Jares, que foram unidos sob os fundamentos lançados por Paul Tillich a respeito do diálogo inter-religioso.

Assim a pesquisa se constitui na procura por pontos construtores de uma ética ou cultura de paz, enquanto busca meios para alcançar significância na escola pela docência, e pretende transpor as limitações das questões econômicas, das disputas de forças, das diferenças no modo de entender o ambiente em que se vive.

É chegado o tempo de refletir a respeito de questões sobre ética, condutas e motivações que valorem a vida, e que coíbam furtá-la, em amplo sentido, ou em subtraí-la, para a totalidade das relações humanas, sejam elas religiosas ou não.

Refletir de modo a mover o olhar para a valorização das diferenças, para a aceitação do conflito enquanto oportunidade para sua resolução por meio do diálogo. Atenção para a singularidade da vida e das relações entre homens e mulheres, para que encontrem um outro modo de se conduzir.

De leitura em leitura descobriu-se como a cidadania pode ser testemunhada, construída, constituída, instrumentalizada e a diversidade valorizada, fazendo refletir sobre as possibilidades da diversidade, do diálogo, das relações humanas, e em formas que possam contribuir para a paz.

Espera-se que a viagem que se inicia na pesquisa aqui oferecida, seja tão aprazível quanto tem sido observar a riqueza da paisagem da diversidade das salas de aula e, para além disso, possa contribuir de alguma forma para que a paz seja o destino, em todas as áreas.

INTRODUÇÃO

A religiosidade brasileira, cuja diversidade é inegável, deve ser tratada na escola em todas as disciplinas, já que esse conteúdo transpassa e influencia inúmeros aspectos da sociedade e, de forma privilegiada (mas não exclusiva) na disciplina Ensino Religioso (ER), que tem a função de “assegurar o respeito a diversidade cultural religiosa, sem proselitismos” (BRASIL, 2017, p. 435). A Declaração Universal para a Diversidade Cultural, de 2002, esclarece que a diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade (Unesco, 2002, art. 1º)³, ou seja, a diversidade se caracteriza na diferença.

Presume-se que a formação escolar, por meio do ER, entre outras disciplinas, reúna condições para que a cultura de paz seja construída ao contemplar a diversidade. A forma respeitosa como o tema deve ser tratado leva em conta que discrepâncias entre as formas de crer têm sido, historicamente, motivos potenciais de conflitos.

Entende-se diversidade de forma polissêmica, como qualidade/condição daquele sujeito ou grupo que tenha a diferença entre si em algum aspecto, e tem relação ao entendimento, formato, modo, usos ou características, aplicado à ambientes, modos de pensar, de agir, de cultuar, de etnia, das expressões da sexualidade, e outros infindáveis aspectos da vida. De maneira geral, é incontestável a existência da diversidade, cuja riqueza constitutiva se expressa nas experiências pessoais.

Assim a singularidade de cada sujeito e seu grupo social expressam aspectos que compõem a diversidade, sendo praticamente impossível delimitar sua extensão na nação brasileira por conta da miscigenação. A heterogeneidade, traduzida em inúmeras características, inclui as expressões da religiosidade, distinguindo as pessoas de forma peculiar.

Debruçar a investigação sobre a diversidade brasileira evidencia que muitos são os desafios apresentados, em especial quando a reflexão recai sobre o ambiente escolar, tendo em vista um espaço de formação e convívio que se almeja pacífico. A

³ Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160>. Acesso em 13.jul.2019.

convivência escolar que constrói relações baseadas em uma cultura de paz se mostra tarefa desafiadora.

A cultura religiosa, entendida como teia tecida pelos próprios indivíduos (GEERTZ, 1989), também expressa a subjetividade e a singularidade dos saberes do campo religioso, cuja pertença e defesa se mostram carregadas de sentidos particulares e afetivos, que podem ou não contribuir para uma coexistência pacífica, sendo mister que a escola venha a se ocupar da temática. No contexto de uma escola em tudo diversa e plural, as violências tomam espaço nos relatos diários de docentes e discentes, como constatado pelas pesquisas encontradas no Banco de Teses e dissertações⁴.

O conjunto das violências, no plural, conforme Abramovay e Ruas (2002), tem crescimento alarmante, em especial no cotidiano escolar. Essa é a problemática que move o presente estudo, na busca por resposta contrária e efetiva no sentido da construção de um ambiente plural e de paz. Isso se confirma em nível nacional pelos dados apresentados a respeito delas em ambiente escolar, no relatório⁵ de Abramovay e Ruas (2002) produzido para a UNESCO, no qual constam dados alarmantes sobre as formas e a escalada das violências, às quais estão expostos estudantes por todo o país. Para além das violências, outro relatório igualmente preocupante é o da Intolerância Religiosa⁶ que apresentou 697 denúncias de discriminação, entre 2011 e dezembro de 2015, através do DISQUE 100. O relatório apresenta um ponto máximo em 2013, com baixa relativa a partir de 2014, que pode ser resultado de campanhas realizadas à época. O que também inspira o presente estudo, entendendo-o no afã de encontrar caminhos para a minimização da violência e da intolerância religiosa simultaneamente.

Os livros didáticos, enquanto meios para demonstrar o fazer no ER, foram escolhidos para lhe dar visibilidade e subsidiar as análises, tendo em vista serem

⁴ Foram localizados 91 títulos. Para aprofundar a temática, indica-se a Pesquisa sobre Violência Escolar, no Banco de Dados de Teses e Dissertações, disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=VIOL%C3%8ANCIA+ESCOLAR+M%C3%8DDIA&type=AllFields&page=2>. Acesso em 27.abr.2019.

⁵ Referência detalhada ao final, e disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000125791>. Acesso em 03.jun.2019.

⁶ SANTOS, Babalawo Ivanir dos (Org). **Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço**. Rio de Janeiro: Klíne: CEAP, 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/08/relatorio-final-port-2.pdf>. Acesso em 03.jun.2019

fundamentais, nas palavras de Rossieli Soares da Silva, para “[...] ajudar a estruturar o ensino dentro da sala de aula” (2017, on-line) e, quem sabe, auxiliar na aferição do atendimento da laicidade pela disciplina, entendendo laicidade como sendo a condição para a convivência de todas as possíveis culturas religiosas, e melhor expressa um método do que um conteúdo (BOBBIO (1999, p 2)⁷.

A pesquisa qualitativa documental, sob o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2006), foi desenvolvida em três fases específicas, a saber: pré-análise dos livros didáticos, resultando em seleção deles; exploração do material com classificação e categorização; e, finalmente, a análise crítico-reflexiva na qual foram construídos os achados da pesquisa e as conclusões.

A pré-análise circunscreveu o corpo da pesquisa nos livros didáticos, publicados entre 2014 e 2017 por editoras comerciais, de distribuição nacional, com potencial presumido para alcançar escolas públicas, recaindo especificamente nos destinados aos estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Esse recorte temporal se dá pelo marco inicial na promulgação da Lei n.º 13005/2014 (BRASIL, 2014), que regulamentou o Plano Nacional da Educação, cujo artigo 7º orienta para a discussão e implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para todo o Brasil (BRASIL, 2014), e o marco final foi 2017, o ano da sua promulgação, cumprindo o disposto em 2014, documento que oficialmente organiza a Educação em nível nacional.

Portanto, a seleção se deu nos livros produzidos em período concomitante à discussão e divulgação da Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017), documento que recorrentemente clama a necessidade de contemplar a diversidade religiosa (BRASIL, 2017, p. 433, 435, 441, 451), entendendo que assim se pode estabelecer um caminho propício para a formação voltada à cultura da paz.

As análises foram direcionadas aos materiais destinados aos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, tendo em vista a expectativa das transformações nos aspectos cognitivos, físicos e emocionais nessa fase. As mudanças tiveram início no desenvolvimento da capacidade de simbolização da linguagem por meio de desenhos, e cuja alfabetização se dá, nessa etapa, em inúmeras áreas como a das Linguagens, da Matemática, de Ciências da Natureza, de Ciências Humanas e de Ensino

⁷ Sobre Laicidade “sino la condición para la convivencia de todas las posibles culturas. La laicidad expresa más bien un método que un contenido”. Tradução da autora.

Religioso, explicitado na BNCC (BRASIL, 2017). As crianças nessa fase demonstram condições para iniciar os processos de desenvolvimento da visão do todo e da complexidade de muitos assuntos, antes distantes de seus cotidianos, podendo serem munidas de diferentes perspectivas sobre a cultura que a cerca.

A prática didática da autora revela que essas crianças podem, no auge de seus seis ou sete anos de idade, pensar as questões da diversidade e que, para além disso, elas surpreendem positiva e cotidianamente pelo acolhimento generoso ao diferente, confirmando ser mais natural ao coração humano a possibilidade de amar, a não ser que sejam ensinados a odiar, como destacado na máxima de Mandela. É possível pensar que o ambiente escolar pode contribuir para a assertividade, em especial pela intencionalidade acadêmica no tratamento dos dados a respeito da diversidade.

A exploração, tratamento, inferência e interpretação dos materiais coletados, se deu por meio de instrumentos pedagógico e teológico, complementados por uma leitura sensibilizada e peculiar, naquilo que se destacou em virtude das leituras e indicações a respeito da Cultura da Paz, em especial na contribuição do teólogo Hans Küng e no Prof. Xésus Jares, teóricos basilares para o presente trabalho. Escolhidos pelos aspectos confluentes no que tange à regra de ouro, cujo princípio da reciprocidade é encontrado em diversas religiões, se busca extrair qual seria a tônica essencial para a construção de uma cultura da paz.

Küng (2011), enquanto sacerdote cristão católico romano, extrapola seu lugar de fala, ou seja, a ICAR, e trata sobre a paz correlacionada no entendimento entre religiões, pois “não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões”.

Por isso, em virtude da riqueza e grandeza demonstradas por esse trabalho, questionou-se a forma como a diversidade cultural religiosa é atendida nos livros didáticos do ER, e como a Teologia, a partir desses materiais, pode contribuir para uma cultura de paz, observando parâmetros teológicos já estabelecidos para balizar as reflexões.

Na escola, a reflexão sobre caracteres da cultura religiosa é situada no ER, não de forma exclusiva, mas privilegiada e, por isso mesmo, conjectura-se como os livros didáticos, para a disciplina, se revelam na construção de relações dialógicas, alteritárias e significativas, entendidas como competências básicas para a vivência da paz. Nesse sentido, se busca estabelecer o contributo da Teologia para a construção da cultura da paz na Educação, visando coexistências pacíficas. Entendendo cultura da paz como a difusão de princípios e valores, que orientam o modo de viver e o

comportamento, de forma a respeitar toda forma de vida e a dignidade do ser humano. Outro questionamento pertinente diz respeito à originalidade da pesquisa por meio dos livros didáticos, na possibilidade de investigar como são tratadas as questões levantadas pelo desejo de uma cultura de paz.

Refletindo a respeito da construção dialógica e coletiva dessa cultura, utilizou-se a contribuição do Projeto de Ética Mundial do teólogo católico romano e sacerdote Hans Küng, especificamente por seu trabalho ter sido cunhado no campo da Teologia, por inúmeras religiões em diálogo. Além dele, Xésus Jares, professor de Didática da Universidade de Corunã - Espanha, ligado à Educação e à temática da Paz, desenvolveu a Pedagogia da Convivência, que se mostrou especialmente eficiente nesse estudo. Também são chamados a contribuir, Roger Chartier, em relação aos livros didáticos, e Laurence Bardin, a respeito da metodologia da pesquisa.

A tese está organizada em três capítulos a partir desta introdução, que apresenta o tema e o contextualiza. No primeiro capítulo há uma reflexão a respeito da diversidade religiosa e da paz, apresentando as contribuições de alguns teóricos que versam sobre uma porção específica conectada com a Teologia, e se encerra estabelecendo ligações com a disciplina escolar do Ensino Religioso. Em seguida, de forma concisa, são apresentados caminhos tomados pela disciplina até a BNCC, interrelacionados com dados sobre o livro didático. No terceiro capítulo, as análises tomam forma orientadas, a princípio, por instrumentos e, em seguida, por outros olhares sensibilizados pelas contribuições da Teologia e da Educação com Küng e Jares, respectivamente, evidenciando limites e possibilidades dos livros didáticos. Ao final, as conclusões são apresentadas com respostas encontradas ao longo do estudo, mas também com novas perguntas que podem e devem instigar outros olhares e estudos.

Busca-se constituir um caminho possível pelo qual a cultura da paz seja objetivo e ponto de chegada, e, concomitantemente, motivo para o reinício de novos deslocamentos, por meio do contributo da Teologia que se assume social ao pensar temas *extra ecclesia* numa “busca por vias de conjugar a unidade e a diversidade” (SINNER, 2007, p. 7).

Essa é a educação em que se acredita, da sala de aula como cenário em que a diversidade é protagonista diária, e a via que se escolhe é a da promoção do respeito à diversidade e da cultura da paz, tendo no ambiente escolar e no Ensino Religioso um dos caminhos possíveis.

1. OLHARES SOBRE A DIVERSIDADE RELIGIOSA

Dirigindo o olhar para a escola e para fora dela o que se vê é diversidade. Na escola pública e privada, da Educação Infantil até a Pós-Graduação ela pode ser reconhecida pelas mais diferentes características. Nos gestos, afetos, rostos e gostos o que é diverso se destaca pelas diferenças que se agregam, e compõem novas categorias.

A reflexão sobre a diversidade remete para as diferenças, que podem ser agrupadas em dimensões para identificar e aproximar os seres (ou distanciá-los). Nisso estão inclusos os anseios, os medos, os desejos e as crenças que buscam dar resposta a questões fundantes como a diversidade religiosa e a complexidade de experiências com o sagrado, que inclui também a exclusão dessa dimensão da vida comum.

A fase inicial do estudo procurou estabelecer o estado da arte a respeito da diversidade religiosa em relação às pesquisas brasileiras, tendo sido consultados os acervos disponibilizados eletronicamente (web), organizados em bancos de dados por grupos de pesquisas brasileiros, a saber no Catálogo de Teses e dissertações da CAPES⁸ e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações⁹.

Os dados encontrados revelam que a(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) contribui(em) significativamente para a pesquisa a respeito da diversidade religiosa, sendo a educação a segunda maior área em dedicação ao tema, e a Teologia contribuiu com aproximadamente 10% das pesquisas localizadas. A confluência das três áreas para a pesquisa sobre a diversidade religiosa parecem indicar, concomitantemente, a abrangência desses estudos. A consulta a respeito da diversidade religiosa¹⁰ indicou 110 pesquisas realizadas nas áreas de Ciência(s) da(s)

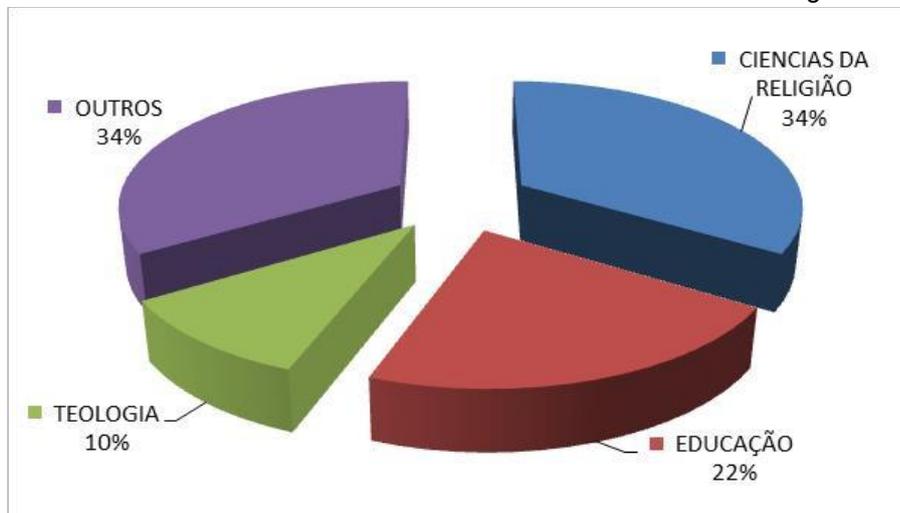
⁸ O catálogo está vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e oferece busca bibliográfica, divulgando teses e dissertações (metadados e arquivos completos). As informações são de responsabilidade dos programas de pós-graduação sincronizados com a Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>

⁹ Esse banco de teses e dissertações busca estimular o registro e as publicações dos documentos em meio eletrônico, e dar maior visibilidade à produção científica (IBICT, s.d.). Ele consta do programa da Biblioteca Digital Brasileira, contando com apoio do Finep, com comitê técnico-consultivo constituído por representantes do Ibict, do CNPq, do MEC (Capes e Sesu), do Finep e além de universidades. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>

¹⁰ O termo Diversidade Religiosa retornou 110 pesquisas no catálogo CAPES, que englobavam os 47 registros localizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Essas estão distribuídas da seguinte

Religião(ões), Educação, Teologia e outras áreas do conhecimento, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Áreas de Incidência de estudos sobre “diversidade religiosa”



Fonte: a autora, 2019.

Houve certa naturalidade na supremacia dos resultados na(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), tendo em vista sua importância, pois trata do “conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, [que] é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões)” (BRASIL, 2017, p. 434).

A diversidade religiosa revela o interesse de diferentes áreas acadêmicas. No caso daquelas ligadas à área da saúde, são trabalhos com pelo menos seis diferentes perspectivas. Foram encontradas ainda pesquisas na Antropologia e Antropologia Social, seguida da área de Ciências Sociais e Sociologia. Além destas, ainda as áreas de Administração; Territórios e Expressões Culturais no Cerrado; Humanidades, Direitos e outras legitimidades; Serviço Social; Sistema Constitucional de Garantia de Direitos; Engenharia de Produção; Família na Sociedade Contemporânea; Comunicação Social e Direito apresentam trabalhos, o que dá a dimensão do interesse pelo tema.

forma: Ciência(s) da(s) Religião(ões) – 34 pesquisas; Educação – 25; Teologia – 12; e outras áreas do conhecimento – 39, que reúnem Saúde, Engenharia da Produção, Sociologia, Antropologia, dentre outras áreas.

As pesquisas a respeito da diversidade religiosa, em estreita contribuição para o ER, têm ampliado as condições e alcance por meio das Ciência(s) da(s) Religião(ões), considerando que:

a análise diacrônica e sincrônica do fenômeno religioso, a saber, o aprofundamento das questões de fundo da experiência e das expressões religiosas, a exposição panorâmica das tradições religiosas e as suas correlações socioculturais. [...] Além de fornecer a perspectiva, a área de conhecimento da Ciência da Religião favorece as práticas do respeito, do diálogo e do ecumenismo entre as religiões (SOARES, 2009, p. 3).

Destacaram-se seis dissertações com potencial de contribuir com esse estudo vinculando o termo ENSINO RELIGIOSO. Na área de Ciência(s) da(s) Religião(ões) existem quatro pesquisas e duas na Teologia, não sendo localizada nenhuma na Educação (QUADRO 1).

Quadro 1– Dissertações da Temática DR e ER

TÍTULO	AUTOR(A)/ANO	INSTITUIÇÃO	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	EDUCAÇÃO	TEOLOGIA
Educação e religião como elementos culturais para a superação da intolerância religiosa: integração e relação na compreensão do ensino	Maria Efigênia Daltro Coelho 2009	Escola Superior de Teologia			X
Pluralismo Religioso: diálogo e alteridade no Ensino Religioso	Vilma Tereza Rech 2009	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul			X
Multiculturalismo e Ensino Religioso escolar público: um estudo da gestão da diversidade na sala de aula	Edmara Monteiro da Silveira Ferreira 2013	Faculdade Unida de Vitória	X		
O Ensino Religioso nas escolas sem proselitismo: um desafio para educadores na construção do ensino para o respeito à diversidade religiosa	Janes Marcos da Silva Coelho 2014	Faculdade Unida de Vitória	X		
O Livro Didático de Ensino Religioso: um olhar sensível sobre o que é mostrado e apreciado	Maria Gorete Santos Jales de Melo 2017.	Universidade Federal da Paraíba	X		
Ensino Religioso na Educação de Jovens e Adultos da escola pública: superação da intolerância religiosa no município de Cariacica	Flavia Santos 2017	Faculdade Unida de Vitória	X		

Fonte: a autora, 2019.

Fora dos parâmetros pesquisados, foi localizada a contribuição do Dr. Milton Silva dos Santos (2016), no âmbito da Antropologia Social, demonstrando que a diversidade se encontra atendida parcialmente nos documentos analisados em sua

tese, a saber: livros didáticos e brochuras elaborados pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas, e oferece pistas para continuidade/aprofundamento dos estudos.

A pesquisa de Mestrado de Martinelia Grasselli, em Ciência(s) da(s) Religião(ões) que, apesar de não tratar de ER, oferece uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas em Centro de Educação Infantil, destacou-se pela transversalidade da diversidade em relação à educação para a Paz. Ela traz uma reflexão a respeito da superação de violências e educação para a paz em ambiente educativo. Entretanto, não foi possível aprofundar a leitura, pois o trabalho não foi disponibilizado na íntegra.

Tendo em vista o contexto em que as violências são manifestadas na escola, por conta de fatores religiosos, houve a busca dos termos Teologia, Ensino Religioso e Cultura da Paz, sendo localizada a dissertação “A educação para o diálogo inter-religioso na escola pública brasileira: uma aliada à cultura da paz” (MARINHO, 2014), produzida no âmbito do mestrado em Teologia nas Faculdades EST, em 2014. Nela, o autor apresentou três conflitos que demonstram o desgaste na relação entre Igreja e Estado (Reforma Pombalina, a questão religiosa imperial e a Guerra de Canudos), abordou ainda o diálogo inter-religioso por meio dos valores éticos comuns e a possibilidade de o fundamentalismo figurar como elemento desagregador e, por isso, impeditivo para uma cultura da paz. A ênfase do trabalho recai sobre a cultura do diálogo e do respeito com relação a religião do outro. O diálogo é confirmado como resposta positiva para uma educação que vise a paz.

A correlação entre a violência escolar e a diversidade religiosa são temas especialmente delicados, cuja reflexão se mostra em igual proporção importante e urgente para toda a comunidade escolar, levando em consideração os desentendimentos ligados à diversidade religiosa.

Nesse cenário complexo, é necessária a reflexão sobre a diversidade, e ponderar a respeito da violência motivada por ela na escola. Essa violência que tem visibilidade nos dados oficiais como, por exemplo, na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual destaca que 9,5% dos estudantes não se sentiam seguros no ambiente escolar, enquanto o “bullying já é considerado uma importante questão de saúde pública e exige estratégias intersetoriais de enfrentamento” (IBGE, 2016).

Por isso se opta por pensar a formação com foco na cultura religiosa e na diversidade enquanto caminho possível para a paz, e processo necessário, urgente e imprescindível para a convivência em equilíbrio, entendendo que:

as religiões certamente podem ser autoritárias, tirânicas e reacionárias, como muitas o foram. Elas podem produzir medo, cegueira espiritual, intolerância, injustiça, frustração e abstinência social. A religião pode legitimar ou inspirar imoralidade, situações sociais injustas e guerras num povo ou entre povos. As religiões podem evidenciar-se de forma libertadora, orientadas para o futuro e fraternas no relacionamento das pessoas. Assim aconteceu muitas vezes. Elas podem espalhar confiança de vida, calor humano, tolerância, solidariedade, criatividade e engajamento social, bem como prover uma renovação espiritual, reformas sociais e até a paz mundial (KÜNG, 2005, p. 86).

Essa formação deve ser iniciada com os docentes e, por isso mesmo, é anterior à oferecida nas salas de aula da Educação Básica. Por isso, se defende que as Ciências da Religião sustentem a epistemologia pedagógica do ER, reconhecendo os saberes sobre religiosidade e religião como dados antropológicos e socioculturais que, junto com as outras disciplinas escolares, colaboram para a formação integral de cada pessoa (PASSOS, 2006), podendo subsidiar diálogo (que aproxime) sobre os saberes exalados pelas religiões.

E corriqueiro ouvir aqueles que defendem rechaçar a religião, ou melhor, as religiões do ambiente escolar, contudo, vale sobrepesar a possibilidade de diálogo na diversidade, entendendo que pessoas que creem e aquelas que optam por não crer podem “resistir contra todo tipo de niilismo trivial, contra o cinismo difuso e contra a frieza social” (KÜNG, 2001, p. 63), transformando ambientes esvaziados de sentido em locais esperançáveis e humanizantes.

Assim, a diversidade religiosa mais do que estopim para violências, pode se configurar em elemento de aproximação, por meio da formação acadêmica a respeito da cultura religiosa, ensinando apreciar, aceitar e respeitar valores diferentes vindos de outras dimensões da fé (KÜNG, 2001), minimizando por meio do conhecimento os espaços de divergências fundamentalistas.

Percebendo Cultura como um conceito universal (existente em todos os agrupamentos humanos), embora de expressões diferentes (línguas, manifestações, etc.), e a partir das diferenças e semelhanças estabelecer relações corretas, sem que sejam homogeneizantes, é lembrar que é possível unidade humana e diversidade humana, sendo que a primeira é tesouro da segunda e vice-versa (Morin, 2013).

As religiões apresentam princípios que influenciam para além do que é espiritual, como a economia e política. Influenciam na forma como certos temas devem ser tratados, como por exemplo os cuidados com a propriedade alheia, na defesa e proteção da vida, no combate à imoralidade, dentre outros. Por isso, acredita-se que se elas se configuram em motivos de dissensões, podem também corroborar para a construção da paz.

Alguns autores, como Küng (2001), acreditam que as motivações éticas devem produzir, especialmente nos adeptos das religiões, um estilo de vida comprometido com as atitudes dos seus líderes e, como exemplos, cita Buda; Jesus, o Nazareno; Confúcio e Muhammad (Maomé). Com base nesses e em outras pessoas exemplares, há condição de que as pessoas se motivem em perseguir um sentido de vida.

Os desafios éticos para uma cultura que propicie a paz tangenciam a diversidade religiosa como fundamento. Lao-Tsé, Gandhi e Madre Teresa de Calcutá são prova disso. Só abandonando o narcisismo e colocando o outro no centro, do olhar, das intenções e das ações, é possível promover um lugar de acolhimento e coexistência.

Em termos religiosos, campo sobre o qual se debruça a Teologia com mais naturalidade, são muitos os caminhos e contribuições pelos quais a paz é ensinada como motriz de ação.

O fundador do Jainismo, Maavira no século VI a.C., preceitua que a não violência tem o maior valor enquanto princípio pedagógico para a paz. O Jainismo, é uma filosofia hindu que baseia sua doutrina no carma, e se opõe ao sistema de castas do Bramanismo.

No Budismo, a não-violência e a piedade indistinta a todas as pessoas é traço marcante.

A religião cristã percebe Jesus, o Cristo, como o grande pregador da paz. Com ele se aprende uma vida de renúncia e entrega em amor ao outro, vivendo a paz como produto do perdão indistinto, que se observa na oração por ele ensinada, da modéstia em oposição à vaidade, da fé, da esperança, e principalmente o amor como a maior de todas as virtudes. Em sentido educacional, cada ação deve estar embebida nesse amor altruísta, direcionado a cada uma e a todas as pessoas. Inspirado Nele, a máxima da reciprocidade judaica, de não fazer ao outro aquilo que não quer para si, assume o sentido positivo de fazer ao outro o que se quer para si.

Seguindo essa linha de pensamento, a cristandade colabora também com a paz em Francisco de Assis, cuja bondade, mansidão e reciprocidade são marcas indeléveis. Sua ação em prol da paz levou-o a questionar a ordem social, os dominadores, burgueses, sendo contrário à segregação, mesmo daqueles que ele próprio não aprovava, pois os considerava também passíveis da mudança que o amor de Deus operaria. Assim, na Educação o protagonismo coaduna com a ação social e comunitária, desdobrando-se em um comportamento ético que se desmembra em reciprocidade e solidariedade.

Como pilar fundante para a convivência, que advém de diferentes religiões, está a regra áurea: amar ao outro como se ama a si próprio, ou fazer ao outro aquilo que deseja para si. Essa regra encontrada no Confucionismo, Cristianismo, Islamismo, Sikhismo, dentre outras, é apresentada tanto de forma negativa, ou seja, afirmando aquilo que não deve ser feito ao outro para que não seja recebido em retorno, como também de forma positiva, daquilo que deve ser feito, e que se recebe de volta.

Além das religiões, outras instituições e intelectuais nutrem pensamentos a respeito da construção de convivência em paz.

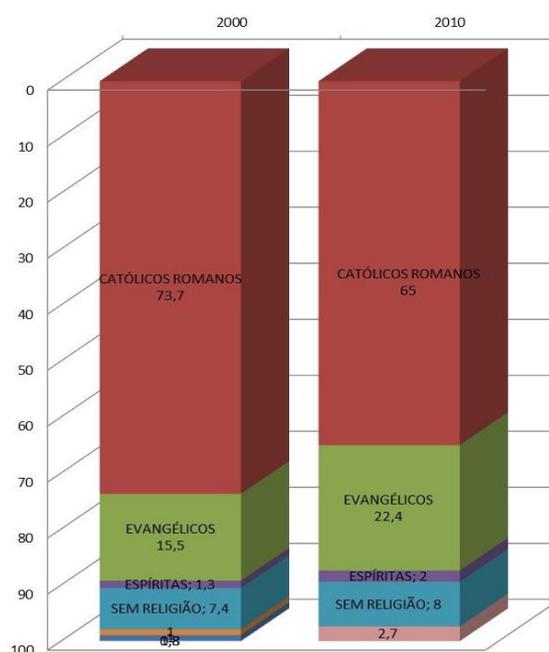
Postula-se que o estudo a respeito da diversidade religiosa, tão presente na escola e na sociedade brasileira, pode levar à posturas de consciência e defesa do valor do outro. Isso se dá por identificação e também por renovação da consciência, e conforme Magris (2001), ao tratar a respeito das diferentes culturas, e da necessidade de princípios equilibradores que se aplicam a todos, pois igualmente necessitam “renovar a consciência e a defesa do princípio do valor, a necessidade de princípios universais que há mais de dois milênios constituiu a essência da sua civilização”, esse conhecimento pode ser construído através do ER.

A diversidade étnico-cultural-religiosa brasileira, resultado da intensa migração interna e/ou trânsito religioso, tornou a vivência do sagrado relativizada, conforme atestam os dados e análises do IBGE:

O censo demográfico 2000 mostrou acentuada redução do percentual de pessoas da religião católica romana, o qual passou a ser de 73,7% o aumento do total de pessoas que se declararam evangélicas, 15,5% da população, e sem religião, 7,4% dos residentes. Observou-se, ainda, o ligeiro crescimento dos que se declaram espíritas (de 1,1%, em 1991 para 1,3% em 2000) e do conjunto de outras religiosidades que se elevou de 1,4% em 1991, para 1,8% em 2000 (IBGE, 2010, p. 90).

Isso foi confirmado no censo de 2010, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Trânsito Religioso – 2000-2010 (%)



Fonte: IBGE, 2010.

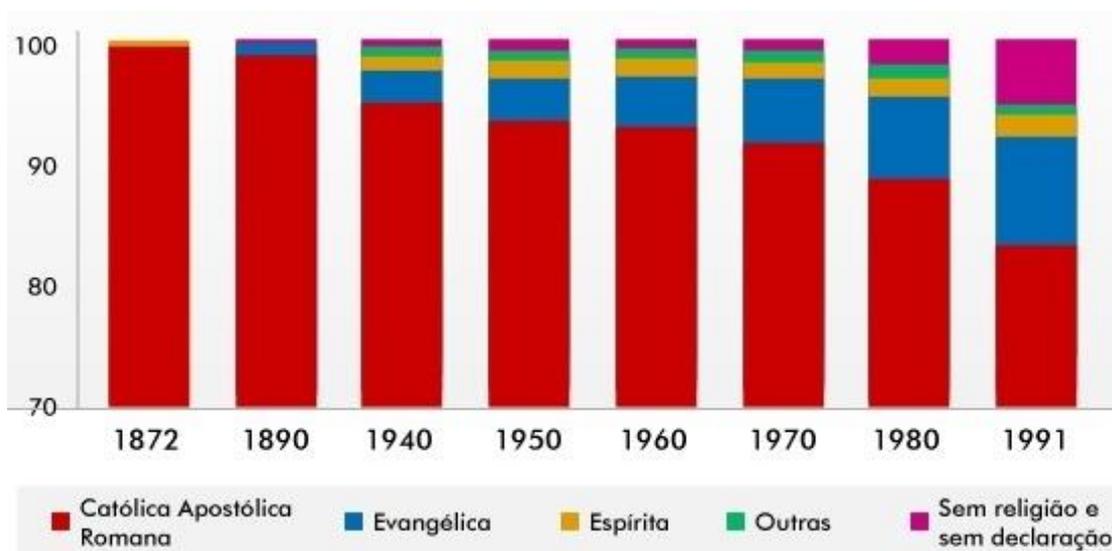
É perceptível o trânsito religioso no gráfico acima, em especial com relação ao aumento do grupo dos sem religião, espíritas e evangélicos, entre os anos 2000 e 2010, e a diminuição dos adeptos do catolicismo romano, dado novo em termos históricos, considerando a hegemonia católica desde o Brasil Colônia.

Paulatinamente houve a substituição tradicional da experiência religiosa (herdada na família, por exemplo) por outras expressões de culto e religiosidade. A diversidade religiosa está cada vez mais acentuada, conforme apresenta o censo demográfico da década de 1990, que identificou a entrada de quatro mil novas denominações religiosas no cenário brasileiro (IBGE, 1991).

Vinte anos depois, o pluralismo religioso é novamente confirmado no censo de 2010, com o crescimento do percentual de evangélicos, espíritas e sem religião (IBGE, 2010). Cabe pensar, ainda, que sob a nomenclatura de “evangélicos” foram reunidos dados de muitas denominações religiosas, com aspectos distintos entre si, como os evangélicos pentecostais, neopentecostais, de missão e outros, que não se nominam nos grupos citados. A pluralidade religiosa é fator incontestável na população brasileira, e “o pluralismo religioso impõe-se hoje como um componente ‘intransponível’, que desafia todas as religiões ao exercício fundamental do diálogo” (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 119).

A diversidade religiosa e as mudanças na configuração religiosa do povo brasileiro têm sido acompanhadas atentamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme demonstrado na FIGURA 1:

Figura 1 – Linha do tempo sobre as mudanças na distribuição de grupos religiosos (%)



Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890; e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991

Fonte: ANDRADE, 2012.

Uma das justificativas para o crescimento de adeptos evangélicos nas igrejas pentecostais e neopentecostais deriva do acesso midiático para comunicação da fé. Assim, a notoriedade de cada instituição religiosa pode ser constatada pelo aumento de horas no ar e ainda na abundância delas utilizando esse recurso (FONSECA, 2003).

Os espíritas, como se autodenominam as pessoas envolvidas com o Kardecismo, e, assim como aqueles ligados à Umbanda e ao Candomblé, demonstram um aumento na confissão de pertença, cuja justificativa pode estar ligada à redução do constrangimento em confessar-se adepto, o que em décadas anteriores ainda se mostrava um tabu, em especial com relação ao Catolicismo Romano (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p. 10).

É perceptível o aumento do grupo dos que se auto confessam como “sem religião”. A religiosidade ou religiosidades do povo brasileiro é fator incontestável, contudo, há aqueles e aquelas que, por diferentes razões, se abstém dos aspectos da religiosidade institucional em sua vida cotidiana, sendo isso também um direito

legítimo assegurado no artigo quinto, alínea sexta da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Assim, é possível pensar, mesmo sem poder mensurar, na contribuição do ER como um dos caminhos para que o desconhecimento e, conseqüentemente, o constrangimento de confissão de pertença a respeito das religiões afrobrasileiras e evangélicas tenha sido minimizado. Essa hipótese pode oportunizar pesquisa específica, a fim de estabelecer em que medida a construção do conhecimento escolar tem contribuído para a convivência harmoniosa, e o quanto essa convivência exige reflexão sobre conteúdos de natureza moral, ética, política, social, ideológica, cultural e educativa (JARES, 2008).

Outras iniciativas com relação ao diálogo inter-religioso podem ser constatadas para além da disciplina escolar como, por exemplo, o encontro realizado em 1999, pela vertente brasileira da *United Religions Initiative* (URI), no Parque do Itatiaia, Rio de Janeiro, onde se reuniram cento e quarenta e duas pessoas de diferentes tradições e credos.

O Brasil, de uma maneira especial, por conta da extensão territorial e também dos grupos étnicos que compõem a tessitura da nação, tem variações linguísticas, alimentares, de valores, que se expressam nas artes, ritos e modos de ser do povo brasileiro, dentre muitos outros aspectos.

É necessário refletir a respeito das contribuições das minorias, que de uma forma ou de outra, influenciaram a cultura do país. Minorias étnicas, de classe social, de gênero, de diferentes pertenças religiosas, de pessoas portadoras de necessidades especiais específicas, que delinearam matizes, enriquecendo e tornando em tudo peculiares as expressões da diversidade cultural brasileira, por vezes vítimas de discriminações, perseguições e intolerâncias.

Sobre essas relações, por vezes conflituosas, é possível acompanhar, via relatório bienal, análises sobre a liberdade religiosa no Brasil e em mais de 195 países, abrangendo cristãos e outros grupos religiosos. O Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo – 2018 (ACN-BRASIL, 2018), publicado pela “Ajuda à Igreja que Sofre” (ACN), fundação nascida na Alemanha de 1947, com sede no Vaticano, tem a finalidade de assistir ações da Igreja, onde ela é mais carente ou perseguida. No

último relatório¹¹ foram encontradas violações significativas contra a liberdade religiosa em 38 países.

O relatório da ACN (2018) apresenta a respeito de intolerâncias religiosas, com base nos dados fornecidos pela Assessoria de Direitos Humanos e Diversidade Religiosa do Ministério dos Direitos Humanos, e do Disque 100, no período de 2011 a 2016, que a “comunidade religiosa mais atacada foi a afro-brasileira” com um total de vítimas de 41,5 a 63,3% do total de ocorrências. Além dessa comunidade, também pequenas comunidades religiosas, como Wicca, Stregheria, Santo Daime e muçulmanos têm sofrido ataques, em menor proporção. Isso revela a importância, necessidade e urgência do trabalho com enfoque na cultura religiosa, para que ao conhecer se possa respeitar.

Considerar essa diversidade cultural também se apresenta como uma das formas para que a superação da discriminação e do preconceito estejam presentes, em especial nas reflexões dos docentes que tratam com ER.

As profundas mudanças e transformações que aconteceram da modernidade para a pós-modernidade, de acordo com Küng, foram:

a) a política mundial torna-se cada vez mais policêntrica; b) a política externa colonialista e imperialista transforma-se em cooperação internacional; c) a política social passa da sociedade industrial para uma sociedade de serviços e de comunicação; d) na política econômica, as economias capitalista e socialista mudam para uma economia ecossocial; e) na política comunitária abandona-se o patriarcalismo em busca da parceria entre homem e mulher; f) a política cultural evolui da cultura ideológica para uma cultura plural-global; g) na política religiosa abre-se a perspectiva de deixar a confessionalidade e buscar a multiconfessionalidade ou o ecumenismo (2001, p. 38-39).

As mudanças existentes tocam no aspecto cultural, evoluindo da ideológica para a cultura plural-global. Portanto, a cultura passa a não mais representar uma ideologia única, demarcando a pluralidade também nesse campo. Dessa forma, a cultura expressa uma visão pluralista e integral com relação à religiosidade, e isso tem eco positivo ao se buscar uma comunidade mundial multiconfessional/ecumênica (KÜNG, 2001, p. 39).

¹¹ O documento de 2018 é a 14.ª edição do Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo da ACN, produzido de dois em dois anos, publicado em inglês, holandês, francês, italiano, português e espanhol. Disponível em: <<https://www.acn.org.br/relatorio-liberdade-religiosa/>>.

Nesse sentido, a diversidade cultural urge ser contemplada no reconhecimento, no respeito e no diálogo entre diferentes culturas, a fim de evitar que:

o problema do desestranhamento, da domesticação do estranho, como uma questão de decência e indústria do esforço do estranho para a assimilação através da aculturação é reafirmar a inferioridade, a indesejabilidade e o deslocamento da forma de vida do estranho; é proclamar que o estado original do estranho é uma mancha a ser removida; é aceitar que o estranho é congenitamente culpado e que cabe a ele expiar e provar seu direito de absolvição (BAUMAN, 1999, p. 81).

Exigências como essas, ressaltam a carência de valores éticos na atualidade, demonstrando a necessidade do respeito à natureza, animal ou vegetal, como forma de extinção de conflitos, como ataques terroristas por exemplo, que são atribuídos, muitas vezes, a conflitos religiosos.

Os conflitos religiosos são historicamente motivos de dissensões e revelam diferentes modos de proceder e entender as culturas religiosas. Nisso é demonstrada a necessidade de diálogo a respeito da cultura da paz, e mais do que aceitar as diferenças, busca-se por coexistir em paz, num lugar de direitos iguais, possibilitando a construção dessa cultura da paz.

A convivência é norteada por valores e normas, e a religião é uma das dimensões de propagação, por isso se acredita que o estudo a respeito dos valores sólidos e as normas de vida comuns entre as religiões podem auxiliar na construção de muitos oásis de paz, no dizer de Morin (2013) sem que seja necessário homogeneizá-las. Assim, considera-se que a convivência faz referência a conteúdos de natureza bem distinta: morais, éticos, ideológicos, sociais, políticos, culturais e educativos, e aos conteúdos religiosos (JARES, 2008).

Jares¹² é um dos autores que trata a respeito da Educação e cita o relativismo niilista, que se assume como o descaso e abandono do sentido, a inexistência de finalidade, identidade e destino, sendo estabelecido paralelo com Hans Küng, que na Teologia faz da realidade a alternativa ao niilismo. Nesse ponto de encontro surgem condições de alinhá-los e server tanto do conhecimento que exala da Pedagogia da Convivência, em que se destaca o diálogo, como da contribuição da Teologia, que estabelece o diálogo entre diferentes religiões e seus líderes, em busca da Paz. Em

¹² Pronunciamento feito no 59º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, sob o título “Educar para a paz em tempos difíceis”, em São Paulo, no ano de 2007, disponível em http://www.comitepaz.org.br/59_f%C3%B3rum.htm. Acesso em 13.jul.2019.

Küng (2001, p. 73), afirma-se que “religiões também podem ser a base de uma identidade psicológica, maturidade humana e de uma autoconsciência sadia. Sim, a religião pode vir a ser um importante estimulador e até um motor de transformações históricas”, em especial no momento que se testemunha o esvaziamento de sentido entre crianças e jovens em idade escolar, e por isso sujeitos alvo do ER.

Portanto, a cultura e em especial a religiosa em diversidade, deve ocupar espaço na ressignificação dela mesma, não como aquela do espetáculo (DEBORD, 1997), mas uma que marca pela sua multiculturalidade e estranhamento, e que dita a necessidade de aproximação e negociação em seus vínculos.

Nessa profusão de culturas que se encontram, se impõe a necessidade de uma ética que dê conta dos interesses da vida, das condições inorgânicas que a sustentam, confirmando a necessidade de equilíbrio entre a vida humana e as leis do universo (CSIKSZENTMIHALYI, 1991, p. 24). E o tema chama a atenção de diferentes pensadores e áreas.

1.1 NUANCES SOBRE A PAZ

Emmanuel Lévinas contribui no constructo para a paz por meio de sua filosofia, tratando ética sem preceituar um código de normas. Para Lévinas (2005), paz é ser para o outro, o que de imediato nega a supremacia do individualismo e do consumismo da atualidade. Ele se serve de conceitos religiosos para indicar que a própria religião é tema para a extrema responsabilidade do encontro com o outro, de forma espontânea, que não se auto anula, nem abre mão do próprio lugar, e novamente é destacado o encontro entre diferentes que no momento do diálogo é, ao mesmo tempo, significado e significante para as relações de paz.

O filósofo fala de paz em serviço ao outro e em respeito a si próprio, e se serve de paradigmas da religião, como o “não matarás”, que ele traz com outros provérbios que ensinam a amar o próximo, o estrangeiro, não cometer assassinato, nem mesmo o de deixar na solidão. Esse amar o outro, como enfrentamento ao não matar, trata do profundo temor em sentido de cuidado pela vida do outro, que nessa relação possibilita a cada um, na relação, estar e ser mais livre, por mais difícil que pareça, pois:

não sei se esta situação é invivível. Ela não é o que se chama de agradável, certamente não é divertida, mas ela é o bem. O que é muito importante- e posso sustentar isso sem eu mesmo ser santo e não me considero santo- é poder dizer que o homem verdadeiramente homem, no sentido europeu do termo, procedente dos gregos e da Bíblia, é o homem que compreende a santidade como valor último, como valor inatacável. Evidentemente, é muito difícil pregar isto, nem muito popular fazer pregação e isto até faz rir a sociedade (LÉVINAS, 2005, p. 271).

O Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como um grupo de pesquisa da PUC-SP, surge como lugar de estudos sobre o futuro, a sustentabilidade e o desenvolvimento social. Nesses termos, o NEF é parte de um grupo internacional, que busca promover o pensamento antecipativo e prospectivo, de visão humanista, valorizando a ética e contribuindo para a evolução da consciência humana, temática que se mostra importante e urgente a um só tempo, pois “sem ética irrompe o caos” (SINNER, 2007, p. 7).

Ele avalia e analisa temas significativos de longo prazo, como é o Projeto Millennium, que reflete, age e impulsiona os 15 desafios globais, a saber: 1. Formas para alcançar o Desenvolvimento sustentável; 2. O acesso sem conflito à Água; 3. Equilíbrio entre população e recursos; 4. Democracia e Democratização (em face à autoritarismos); 5. Políticas mundiais e perspectivas globais de longo prazo; 6. A globalização da tecnologia da informação; 7. Ética a favor para reduzir as diferenças entre ricos e pobres; 8. Redução de doenças e de microorganismos infecciosos; 9. Mudanças em instituições e natureza de trabalho aprimorando capacidade de decisão; 10. Novos valores e estratégias para reduzir conflitos étnicos, terrorismo e uso de armamentos em prol da paz; 11. Mudança no status social a fim de melhorar a condição humana; 12. Formas para evitar que o crime transnacional organizacional se torne o mais poderoso e sofisticado empreendimento global; 13. Atendimento à demanda de energia de forma segura e eficiente; 14. O aceleração das inovações científicas e tecnológicas para melhorar a condição humana; 15. Ética global incorporada no cotidiano das decisões.

Destaque-se a Dimensão 9 que trata sobre como, por meio da educação, é possível tornar a humanidade mais inteligente, conhecedora e sábia o suficiente para enfrentar seus desafios globais, com o intuito de influir diretamente para a cultura da paz nas escolas.

Fundado em 1996, o *Millennium Project*, é resultado de três anos de estudos de viabilidade por parte da Universidade das Nações Unidas, o *Smithsonian Institution*, o *Futures Group International* e o *American Council* da ONU.

A escalada exponencial da violência, com a evolução tecnológica nas décadas de 1980 e 1990, inclusive em contexto bélico, expresso na precisão de seus instrumentos e consequente aumento de vítimas civis, provocaram que a Assembleia Geral das Nações Unidas dedicasse uma década a se iniciar no ano 2000, para a promoção da cultura para a paz. Sob a incumbência da UNESCO, foram expressos no Manifesto 2000, encaminhamentos formulados desde 1997, cujas temáticas versam sobre: respeitar todas as vidas; rejeitar a violência; partilhar a generosidade; ouvir para compreender; preservar o planeta; reinventar a solidariedade. O documento reafirma o protagonismo para relações de paz, para o qual é necessário “dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento”, conforme Delors (1998, p. 82), sendo que, para a educação é reservado um dos principais papéis.

Outros pesquisadores propuseram perspectivas diferentes a respeito da diversidade e da paz.

Especificamente sobre o ambiente escolar a obra “Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural”, de Angela Maria de Abreu Branco e Maria Cláudia de Oliveira (2012), trata sobre inclusão social, com garantia de direitos humanos, e busca desenvolver valores éticos e morais.

A obra “Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor - Produções didático-pedagógicas” (PARANÁ, 2014), reúne planejamentos com o título “O respeito à diversidade na construção de uma cultura de paz na comunidade [...]” (p. 1-33), sendo os planos desenvolvidos para comunidades e colégios estaduais específicos do estado do Paraná. Composto de dois volumes, com aproximadamente duas mil produções, o documento apresenta potencial para auxiliar tanto na elaboração de aulas, para reflexões ligadas ao currículo quanto aprofundar as discussões na formação de professores.

Francisco Sales Alves (2007), em seu artigo “Os pensadores e a Educação como caminho: uma proposta para uma cultura de paz”, com base na contribuição de Jürgen Habermas, buscou trazer aspectos para a construção da paz mundial apontando a Educação como um caminho para a promoção de uma cultura da paz, em consonância com o ideal proposto pelo filósofo Immanuel Kant.

Cecchetti, Oliveira e Hardt (2013) apresentam a problematização a respeito do conhecimento para domínio e destruição do outro, destacando a importância de que sejam consideradas as diferenças no ato de educar, cuidar e conviver, de forma a que se desenvolva uma cultura que reconheça a diversidade em suas diferentes expressões, como condição para que se estabeleçam os fundamentos para uma cultura de paz, a saber, a liberdade, a responsabilidade e a dignidade.

Com foco na educação para a paz, como componente educacional de uma cultura de paz, Nei Alberto Salles Filho (2016), trata em sua tese “Cultura da Paz e Educação para a Paz: olhares a partir da Teoria da Complexidade de Edgar Morin” o diálogo entre cinco pedagogias da paz, a saber: dos valores humanos, dos direitos humanos, da conflitologia, da ecoformação e da convivência, sendo esta última a que se destacou como contributo ao presente estudo, no pensamento de Xésus Jares.

Indo além da escola, incluindo áreas de aplicação como a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia, num espectro um pouco mais amplo está o livro organizado por Cavoukian e Olfman (2009) intitulado “Honrar a criança: como transformar esse mundo”. Nele, Eaton propõe pensar questões ligadas à espiritualidade, com o capítulo Honrar a criança e a religião: questões e insights. Nesse mesmo livro Eisler, em “Os benefícios da parceria: quando as crianças são honradas há paz e prosperidade”, indica que o dia a dia no ambiente familiar, social e escolar é onde se aprende a utilizar, ou não, a violência como forma de controle e domínio. Além dessas, outras temáticas foram abordadas, como crescimento emocional, vulnerabilidade dos primeiros anos, família, consumo, sustentabilidade, cenários futuros, dentre outras. Destaque-se a família como contexto no qual se aprende a conviver e a socializar, e que é preciso considerar a diversidade das famílias, que se configuram de formas diferentes em composição, situação, inter-relações, escolhas, formas de exprimir afetividade, etc. (JARES, 2008).

Pensadores de diferentes épocas influenciaram o constructo a respeito da paz ou em benefício dela.

Jean Jacques Rousseau foi teórico político, escritor e compositor suíço, considerado um dos principais filósofos do iluminismo e precursor do romantismo, sendo forte influência sobre Tolstói, numa visão pacifista, com o ideário de que se deve guiar as pessoas pela via do amor e da não violência. Rousseau também defendeu a não violência e a ideia de que o homem é naturalmente bom e estabelece como princípio educativo não mais a autoridade, mas a liberdade.

A ética construtiva da paz urge ser preventiva no tratamento a diferentes formas de violências que se materializam em ambiente escolar, e a Teologia não pode, nem fica, indiferente ao tema.

Quer seja o ato em si (materializadas), as incivildades (verbais) ou as violências simbólicas ou institucionais (CHARLOT; EMIN, 1997), a experiência docente testemunha recorrentes incidentes no qual o desconhecimento ou o silenciamento a respeito das crenças pessoais e/ou familiares podem agravar conflitos, que sucumbem solucionar-se pelas desinteligências.

Aprofundar a clareza a respeito da espiritualidade/religiosidade seria importante, no âmbito escolar, pela possibilidade de oportunizar diálogo e encontro. A reflexão quanto ao espaço e a responsabilidade que a religião ocupa, em diferentes âmbitos (institucional, social e comportamental), e ainda que na escola ela se mostre especialmente no convívio social, se justifica, pois, por meio dela é possível pensar a diversidade e as possibilidades de diálogo inter-religioso e estruturar princípios de convivência ética, de forma plenamente possível, visando edificar no coletivo a cultura da paz, conforme o pensamento de Küng (2001, p. 86).

A busca pela paz, ou de sua construção, tem sido tema recorrente ao longo da história humana, tanto quanto as sucessivas guerras.

Para destacar alguns pensadores, cita-se John Locke, filósofo político que, impactado pelas guerras religiosas do século XVII, escreveu a “Carta sobre a Tolerância” ([1689] 1987), formulando premissas clássicas para esta.

Além disso também formulou a ideia de estudantes como tabulas rasas, que poderiam, por meio do ensino, adquirir virtudes, fortalecendo a ideia de uma educação moralista. Nesse sentido, os costumes e a moral superariam a importância de um conteúdo disciplinar. Ele defende o ensino de conteúdos para a vida como saberes que se configuram como significativos. Seu pensamento influenciou a pedagogia moderna até os dias atuais.

Emmanuel Kant e a valorização de princípios éticos e morais, e o bom selvagem de Jean Jacques Rousseau, enquanto essência positiva quando dirigida ao bem, contribuem em outros campos e de outras formas para pensar a qualificação de seres verdadeiramente humanos.

Na Teologia, Paul Tillich (1992), pensa as correlações entre religião e cultura, com categorias que alicerçam a religião e conseqüentemente a educação religiosa. E tratando sobre a absolutização de mercado, refere-se a ela como gatilho para a

frustração existencial, entre outros aspectos múltiplos que consomem e afastam de um sentido de paz. Fazendo a relação entre cultura e religião, ele estabeleceu parâmetros que propiciam a solidariedade e a paz.

1.2 O CONTEMPLAR DA TEOLOGIA

Também no campo da Teologia, Hans Küng recebe destaque pelo intenso movimento inter-religioso comprometido com a construção da paz. Esse teólogo e filósofo suíço-germânico católico analisou, dentre outras temáticas, os problemas que afetam o diálogo entre religiões, concluindo que somente uma ética global pode assegurar a paz entre culturas, religiões e modos de viver. Ele contribuiu em prol de um tipo específico de conhecimento a fim de promover a abertura ao cultivo da cultura religiosa sadia e uma ética para a paz.

Nascido na Suíça em 1928, Hans Küng é sacerdote católico romano, filósofo e doutor em Teologia (França). Sua pesquisa sobre ecumenismo tem início na Universidade de Tübingen (Alemanha), onde fundou o Instituto de Pesquisa Ecumênica que, por força de seus embates, foi separado da Universidade Católica.

Como um dos principais críticos da autoridade papal publicou, em 1970, um livro questionando a infalibilidade papal, que resultou na revogação de sua autorização para ensinar Teologia católica romana, pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1979, separando seu instituto da faculdade católica.

No ano de 1993, criou a Fundação *Weltethos* (Fundação Ética Mundial), que busca desenvolver e fortalecer a cooperação entre religiões. Além do diálogo inter-religioso e ecumênico, com base no Concílio Vaticano II, discute a abertura para a admissão de mulheres nos ministérios, a participação de leigos na vida religiosa e o distanciamento do exclusivismo teológico e eurocentrista.

No *Projekt Weltethos* Küng, buscou fomentar a pesquisa, a educação e o encontro intercultural e inter-religioso (WELTETHOS, s.d.)¹³, visando construir uma ética mundial formada pelos valores comuns à diferentes religiões, junto a líderes religiosos e pesquisadores da área.

¹³ *Stiftung Weltethos*, no inglês: *Global Ethic Foundation* ou Fundação para Ética Global (tradução da autora). Sugere-se a visita para aprofundamento: Fundação Ética Global para pesquisa, educação e encontro intercultural e inter-religioso, Disponível em: <https://www.weltethos.org> (em alemão) ou <https://www.global-ethic.org/> (em inglês).

A busca pelo que transcende, e que faz parte da realidade de boa parte da humanidade, motivou a elaboração desse projeto, cuja base religiosa conjugava os preceitos máximos de diferentes religiões com o diálogo, enquanto vertente para a construção e possibilidade final.

As discussões e os documentos encontrados no ambiente da Fundação para Ética Global buscam direcionar à construção de valores éticos, estabelecidos de forma dialogal ampla e intercultural, que podem ser observados na Declaração de Ética Mundial (Anexo C), publicada por Küng em 1990.

Seu projeto foi assumido com a finalidade de atender ao pragmatismo desta pesquisa e a Declaração de Ética Mundial guiou a reflexão gerando um instrumento auxiliar à reflexão, aplicado aos materiais didáticos destinados ao ER. A aproximação entre o parlamento das religiões e a disciplina se deu pelo reconhecimento desta enquanto lugar cuja diversidade se traduz no encontro de pessoas de diferentes formas de crer ou não crer, idades e origens étnicas, sendo exigidos encaminhamentos e posturas que fomentem a cultura da paz, a alteridade e o convívio respeitoso.

A história desse projeto passa por Nova Deli (Índia), que recebeu a Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, em 1961, onde houve a defesa à consciência religiosa e, em 1968, o consenso entre uma Comissão Consultiva das Religiões que estavam ali não por estarem de acordo, mas para que se fizesse conhecer.

Em 1970, em Kioto no Japão, a primeira assembleia da Conferência Mundial das Religiões propôs “tratar da questão da paz, propagar a causa do desarmamento, opor-se a todo tipo de discriminação, trabalhar para acabar com o colonialismo, com o imperialismo e defender os Direitos Humanos”

Em 1993, em Chicago, nos Estados Unidos da América do Norte, foi aprovada a Declaração por uma Ética Mundial, por líderes de diferentes tradições religiosas no Parlamento Mundial das Religiões, com dois pontos de partida: a humanidade e a reciprocidade. Em primeiro plano está o tratamento humano a que todos têm direito, independentemente do poder econômico ou da influência social que represente (KÜNG; SCHMIDT, 2001). O outro ponto trata do princípio da reciprocidade, reconhecido entre as religiões como a regra de ouro que, de forma positiva, indica que se pratique ao outro aquilo que é desejado para si.

Considerando os humanos, indistintamente, e a consciência da lei do retorno das próprias ações como pontos de partida para a construção da paz, torna-se

possível vislumbrar um caminho pelo qual “convivendo, as pessoas aprendem a conhecer umas às outras, também na dimensão religiosa, e, conhecendo-se, aprendem também a se respeitar” (KLEIN, s.d. s.p.).

O projeto foi discutido e construído com base na ideia de que o “ocidente está diante de um vácuo de sentido de valores e de normas” (KÜNG, 2005, p. 24), o que Berger e Luckmann confirmam:

as ordens de valores e as reservas de sentido não são mais propriedade comum de todos os membros da sociedade. O indivíduo cresce num mundo onde não há mais valores comuns, que determinam o agir nas diferentes áreas da vida, nem uma realidade única, idêntica para todos. Ele é incorporado pela comunidade de vida em que cresce num sistema supra-ordenado de sentido. Mas este não é evidentemente o sistema de sentido de seus concidadãos (2004, p. 39).

A respeito da cultura da paz que se almeja mundial, Hans Küng demonstrou ir além do visto em primeiro plano, tratando dos paradigmas do avanço econômico, social e ecológico correto, de forma que se atinja plenamente uma ética e uma moral humana.

Sua contribuição transborda o fazer acadêmico e propõe que se pense uma ética mundial. Pensar o *Ethos* Mundial a partir de Hans Küng é propor valores que as religiões traduzem bem, ao passo que “se justifica para o outro, se revisa e se abre para o outro” (CULLETON; BARRETTO, 2007, s. p.) ensinando a premência de referenciais como valores, ideais e objetivos.

Descrevendo algumas conquistas Küng confronta ciência e a necessária sabedoria para usá-la; tecnologia e energia espiritual para monitorar mega ideologias; indústria e ecologia, democracia e moral, tão necessárias as segundas quanto as primeiras; contrapondo-se à avidez dos interesses (KÜNG, 2001), traço marcante de sua obra.

Segundo o teólogo, todas as religiões oferecem lentes pelas quais é possível um olhar diferenciado e equânime para a diversidade, em busca da paz, devendo concentrarem-se em bases comuns. Uma dessas lentes é a busca pelo bem-estar das pessoas primando pela dignidade, pela liberdade, pela integridade, tornando possível que juntas as religiões possibilitem o respeito aos direitos de todas as pessoas.

A Declaração de Ética Mundial, construída a várias mãos por um comitê redacional composto de representantes de diferentes religiões, sintetizada por Hans Küng, destinada para o Parlamento das Religiões Mundiais (Chicago, 1993), busca o

estabelecimento da ética para a paz em que se destacam quatro preceitos ou parâmetros:

- cultura de não violência e temor diante da vida;
- cultura de solidariedade e uma ordem econômica justa;
- cultura de tolerância e vida de veracidade;
- cultura de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres.

As dimensões inarredáveis de Hans Küng, como fundamentos seguros próprios da Teologia, ampliaram as condições para pensar um ambiente no qual construir a paz seja realmente possível, mesmo entendendo a dinamicidade e complexidade das relações, em especial no âmbito educacional, em que a mudança é marca permanente.

A aplicabilidade desses preceitos independe da forma assumida por cada crença e visa promover vivência respeitosa entre diferentes vertentes religiosas, mesmo que não se identifique como isso possa repercutir na formação humana.

Os valores/reservas de sentidos, cujos preceitos pretendem promover, não são propriedades exclusivas dos membros de uma sociedade ou religião específica, podendo fundamentar condições de equilíbrio e o bem de todas as pessoas, entendendo que, para isso, "o bem-estar da humanidade deve-se colocar princípios e normas éticas como critérios de avaliação e de diferenciação, para dentro das discussões dos problemas e da procura de soluções" (KÜNG, 2001, p. 92).

Assim sendo, buscar esses critérios para avaliar os materiais didáticos é um primeiro passo (que pode embasar outros) nas salas de aula da Educação Básica e nos espaços de formação, em especial na graduação da docência, em relações constituídas como verdadeiramente humanas, gerando condições e dimensões nas quais a diversidade cultural possa ser fator positivo.

Em conformidade com Küng (2001), ética e moral são correlacionadas. Enquanto a primeira é ramo do saber ou disciplina que se detém na conduta humana, nas questões a respeito dos valores, motivações e fins, a segunda trata das fórmulas usadas (códigos) na condução dos indivíduos e de seus grupos (idem). Assim, a vida em sociedade é possível somente havendo um *ethos* mundial, paz entre as religiões, viabilizada pelo diálogo entre elas (KÜNG, 2001). O autor valoriza a diversidade religiosa explicando não ser necessário haver uma única religião mundial, ou ideologia

única e/ou unificada, e sim “normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas e que todas sejam válidas” (KÜNG, 2001, p. 8).

A valorização das diferenças e a resolução não violenta dos conflitos conclama para que diferentes atores sociais detenham, além do conhecimento técnico, também, e especialmente, o conhecimento histórico, ético e religioso, balizando a transmissão de conhecimento em firmes valores, sem os quais se é conduzido ao erro (KÜNG, 2001, p. 183). Também, por isso, enfatiza-se a importância de se estabelecer de forma prática a avaliação de posturas, de métodos e de materiais usados no ambiente escolar, mediante valores.

Como uma resposta assertiva aos “conhecimentos profundos de natureza histórica, ética e religiosa” (idem), elegeu-se aplicar seus paradigmas aos livros didáticos do ER, com a criação de instrumento específico que norteie a avaliação dos materiais no sentido da contribuição teológica de Hans Küng.

Assim, indo além de procedimentos intuitivos, foi desenvolvido um instrumento balizador, por meio de análise da contribuição de Küng em face da diversidade religiosa e, sob essa ótica, empreendeu-se a exploração, análise e inferência a respeito dos livros didáticos para o ER, tornando possível sondar a disciplina sob suas lentes.

Como dito anteriormente, não foram localizados escritos de Hans Küng, tratando exclusivamente da escola e suas relações, ou do ER como disciplina escolar especificamente, entretanto é inegável a sua contribuição para a Educação, assim como para outros campos das relações humanas, pois revelam caminhos para a paz, ao propor que se promova o conhecimento sobre a pluralidade das religiões, para que o diálogo entre elas e as nações se efetivem e assim possa existir a Paz (Kung, 2001).

O Projeto de Ética Mundial conclama que além de igrejas e da Teologia, o Ensino Religioso, entre outras disciplinas, se coloque de forma próxima à educação de forma geral. Pressupõe-se que ele se referiria ao Ensino da Religião, enquanto formação da fé, tendo em vista a proximidade com as igrejas e as teologias, subtítulo desse trecho. Contudo, presume-se a aplicação destinada ao ER escolar, por conta do conteúdo que se segue, no detalhamento, Küng orienta que esse ensino religioso seja organizado de forma pluralista, disposto ao diálogo, tratando as perguntas do futuro de forma autocrítica e inovadora, de forma a transmitir conhecimento inter-religioso, cujo trabalho de esclarecimento assume a dimensão de uma prática da educação para a paz (KUNG, 2001, p. 183).

1.3 OLHARES PARA A ESCOLA

A diversidade do ambiente escolar pode ser observada nas crianças e nos jovens que a escola teima “formar”, no sentido de colocar em formas, onde é encontrada uma abundância de olhares, de referenciais muito pessoais e profusos, de crenças ou descrenças pessoais, enfim, um emaranhado de esperanças e expectativas.

Nesse cenário de diversidade e de violências simbólicas ou efetivas, é necessário um transbordar de saberes acadêmicos e, em processos cada vez mais dinâmicos, dar condição para que cada uma e para que todas as pessoas envolvidas venham a responsabilizar-se pela construção coletiva da paz.

É antagônico pensar na coletividade em ambientes que jovens e crianças se percebem precocemente sozinhos, com frágeis referenciais pessoais, por conta da demanda profissional, pessoal e tecnológica de suas famílias. Com isso, seus interesses podem centrar-se na gratificação pessoal, gerando lastro para egoísmo, fragilizando a consciência do coletivo e mostrando-se estopim para violências das mais diversas. Em contrapartida, a escola pode se colocar como um dos lugares onde seja possível explorar intencionalmente a beleza da diversidade e, com base nela, exercitar o dever incondicional de respeitar e acolher.

Mas a realidade apresenta um desafio gigante: construir, persistir e não desistir da paz em um lugar em que imperam violências.

Entendendo violência como “ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força” (SPOSITO, 2008, p. 60), amplia-se o conceito ao considerar a negligência, o silenciamento ou a exclusão também como formas de violência. Pela violência “nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito” (SPOSITO, 2008, p. 60).

A violência escolar preocupa de tal forma que, em 2005, representantes das Nações Unidas Organização Educacional, Científica e Cultural (UNESCO) lançaram o livro “Violência nas Escolas” (ABRAMOVAY; RUAS, 2002), que se tornou referência no enfrentamento à violência escolar. A publicação resultou da aplicação e análise de questionários destinados a alunos, seus pais e professores, em treze capitais de estados da federação além do Distrito Federal. Neste estudo foi revelado que 45%

dos estudantes entrevistados (Ensino Fundamental e Médio) sofreram algum tipo de violência, sendo possível afirmar que as incivildades afetam o desempenho, e fragilizam as relações humanas estabelecidas na escola. O enfrentamento a isso remete à ideia de um código ético, entendendo que “sem estar ligada a um sentido, a valores e normas, a pessoa humana não vai, nem nas coisas pequenas e nem nas grandes, portar-se de forma verdadeiramente humana” (KÜNG, 2002, p. 60-61).

A violência costuma se dar na intersecção de três conjuntos de variáveis independentes: “o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem sócio-espacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões)”, conforme Abramovay e Ruas (2002, p. 14). No tocante ao social, uma das variáveis para a violência considerada é a religião, entretanto, a pesquisa silencia com relação a isso, o que indica oportunidade de aprofundamento.

O estranhamento a respeito dessa ausência leva à reflexão: se a religião está envolvida no problema da violência, não poderia ela também ser uma fonte para buscar a não violência? E ainda se questiona que ela possa valorizar as identidades, enquanto distingue diferenças. A valorização das identidades, em especial sobre os caracteres religiosos, poderia funcionar como ponte, aproximando pessoas que creem de diferentes formas em torno de temas comuns, podendo gerar identificação na diferença por conhecer a forma de crer do outro, que mesmo diferente se estabelece da mesma forma que em si.

Na escola, em conjunto com outras disciplinas, o ER busca traduzir em conteúdos próprios os aspectos culturais de diferentes religiões, de forma organizada (sob eixos ou dimensões) em temas que apresentam a riqueza cultural dos ritos, textos e símbolos sagrados. Evidentemente isso tem completa dependência com a formação que cada professor recebe na graduação e nas que busca em cursos posteriores.

Enquanto conteúdos portadores da diversidade, por tratar sobre diferentes modos de crer, poderiam constituir elementos construtivos de uma educação para a paz de forma a “aperfeiçoar a religiosidade, mas antes aprimorar a cidadania e a humanização do estudante, também por meio do conhecimento da religiosidade e dos valores preservados pelas tradições religiosas” (SOARES, 2009, p. 11).

Nesse sentido, existem saberes especialmente importantes para a educação para paz. Morin (2003)¹⁴ indica sete, nos quais a ética de posturas e relacionamentos podem romper com a lógica do egoísmo e reconectar o humano consigo, enquanto grupo; com o planeta e com os conhecimentos que busca.

Na linha de um coexistir significativo, Jares teve sua contribuição reconhecida pela UNESCO (2010), cuja dimensão pode ser avaliada pela inclusão de um capítulo de sua autoria, intitulado “Pedagogia da Convivência”, na íntegra, no balanço da “Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo”, documento da UNESCO (2010).

Jares versa sobre a importância da religião cristã para a educação para paz, citando a igreja primitiva como interlocutora de valores imprescindíveis como a não violência, comunhão e vida fraterna (2007), dentre outros. Ele indica que a convivência, conforme se intitula sua obra póstuma, envolve conteúdos morais, ideológicos, políticos, éticos, culturais e educativos. O autor pontua a naturalidade do conflito nos processos construtivos de paz e o valor do diálogo.

Ele indica os seis mais importantes campos condicionantes da convivência (JARES, 2008) que interagem positiva ou negativamente na interlocução com a paz: a família, coma qual se aprendem os primeiros hábitos da convivência; o sistema educacional como artífice cultural que gera ritos que marcam a convivência; o grupo de iguais como outro âmbito de socialização, cada vez de forma mais precoce; os meios de comunicação e a enorme influência que exercem em comportamentos, valores e relações sociais; os espaços e instrumentos de lazer que impõem valores e modelos de convivência, pois condicionam escolhas como, por exemplo, a primazia pelo consumo e a cultura consumista; e os contextos político, econômico e cultural dominantes, pelos quais a convivência condiciona e é condicionada, cuja escassez de referenciais tornam frágeis os modelos que desses contextos exalam.

¹⁴ Edgar Morin produziu para a UNESCO reflexões a respeito da educação para o próximo milênio. Ele propôs sete saberes necessários à educação do futuro (2003), que dá o título a sua obra, e contribui para pensar a Educação em diferentes aspectos, o que também pode contribuir para a educação para a paz. Os setes saberes são: 1) as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; 2) os princípios do conhecimento pertinente; 3) ensinar a condição humana; 4) ensinar a identidade terrena; 5) enfrentar as incertezas; 6) ensinar a compreensão; e 7) a ética do gênero humano. A obra trata do esforço em aproximar ciência e humanidade, natureza e cultura, tratando a respeito da importância de posturas e ensinamentos éticos, não como um conjunto abstrato de saberes, mas como atitude deliberada e consciente.

Para Jares (2002), conviver, ou viver um com o outro, deve ter base nos códigos valorativos e, portanto, muito pessoais que, por isso e por dependerem dos contextos onde se estabelecem as relações, são subjetivos. As relações, de acordo com o autor, se dão em virtude das escolhas que dependem dos valores, das normas, dos direitos, dos contextos (sociais, políticos, econômicos), das formas e da linguagem para expressões, emoções, vínculos, cujos desencontros são a gênese dos conflitos.

O conflito é apresentado por ele como a incompatibilidade de convivência, por conta dos valores, objetivos, finalidades e interesses, que pressupõem a impossibilidade de coexistir, e indicam que um dos modos de transpor essa situação é o diálogo. Jares (2002), caracteriza o conflito por situação em que pessoas ou os grupos procuram ou preservam metas, valores ou interesses divergentes e/ou antagônicos.

Para além disso, Jares (UNESCO, 2010, p. 52) detalha conteúdos necessários para que se estabeleça a Pedagogia da Convivência:

a) direitos humanos – enquanto promotor de princípios, normas e valores reguladores da convivência, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos como o “pacto mais sólido para uma convivência democrática e o consenso mais abrangente”;

b) respeito – que fundamenta as práticas da boa educação ou urbanidade, qualidade imprescindível para a convivência democrática, cuja reciprocidade amplia o alcance para todo o planeta Terra;

c) diálogo – como aspecto essencial e fundante para a pedagogia da convivência, que se estabelece pelo exercício contínuo. O valor desse conteúdo trata da possibilidade de resolução de conflitos, quer seja de forma direta entre os envolvidos ou por meio de mediadores e/ou intermediários. Esse conteúdo demonstrou potencial na análise dos livros didáticos.

d) solidariedade – engloba caracteres concretos ou materiais e sentimentos, e é conceituada pelo autor, em vista da convivência, como “qualidade de humanização, possibilidade de plena realização e felicidade” (UNESCO, 2010, p. 53);

e) não violência – enquanto pressuposto para a cidadania democrática, respeitosa e solidária, tendo por princípio fundamental o respeito à vida, que inclui forçosamente a resolução de conflitos;

f) laicismo – que com vocação universalista, racionalista e civilizadora, pretende garantir a liberdade de consciência, e é apresentado como a melhor opção

para que se respeitem todas as crenças. Tem fundamento na separação das confissões religiosas do aparelho estatal e na neutralidade religiosa deste;

g) caráter mestiço das culturas – trata sobre as inevitáveis interações entre culturas, que se entrecruzam, influenciam-se e reconfiguram-se em uma relação sempre dinâmica;

h) ternura ou afetividade – enquanto um dos traços da identidade da convivência, como conteúdo ou expressão. A alfabetização em afetividade e ternura deve ser priorizada tanto no processo educacional quanto na formação de professores, de acordo com Jares (UNESCO, 2010, p. 54). A afetividade, ou sua carência, mostra sua face em certos problemas de indisciplina;

i) perdão – citado por Jares como sendo o “reconhecimento da falta, o arrependimento e o compromisso de que não voltará a cometer a mesma ação” (UNESCO, 2010, 54), sem implicar, contudo, no esquecimento;

j) aceitação da diversidade – conjugando a relação de diferença e igualdade na convivência, combatendo políticas de segregação no interior das escolas;

k) felicidade – com relação à garantia do mínimo imprescindível, o que remete aos direitos humanos, enquanto condição para que ela seja possível. Uma felicidade carregada de cultura e de relações justas, mas marcada especialmente pela capacidade de encantar-se e de amar e ser amado;

l) esperança – que está ligada a otimismo e como antídoto diante da passividade do conformismo.

Em Jares, se distingue o diálogo como imprescindível para qualificar o olhar, visando uma cultura de paz, para o meio educacional, cuja conexão com o trabalho de Küng, na importância e possibilidades do estabelecimento desse se mostra tão urgente quanto necessária, em especial para o ambiente escolar, lugar de socialização que estimula determinados modelos de convivência (JARES, 2008).

Entre Küng e Jares há similaridades, como se estivessem mesmo escrevendo em diálogo sobre a paz. Coincidem na busca sobre a resolução de conflitos de forma não-violenta, em face do diálogo, justiça, liberdade, equidade, tolerância, e dentre outros quesitos a defesa por direitos humanos em âmbitos que vão além dos direitos civis e políticos, enfrentando a distonia com relação ao econômico e social. São similares em conclamar posturas universais para atingir a paz. Por Hans Küng foi promovida a escuta atenta e efetiva de diferentes líderes e pensadores ligados às religiões, que em diálogo formularam e militam em favor da paz. Em Jares há a efetiva

influência sobre a educação, em instâncias que alcançam o mundo, como ao estabelecer e colaborar com a Pedagogia da Convivência em documento para a UNESCO.

Em outros aspectos, se distanciam nos seus campos de luta, com Küng ligado à Teologia, abordando a temática educacional de modo periférico, e Jares priorizando a Educação na centralidade de seu fazer.

1.4 OBSERVAR NO ENSINO RELIGIOSO

De acordo com o IBGE (2010) são incontestáveis a pluralidade e a diversidade religiosa brasileira, havendo forte trânsito religioso interdenominacional e para fora das religiões, em especial entre jovens com 15 até 29 anos que elegeram “outras fontes de referência, [que] ganharam importância, para determinar o pertencimento e/ou o não pertencimento institucional religioso (NOVAES, 2016, p. 234).

A juventude brasileira apresenta a forte característica de “observar (e naturalizar) histórias de conversões e de desconversões, de trânsitos e combinações no interior de suas famílias multirreligiosas e ao redor de seus locais de moradia” (NOVAES, 2016, p. 235), isso caracteriza a diversidade religiosa da sociedade.

Por isso também se espera que a escola pública, no conjunto de suas disciplinas, promova a laicidade, atendendo às interdições governamentais quanto a “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a missão escolar é contribuir de fato para a formação integral numa perspectiva integradora, cujos valores como o respeito, a justiça e a paz, oportunizem a descoberta do verdadeiro sentido da vida (STEIL, 1996).

A educação busca promover o respeito às diferenças, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a ampliação de valores éticos que contribuam para uma convivência voltada ao bem da sociedade, e a BNCC (BRASIL, 2017), colabora propiciando espaço equidade educacional, ao estabelecer o que todos os brasileiros tem direito de aprender.

Nas competências básicas da BNCC (BRASIL, 2017), indica-se que a formação propicie o fortalecimento da cultura de paz, fazendo menção em formar para uma

sociedade justa, que seja inclusiva, que contribua para a valorização e fruição de práticas diversificadas ligadas à produção artístico-cultural, e que se promova o entendimento mútuo.

Destaca ainda a ética como um dos modos significativos para acesso à informação, e que, cada estudante venha exercer o protagonismo, valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais, possibilitando escolhas compatíveis ao exercício da cidadania, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade, além de tornar possível a argumentação para que se respeitem e se promovam os direitos humanos, e ainda fomentar a consciência socioambiental com posicionamento ético em relação a si, aos outros e ao planeta. Competências essas que possibilitam vislumbrar uma educação que possa promover a cultura de paz, que se necessita.

Nesse sentido, especialmente as competências nona e décima conclamam para uma forma de vivenciar a Educação Básica na conjunção do respeito e da alteridade quando almeja formar de maneira a:

exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, s.p.).

A BNCC (2017) oferece práticas disponibilizadas na área de implementação, a fim de disponibilizar ferramentas e material de apoio, formuladas por equipes do Programa PROBNCC.

Tal é a preocupação com a temática da paz que, com relação à construção coletiva de condições de paz na escola, foi disponibilizada em Língua Portuguesa uma prática destinada aos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo específico de “desenvolver valores relativos à paz e a não violência, despertando nos alunos o desejo de serem semeadores da paz por meio de diversos gêneros textuais e

discursivos” (ALVES, 2017, *on-line*), buscando trabalhar nove habilidades¹⁵ específicas.

No Ensino Religioso, dentre outras disciplinas, também há uma contribuição com estratégias diferentes à temática da paz, enquanto disciplina escolar em que a diversidade religiosa se destaca, tendo em vista a importância da “educação da religiosidade (ou da espiritualidade); visando à educação do cidadão, uma vez que a dimensão religiosa é algo presente no indivíduo e na sociedade” (SOARES, 2009, p. 4).

A disciplina tem natureza e finalidades pedagógicas distintas da confessionalidade, objetivando promover a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações da religiosidade da realidade dos estudantes, estando ligada a promoção dos direitos humanos, ao diálogo entre perspectivas religiosas e seculares, a construção de sentidos pessoais ligados a valores e princípios éticos e de cidadania (BRASIL, 2017, p. 435).

Ao combater a intolerância, a discriminação e a exclusão, por meio da problematização e reflexão, fundamenta-se teórica e pedagogicamente na interculturalidade e na ética da alteridade, favorecendo o “reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida” (BRASIL, 2017, p. 435).

O ER é apresentado na BNCC como “um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes”, e uma vez que estes “visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz”, podem fomentar o convívio de modo democrático e cidadão (BRASIL, 2017, p. 435).

Em sua sexta competência específica, é indicado que a disciplina promova a reflexão e o posicionamento “frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz” (BRASIL, 2017, p. 435), estabelecendo a ligação entre a temática e a disciplina.

Como a presente pesquisa se dá no arcabouço da Teologia, e que se coloca também como espaço para a reflexão e formação de pesquisadores voltados ao ER,

¹⁵ EF05LP16; EF03LP20; EF35LP15; EF04LP19; EF35LP17; EF04LP21; EF05LP24; EF35LP18; EF35LP20

buscou-se uma contribuição teológica que auxiliasse a interlocução entre Educação e Teologia.

A contribuição do teólogo Hans Küng desponta pela importância, além da relevância que suas contribuições receberam em nível mundial em diferentes campos do saber, especialmente pela concretude em tratar da temática do diálogo inter-religioso. Em breve incursão ao Banco de Teses e Dissertações, sua contribuição foi encontrada em 12 trabalhos, com oito deles ligados à Educação.

Na escola, crianças, jovens, e também adultos podem entender que, nesse lugar onde ser diferente é a norma, é possível uma identificação plena. Talvez pela apresentação, por exemplo, da regra áurea de diferentes religiões, com a qual se pretende proporcionar ao outro aquilo que é desejado para si, sendo esse um dos pilares da teologia “künguiana”, além da busca do diálogo em virtude da paz.

Por meio do ER, no qual isso pode ser propiciado de forma *sui generis*, é possível perceber com os estudantes, à guisa de exemplo, que o ensinamento no Judaísmo para que não seja feito ao semelhante aquilo que para si próprio é doloroso, pode ser estabelecido paralelo com os mesmos princípios no Zoroastrismo, Judaísmo, Confucionismo, Cristianismo, Budismo, Hinduísmo, Islamismo, Sikhismo, Jainismo e Taoísmo.

Além disso, as associações inter-religiosas foram criadas no país após a década de noventa, com o fim de atender ao ditame legal para a instrumentalização da disciplina. Dentre outras, é possível citar a ASSINTEC, fundada em 1973, que busca agremiar diferentes líderes religiosos na cidade de Curitiba, e instrumentalizar a formação docente para o ER no Estado do Paraná.

Na disciplina, os diferentes aspectos do sagrado, do simbólico e de suas manifestações são também, aspectos culturais que envolvem as sociedades mundiais e que, independentemente da opção por crença ou não crença, são conhecimentos necessários para entender a dinâmica de diferentes culturas.

São saberes úteis por conta de possibilitarem as condições de diálogo e de desmistificação de preconceitos na convivência verdadeiramente humana, que deve alcançar o *lócus* escolar, como ambiente propício à acolhida que “ao longo do tempo e em cada cultura, [a escola] assumiu diversas características” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 14). Assim, há uma gama de condicionantes diferentes que devem ser consideradas ao olhar para a disciplina do ER e para seus livros didáticos.

A observação coloca foco em como o material orienta práticas e materiais que tornam possível a construção de uma ordem mundial, com uma ética mundial, com a qual todas as pessoas sejam tratadas de forma humana; para que haja a criação de uma cultura de respeito e não violência a cada ser vivo, de uma cultura de solidariedade e de ordem econômica justa; de uma cultura de tolerância e veracidade ou autenticidade; de paridade de direitos e companheirismo entre homem e mulher, além da transformação de consciência, alcançando profundidade.

Papa Francisco, afirmou em 2017, no Egito, quando esteve em um encontro inter-religioso no islâmico Centro de Conferências Al-Azhar:

[...] [FL1] precisamente no campo do **diálogo, sobretudo inter-religioso, sempre somos chamados a caminhar juntos, na convicção de que o futuro de todos depende também do encontro entre as religiões e as culturas.** [...] Há três diretrizes fundamentais que, se forem bem conjugadas, podem ajudar o diálogo: o dever da identidade, a coragem da alteridade e a sinceridade das intenções. O dever da identidade, porque não se pode construir um verdadeiro diálogo sobre a ambiguidade nem sobre o sacrifício do bem para agradar ao outro; a coragem da alteridade, porque quem é cultural ou religiosamente diferente de mim, não deve ser visto e tratado como um inimigo, mas recebido como um companheiro de viagem, na genuína convicção de que o bem de cada um reside no bem de todos; a sinceridade das intenções, **porque o diálogo, enquanto expressão autêntica do humano, não é uma estratégia para se conseguir segundos fins, mas um caminho de verdade**, que merece ser pacientemente empreendido para transformar a competição em colaboração (FRANCISCO, 2017, s. p., grifo nosso).

Do trecho acima salta aos olhos o dever da identidade, a coragem da alteridade e a sinceridade das intenções, sendo as duas primeiras palavras e aspectos a chave para o fazer educativo, em especial no ER, no qual se percebem “identidade e alteridade como aspectos distintos, tempo, interligados e complementares ente si” (KLEIN, s.d., s.p.). A busca pelo diálogo, tão necessária e benfazeja, foi perceptível na demonstração didática do Papa Francisco ao encontrar-se com líderes islâmicos, ensinando pelo exemplo, a caminhar juntos sem que seja necessário renunciar à identidade, da coragem da alteridade e da sinceridade das intenções.

O diálogo, enquanto dimensão que oportuniza ou viabiliza uma cultura de paz, deve receber um cuidado extra, tanto na avaliação dos materiais pedagógicos, quanto no permear das relações que se quer propiciadoras da paz. O dever da identidade, e o respeito a ela, a coragem da alteridade, que informa muito sobre os partícipes da relação e a sinceridade das intenções são, como bem ensina o Pontífice, um caminho de verdade.

Algumas vozes se elevam no sentido de defender formas diferentes de ouvir e acolher. Entre outros, o pensamento de La Torre e Moraes (2007, p. 2), apresentam que “homem e mulher não são seres isolados, mas integrados à cultura, à natureza e ao cosmo” e que, por estarem imbuídos na mesma jornada, urge encontrarem caminhos de coexistência que promovam a paz, questões estas que a Teologia se coloca como *locus* e oportunidade benfazeja.

Da escola básica, pública e laica há o encontro das vozes, de diferentes timbres, que demandam ouvidos atentos. Elas são expressas nas diferentes formas de interagir, aprender, de desenvolver-se física, emocional e espiritualmente, pois no encontro com o outro é gerada a possibilidade de complementaridade. O inegável traço humano de busca pela espiritualidade pode ser elemento aglutinador, equalizando as vozes, oferecendo beleza na diferença dos timbres, ritmos e sons percebidos.

E é ali, no espaço entre o inusitado, do que o estudante desconhecia, e o encontro com diferentes modos de ser, o que inclui o religioso, que o ER e cultura se entrecruzam. Nesse sentido, boa parte da população advoga a importância e a contribuição das religiosidades, conforme o censo do IBGE de 2010, no qual mais de 90% da população declara pertencer a alguma expressão de fé.

A lei brasileira demonstra a partir da Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996), sem que se negue as tensões entre laicos e religiosos, que a disciplina está incluída entre nove áreas de conhecimento, como sendo parte da formação básica do cidadão. Em oposição, há o grupo que, historicamente, defende o distanciamento da religião e do ensino, a fim de atender aos pressupostos legais de laicidade estatal.

A juventude formatada, ou colocada dentro das caixinhas, cujos referenciais expressam desesperança e descrédito, exigem que o conhecimento oportunize a responsabilização pelo outro, e pode ser na escola, também por meio do ER, que a diversidade seja discernida e oportunize vivências significativas e respeitadas. É lá onde muitos processos morais ocorrem, nos quais cada pessoa se responsabiliza de forma autônoma por si, em especial no exercício do respeito, cabe à disciplina de ER “tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção” (BRASIL, 2017, p. 434), de forma respeitosa e acadêmica, não privilegiando e esquivando-se de ser espaço proselitista.

O comportamento humano equilibrado se baseia em deveres incondicionais, então é possível aferir que o dever ético deriva de um dever incondicional (KÜNG,

2001). Dependendo do incondicional, esse ser condicionado que o ser humano é, depende do que é Incondicionado, ou em outros termos do Absoluto, indemonstrável, mas de racionalidade plausível (KÜNG, 2001).

Esse Incondicionado, Absoluto é chamado Deus em algumas religiões, e tratar sobre Ele (temática pulsante no ER) é dar condição para o exercício de uma ética positiva e, na disciplina enquanto conhecimento acadêmico, como em identificação inter-humanos, ao tratar sobre religiões tendo autoridade para fundamentar um *ethos* mundial (KÜNG, 2005).

No caso específico do ER, há que se pensar no aparato cultural que a disciplina carrega, ensina, divulga e dá a conhecer, respeitando aos que creem e aos que não, já que para todos valem “princípios éticos e morais cuja origem decorre de fundamentos racionais, filosóficos, científicos, entre outros” (BRASIL, 2017, p. 437). Estes princípios fundamentam as relações para a paz e “coincidem com o conjunto de valores seculares de mundo e de bem, tais como o respeito à vida e à dignidade humana, o tratamento igualitário das pessoas, a liberdade de consciência e convicções, e outros direitos individuais e coletivos” (BRASIL, 2017, p. 437).

Isso remete a uma reflexão a respeito do que trata a palavra cultura. Para Seehaber e Junqueira (2006), cultura é o saber acumulado que é transmitido de uma geração para outra e que inclui valores universais como folclore, arte, dentre outros aspectos. Cultura também é entendida como uma forma de vida na qual são compreendidas ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder (TREICHLER; GROSSBERG, 1995, p. 14).

O significado de cultura em Geertz apresenta cada pessoa como “um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, e indica “cultura como suas teias” (1989, p. 15). A teia remete para a complexidade de elementos que se entrecruzam, carregados de significados peculiares, que se manifestam de formas diferentes (quer seja por signos, símbolos ou códigos), devendo ser interpretados e decifrados a partir do referencial teórico próprio. Destarte, cada cultura pode assumir significados múltiplos, pois depende das lentes culturais que cada sujeito carrega consigo. O conceito de cultura é complexo, e é amplificado ao tratar de diversidade cultural religiosa. A pluralidade e singularidades de culturas, em especial no caso do povo brasileiro, trazem a riqueza e a variedade que compõem a nação. Esse movimento é dinâmico e atualíssimo, pois a miscigenação continua a acontecer em cada novo encontro de pessoas.

É necessário distinguir a vivência da fé da disciplina escolar. Cabe lembrar que a primeira deve ser tratada em âmbito privado, sendo incumbência dos responsáveis, líderes religiosos, e, no caso da escola confessional, dos ministros e pastoralistas. No aspecto de cultivo da fé, em diferentes fases do ER, a Teologia contribuiu, e continua contribuindo sobremaneira, sendo responsável por pensar a educação, promover e sistematizar discussões, conforme confirmou-se na produção para e na disciplina e nos eventos por ela promovidos.

2. CAMINHOS DO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO RELIGIOSO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Do dicionário, interseção é o ponto estabelecido em que se transpõem ou se cruzam duas linhas, e na matemática é a operação por meio da qual se compõem elementos comuns a conjuntos diferentes. Com isso em mente, busca-se compor, ainda que de forma breve, o panorama que conjugue a história contextualizada da disciplina no Brasil, que nasce como ensino da religião e sofre transformações, e os livros didáticos localizados em cada período.

O conjunto da história do ER e os livros didáticos são assumidos como indicativos possíveis e presumíveis das transformações da disciplina (KLUCK, 2015) e podem, em alguma medida, demonstrar os caminhos percorridos.

No Brasil, historicamente, a educação esteve ligada à religião hegemônica, sendo o “Ensino Religioso como componente curricular [é] herdeiro de tendências culturais religiosas confessionais desde o descobrimento do Brasil” (CARON, 2007, p. 629). O catolicismo romano empreendeu a construção de um projeto de sociedade, pelo viés da evangelização e da catequese.

Paulatinamente, ampliaram-se os caracteres da laicidade e da diversidade cultural, étnica e religiosa, não sem o tensionamento entre os que defendiam a permanência do ensino da fé e aqueles que entendiam a necessária separação entre Estado e Igreja.

No século XX, as migrações internas e o aumento demográfico das cidades, dentre outros fatores, ampliaram a demanda educacional pública, também por conta do aumento da industrialização e do comércio dos grandes centros, conclui-se, portanto, que mais escolas demandam mais materiais.

Os manuais escolares ou livros didáticos são, para a opinião pública, símbolos da escola e podem se constituir em instrumentos de poder (CHOPPIN, 2001). Destaca-se a importância de situar o livro didático no processo de mudanças e permanências por conta de ser “tanto [como] objeto cultural fabricado, quanto pelo seu conteúdo e práticas pedagógicas” (BITTENCOURT, 2004), considerando-o como “suporte preferencial de comunicação de saberes escolares” (idem).

O livro que inicialmente era “objeto de veneração” tomou caráter pedagógico (ORLANDO, 2013) popularizando-se e parecendo reunir potencial de revelar caminhos e escolhas tomadas ao longo da disciplina.

Com a chegada da família real, em 1808, a história editorial brasileira tem início oficialmente. Antes disso, era proibida a ação de gráfica nesta colônia portuguesa (HALLEWELL, 2005). Dentre outros materiais trazidos por conta da vinda da Corte Portuguesa, um dos primeiros livros usados para fins didáticos foi o “Tesouro dos Meninos”, da segunda metade do século XIX (ZILBERMAN, 1996).

No início do período republicano, com as premissas fundantes de laicidade, até aproximadamente a década de 1970, os manuais escolares mantinham a estrutura de catecismos, organizados para a transmissão doutrinal, para a alfabetização e ainda contribuindo para o processo civilizatório (ORLANDO, 2008). As estratégias empreendidas vão, paulatinamente, mudando a face de sua missão.

A evolução da própria escola, e da disciplina de modo especial, é marcada por fases bastante claras: a) trabalho catequético e de formação social (até a década de 1920, aproximadamente) no viés cristão católico; b) ecumenismo cristão (posterior ao Concílio Vaticano II), disciplina de viés cristão, bíblico e cristocêntrico; c) secular e laico, após a Constituição Cidadã e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), quando a Lei brasileira contempla que as questões da religiosidade ocupem espaço no currículo escolar; e d) recentemente busca orientar a formação considerando a cultura religiosa em face da diversidade e da laicidade.

A estruturação do ER, e suas diretrizes, são frutos de um longo processo de organização da disciplina, e os elementos envolvidos podem ser revelados por meio dos livros didáticos, ainda que, em termos históricos, muito recentemente, tenha sido oficializado o respeito à diversidade cultural-religiosa do Brasil.

2.1 UM PERCURSO ATÉ O SÉCULO XXI

Do Brasil Colônia até a proclamação da República brasileira, a contribuição católica no campo educacional é incontestável, com enfoque especial no ensino da religião. No Império, a união entre Estado e Igreja tinha amparo constitucional (BRASIL, 1824), e a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) detinha hegemonia na educação, tanto que na lei imperial de 1827 está explicitada a função de ensino dos princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica, além da alfabetização.

Nesse período, os catecismos (em sua raiz *katechismos*) destinavam-se à instrução e, mais especificamente, à instrução religiosa e ao ensino doutrinal, para sedimentar e manter a adesão. Em sua gênese, eram instruções orais depois sistematizadas na forma de perguntas e respostas (cuja evolução pedagógica e os modos de formar a fé) podem revelar outros caminhos, o que sugere aprofundamento¹⁶.

Usados historicamente para a formação de adeptos, inicialmente de protestantes e depois de católicos, sinteticamente, o catecismo foi utilizado como um livro de doutrina, para a formação do cristão, com a finalidade de instrução, de inculcação de hábitos e valores religiosos e morais, e ainda para a modelação de comportamentos (ORLANDO, 2013).

No período republicano, o Decreto 119-A de 1890 (BRASIL, 1890) orientou para a separação entre Igreja e Estado, cujos ideais secularistas foram defendidos por grupos formados por positivistas, maçons, liberais, socialistas, e alguns grupos protestantes. A separação entre os diferentes poderes, com a conseqüente laicização estatal, traduziu-se ao estabelecer casamentos civis, a secularização de cemitérios e o fim de subvenção a cultos religiosos, além de iniciar a busca pela educação laica.

O clero e os intelectuais católicos conservadores reagiram à secularização, como por exemplo com Carlos de Laet pronunciando-se a respeito, em 1905, no Colégio Diocesano São José, chamando a dissociação entre crença e instrução de utopia que não resistiria a menor análise.

O material impresso ascendeu no meio católico sendo perceptível a importância dada às tipografias, que têm claro exemplo na contribuição da ordem franciscana, representada pela longeva Editora Vozes, fundada no início do século XX. Além disso, tal importância também é expressa pela organização de bibliotecas nas paróquias, tornando acessíveis livros por meio de empréstimo.

A importância e a contribuição para a Educação merece destaque em três momentos diferentes: 1) Encíclica *Acerbo Nimis*, publicada no ano de 1906, que conclama voluntários para atuar nas paróquias como catequistas e nas escolas como

16 Tendo em vista o foco da presente pesquisa serem os livros didáticos produzidos para o Ensino Religioso, sugere-se como aprofundamento sobre a contribuição/materialidade dos catecismos, os trabalhos de: Antônio Bollin e Francesco Gasparini: *A catequese na vida da Igreja: notas de história* (1998) e ainda Giacomo Martina com a *Storia della Chiesa* (1995), e ainda Mauro Passos em *A pedagogia catequética e a educação na primeira República (1889-1930)* de 1998, este último trabalho a respeito do contexto brasileiro.

professores católicos; 2) na Carta de Dom Leme (1916), que destacou urgência na instrução de todo o povo, e não somente da elite; e 3) ainda na necessária atenção do clero católico ao “boom” demográfico urbano das décadas de 1920 e 1930, com o aumento significativo dos alunos para a escolarização.

A valorização do catecismo indicada foi estimulada na década de 1920 pelo Papa Pio XI¹⁷, e foi recentemente indicada como tarefa primordial, conforme a Exortação apostólica *Catechesi tradendae* do Papa João Paulo II (1979).

No período catequético, a aula expositiva era a principal das metodologias utilizadas, predominando a autoridade do professor cuja explanação era tomada como verdade absoluta. Os conteúdos deveriam orientar o modo de viver, por meio de memorização mesmo que distantes do cotidiano. A repetição das verdades reveladas ou dogmatizadas eram reproduzidas, para garantir que o catecúmeno fosse capaz de repetir as informações, se solicitado (VASCONCELLOS, 1995, p. 19).

No período colonial, o catecismo contribuiu para a domesticação de escravos e indígenas. Assim como no imperial, quando o ensino da religião era temático e de interesse exclusivo da Igreja Católica Romana, que monopolizava o ensino das primeiras letras, a divulgação de dogmas e valores e a formação de nação, no aparelhamento ideológico.

O afastamento entre Estado e Igreja e o conseqüente laicismo demonstrou indícios de estabelecer-se, por exemplo na Constituição de 1891, quando se determinou a separação entre as instâncias de governo e eclesiais, vedando a subvenção a esta, e determinando que a Educação fosse laica. Ainda assim, o trabalho desenvolvido pela ICAR nas escolas fomentou o crescimento dos “católicos sociais” que por meio da escola obtinham a autorização para participar dos ritos da igreja (GRUEN, 1995, p. 31).

Os impressos existentes no país, até a década de 1920, eram importados de Portugal e da França em sua maioria, havendo um filão de mercado a ser explorado, mesmo que os materiais fossem considerados de alto custo e de acesso restrito à população em geral.

¹⁷ Entre os documentos mais recentes do Magistério, devem citar-se a Encíclica *Divini illius Magistri* de Pio XI, de 31 de Dezembro de 1929, Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 15.dez.18.

A efervescência política com o estabelecimento da República Brasileira, e seus princípios republicanos demandou mudanças pelos intelectuais da época. As diferenças entre católicos e não católicos impuseram a laicidade, cujo ambiente de embate é exalado nas reformas educacionais de Epitácio Pessoa (1901), e Rivadávia (1911), que gerou o banimento do ER e a conseqüente onda de protestos católicos contrários a isso.

Em Minas Gerais, no ano de 1928, o ER coibido via legal foi reintroduzido na educação pública por decreto, sendo autorizado o estudo do catecismo nas escolas estatais. No ano seguinte, a assembleia legislativa determinou, por lei, que houvesse o ensino da religião, com frequência facultativa, sem citar qualquer religião. A estratégia da Igreja no enfrentamento às mudanças na educação foi a de enfatizar a importância da escola católica, desqualificando a escola laica que neutra, leiga e mista suprimia o ensino cristão (AZZI, 1992, p. 31-33).

Na década de 1920, o mercado de livros para a educação cresceu consideravelmente em função da efervescência dos movimentos educacionais. A dissensão entre os que entendiam que a escola deveria propagar a fé cristã-católica, e aqueles que apoiavam a laicidade da escola pública protagonizou inúmeros embates. A Igreja Católica, apropriada da missão de formar o homem nas verdades da fé para o seu próprio bem e para o bem-estar social, a fim de manter-se no campo educacional, não se absteve em utilizar estratégias próprias do mercado editorial (ORLANDO, 2013).

Nas décadas de 1920 e 1930, a ICAR aproximou-se e influenciou o estado brasileiro, que retornou o ER em sua constituição, e desde então, até a última constituição promulgada (1988), o ER tem figurado em seus textos, não sem o questionamento e a resistência de intelectuais, legisladores, líderes de movimentos laicistas e de religiões minoritárias (CUNHA, 2007), que colocaram em xeque alguns privilégios conquistados por parte da ICAR (MONTEIRO, 2006, p. 51).

O Escolanovismo, na década de 1930 promoveu reflexões aprofundadas a respeito da laicidade, polarizando, por exemplo, as discussões no âmbito da Associação Brasileira de Educação, entre aqueles que defendiam o banimento da religião no espaço escolar (pioneiros da Educação), e a ala católica, que era contrária às alterações, em especial com relação ao ER, revelando uma “disputa de campo muito mais político que educacional” (ORLANDO, 2008, p. 165).

Conforme Cury (1988), nesse período o ER foi mantido, com frequência opcional ao aluno, apesar da articulação eclesiástica. O grupo de pensadores católicos congregados na Associação Brasileira de Educação (ABE) junto com os liberais, compunham a massa de intelectuais influenciadores da Escola Nova, que fizeram a “apropriação católica das ideias da Pedagogia Moderna” (ORLANDO, 2008, p. 166) nas escolas confessionais e públicas. Um dos materiais icônicos do período foi a coleção didática de catecismo produzida pelo padre Álvaro Negromonte, com ideais católicos difundidos por meio do método ativo e integral (ORLANDO, 2008).

Majoritariamente católico, o Brasil estabeleceu na década de 1930 o ER como facultativo, de acordo com a confissão do aluno e dos interesses da família (JUNQUEIRA *et al.*, 2007). Nessa época, além da polarização entre Pioneiros da Educação, e intelectuais católicos, havia ainda a contribuição protestante no campo educacional, baseada na Pedagogia Moderna, de raiz norte-americana.

Como vitória dos católicos defensores do Ensino Confessional (Augusto de Lima e Leonel Franca), no texto da Constituição de 1934, o ER foi estabelecido como facultativo para o aluno e obrigatório para a escola:

[...] art. 153. O Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais [...] (BRASIL, 1934).

O Secretariado Nacional de Ensino da Religião (SNER), nos anos 1940, atuava entre a ICAR e as escolas, promovendo campanhas pró-catequese, trabalhando na coesão e na segurança dos textos, objetivos da formação e métodos catequéticos, além de contribuir no aprimoramento da Revista Catequética.

Em década posterior, o SNER organizou encontros e congressos em níveis estaduais e federais, a respeito desse ER, que confessional católico, propagava a fé, com ativistas-membros que atuavam tanto em escolas quanto em paróquias. Destaque-se o “I Congresso Nacional de Ensino da Religião” (Rio de Janeiro - 17 a 23 de janeiro de 1950) marcante para os rumos da disciplina.

Construído a muitas mãos, o trabalho eclesiástico e o escolar tiveram a contribuição de alguns autores, com destaque ao Pe. Álvaro Negromonte, cuja coleção teve alcance nacional em ginásios escolares, Pe. Helder Câmara, posteriormente como Dom, e seu pensamento de vanguarda e Meyer com seus manuais elaborados na Bélgica, que liderou por mais de duas décadas o mercado, a

partir de 1938. Concomitantemente, há registro de produções no mesmo viés, circunscritas a escolas locais.

Além desses, outros nomes somaram-se à efervescência das discussões a respeito da Pedagogia Católica¹⁸ e da Escola Nova, colocando-as em evidência no meio educacional, como o Pe. Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e Laura J. Lacombe.

A contribuição de Álvaro Negromonte se destaca por ter propiciado uma leitura católica do discurso escolanovista em seus materiais e, junto com outros, promovido a apropriação dos saberes às escolas católicas, em especial em Minas Gerais (ORLANDO, 2008). Também se destacou pelas estratégias usadas na difusão do pensamento católico, dentre elas a de escrever para jornais, criar grupo de estudos em Belo Horizonte, fundar periódicos catequéticos e o Instituto da Cultura, dentre outras. Em Minas Gerais, o contexto foi ideal para a articulação política e social no sentido de dar publicidade aos seus ideais.

Alguns desses materiais tomaram a forma de coleção, o que evidencia o alcance do material; um deles foi o Catecismo do Monsenhor Álvaro Negromonte, pela Editora José Olympio, que nos “agitados anos 30 [...] funcionava como polo produtor e irradiador de Cultura” (PAIXÃO; MIRA, 1998, p. 82). São 14 volumes, 3 dirigidos aos catequistas, e os outros 11 aos catequizandos, desde o curso primário até o secundário, e ao curso normal, conforme nota da editora. Além da José Olympio, ainda foi publicado pela Editora Vozes, Agir e Rumo. À guisa de ilustração, abaixo são apresentados títulos/catecismos do início do Século XX (QUADRO 2).

Quadro 2 – Catecismos

Obra	Autor/responsável	Ano	Local/Editora
O Caminho da Vida	Alvaro Negromonte (Pe.)	1937	José Olímpio
Manual de Religião	Alvaro Negromonte (Pe.)	...	José Olímpio
História Sagrada	Isidoro Dumont (Ir.)	1933	Francisco Alves
Instrução Religiosa	E. Cauly (Monsenhor)	1916	Paulo de Azevedo
Instrução Religiosa	E. Cauly (Monsenhor)	...	Francisco Alves
Curso de Religião – Catecismo Cauly	Irmãos Maristas	...	FTD

¹⁸ Título do livro que apresenta os Anais do I Congresso Católico de Educação, realizado em 1934.

Fonte: KLUCK, 2015.

Destaque-se a longeva coleção “O Caminho da Vida”, cuja primeira edição foi publicada pela Editora Vozes de 1937 e permaneceu ativa até 1965. Em aproximadamente trinta anos de circulação, contribuiu, influenciou e transformou a catequese cristã católica, e também o livro “Minha Vida Cristã”, de 1962, que apresenta a pedagogia do catecismo como aquela que “sintetiza os princípios pedagógicos de renovação catequética, realizada na série de livros” (NEGROMONTE, 1962, p. 13).

O Catecismo de Negromonte e outros contemporâneos comunicaram o sentido cultural e social das publicações e, da mesma forma, os livros didáticos da atualidade, pautados pelas discussões e constructos sociais próprios de seu tempo, revelam caracteres da diversidade brasileira tratada. Cabe ressaltar que esta mesma diversidade é, por vezes, contemplada por meio de legislações, como a Lei n. 10639/2003 que impõe o reconhecimento e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

O escolanovismo e a efervescência intelectual do período contribuíram no crescimento da produção de livros didáticos, nos manuais de cidadania e coleções de literatura nacional. Esses foram utilizados também como arma publicitária para propagar os valores nacionais (TOLEDO, 2001, p. 46), promovendo prestígio para as editoras.

No período entendido como Estado Novo (1937-1945), é notório o respaldo da ICAR ao Governo Vargas que, enquanto religião hegemônica, usou sua autoridade política influenciando o processo constitucional de 1934, por meio da Liga Eleitoral Católica, formulando um programa de questões fundamentais, como o desenvolvimento de hábitos morais, também como meio de inserir o homem em sua razão de existir – unir-se a Deus através do conhecimento religioso e moral (CURY, 1988). Para o ER se propunha o modelo catequético (RODRIGUES, 1996), contrariando os princípios da laicidade e da gratuidade no que tange o financiamento da disciplina que atuaria para a manutenção do domínio da religião (DUTRA, 1995, p. 19).

A articulação eclesial resultou, por exemplo, em 1941, em Lei Orgânica do Ensino Secundário prevendo a inclusão da instrução religiosa no currículo, entre as disciplinas de educação geral:

[...] A religião terá que ser ensinada em aula e praticada na conformidade de seus mandamentos (confissão, comunhão, missa, exercícios religiosos). A escola entrará aqui em entendimento com a Igreja e a família [...] O Ensino Religioso não se confunde, entretanto, com a prática, culto ou devoção religiosa. O ensino deve ser instituído pelas escolas [...] reservando-se para ele um certo período do horário semanal. O professor será um sacerdote ou leigo, conforme a maior conveniência do estabelecimento [...] (CAPANEMA, 1942 *apud* CAETANO, 2007).

Contudo, a força de influência e articulação da ICAR serviu aos interesses de governos em diferentes períodos. Destaques para a década de 1930, com Arthur Bernardes, em 1937, com Getúlio Vargas; em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário; e em 1946 com uma nova constituição que estabelecia uma relação de outro tipo entre Estado e Igreja, mas que mantinha o ER obrigatório nas escolas públicas.

Com isso, a década de 1950 revelou uma efervescência na relação entre os defensores das ideologias liberal e da católica, cujo reflexo traz na LDB em 1961, com o ER mantido como confessional e permanecendo o cunho catequético da disciplina.

Nesse período se ensaia o distanciamento do ER do modelo confessional, na medida em que a escola busca estabelecer seus próprios princípios e objetivos, contribuindo para isso os ENERs (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 40). Ainda assim, os materiais didáticos localizados são, em sua totalidade, de viés cristão-católico (KLUCK, 2015).

Passada a era Vargas, na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1961 (Lei n. 4.024), homologou-se o modelo de caráter confessional-catequético, contudo sem ônus aos cofres públicos:

[...] art. 97. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1. A formação de classe para o Ensino Religioso independe de número mínimo de alunos. § 2. O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (BRASIL, 1961).

Antecedendo a sua promulgação formaram-se dois grupos antagônicos. Pró ER, composto pela Associação de Educação Católica (AEC) e Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Contrários à permanência do ER estavam os membros da ABE.

A disciplina se configurou como corpo estranho no Currículo, pelo exposto no Artigo 97, especialmente pelo registro de docentes ser de competência da autoridade

religiosa, isso foi desafiador operacionalmente por conta da divisão das turmas segundo o credo de cada estudante (FIGUEIREDO, 1995, 61-64).

A Constituição de 1967 se refere ao ER não determinando a relação com a confissão religiosa do estudante, e o apresenta no artigo 176, como disciplina facultativa, nos horários normais da escola, com algum debate no período a respeito da remuneração dos professores.

Na década de 1970, como período de restrição de direitos por conta do regime militar, a ICAR atuou com independência, por meio da CNBB, fazendo oposição aos excessos das forças de segurança, e buscando caminho para a justiça social e a liberdade.

Nesse período de franco desenvolvimento econômico brasileiro, foi promulgada a LDB 5692/1971, que manteve o ER como disciplina do currículo, além de criar a área de estudos de Moral e Cívica¹⁹, visando uma formação voltada ao civismo e à moral, concatenado com o ideário do regime militar.

Essa reforma educacional tem por marca o “tecnicismo educacional”, inspirada nas teorias behaviorista da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino, que orientavam o controle docente da prática pedagógica e as atividades mecânicas numa proposta educacional rígida, valorizando a tecnologia programada no ensino (NEMI; MARTINS, 1996, p. 19-20). Além de manter o ER como facultativo, essa reforma aumentou no número de disciplinas, passando a abranger dez conteúdos específicos (ROMANELLI, 1978, p. 242). Vale lembrar que, “no Brasil dos anos de 1970, o catolicismo romano expressava a memória coletiva e era a referência mais importante para se compreender a conformação do território” (NOVAES, 2016, p. 233), condição alterada pelo crescimento da membresia de outras denominações religiosas, do número dos sem religião, e da diminuição dos jovens que se autodeclaram católicos (NOVAES, 2016, p. 236).

A influência do Concílio Vaticano II (1962-1965) foi significativa para a educação religiosa (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 60). O modelo interconfessional ou antropológico-kerigmático (método ver-julgar-agir-celebrar, assumido pelo ER, pós LDB 5692/71), tornou um modelo ecumênico cristão. O enfoque antropológico se

¹⁹ Nuances de educação religiosa são encontradas tanto na disciplina de Educação Moral e Cívica, quanto em Organização Social e Política do Brasil, além de outras disciplinas. Porém, aprofundamento nesse sentido é alheio ao escopo da presente pesquisa, sendo uma possibilidade para aprofundamentos futuros.

movia no sentido do conhecimento e fortalecimento da experiência religiosa no encontro com o outro, tornando significativa também a relação que envolve a consciência humana no confronto com o mistério (MESLIN, 1992, p. 25), assim:

a pretensão neste segundo momento do Ensino Religioso não é o ensino de uma religião e nem catequese, mas é uma evangelização ampla e rica dentro dos valores existenciais da pessoa humana, onde, por sua vez, o sujeito seja agente de sua história, inserido em uma comunidade de fé e dela participa e, portanto, deve ser respeitado em sua consciência e em sua liberdade. Portanto, o objeto a ser trabalhado é a religiosidade deste ser humano, compreendida como a atitude dinâmica de abertura ao sentido radical da existência humana. Não seria mais uma atitude, mas a mais profunda de todas, equivaleria à totalidade humana (BENINCÁ, 1997, p. 3).

A concepção para o ER estava centrada em gestos concretos (atitudes) de vida, buscando o saber na relação com o outro, sustentada no entendimento do verbo *Religio* como *Religare*, ou seja, a ligação entre a “Criatura e o Criador”, tem sua elaboração em Lactâncio (CA 240 – CA 320).

Nesse período, as produções de viés cristão com enfoque bíblico-cristocêntrico se dividiam entre aquelas produzidas regionalmente, em sua maioria por entidades ligadas à ICAR e as de alcance nacional (KLUCK, 2015)²⁰, e apresentavam temas relacionados à natureza, família, escola e progressivamente a fatos biográficos de Jesus, e temáticas cívico-religiosas.

As publicações do período trazem a contribuição de Dioceses, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, que posteriormente passaram a ser publicadas com fins comerciais. Em geral, incluíam as novas dos Evangelhos conjugados à experiência vivida, partindo do contexto sócio cultural e levando em conta o mundo afetivo dos estudantes, promovendo a sequência: experiência, formação de atitudes e constituição de valores cristãos (linha axiológica). Além disso, trazem um silenciamento a respeito de outras tradições religiosas, nas quais, hipoteticamente, a diversidade religiosa é negada, como tentativa de, ao silenciá-la, fazê-la desaparecer. Concomitantemente, outras propostas regionais foram difundidas nacionalmente por meio da publicação de livros didáticos. As editoras, com um trabalho efetivo no sentido de publicação e distribuição, alcançaram êxito em escolas de norte a sul do país.

²⁰ Foram localizadas 14 produções regionais, sendo 9 delas de instituições ligadas à ICAR. E dos 48 títulos de distribuição nacional, 40 deles foram publicados por editoras cuja fundação, propriedade e/ou administração são, em mais de 80%, ligadas à ICAR. O período das publicações analisadas vai desde 1970 até 1996.

No ano de 1975, Pe. Wolfgang Gruen lançou um importante artigo em Minas Gerais: “O Ensino Religioso na Escola Oficial, Subsídios à Reflexão”, que desencadeou polêmica e iniciou reflexões sobre o ER na escola pública, em uma sociedade pluralista, fazendo crescer a percepção da necessidade de estruturar a disciplina segundo os parâmetros científicos que regiam as demais.

Dos livros didáticos localizados, destaque-se a obra *Meu Cristo Amigo* de 1974, que surgiu como experiência local e em 1968 no Instituto Abel/Niterói-RJ, e teve alcance ampliado para o segundo grau (atual ensino médio) após *Puebla* (1979), com uma proposta de a criança se identificar com Jesus criança, ou seja, conhecer o Deus invisível a partir da sua imagem visível: Jesus. Em paralelo havia a estratégia de evangelizar os pais, através das crianças. Isso se efetivava com atividades iniciadas pela professora, com partes incumbidas às famílias, e outras às crianças (KLUCK, 2015).

As décadas entre 1970 e 1990 apresentaram formas diferentes de experiências, de organização dos conteúdos e das estratégias de ensino, buscando adequar-se ao perfil de (novas) propostas pedagógicas dos sistemas de ensino brasileiro. A produção de livros ou manuais didáticos produzidos por instituições religiosas ou Secretarias de Educação, marca a história da escolarização do ER no período, que em sua maciça maioria estava centrada na biografia de Jesus e outros trechos bíblicos (evangelhos e salmos).

O movimento de redemocratização iniciado no final da década de 1970 e a consequente e paulatina desarticulação do “Regime Militar” é marcada pela emblemática mobilização popular chamada “Diretas Já”, que buscava reconquistar o direito ao voto direto. Organizações de “base” foram influenciadoras dos rumos da redemocratização (LINHARES, 1995, p. 340), elegendo políticos de centro-esquerda e formando grupos de pressão (MOTTA, 1997, p. 140).

No processo da pré-constituente, em meados de 1985, e em prol da manutenção da disciplina, houve o encaminhamento de emenda à Assembleia Nacional Constituinte, com mais de 70 mil assinaturas, que foi efetivada no texto da Constituição Cidadã como sendo “de matrícula facultativa, constituir-se-á disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental” (BRASIL, Artigo 210, § 1º, Cap. III Ordem Social, 1988). A força desse movimento nacional pró-emenda teve o apoio da ICAR e adesão de outras denominações cristãs, como o Instituto Regional de Pastoral do Mato Grosso e o Conselho de Igrejas para a

Educação Religiosa de Santa Catarina, além de organizações como a ASSINTEC, criada em 1973.

Em oposição à permanência constitucional da disciplina, destacam-se associações e religiosos de diferentes instituições, como por exemplo maçons de sete lojas, batistas, adventistas, nove sociedades espíritas, conjugados no comitê pró-liberdade de consciência, organizado pelos metodistas, e um comitê nacional pró-Estado leigo; composto por 1.412 corporações, 522 igrejas protestantes, 305 lojas maçônicas, 417 associações espíritas, 158 associações (RUEDELL, 2005, p. 198). Além desses, também eram contrários à manutenção do ER como disciplina no currículo, as associações de educação como a Associação Nacional de Educação (ANDE) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPEd), que se posicionaram, em conferências, assembleias e seminários, pelo ensino laico, entendendo a permanência da disciplina como manutenção da religião no ambiente escolar.

Posterior à promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), movimentos foram feitos para que a disciplina atendesse a premissa da laicidade na Educação Pública (BRASIL, 1996).

No ano de 1995, em Santa Catarina, foi fundado o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), com o apoio da Editora Vozes, com o objetivo de ser espaço de articulação pedagógica para a disciplina e promover aos educandos a educação da busca pela transcendência, considerando a diversidade cultural e religiosa, sem discriminação de qualquer natureza.

Esse espaço supra-religioso, com a convicção de ser matéria pedagógica e não religiosa, definiu quatro compromissos a serem assumidos pelos que se filiassem ao Fórum:

- a) garantir que a Escola, seja qual for sua natureza, ofereça o ER ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento, opção religiosa e cultural do educando;
- b) definir junto ao Estado o conteúdo programático do ER integrante e integrado às propostas pedagógicas;
- c) contribuir para que o ER expresse uma vivência ética pautada pela dignidade humana;

- d) exigir investimento real na qualificação e capacitação de profissionais para o ER, preservando e ampliando as conquistas de todo magistério, bem como garantir-lhes condições de trabalho e aperfeiçoamento necessários.

A ação do FONAPER buscou influenciar as discussões quanto a: a) omissão com relação a frequência às aulas, b) ao texto “sem ônus para os cofres públicos”; e c) ao credenciamento de docentes e posteriormente à formação dos professores.

O resultado dessa articulação conjunta entre o Fórum, as instituições religiosas, dentre as quais a CNBB tem ação destacada, os políticos e outros segmentos da sociedade contemplou a adequação a respeito do ER na LDB, concretizado na alteração do artigo 33, no ano 1997, além da produção e publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para a disciplina; e propostas para a formação superior do docente do ER.

Em termos legislativos, no ano de 1997, três frentes discutiram anteprojotos para a mudança do artigo 33 da LDB (1996). A primeira, do Projeto de Lei n. 2757/97 do Deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), propunha apenas supressão dos termos “sem ônus”. A segunda, o Projeto n. 2997/97, do Deputado Maurício Requião (PMDB-PR), propunha vedar o proselitismo, em prol do respeito a diversidade cultural brasileira. E o Projeto n. 3043/97, de autoria do Poder Executivo, com trâmite em regime de urgência, no qual se propunha a manutenção do texto da LDB, eliminado o “sem ônus” do artigo 33, buscava orientar a educação do senso religioso (não mais ligado à uma tradição religiosa), e atribuindo à definição de procedimentos/ conteúdos, recrutamento, formação e remuneração docente aos sistemas de ensino (estadual/municipal), admitindo parceria total ou parcial para esse fim, com entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas.

Os três projetos convergiram em ER não doutrinário/proselitista, que respeitasse o caráter plural da sociedade, com enfoque no conhecimento e nas manifestações de diferentes denominações religiosas, atendendo ao ditame constitucional brasileiro, constante no artigo 205 da Constituição no que tange ao “pleno desenvolvimento da pessoa, [e] seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988). Com a colaboração do FONAPER, o Deputado Pe. Roque Zimmermann (PT-PR) encaminhou uma proposta que buscava respeitar o pluralismo religioso.

Entre junho e julho o novo texto do artigo 33 da LDB foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo sancionado em 22 de julho

de 1997 a Lei n. 9475 (BRASIL, 1997). Nela é estabelecido o ER como disciplina escolar e área do conhecimento, com a finalidade de reler o fenômeno religioso. A frequência às aulas é facultativa apesar de estabelecer que o ER nos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Dessa forma, a laicidade e a diversidade são contempladas legalmente, na disciplina desde 1997, devendo configurar-se como espaço de acolhida, independentemente do credo religioso, confirmando a vocação plural da disciplina, e evitando o monopólio de qualquer tradição religiosa. O que foi proposto seria o trabalho com os aspectos da cultura religiosa de diferentes formas de crer (religiões) ou não crer (ateísmo), filosofias de vida e outras expressões da religiosidade.

A reflexão sobre o papel do ER na escola e as discussões sobre sua manutenção no corpo das leis contribuíram para a distinção entre o ER realizado nas escolas e a catequese, tema que a ICAR se ocupa com dedicação.

Suas diferenças expressas no quadro abaixo ainda permeiam os materiais publicados até recentemente (QUADRO 3).

Quadro 3 – Diferença entre Ensino Religioso e Catequese

	Catequese	Ensino Religioso
Objetivo	Conhecer Jesus Cristo, vivência na comunidade cristã (querigma).	Integrado nos objetivos da escola, questionador (fenômeno religioso).
Linguagem	De fé	Religiosa
Agente	Comunidade Catequizadora	Professores Qualificados
Conteúdo	Enfoque de quem crê, iniciação à fé e a vida na comunidade cristã (doutrinário)	Enfoque escolar, cultural-religioso
Metodologia	Interação entre formulações de fé e vida	Experiência, reflexão

Fonte: Junqueira, 2002.

As mudanças políticas e econômicas do início da década de 1990, e o novo século às portas, provocou um despertar para a espiritualidade e um *boom* na busca de formas de harmonizar o interior (IBGE, 2010).

A disciplina, utilizando manifestações culturais conhecidas dos estudantes, entre os anos de 1980 a 1990, visava a reflexão e uma atitude de abertura ao sentido da existência, além de promover o encontro e o engajamento em uma organização que proporcionasse a vivência de práticas transformadoras, removendo eventuais obstáculos à fé. Então, o ER mostrou-se como uma possibilidade em comprometer os

estudantes no protagonismo das próprias histórias, responsabilizando-se pela construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária e a conscientizar-se de sua contribuição para o todo (ASSINTEC, 1992, p. 233).

Havia uma forte corrente entendendo que os conteúdos do ER não seriam prioritários em termos de conhecimento, mas ao considerar a prática a ser vivida, devia voltar-se para a esfera afetiva (GRUEN, 1995, p. 84). Além disso, era indispensável à convivência entre os membros de diferentes comunidades religiosas, e ainda que a pessoa não estivesse ligada à religião, a disciplina deveria promover a admiração, o simbolismo e a criatividade, ligado à responsabilidade social e política, objetivando uma ação transformadora (GRUEN, 1995, p. 86).

Wolfgang Gruen, emblemático para o ER, dirigiu o enfoque da disciplina para educar a religiosidade, buscando ir além da superfície, e interpretando a realidade em profundidade crescente, atuando de modo transformador (GRUEN, 1995, p. 188).

Nas décadas de 1980 e 1990 muitos métodos foram utilizados como demonstrado a seguir no Quadro 4.

Quadro 4 – Métodos Desenvolvidos.

Método	Referência	Detalhamento
Catequético	Antropológico (sujeito como ponto de referência)	Descobrir e explorar valores cotidianos à luz da Palavra de Deus. Estudante promotor de desenvolvimento integral como protagonista da existência à luz do mistério de Cristo (personalização) Trabalho de fraternidade e socialização.
Convergência	Outros modelos	Convergir e relacionar a mensagem cristã Influência da perspectiva do Vaticano II, sobre a Palavra de Deus, a Revelação, conhecimento de Jesus Cristo e a unidade da fé.
Existencial	Religião em Paul Tillich ²¹	Dedicação à pesquisa, descoberta e exploração da dimensão religiosa, do sentido da vida, e abertura para qualquer resposta. A experiência estava orientada para a dimensão religiosa da pessoa. Progressivamente explicitava sobre fé cristã, em suas diversas características e expressões.

21 Paul Johannes Oskar Tillich (1886-1965), nascido na Alemanha, foi teólogo protestante alemão-estado-unidense, contemporâneo de Karl Barth e Rudolf Bultmann. Suas teses foram dedicadas à filosofia religiosa de Schelling. Foi pastor capelão da Primeira Guerra Mundial. Lecionou em diversas cidades alemãs, desempenhando papel importante na fundação da Escola de Frankfurt, sendo orientador no doutorado de Theodor Adorno. Emigrou para os Estados Unidos em 1933, sendo professor de Teologia Filosófica no Union Theological Seminary e na Columbia University (New York),

Método	Referência	Detalhamento
De experiência	Base na Teologia da Libertação	A partir de 1989 Perspectiva latino-americana sobre o ensinamento religioso de emancipação e liberação de tutela indevida e de opressão. Influenciada pela Escola de Frankfurt e pela proposta de conscientização de Paulo Freire. Combinou corrente humanista com a teoria marxista para transformar a sociedade. levada para a escola a partir do método de revisão de vida da Ação Católica
Antropológico-kerigmático	Centralidade do Cristo	Elementos básicos e doutrinários <i>versus</i> experiências dos alunos. Instados a viver e anunciar a Palavra Princípio da relação recíproca, entre a tradição da fé e a vivência (evitando a justaposição) Ver-julgar-agir aplicado ao contexto, com elementos de reflexão para uma nova ação. Interação entre sujeito, conteúdo e realidade pessoal e social Posteriormente acrescido das dimensões rever e celebrar.

Fonte: KLUCK, 2015.

Não obstante aos métodos, ao observar os livros didáticos é possível perceber a ênfase dada para a dimensão antropológica, oferecendo formação básica e social, além de valorizar a religiosa, essencial na educação integral. Em geral, os materiais revelam o modelo interconfessional ou ecumênico cristão, com docentes que ministravam aulas de outras disciplinas e complementavam a carga horária com o ER, o que ainda demonstra a carência na oferta de formação específica.

No acervo de 24 livros didáticos publicados entre 1995 e 2013, com conteúdo indicado como confessional cristão (KLUCK, 2015), oito deles trazem em seus títulos explicitados que se trata de conteúdo relacionado à fé cristã, ao se referir a Deus, Jesus ou ao catolicismo romano. Isso demonstra sinais de mudança na disciplina, mesmo que o conteúdo seja aferido como explícito do cristianismo.

Nesse sentido, vale destaque para o livro *Construindo a vida*, publicado pela Editora FTD, em 2001, que é orientado para a confessionalidade cristã, mas expõe as consequências da abertura na convivência com os outros, a valorização de cada pessoa com seu interior e com o universo, e indica algum respeito a outras tradições religiosas.

e ainda em Harvard e Chicago, onde permaneceu os últimos anos como docente. Coordenou seminários de estudos da religião com Mircea Eliade. Prêmio Nobel da Paz em 1962. Suas pesquisas contribuíram também para o existencialismo cristão. Tillich é tido, ao lado de Karl Barth, como um dos mais influentes teólogos protestantes do século XX.

Outra obra peculiar é a publicada pela Editora Vozes, sob o título Ensino Religioso Católico, que busca favorecer a aprendizagem, a reelaboração pessoal, o crescimento humano e cultural da criança produzido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro em 2007. Ela é ilustrada por Ziraldo, Hélio Faria, Bruno Porto e Ricardo Leite. A ilustração de Ziraldo indica o potencial em popularizar e aproximar o conteúdo de fundo religioso com o universo infantil, tendo em vista que o ilustrador é consagrado em produções dedicadas às crianças.

As mudanças, após a década de 1970, são perceptíveis nos espaços de discussões sobre o ER, ao se buscar pistas com relação à diversidade em encontros, eventos, simpósios e congressos, em níveis locais, regionais e nacionais. Desses, destaca-se a contribuição dos ENERs de ER que, ocorrendo desde 1974 e anteriores a 2000, tangenciaram ou abordaram a temática diversidade religiosa, conforme Quadro 5:

Quadro 5 – ENERs e Diversidade

ENER nº	ANO	LOCAL	TEMAS LIGADOS À DIVERSIDADE (DENTRE OUTROS)
2	1976	Rio de Janeiro/RJ, no Mosteiro de São Bento.	<u>Discussão:</u> Identidade do ER, com o questionamento: Evangelização ou Catequese? Questões a respeito do modelo confessional sobre a responsabilidade da elaboração de programas e conteúdos.
4	1984	Belo Horizonte/MG, no Cenáculo.	<u>Tema principal:</u> Adoção da tríade VER-JULGAR-AGIR. Análise antropológico-teológica da religiosidade e um forte questionamento sobre a identidade do ER. <u>Discussão:</u> Aprofundou a distinção e a complementar entre ER e catequese e a questão da confessionalidade na escola pública.
5	1986	Brasília/DF, Casa de Retiros da Assunção.	<u>Tema principal:</u> Reflexão sobre o ER, em vista da nova Constituição em elaboração no Congresso Nacional. <u>Discussão:</u> Questionamentos sobre a natureza e os objetivos do ER. Sua colocação no contexto global da educação, contemplando as questões na Constituição.
7	1988	Belo Horizonte/MG, na Casa de Retiros São José.	<u>Tema principal:</u> em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, com a participação de professores, além de coordenadores e representantes das principais editoras relacionadas com a disciplina, dentre outros. <u>Discussão:</u> ER, enquanto educação da dimensão religiosa, respeitado o pluralismo cultural, de ideias, de concepções pedagógicas e da liberdade religiosa, e a partir da realidade do educando (sua vida e cultura).
8	1990	Petrópolis/RJ, no Convento Madre Regina.	<u>Tema principal:</u> dimensão metodológica, enfoque antropológico (linguagem e interdisciplinaridade). Ideias-chave para a organização de propostas e para aprofundar conceitos, tais como: valores, ecumenismo, interconfessionalidade, interdisciplinaridade, linguagem, símbolo, formação, celebração na escola <u>Discussão:</u> a importância do ER vincular-se ao Setor de Educação da CNBB distinguindo educação da catequese.

ENER n°	ANO	LOCAL	TEMAS LIGADOS À DIVERSIDADE (DENTRE OUTROS)
9	1992	São Paulo/SP, no Instituto Pio XI	<u>Tema central:</u> interdisciplinaridade <u>Discussão:</u> Painéis sobre as questões da identidade, conteúdos e linguagem. Levantamento sobre a forma da disciplina: 18 estados interconfessionais; 8 confessionais; e Tocantins não havia sido implantada.
10	1994	Fortaleza/CE	<u>Tema central:</u> “O Fenômeno Religioso no Contexto da Pós-Modernidade”. <u>Discussão:</u> mudanças socioculturais e o fenômeno religioso, as manifestações religiosas, o diálogo inter-religioso e a prática interdisciplinar.
11	1996	Brasília/DF	<u>Tema central:</u> reflexão sobre o impacto entre a matriz sociopolítica/econômica/cultural/religiosa e as culturas advenientes.
12	1998	Campinas/SP	<u>Tema central:</u> correlação ER e o Projeto Político Pedagógico da escola, seus pressupostos e a viabilização, visando a organização de diretrizes para sua inserção no Projeto Político Pedagógico escolar, considerando o ser humano como sujeito político.

Fonte: Junqueira, 2013.

Com base no quadro anterior, considera-se que dos doze encontros do ENER, pelo menos nove deles dedicou-se a pensar a diversidade, quer seja ao discutir a identidade da disciplina, das mudanças da sociedade e ainda outras condicionantes. Portanto, ainda que não apareça de forma explícita nos livros didáticos publicados antes do ano 2000 a diversidade e suas possibilidades (KLUCK, 2015), a própria pluralidade étnica, cultural e religiosa brasileira impõe o tema em discussões e produções dos intelectuais do tema.

A história do ER esteve em ebulição desde 2009, quando as discussões a respeito do Decreto Legislativo 698, de 7 de outubro, aprovou o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, firmado em novembro do ano anterior. Nesse acordo, no Artigo 11º se propunha a “observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País” e ainda “a importância do ER em vista da formação integral da pessoa”, contudo constava:

§1º O Ensino Religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação (BRASIL, 2009).

O termo “Ensino Religioso Católico e de outras confissões religiosas”, provocou intensas discussões no país. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) o qualificou como questionável por conta do caráter laico da Educação, e se declarou contrário à

sua assinatura por inconstitucionalidade. Ainda assim o Acordo foi aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado e posteriormente pela presidência brasileira.

Mas a reflexão sobre o tratamento da diversidade nas instâncias da Educação, em especial o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica, apresenta ao menos 11 pareceres que tratam diretamente do tema ligado à Educação e ao ER, conforme sintetizado no Quadro 6:

Quadro 6 – Nas instâncias da Educação

RESPONS.	DOCUMENTO	CONTEÚDO
Conselho Nacional de Educação	CNE 05/97	Sobre o financiamento da disciplina, e veda a subvenção ao ensino confessional em ambiente público.
Conselho Nacional de Educação	Parecer CNE 16/98 Parecer CEB/CNE 04/98 E Resolução CEB 02/98	ER é área de conhecimento da Educação Básica e disciplina dos horários normais
Conselho Nacional de Educação	Parecer CNE 97/99 (confirmado pelo Parecer CNE 1105/99)	Afirma a impossibilidade de definir diretrizes curriculares para a formação docente [em nível superior], em respeito à diversidade de crenças e autonomia dos estados e seus sistemas de formação.
Conselho Nacional de Educação	Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 - Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia	No Art. 4º o profissional deve participar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, identificando problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras
Ministério de Educação e Cultura	Plano Nacional de Educação 2010	Contemplar o estudo/aprofundamento da política de educação ambiental, estudo de libras, história da África e culturas afro-brasileiras (Lei nº 10.639, alterada para nº 11.645/08), cultura indígena, diversidade étnico-racial, religiosa, orientação sexual e direitos humanos. (BRASIL, 2010, p. 91), as ações a serem perseguidas: <ul style="list-style-type: none"> • Inserir, no Programa Nacional do Livro Didático, de maneira explícita, a orientação para introdução da diversidade cultural-religiosa. • Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada sobre diversidade cultural-religiosa, visando superar preconceitos, discriminação, assegurando que a escola seja um espaço pedagógico laico para todos, de forma a contemplar a compreensão da formação da identidade brasileira. • Inserir os estudos de diversidade cultural-religiosa no currículo das licenciaturas. • Ampliar os editais voltados para pesquisa sobre a educação da diversidade cultural-religiosa, dotando-os de financiamento. • Garantir que o ensino público se pautar na laicidade, sem privilegiar rituais típicos de dadas religiões (rezas, orações, gestos), que acabam por dificultar a afirmação, respeito e conhecimento de que a pluralidade religiosa é um direito assegurado na Carta Magna Brasileira.

RESPONS.	DOCUMENTO	CONTEÚDO
Conselho Nacional de Educação	Resolução nº 3, de 16 de maio 2012	o atendimento socioeducacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei (Art. 9, parágrafo 2º), e indica o desafio de desenvolver a docência com postura dialógicas e fenomenológicas
Conselho Nacional de Educação	Resolução nº 1 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Deve-se “promover a educação para a mudança e a transformação social”, e no princípio IV sobre a laicidade do Estado; converge para a prática do ER na Educação Básica e Pública.
Conselho Nacional de Educação	Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena	Indica que se respeite as práticas socioculturais, religiosas e econômicas, o que inclui no ER as religiões nativas/indígenas.
Conselho Nacional de Educação	Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola	Que se considere a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político devendo a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; e b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas”. Isso é consonante aos princípios exarados para o ER.
Superior Tribunal Federal (STF)	Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 4.439 DE 2010	Em 27 de setembro de 2017 – o STF conclui julgamento a respeito da ADI movida pelo Ministério Público Federal sobre ER nas escolas públicas, considerando-a IMPROCEDENTE, possibilitando a continuidade do ER enfocando diferentes religiões em sua grade curricular.

Fonte: a autora, 2019.

O Acórdão do STF a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4439 (BRASIL, 2010), de 27 de setembro de 2017, confirmou a constitucionalidade do ER confessional nas escolas públicas, optando pela improcedência da ação. O Superior Tribunal Federal estabeleceu que “o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões” (BRASIL, 2017), isso indica que se abordem os dados culturais das diferentes religiosidades, de forma a respeitar todas as expressões religiosas, sem subvencionar nenhuma, contemplando o conhecimento da cultura religiosa da multiplicidade das religiões, atendendo ao “binômio Estado Laico/Consagração da Liberdade Religiosa”, e considerando “constitucionais os artigos 33, caput e § 1º e 2º, da Lei 9.394/1996, e 11, §1º, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé”.

Outros projetos de lei tramitaram sobre o ER (de 2011, de 2009 e de 2007), e além de questionamentos com relação ao material didático (manuais ou livro) para o

ER e pedido de informações ao Ministro de Educação quanto à operacionalização da disciplina.

Dentre outras abordagens, o conhecimento da cultura religiosa tem sido operacionalizado sob a ótica da concepção fenomenológica, também como forma de distanciamento dos modelos catequizantes, confessionais e ecumênicos cristãos e da educação da religiosidade. Contudo, os livros pós LDB ainda demonstram ligação com a religião cristã (KLUCK, 2015). O enfoque sobre o estudo dos fenômenos de diferentes tradições religiosas tem sido uma resposta ao ambiente plural e ao atendimento à laicidade da disciplina na escola pública.

Conclui-se que o ER, abordando os caracteres religiosos diferentes, pode contribuir em diferentes aspectos da cidadania, envolvendo no ensino as dimensões intelectuais, políticas, éticas e estéticas, refutando a da fé, que é pertinente aos espaços específicos para seu desenvolvimento.

As reflexões em diferentes níveis de instituições ligadas ao diálogo inter-religioso, como o FONAPER e ASSINTEC (PR), Secretarias de Educação estaduais e municipais, Universidades e outras entidades interessadas, contribuiram para que a concepção laica, que a lei demanda para o ER, fosse promovida e colaborasse na construção do conhecimento, de forma a não beneficiar argumentação religiosa específica.

As publicações científicas como teses, dissertações, artigos em periódicos e comunicações em eventos, reunidas no Mapa da Produção Científica do ER, do período de 1995 a 2010, totalizaram 809 trabalhos (JUNQUEIRA, 2013, p.190), e discutem a identidade e a epistemologia do ER. Os eventos da área demonstram que as discussões após 1995, considerando comunicações em eventos da Educação, da Teologia, das Ciência(s) da(s) Religião(ões) e os próprios do ER, reúnem um universo de 458 trabalhos (JUNQUEIRA, 2013, p. 190). Desse universo, cabe uma reflexão futura com relação aqueles que pesquisam explicitamente a temática da diversidade religiosa.

Algumas publicações destinadas aos professores do ER merecem destaque enquanto resposta da pesquisa para a formação e para o fazer docente. À guisa de exemplo está a tese de Doutorado da Prof.^a Dr.^a Lurdes Caron, que reflete sobre as Políticas e práticas curriculares: formação de professores de Ensino Religioso no ano de 2007, na qual trata de questões basilares para a disciplina, apresentando o ER como “um direito do cidadão e, como tal, faz parte da educação global do educando”

(CARON, 2007, p. 132). Também o material de Emerli Schlogl, publicado em 2012 pela Editora Intersaberes, busca dar base metodológica para o Ensino Religioso – tema título do livro, oferecendo condições de inovação das aulas e respaldo a um currículo estruturado, um trabalho que valoriza a diversidade religiosa brasileira.

Destaque-se também o material para a docência, com o livro Ensino Religioso no Ensino Fundamental, publicado pela Editora Cortez no ano de 2007. Nele, os autores: Lilian Blanck de Oliveira, Sérgio Rogério A. Junqueira, Luiz Alberto Sousa Alves e Ernesto Jacob Kleim propõem uma investigação a respeito da formação acadêmica escolar que subsidia a efetivação do componente curricular.

Em sentido oposto, algumas redes particulares desenvolveram materiais com distribuição exclusiva para suas instituições. Um exemplo no âmbito católico é a Rede de Educação La Salle, que desde 1907 dedica-se à educação pelo mundo, estando presente em mais de 80 países. No Brasil, conta com unidades em nove estados da federação e no Distrito Federal, reunindo mais de 47.000 alunos, para os quais desenvolve, produz e distribui material próprio, consoante com os valores de sua proposta educativa²².

Na esfera da educação privada protestante, a Rede Metodista e os Colégios Adventistas também adotaram a estratégia de produzir seus próprios materiais, não cabendo análise dos mesmo por terem amparo legal na disseminação de ensino confessional, cujos pais aderem no ato de assinatura do contrato com as instituições.

O enfoque nos fenômenos da cultura religiosa, tratando do conhecimento histórico e cultural das diferentes formas de crer, ou não crer, sem beneficiar qualquer religião, enquanto confissão ou doutrina, é prática buscada por força da lei, em especial nas escolas públicas, a fim de respeitar o coletivo plural existente.

O ER, enquanto área de conhecimento, bebeu da fonte da fenomenologia da religião, estando ligado ao:

estudo descritivo de uma religião ou o conjunto de religiões em seus princípios e em suas manifestações históricas. Através da análise da experiência tenta remontar aos elementos originários e explicativos e destrinçar-lhes todos os componentes [...]. É próprio dela apreender o significado último dos fenômenos religiosos como expressão da espiritualidade humana (SCHLESINGER; PORTO, 1995, p. 106).

²² Para saber mais consultar: <http://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/a-rede-la-salle>.

Com essas premissas em tela, por conta do período em que foram produzidas pós LDB de 1996 e anteriores a promulgação da BNCC, relacionam-se obras publicadas após o ano 2000, de distribuição nacional, no Quadro 7:

Quadro 7 – Publicações após 2001

Título	Autor	Editora	Ano
Somos capazes de Comunicar	Maria Inês Carniato	Paulinas	2002
A religiosidade em questão	Isaias Silva	Educarte	2006
Todos os Jeitos de Crer	Dora Incontri e Alessandro Cesar Bigheto	Ática	2009
A vida e o Sagrado	Amarildo Vieira de Souza	PAX	2011
Redescobrimo o Universo Religioso	Marcos Sidney Pereira	Vozes	2011
De mãos dadas: ética e cidadania.	Schneiders, Amélia; Correa, Avelino A.	São Paulo: Scipione	2014
Redescobrimo o universo religioso (do 1º ano do Ensino Fundamental)	Daldegan, Viviane Mayer	Curitiba: Ed. Bom Jesus	2015
Ensino Religioso	Paroli, Marcia Helena Rodrigues	Brasília: Edebe Brasil	2015
Ensino Religioso	Kluck, Claudia; Itoz, Sonia de	Curitiba: Piá	2016
Diálogo Inter-religioso	Carvalho, Heloisa Silva de; Cunha Neto, Jorge Silvino da	São Paulo: FTD	2017

Fonte: a autora, 2019.

Esses materiais, em tese, teriam condição de atender a laicidade exigida do fazer no ER que, sendo opcional às aulas na Escola Pública, tem uma configuração diferente para instituições particulares, consumidoras dos livros.

2.2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM MARCO

A BNCC, aprovada em dezembro de 2017, é ao mesmo tempo questionamento e desafio no que tange a concretizar suas premissas na escola. A orientação do CNE a respeito dela é que “instituições ou redes de ensino podem, de imediato, alinhar seus currículos e propostas pedagógicas à BNCC”, com prazo fixado “preferencialmente até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020” (BRASIL, 2017, Parecer 15).

Esse documento atende a indicação para que fossem “fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” na

Constituição (BRASIL, 1988, Art. 210), e considerando o Artigo 26 da LDB (BRASIL, 1996), que indica a necessidade de haver nos “currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum”. De 1996 a 2013, os PCNs, no caso da disciplina os PCNERS, indicaram um caminho para que essa construção se estabelecesse de forma exitosa.

Nas discussões iniciais da Base, em 2013, houve a participação de diferentes instituições como o MEC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), responsáveis pela escola, a formação de docentes, as políticas para a Educação, dentre outros. Tais instituições buscavam definir aprendizagens basilares, como o próprio nome do documento promulgado indica, em busca de atender a um só tempo a Constituição (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996/1997) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

Em sentido positivo, destaque-se a participação pública promovida pelo CNE, através de consultas (online) e reuniões presenciais que caracterizam o processo como democrático e participativo. Contudo, sua construção foi bastante criticada, em especial com relação a alfabetização em dois anos, no ensino cronológico da História e no silenciamento a respeito das questões de gênero, como principais questões (RATIER, 2018). Além disso, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (2018) apresenta como lacunar a manutenção do ER no documento.

Pesquisadores posicionaram-se em todo o processo de construção da base a favor e contra o ER. As opiniões contrárias são apresentadas, por exemplo, no artigo que analisou “a BNCC como elemento de política pública de educação, no cruzamento dos campos político, religioso e educacional, segundo dois pontos de vista: o do processo de sua produção e o do produto”, de Cunha (2016, p. 266). Nele foi apresentado um decálogo conclusivo a respeito do ER e seu tratamento na BNCC, que sinteticamente concluiu:

- A) a proposta da BNCC de 2015 resultou em elaboração apressada, pouco e rasamente discutida, e sem diagnóstico prévio da Educação Básica;
- B) não há, na opinião do autor, justificativa epistemológica nem pedagógica para sua introdução, por se tratar de disciplina facultativa, que terá esse

caráter enfraquecido, e conseqüentemente será reforçada a obrigatoriedade da disciplina;

- C) a sua presença corresponde a uma rede de interesses, que articula instituições religiosas, e perpassa o campo político e educacional. Essa rede é formada por muitos nós como o FONAPER, o CONSED, e a SEB/MEC, e se estende pelo Congresso Nacional;
- D) os especialistas que elaboraram o texto para o ER na BNCC eram membros do FONAPER, católicos e docentes de Universidades de Santa Catarina, o que caracteriza ser um grupo regional e homogêneo;
- E) não foram consideradas as conclusões da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014), que reivindicava a substituição do ER pela disciplina de Ética e Cidadania, que poderia limitar as manifestações religiosas nas escolas públicas.
- F) inadequabilidade aos alunos da Educação Básica, dos elementos complexos em seus eixos e objetivos de aprendizagem, que demandariam conhecimentos ausentes do segmento (Filosofia, Sociologia e Antropologia Cultural);
- G) questões ligadas à inclusão nas 800 horas-ano exigíveis e problemas decorrentes da “reserva de mercado” que a licenciatura específica acarretaria;
- H) o não cabimento de ser o professor da disciplina um especialista em tolerância e virtude de religiões monoteístas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo), contrariando a tarefa da educação laica, de lutar contra a discriminação material e simbólica, racial, dentre outras;
- I) o autor considera a BNCC, no tocante aos conteúdos do ER, como incorrigível, e qualifica-a como impertinente;
- J) critica mais o currículo oculto do que o manifesto, no qual os professores precisariam “ser educados”, para que não sejam impostas as próprias crenças, e que respeitassem as diferenças entre as religiões, religiosos e não religiosos.

Ainda que não se tenha concretude sobre o quão positivo ou negativo a BNCC venha a se revelar, e nem sobre sua efetividade, percebe-se que representa mais um passo na caminhada histórica do Ensino Religioso. Em primeiro plano oportuniza reflexões a respeito do currículo e do próprio fazer docente. E, ainda que possa ser criticada por não fornecer direção segura, por se eximir em indicar quais religiões e de que forma devam ser abordadas, ela tem a potência em promover discussões sobre a formação docente, sobre práticas tradicionais, já que evoca o protagonismo estudantil e ainda com relação ao modo prosélito de conduzir as aulas – que passa por um importante momento de reflexão. Ainda está longe do ideal, mas é mais um passo no caminho... e que venham outros.

A BNCC estabelece que o Ensino Religioso tem como função, “assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos” (BRASIL, 2017, p. 435), sendo que a disciplina integra a formação básica de cada cidadão, em conformidade com a Constituição de 1988 (BRASIL) e a LDB n. 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei n. 9.475/1997). Nesse sentido, o parecer do CNE apresenta que o ER é responsável por um amplo espectro a ser tratado, propiciando²³:

- **conhecer** aspectos estruturantes de diferentes religiões e filosofias de vida, com base em pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e ético;
 - **compreender, valorizar e respeitar** as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
 - **reconhecer e cuidar** de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
 - **conviver** com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
 - **analisar** as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
 - **debater, problematizar e posicionar-se** frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo que se assegure assim os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.
- §1º As Áreas do Conhecimento favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, intersectam-se na formação dos alunos, mas preservam as especificidades de saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes;
- § 2º O Ensino Religioso, conforme prevê a Lei 9.394/1996, deve ser oferecido nas instituições de ensino e redes de ensino públicas, de

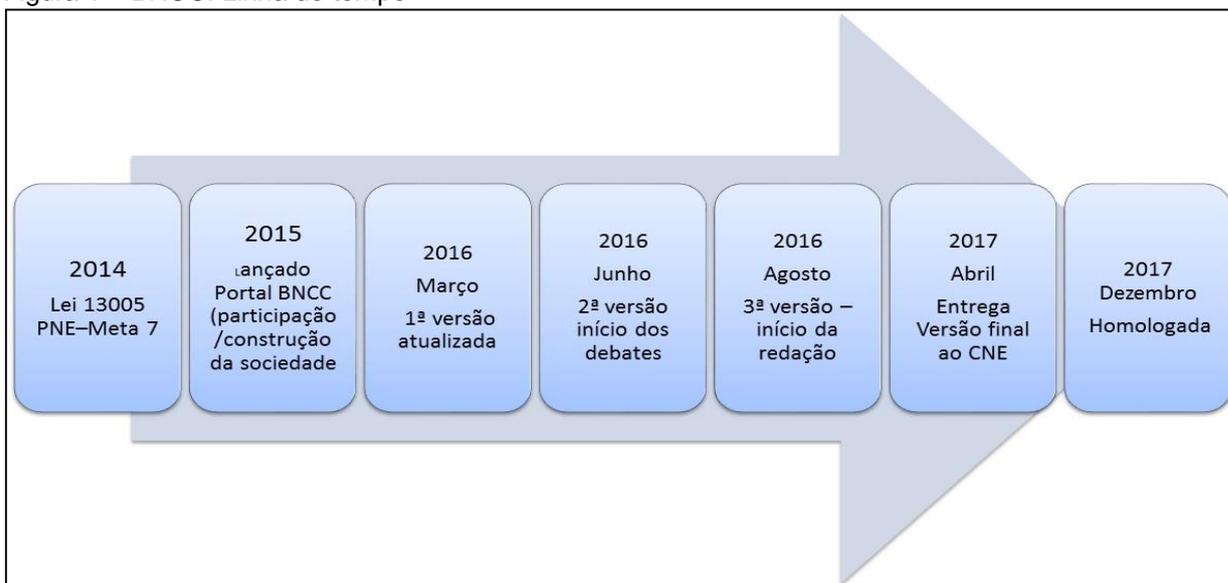
²³ O que se propõe propiciar no Parecer do CNE, um sujeito ativo, que conhece e se reconhece, compreende, valoriza, respeita, cuida e convive com a diversidade de toda ordem, inclusive a religiosa. Além disso, ainda propõe que as capacidades de analisar, debater, problematizar e posicionar-se sejam envolvidas no desenvolvimento cognitivo – o que pode contribuir sobremaneira para uma cultura da paz.

matrícula facultativa aos alunos do Ensino Fundamental, conforme regulamentação e definição dos sistemas de ensino (BRASIL, 2017, Parecer 15, grifo nosso).

Em 2014, o PNE²⁴ determina que em dois anos seja instituído um “conjunto unificado que articule todas as dimensões 27 da educação, no intuito de promover a equidade, com qualidade, para toda a população do país” (BRASIL, 2017, p. 27). A BNCC, visando alcançar as metas 1, 2, 3 e 7 do Plano, busca a qualidade da Educação brasileira. Como dado novo no processo de pensar a disciplina, e a própria escola, se estabelece nessa pesquisa como marco inicial na seleção de livros didáticos publicados para o ER em 2014, buscando observar o atendimento à diversidade cultural religiosa no período da construção da Base culminando nas publicadas até o ano de 2017.

De forma sintética, o caminho histórico da construção da BNCC pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – BNCC: Linha do tempo



Fonte: a autora, 2019.

A convivência e a diferença tangenciam toda a Base e indicam para a disciplina a promoção da competência da convivência com a diversidade dos modos de crer, pensar e viver. Nesse sentido, orienta especificamente para o Segundo Ano do Ensino

²⁴ Aprofundamentos podem ser obtidos em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>

Fundamental a promoção da identificação de símbolos, costumes, crenças, formas diversas de viver e o reconhecimento de diferentes espaços de convivência. No sétimo ano, indica ser necessário “discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões” (BRASIL, 2017), propiciando relações facilitadoras da paz.

Os livros para a disciplina não são contemplados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa destinado exclusivamente à escola pública para o fornecimento. Entretanto, é possível perceber nos conteúdos definidos, e nas competências que se pretendem desenvolver, que a sequência de conceitos a ser abordada é amplamente condizente ao ambiente escolar, público e por isso necessariamente laico.

Nesse sentido, é possível afirmar que a fragilidade do professor, mencionada por Silva (1996), tem alguma condição de atendimento pelo texto da BNCC, que provoca o conhecimento a respeito das religiões e diferentes formas de crer ou não crer, corroborando em amplo sentido por “espalhar confiança de vida, calor humano, tolerância, solidariedade, criatividade e engajamento social, bem como prover uma renovação espiritual, reformas sociais e até a paz mundial” (KÜNG, 2001, p. 72).

A formação de professores para o Ensino Religioso é uma lacuna histórica a ser pensada e trabalhada no conjunto da sociedade. Para o Ensino Religioso, ensaiase uma mudança por conta da regulamentação recente do curso de Ciências da Religião (BRASIL, 2018), como ciência, cujos conhecimentos devam ser transpostos no ER e que, além da formação inicial para a docência, propõe promover “a compreensão crítica e interativa do contexto, a estrutura e a diversidade dos fenômenos religiosos” e cujo o conhecimento a respeito do diálogo inter-religioso e intercultural deva ser estabelecido “na perspectiva dos direitos humanos e da cultura da paz” (IDEM).

No sentido da formação do docente para a disciplina de ER, se destacam as possibilidades do livro didático entendido como uma das fontes pelas quais é construído o saber docente, em conjunto com os saberes pessoais, os provenientes da formação escolar anterior, da formação profissional para o magistério e aqueles provenientes da própria experiência (TARDIFF, 2002, p. 63). Por isso, é relevante a análise dos livros didáticos, que historicamente vêm sanando carências da formação, ao fornecer condição material para o ensino e orientando práticas e conteúdos (previamente selecionados).

Pensando na diversidade cultural religiosa e na legislação educacional brasileira, há ao menos três pontos necessários para estabelecer a coexistência da pluralidade e da diversidade: a reflexão sobre os processos de formação; o fazer pedagógico e o material didático. Esse último requer uma reflexão detida, por exercer papel importante no ambiente escolar, conforme Choppin (2001, p. 111), “já que os manuais, que para a opinião pública representam o próprio símbolo da escola, constituem, ou não, um instrumento de poder”²⁵.

Considerando os livros didáticos símbolos da escola e também instrumentos de poder, e levando em conta o caminhar histórico do ER, se faz necessário refletir a respeito desses materiais na construção dessa história, seus limites e possibilidades, para além dos objetivos eclesiais, agindo de forma pluralista, dispostos ao diálogo, de maneira autocrítica e inovadora (KÜNG, 2001, p. 183).

E, ainda que “o Ensino Religioso como componente curricular é herdeiro de tendências culturais religiosas confessionais desde o descobrimento do Brasil” (CARON, 2014, p. 629) com a Educação sob tutela, por muitos séculos, da religião hegemônica, é tempo de refletir sobre os caracteres da laicidade e da diversidade cultural, étnica e religiosa, considerando o tensionamento entre os contrários e os que defendem, a fim de que a disciplina, juntamente com outras, os professores e os livros “estejam a serviço da transmissão de conhecimento inter-religioso e que percebam esse trabalho de esclarecimento como uma prática de educação para a paz” (KUNG, 2001, 183).

No início, os livros didáticos contribuíram para a formação e civilização da nação brasileira, caracterizados desde cedo como objetos culturais que visam lucro. Filho de sua própria época, o Livro Didático assume funções diferentes, dependendo do contexto social, econômico e político em que é produzido e utilizado, transmitindo, além do conteúdo em si, uma gama de valores da contemporaneidade da produção.

Assim como os livros de outras disciplinas, os didáticos do ER se mostraram complexos, e em alguns casos até familiares por conta de terem sido utilizados geração após geração, constituindo, atribuindo significados e mantendo certos paradigmas, como por exemplo os cristãos na coleção de Álvaro Negromonte, e também em vista da longevidade de Editoras como a FTD, que a mais de cem anos

²⁵ No original: “ya que los manuales, que para la opinion publica representan el simbolo mismo de la escuela, constituyen, quierase o no, un instrumento de poder” tradução da autora, 2019.

publica material didático voltado à educação da religiosidade. Nessa evolução histórica, vale destacar que diferentes concepções foram operacionalizadas. Se impõe considerar que, historicamente, as fases/concepções se imiscuem umas às outras não apresentando início e términos rígidos.

As reflexões e elaborações são anteriores ao seu surgimento oficial pois os estudos, discussões e articulações se iniciam muito antes de serem efetivadas, e não se encerram no surgimento de novos modelos. Portanto, os materiais pesquisados revelam fases e concepções específicas, que via de regra tem viés confessional ou interconfessional, e que mais recentemente buscam considerar o reconhecimento da diversidade cultural e religiosa. Isso é demonstrado por publicações científicas como teses, dissertações, artigos e outros documentos que discutem a identidade e a epistemologia do ER, indicando-se reflexão futura com relação aqueles que pesquisam explicitamente a temática da diversidade religiosa.

Os livros didáticos atestam a trajetória da disciplina que remonta as aulas de religião com a formação de membros e a conseqüente formação da sociedade brasileira, tendo a teologia cristã contribuído sobremaneira. Em fase posterior, as aulas de vivências cristãs, em seus aspectos em comum, eram pensadas por lideranças cuja forma experiencial era plano de fundo. Recentemente se debruça sobre o conhecimento religioso, do fenômeno e da cultura, na reflexão a respeito de elementos comuns e díspares, qualificando as relações no reconhecimento do direito do outro de existir e crer.

A consolidação de obras que compreendem o ER como um componente curricular em perspectiva do diálogo inter-religioso é aspecto recentíssimo, em termos históricos, sendo gestadas após o Concílio Vaticano II, intensificaram-se nas discussões que antecederam a LDB (BRASIL, 1996), e tem orientação específica na Base Nacional Curricular Comum, para os aspectos da multiculturalidade religiosa brasileira.

Entender o livro didático em sua lógica curricular e de mercado, já que é produto, demanda análises cada vez mais aprofundadas, que levem em conta o respeito a diversidade, enquanto condição para promoção da qualidade do ensino e da paz. Dessa forma, corrobora com a orientação da BNCC no desenvolvimento de competências em prol da convivência na pluralidade, constituída na disciplina por conteúdos a respeito de crenças, convicções, modos de ser, viver e pensamentos,

valorizando e respeitando as manifestações religiosas e não religiosas, filosofias de vida, experiências e os saberes que emanam da vida dinâmica (em transformação).

É perceptível a originalidade da pesquisa sobre o livro didático publicado por editoras com alcance de distribuição nacional, entendendo-o como um elemento da cultura escolar e indicado como um dos caminhos possíveis para sondar como são tratadas as questões do diálogo inter-religioso, enquanto resposta assertiva contra a violência. E mais do que isso, na construção da paz, enquanto convite para a solidariedade, a convivência e a justiça.

Então, se empreende análises de diferentes formas neste afã.

3. AS ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

Os caracteres da cultura religiosa são percebidos no cotidiano em diferentes demonstrações sociais. Um dos exemplos é o calendário escolar que é usado para orientar o ritmo escolar, revelando quanto a religião influencia no ritmo de vida dos brasileiros. No ER, a cultura religiosa é tratada de forma privilegiada, ainda que não de forma exclusiva na escola, por conta da interdisciplinaridade.

A diversidade é inegável nos ambientes escolares, sendo uma amostra do todo da população. Com isso em mente, buscou-se estabelecer como os livros didáticos para a disciplina abordam a diversidade, a fim de que se revele a existência de relações dialógicas, alteritárias e significativas, entendidas como competências básicas para a vivência da paz. A caminhada do ER rumo a um fazer que respeite a diversidade cultural e religiosa, conforme orienta a BNCC (2017), é sinalizada pelas discussões estabelecidas em simpósios, colóquios, congressos e encontros, e espera-se que isso tenha eco na produção de didáticos, como forma de as discussões alcançarem o chão da escola.

O recorte da presente pesquisa são as obras didáticas para a disciplina, publicadas no quadriênio 2014 a 2017, posteriores a divulgação do Plano Nacional de Educação de 2014, e durante o processo de construção da Base Nacional Curricular Comum, com potencial presumido de revelar a diversidade cultural religiosa brasileira.

É esperado que a diversidade seja atendida conforme as metas oito e dezenove do PNE 2014, que propõem diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos, abordando a cultura do país, e ainda os princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade, além da sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 13). Há nisso um vislumbre na promoção da dignidade em face da diversidade, sendo a dignidade a ideia central onde se assenta e se situa, entre qualidades essenciais à justiça, a liberdade e a plena igualdade entre todos (JARES, 2008).

A exploração dos materiais oportunizou análise imagética e textual, permitindo identificar similaridades e distanciamentos – que sinalizam possibilidades e limites, inclusive para pesquisas futuras e, quem sabe, influenciem na produção de outros materiais didáticos visando a diversidade e a cultura da paz. A análise do conteúdo desenvolveu-se em três fases: pré-análise e seleção dos livros didáticos, exploração do material com a aplicação dos instrumentos e, finalmente, o tratamento, a inferência e a interpretação dos materiais coletados.

Assim, o levantamento e a localização do material a ser analisado, se deu nos seguintes acervos: o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES)²⁶, e o Banco de Dados do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (DBGPER)²⁷.

O Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES) foi organizado através do fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e financiamento internacional, sendo parte do Projeto Temático Educação e Memória: organização de acervos livros didáticos (2004-2007) (LIVRES, s.d.).

O projeto é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Circe Maria Fernandes Bittencourt (FEUSP), e inclui a participação de pesquisadores de outras instituições, tendo os seguintes objetivos:

referenciar, localizar os livros didáticos brasileiros para auxiliar pesquisas sobre o tema, além de preservar e divulgar os acervos localizados em diferentes lugares, tais como: bibliotecas, instituições e em referenciais bibliográficos e documentos diversos - catálogos de editoras, revistas educacionais, programas curriculares (LIVRES, s.d.).

Além de disponibilizar o “acesso a livros didáticos das diversas disciplinas escolares brasileiras do século XIX”, o projeto se caracteriza “por ser alimentado e ampliado constantemente pelas pesquisas de uma equipe de especialistas da área, que analisam o livro didático em suas diferentes vertentes” (LIVRES, s.d.).

O Grupo de Pesquisa de Educação e Religião se propõe a oferecer um “portal para a construção do ER como uma área de conhecimento”, formando uma rede de pesquisadores que ampliem e aprofundem “os estudos acadêmicos que contribuam para a identidade pedagógica do Ensino Religioso” (GPER, s.d.).

A formação desse grupo, iniciada no ano de 2000, tem envolvido, ao longo desses 14 anos, 25 pesquisadores, de diferentes níveis de formação e nacionalidade, cujas pesquisas buscam contribuir na “perspectiva da identidade pedagógica e da formação de professores do ER a partir da leitura escolar”, a fim de promover o “estabelecimento dos fundamentos epistemológicos e pedagógicos do Ensino Religioso” (PORTAL GPER, *on-line*). Esse grupo disponibiliza acesso ao Centro de Documentação (CEDOC) *Wolfgang Gruen*, disponibilizando livros artigos, anais, documentos, vídeos para apoio às pesquisas (PORTAL GPER, *on-line*).

²⁶ LIVRES. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/historico.html>, acesso em 30.mar.2019

²⁷ BDGPER. Disponível em: <https://db.ipfer.com.br/>. Acesso em 03.abr.2019.

Os termos pesquisados nos ambientes citados foram “Livro Didático” e “Ensino Religioso”²⁸, com os seguintes resultados listados no Quadro 8:

Quadro 8 – Resultado das Pesquisas

Fonte	Chave de busca: Livro Didático	Chave de busca: Ensino Religioso / Educação Religiosa (LIVRES)	Chave de busca: combinação Livro Didático + Ensino Religioso
LIVRES	8970 registros	5011 registros (resultado inconclusivo por trazer uma diversidade de materiais não pertinentes ao ER) 2 registros como “educação religiosa”	14 registros, cujos materiais/Coleções de mãos dadas, descobrindo novos caminhos e todos os jeitos de crer.
DBGPER	38 registros	Inconclusivo por ser uma biblioteca técnica, cujo acervo, em sua totalidade, trata a respeito do tema.	745 registros

Fonte: a autora, 2019.

Devido a um menor retorno de informações da base do LIVRES, estas foram preteridas em relação ao sistema DBGPER²⁹, cujos materiais ofereceram maior volume de respostas, além de terem o acesso físico disponibilizado na Biblioteca Wolfgang Gruen³⁰, localizada na cidade de Curitiba-PR.

O acervo de 745 livros didáticos tem o volume mais antigo, datado de 1913, e o mais recente de 2017, ambos da Editora FTD. O mais recente foi selecionado, dentre outros, para o presente estudo.

Os livros didáticos demonstram importância enquanto recurso constitutivo da formação do ser humano, tanto acadêmico quanto religioso, que se destina a crianças e jovens envolvidos desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, cujos conteúdos, metodologia e processos são delimitados por cada sistema ou secretaria de educação (GILZ, 2009).

Além da formação acadêmica dos estudantes, presume-se que, ao conhecer e compreender as diferenças das expressões religiosas e das culturas que carregam,

²⁸ Os termos pesquisados se restringiram a “Livro didático” e “Ensino Religioso”, porém indica-se ampliação futura com a inclusão de termos como “aula de religião” e ainda identificar conteúdo da religião nos livros das disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, pois, após a promulgação da Lei 5692/71, houve um desdobramento de conteúdos religiosos católicos nestas e em outras disciplinas em níveis mais avançados de ensino.

²⁹ Disponível em: <https://db.ipfer.com.br/>. Acesso em 18.abr.2019

³⁰ O CEDOC Padre Wolfgang Gruen, criado em 2005, e sediado em Curitiba-PR, foi uma homenagem do Grupo de Pesquisa Educação e Religião ao “primeiro pesquisador do Ensino Religioso na perspectiva da escola” (GPER, 2007). O acervo dessa biblioteca conta com três salas para apoio às pesquisas, com livros, trabalhos científicos, artigos, anais, documentos, vídeos coletados e doados pelos pesquisadores do grupo.

seja possibilitada a valorização da própria crença, também de respeitar a dos outros. Dar acesso às oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida tem potencial de ajudar no sentido de ampliar suas possibilidades de coexistência pacífica em comunidade pelas questões de acolhimento, atitude tão necessária ao constructo da paz. Além disso, deve ajudar o estudante a formular em profundidade o questionamento religioso e dar resposta devidamente informada, responsável e engajada (GRUEN, 1995, p. 82).

O LD revelou o percurso de desenvolvimento e maturação da disciplina e, assim como em outras disciplinas, o mesmo não deve ser colocado como a única opção e a última opinião a respeito dos saberes a serem tratados. Da mesma forma que eles não devem ser encarados exclusivamente como instrumentos pedagógicos, pois, enquanto produto de determinado grupo, revelam e mantêm/refutam identidades, valores, culturas e tradições (BITTENCOURT, 2002, p. 69).

As facetas reveladas pelo LD revelam contribuições em maior ou menor medida no desenvolvimento de cada ser humano e também de seu grupo cultural. O conjunto de práticas e costumes inclui a vivência da fé como um dos traços que pode ser recebido culturalmente, que influencia o ambiente no qual as diferenças podem oportunizar o diálogo.

Os livros didáticos analisados são os destinados aos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental. As crianças nessa etapa apresentam muitas transformações nos aspectos cognitivos, físicos e emocionais, dentre outros o desenvolvimento da capacidade recém adquirida ou em desenvolvimento, como da simbolização da linguagem por meio de desenhos. Concomitante ao início do processo de alfabetização são previstas condições para a ampliação da visão do todo e da possibilidade de abordar assuntos de maior complexidade, antes distantes de seus cotidianos. Dessa forma, é possível que vislumbrem diferentes perspectivas sobre a cultura que as cerca.

De acordo com a teoria de desenvolvimento da fé, esse estudante transita entre a fé intuitivo-projetiva – da primeira infância concomitante ao domínio da fala e ao surgimento do pensamento imaginativo - e a fé mítico-litera, que se dá durante o período da infância e da adolescência, momento em que ocorre o questionamento da fé da primeira infância, com base no ensino (FOWLER, 1996).

Com a ideia de um livro didático que traga isso em seu bojo e que respeite a diversidade social, cultural e religiosa brasileira, e ainda que considere o estudante e

as possibilidades oferecidas ao professor, a pesquisa circunscreveu-se nas seguintes obras, expostas no Quadro 9:

Quadro 9 – Obras Selecionadas

TÍTULO	ABREV.³¹	AUTOR (A/ES/AS)	CIDADE/EDITORA	ANO
De mãos dadas: ética e cidadania.	DMD	SCHNEIDERS, Amélia; CORREA, Avelino A.	São Paulo: Scipione	2014
Redescobrimdo o universo religioso	RUR	DALDEGAN, Viviane Mayer	Curitiba: Ed. Bom Jesus	2015
Ensino Religioso	ER-P	PAROLI, Marcia Helena Rodrigues	Brasília: Edebe Brasil	2015
Ensino Religioso	ER-KI	KLUCK, Claudia; ITOZ, Sonia de	Curitiba: Ed. Piá	2016
Diálogo Inter-religioso	DIR	CARVALHO, Heloisa Silva de; CUNHA NETO, Jorge Silvino da	São Paulo: FTD	2017

Fonte: da autora, 2019.

Depois de apresentar os instrumentos pedagógico e teológico de análise, são abordadas diferentes fases de análise. Em primeiro plano é oferecido um panorama sintético, oriundo da análise pelos instrumentos, em seguida, numa abordagem mais fluída, algumas categorias que se destacaram são trazidas, a fim de refletir sobre a diversidade e os princípios da educação para a cultura da paz, como por exemplo a diversidade encontrada nos personagens, em língua escrita, em diálogo, em ilustrações, ritos, livros sagrados, comunicação com o transcendente, questão do papel feminino frente às religiões. Ao final, como apêndices, são apresentados relatórios de análise detalhados, obra a obra.

As análises pedagógicas e de fundo teológico foram conjugadas ao estofamento teórico e a experiência pedagógica da autora, que apurou o olhar no sentido de perceber a participação cidadã, possíveis ou concretas, com potencial para alcançar as rodas de conversa (de docentes e discentes), as apreciações da arte, as atividades físicas de crianças e adultos na escola e, quem sabe, o anseio pela paz que venha a se constituir valor para toda a sociedade. Enfim, um fazer que elabore a diversidade como fator positivo.

³¹ A "ABREVIAT." será uma sigla/abreviatura utilizada ao longo da tese à guisa de simplificação de leituras.

3.1 PARA ENTENDER OS ARTEFATOS

A análise de materiais para a disciplina acessa um conjunto de saberes que se encontram no campo do subjetivo, entretanto é possível observá-los e identificá-los mediante técnicas apropriadas. Para além da materialidade do livro didático, no caso específico do ER, é necessário considerar caracteres relacionados à cultura escolar e à aprendizagem, e ainda outros saberes escolares. De todos os modos, estabelecer como, quanto e se a diversidade cultural religiosa é oferecida se mostra uma atividade desafiadora.

A relevância da reflexão sobre aspectos da cultura religiosa se dá por conta de a escola ser um dos espaços onde a pluralidade se revela e a coexistência pode ser ampliada, possibilitando diálogo e encontro, numa cultura de paz. Pensar e efetivar o tão necessário diálogo entre as religiões, culturas e pessoas é urgente para que seja possível pensar a paz entre as nações e os padrões éticos globais (KÜNG, 2001), que começam em nível local e individual, talvez criando condições a partir da reflexão de gerar um pensamento inovador por parte dos estudantes.

Se fez necessário estabelecer critérios para a avaliação dos livros didáticos, entendendo que onde há critério pode haver diálogo. O critério pode conduzir o diálogo respeitoso e oportunizar que o mais forte e o mais fraco ocupem lugares na mesa global, em níveis similares, e sirvam-se de uma ética comum, a partir dos mesmos critérios, mantendo e respeitando as características da própria cultura religiosa e também as da cultura religiosa do outro. Isso suprime a hierarquização de uma religião sobre a outra a fim, o que pode efetivar o diálogo (KÜNG, 2001).

Construir pontes de diálogo pela valorização das semelhanças e diferenças é dar condição de conhecer e experienciar o que Küng chama de “*Ethos* Mundial: um consenso social que pode e deve ser sustentado por todos os grupos da sociedade, quer sejam adeptos de uma crença ou não, independentemente de sua religião, filosofia ou ideologia” (KÜNG, 2005, p. 160). O estabelecimento de critérios não se furta da ocorrência de equívocos, mesmo em face de procedimentos científicos. Contudo, auxiliam a identificar a ideologia, e contrastá-la com a própria, ampliando as condições de identificação da cultura ou das culturas existentes, e que precisam ser consideradas e respeitadas.

Um instrumento de caráter didático-pedagógico, desenvolvido por Kluck (2015) e outro de fundo teológico, a partir da contribuição para a ética da paz, ambos

apresentados na sequência. Os critérios utilizados, balizados em dois instrumentos diferentes, nos quais foram utilizadas as seguintes siglas: RA - Ricos e/ou Apropriados; MPSA - Mediano / Pode Ser Ampliado; LR - Limitado ou Restrito; I - Inexistente.

a) Didático-pedagógico:

De maneira geral, na Educação Básica, as instituições reúnem estudantes de diferentes:

- confissões religiosas;
- níveis de maturidade cognitiva e espiritual (FOWLER, 1992); e
- níveis de conhecimentos e/ou abertura a respeito da própria cultura religiosa e do outro.

As diferenças com relação às crianças entre si e quanto aos temas da disciplina confirmam a possibilidade da escola ao fazer uso de determinados objetos culturais, como no caso daqueles disponibilizados pelo ER, propiciar a formação, na medida que os estudantes sejam instrumentalizados de forma criativa e diferenciada, como lembram Chartier (1990, 2004) e Chervel (1990).

Com base nos critérios eliminatórios utilizados para os livros didáticos de outras disciplinas escolares, expostos no Guia do Livro Didático 2015 (BRASIL, 2014), foi utilizado o Instrumento 1 - Questões Gerais para Análise buscando padronizar a análise geral dos materiais disponíveis no mercado quanto à: a) identificação/estruturação gráfica; b) Conteúdo; c) Exercícios; d) Livro do Professor; e e) Princípios éticos e a educação para cidadania (KLUCK, 2015).

As três primeiras categorias de análise se referem às condições de produção, conteúdos e exercícios. A quarta categoria trata de como esse material atende à docência e a última sobre os princípios éticos e educação para a cidadania, orientados pelas Leis Federais n.º 9.795/99, com relação ao ensino que trate a respeito do Meio Ambiente, n.º 10.639/03, sobre a história e contribuição da cultura Afro, n.º 11.645/08, sobre a história e cultura dos povos indígenas. Além destas, o instrumento original cita a Lei Estadual n.º 13.381/01, que indica a necessidade de ensino a respeito da História do Paraná, e que se mostrou inexecutável tendo em vista serem coleções de distribuição nacional.

O instrumento pedagógico é apresentado na Figura 2:

Figura 2 – Instrumento 1

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)	
TÍTULO DA OBRA	
1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	
RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
2ª Categoria: Conteúdo	
Coerência teórico-metodológica, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
Identifica os campos da disciplina	
Campo que recebe maior e menor ênfase,	
Articulação entre campos	
Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	
Adequação dos conteúdos	
Contribui para a cidadania	
Expressa preconceito	
Expressa doutrinação	
Expressa publicidade	
Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	
RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
3ª Categoria: Exercícios	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
Linguagem é clara e objetiva,	
Abordagem dos exercícios,	
Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	
Iniciação de outros recursos didáticos	
Texto das explicações é acessível para os alunos	
Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	
Estão coerentes com o conteúdo	
Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	
Enunciados apresentados de forma clara	
Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	
Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	
Estimulam a observação	
Estimulam a investigação	
Estimulam a análise	
Estimulam a síntese	
Estimulam a generalização	
RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
4ª Categoria: Manual do professor	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
Contribui o suficiente para um melhor uso do material	
Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	
Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	
Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	
Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	
Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	
Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	
É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	
RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania	
Atende ao disposto nas Leis: a) 9.795/99 Meio Ambiente; b) 10.639/03 História e Cultura Afro; c) 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas; e d) 13.381/01 História do Paraná	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	
Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	
Faz doutrinação religiosa ou política	
Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	
Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	
Veicula proposta de ensino de relevância social	
Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	
RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	

Fonte: KLUCK, 2015.

Na primeira categoria, considera-se o nível e a escolaridade dos estudantes a que o material se destina, sendo analisadas a identificação do livro, a estruturação gráfica e a leiturabilidade³² do material. Isso tem relação com o aspecto geral da letra (fonte) utilizada, entrelinhas e largura dos textos (colunas, caixas, etc.), que propiciam ou não a leitura, auxiliando ou não a apreensão dos sentidos dos textos. Também se refletiu a respeito da qualidade das ilustrações, e se estas auxiliam na compreensão, aferindo sua atualidade e apropriação. Foi observado, ainda, se os conceitos apresentados auxiliavam a compreensão da temática e sua adequabilidade ao proposto, além da atualidade das informações, e da inclusão ou não de glossário e sugestão de leituras complementares.

Compreender a leiturabilidade difere de compreender as leituras efetivadas por meio do material. Não obstante a importância da leitura, estas análises buscaram, em primeiro plano, assumir o livro como produto, e não a leitura em si. Entender os modos de apropriação a partir da leitura está fora do escopo da pesquisa.

A análise pedagógica se alinha ao entendimento de que o “ER escolar integra um projeto mais amplo de educação para a cidadania plena” (AFONSO, 2009, p. 11), e se conclui que deve estar embasada em pressupostos educacionais e não em argumentações religiosas (idem). Com relação ao conteúdo de cada livro, a análise se deteve na coerência teórico-metodológica de conteúdo, com observação de ausência ou presença de erros conceituais nos textos, exercícios e atividades propostas.

Tendo em vista a diversidade, foram analisados os aspectos de identificação e articulação entre saberes gerais e de expressões religiosas, sobre os quais recaíram maior ênfase/frequência, e coerência à série destino. A contribuição dos materiais para a cidadania, identificando preconceito, doutrinação ou publicidade, também foram analisadas e ainda a relação com os conhecimentos prévios dos estudantes.

Quanto aos exercícios dos livros didáticos, buscou-se identificar se a linguagem utilizada demonstrava clareza e objetividade. Sobre eles, questionou-se sobre sua vinculação com outros componentes curriculares e recursos didáticos. A partir de

³² No material do PNLD, o termo utilizado é legibilidade, porém isso envolve as decisões a respeito das formas das letras e a habilidade que o leitor tem de distingui-las umas das outras, não sendo esse o foco do trabalho. Então, assumiu-se a leiturabilidade (termo que é derivado da palavra inglesa readability) que de forma resumida significa “facilidade de leitura” (SOUZA, 2002).

então, houve uma reflexão com relação aos enunciados, se apresentavam coerência, clareza e/ou acessibilidade. A diversidade foi observada em relação à valorização de diferentes pontos de vista, buscando perceber se favoreciam e estimulavam a reflexão, a observação, a investigação, a análise, a síntese e as generalizações.

Ponderar sobre o material destinado à docência teve relação com os pressupostos teóricos metodológicos, operacionalização efetiva em sala (memorização/reflexão) e ainda a articulação dos saberes próprios da disciplina com outras disciplinas/áreas do conhecimento. O enriquecimento à docência, com acréscimo de textos, atividades e informações complementares ao livro do estudante, foi outro quesito de avaliação, que levou em conta, ainda, a presença ou ausência das respostas aos exercícios propostos, e a abertura para que a construção dialógica do conhecimento se efetivasse.

Entendendo que a dimensão da espiritualidade não é excludente com relação à racionalidade, observou-se como os princípios éticos direcionaram (ou não) a reflexão para a formação de cidadãos no sentido amplo da palavra, sob a perspectiva de que “somos nós inteiros que experimentamos a sacralidade: com mente e afeto, com conhecimento e dúvida, com respostas e indagações” (MAÇANEIRO, 2011, p. 15), buscando identificar também abordagem aos aspectos da cultura e da história dos povos indígenas e africanos, a correlação com o meio ambiente, além de se observar o incentivo ao consumo e a difusão de marcas, de produtos, serviços, organizações etc., além de caber no arcabouço de análise ética os aspectos de doutrinação religiosa ou política.

b) Teológico:

A Declaração Universal de Direitos Humanos apresenta em seu preâmbulo que todos devem, por meio da educação, “promover o respeito a [esses] direitos e liberdades” (ONU, 1948). Assim, o movimento de parte de pesquisadores quer sejam teólogos, filósofos, educadores ou outro segmento acadêmico, demonstra recorrência em busca de meios que assegurem convivência pacífica entre os diferentes e as diferenças.

Não só essa declaração mas também a Declaração dos Deveres do Homem, contribuiu para nortear debates na ONU, pela Organização Não Governamental

internacional *InterAction Council*³³ que, desde 1983, congrega pessoas com liderança nos mais diversos níveis de governo e Estado. Os representantes da Alemanha, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, França, Suíça, dentre muitos outros, buscam contribuir para que haja solução coletiva para a Paz, tratando questões como segurança, economia mundial e, finalmente, padrões éticos para a humanidade.

Nesse sentido, solicitou-se a Hans Küng que colaborasse para a escrita dessa Declaração. O documento foi ponto de início de discussões, questionamentos e contestações, entretanto, seu conteúdo tem potencial para orientar o olhar para além das relações de domínio, atribuindo a responsabilidade em seus deveres para todos de forma igualitária.

Mais especificamente na primeira seção dos Deveres Universais encontram-se “Princípios fundamentais para a humanidade”, artigos 1º a 4º, nos quais há quatro deveres fundantes, a saber: tratar as pessoas de maneira humana; lutar para garantir a liberdade e a dignidade; promover o bem e evitar o mal em todas as ocasiões; e não fazer ao outro o que não deseja que ele faça a si próprio coadunam com a Declaração de Ética Mundial³⁴.

A segunda seção, do artigo 5º ao 7º, trata da “não violência e respeito pela vida”, que coadunam com o primeiro preceito inamovível proposto na Declaração de Ética Mundial. Para isso é necessário: a) respeitar a vida, combatendo atos de agressão, tortura ou morte; b) buscar resolução para conflitos de forma pacífica; e c) buscar a conscientização ecológica e de proteção à natureza.

A terceira seção trata de “Justiça e Solidariedade”, nos artigos 8º a 11º, e indica ser necessário: a) portar-se com integridade, honestidade e equidade; b) erradicar problemas sociais como a pobreza, a desnutrição, a ignorância e a desigualdade; e c) buscar ordem econômica e social justa. Esses temas estão ligados ao segundo preceito inamovível da Declaração de Ética Mundial.

A quarta seção trata de Sinceridade e Tolerância, conforme o terceiro preceito da Declaração de Ética Mundial, nos artigos 12 a 15, os quais indicam deveres de: a) falar e agir de forma honesta; b) respeitar a privacidade e o sigilo profissional e

³³ Disponível para acesso e consulta em <http://www.interactioncouncil.org/>

³⁴ https://www.weltethos.org/1-pdf/10-stiftung/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 06 ago. 2018.

peçoal; c) seguir padrões éticos no exercício da profissão; d) a mídia prestar informações verdadeiras de forma responsável; e) combater manifestações de preconceito e atos discriminatórios por motivos de crença, religião ou filosofia de vida, em especial com relação ao ódio, fanatismo e embates religiosos (guerras); e f) promover a tolerância e o respeito mútuo.

A quinta seção trata especificamente do “Respeito Mútuo e Parceria”, em seus artigos 16 a 18, dos quais se depreende os deveres de: a) agir com respeito, compreensão solidariedade, lealdade e amor, nos relacionamentos amorosos e familiares; e b) responsabilidade quanto ao planejamento familiar, que em sua tônica remete ao quarto preceito da Declaração de Ética Mundial (PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, 1993), que leva forte acento desses princípios nos relacionamentos entre homens e mulheres.

A Declaração é encerrada pelo artigo 19 que veda a destruição de qualquer responsabilidade, direito ou liberdade constante nela, ou na Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

Os documentos internacionais que tratam dos direitos e também os que tratam dos deveres estabelecem parâmetros para a convivência, de forma que se entende que o material para o Ensino Religioso também busque inculcar formas, valores e estratégias em que sejam garantidos os direitos (JARES, 2008).

Com os direitos é necessário considerar a importância dos deveres para com os demais e, segundo Jares (2008), o cumprimento dos direitos é acompanhado de limitações e deveres para que aqueles possam ser exercidos. O sentido do dever para com os membros da família, da comunidade educacional, do país, assim como dos valores da justiça, liberdade, paz etc., é um sentimento necessário que devemos inculcar desde pequenos. Os deveres são a outra face dos direitos, uns e outros estão ligados.

A Declaração dos Deveres do Homem, poderia balizar a análise dos livros didáticos, a que se propõe a presente pesquisa, contudo, opta-se pela forma positiva de ensino. Por isso, no afã de estabelecer um instrumento que possa ir além do proibitivo ou impositivo, estabeleceu-se a Declaração de Ética Mundial (Anexo C), com base nos quatro preceitos que enfocam a justiça social, os recursos sociais e a transformação interior e que, por isso mesmo, também atendem de alguma forma a Declaração de Deveres Humanos.

A contribuição de Hans Küng na Declaração de Ética Mundial pode ampliar condições para a construção de uma ética que sedimente as relações entre as pessoas por meio de princípios religiosos comuns, entendendo que elas construíram sistemas orientadores, que serviram de fundamento para determinada moral (KÜNG, 1998, 59), portanto elas oferecem sentido às relações, normatizando as sociedades em geral, incluindo as secularizadas.

A importância das religiões em um processo construtivo de paz confirma a importância do sistema próprio de normas, condutas e crenças (CROATTO, 2001, p. 410), entendendo que os “símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo” (GEERTZ, 2008, p. 85), e essa afirmação sinaliza o que representa a religião para a vida cotidiana e secular, em termos éticos e reguladores das relações humanas.

Como cada cultura carrega uma ética própria e, não obstante ser padre católico, Hans Küng defende um inclusivismo, no qual a ideia de salvação transbordaria da resposta ao credo cristocêntrico, pois outras religiões podem ser “moldadas pelo evento de Cristo”, o que fornece horizonte de sentido nas relações que se equalizam, nos modos de viver que revelam o princípio do Amor, que o Deus dos cristãos ensina.

Destarte, é possível conciliar o mundo não uniformizando-o (MOREIRA, 2012), por meio de conhecimentos religiosos em benefício de uma educação autenticamente cidadã e inclusiva (SOARES, 2009, p. 17). Essa conciliação tem amparo nos pressupostos de Küng ao afirmar que:

sem moral, sem normas éticas comumente aceitas, sem padrões globais, as nações correm o perigo de através do acúmulo de problemas de décadas, caminhar para uma crise que pode levar ao colapso nacional, isto é, à ruína econômica, à desmontagem social e à catástrofe política (2001, p. 45).

Assim se almeja vislumbrar uma ética mínima, baseada em valores fundantes das diferentes religiões, que mesmo em situação de diversidade cultural e religiosa se torne ponto de encontro no sentido do diálogo e coexistência respeitosa e pacífica. Para esse diálogo deve buscar-se a junção e estabelecer-se o encontro, tanto entre aqueles que optam por crer, como por aqueles que vivem sem a opção de crença ou pertença religiosa – açambarcando dessa maneira tanto religiosos, quanto ateus ou agnósticos.

O diálogo em torno de princípios éticos, que sejam comuns a religiosos ou não, busca consenso global onde as diferenças entre culturas e formas de crer não sejam obstáculo, do contrário, se apresentem como oportunidades para assunção desses paradigmas. Para esse diálogo, são premissas fundantes: a) tolerância com relação à outras crenças; b) sensibilidade em relação aos preceitos das demais visões de mundo; e, c) postura de abertura ao diálogo, sem que seja necessário abrir mão das próprias convicções, sendo necessário, auto-crítica com relação às próprias visões de mundo.

Antes de tudo, e talvez condição *sine qua non* para esse diálogo seja a postura de buscar compreender o outro, levando em conta a sua tradição e cultura, seus lamentos e suas crenças salvíficas, e ainda haver uma preocupação em explicar a própria explicação e posição, com disposição de escuta ativa e de aprendizagem significativa.

O instrumento (FIGURA 3) foi construído a fim de contemplar as questões propostas pelas seguintes categorias/preceitos: cultura de não violência e cuidado diante da vida; compromisso com uma cultura de solidariedade e uma ordem econômica justa; compromisso com uma cultura de tolerância e uma vida de veracidade; e cultura de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres (respeitai e amai uns aos outros).

Figura 3 – Instrumento 2

INSTRUMENTO 2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS TEOLOGIA	
TÍTULO DA OBRA :	
1ª CATEGORIA	
P1 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
P1.1 - respeito ao direito de toda e qualquer pessoa à vida	
P1.2 - integridade física, vedada a tortura; discriminação qualquer que seja o motivo; procedimentos de purificação, exílio ou aniquilamento	
P1.3 - livre desenvolvimento da personalidade observados os direitos dos demais	
P1.4 - resolução de conflitos de forma não violenta, orientando o desarmamento e a promoção de diálogo	
P1.5 - cultura de não violência ensinada aos jovens	
P1.6 - preocupação com os demais seres da natureza	
P1.7 - tolerância e respeito demais povos raças e religiões mundiais	
RA - ricos e/ou apropriados; MP/SA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
2ª CATEGORIA	
P2 - CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
P2.1 - ação justa e honesta, com preocupação do social, combatendo à pobreza extrema	
P2.2 - respeito as carências da sociedade e da terra no uso das suas posses	
P2.3 - correlação propriedade e obrigações (servir ao bem comum)	
P2.4 - solução sustentável para endividamento e pobreza	
P2.5 - questionamento a respeito de consumo (necessário x desenfreado)	
P2.6 - poder político e econômico a serviço do ser humano	
P2.7 - respeito e conciliação mutuos em disputa de poder	
RA - ricos e/ou apropriados; MP/SA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
3ª CATEGORIA	
P3 - CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
P3.1 - compromisso com a veracidade / combate a inverdade	
P3.2 - propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade nos meios de comunicação de massa	
P3.3 - propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade na arte, literatura, na ciência	
P3.4 - propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade para políticos e partidos que intencionalmente buscam dizer a verdade ao povo	
P3.5 - propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade representantes de religião, que apregoam e legitimam a promoção da paz	
P3.6 - jovens no cultivo da veracidade em pensamento, fala e ação	
P3.7 - adoção de postura que faz valer a verdade (em substituição à arbitrariedade)	
P3.8 - cultivar o espírito da veracidade nas redes de relações cotidianas	
P3.9 - reiterar a verdade, incorruptível, servindo-a com confiança e constância	
RA - ricos e/ou apropriados; MP/SA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	
4ª CATEGORIA	
P4 - CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	
ITEM	CONSIDERAÇÕES
P4.1 - respeito em relação ao companheiro combatendo a visão de objeto de sexualidade ou dependência sexual	
P4.2 - condenação da exploração sexual e da discriminação de gênero	
P4.3 - consciência com relação à sexualidade como força positiva, construtora e formadora	
P4.4 - sexualidade ligada a relação amorosa vivida com companheirismo	
P4.5 - reconhecimento da renuncia voluntária como expressão de identidade e plenificação de sentido	
P4.6 - afirmação de defesa dos deveres da família de apoio mútuo, dignidade, com relacionamento sustentado pela respeito, reconhecimento e cuidado mútuo	
P4.7 - cultivo do respeito compreensão e companheirismo nas relações pessoais e familiares	
P4.8 - respeito mútuo tolerância conciliação e amor em substituição de formas de desejo sexual possessivo ou abuso sexual	
P4.9 - responsabilidade sobre ações ou omissões no sentido de construir dignidade intocável e direitos inalienáveis.	
P4.10 - responsabilidade ética para classes profissionais (médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas, políticos, etc.) que elaborem códigos de ética que forneçam diretrizes concretas para questões de seu meio profissional	
P4.11 - comunidades de fé formulem sua ética específica com relação ao sentido da vida e da morte, e outras questões fundantes	
RA - ricos e/ou apropriados; MP/SA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente	

Fonte: da autora, 2019.

Os firmes preceitos da Declaração de Ética Mundial (PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, 1993), compuseram o instrumento norteador da análise e avaliação dos Livros Didáticos do ER, estabelecendo-os como categoria de análise. Os preceitos são chamados inamovíveis, no sentido de não ser possível maleabilidade com relação a eles, contudo, na educação há que se considerar a dinamicidade das relações. Sendo assim, eles não recebem a nomenclatura de inamovíveis, como ocorre na Teologia e nas suas proposições.

a) Primeiro preceito - cultura de não violência e cuidado diante da vida:

Determinar a vida “não pelo egoísmo, mas pelo engajamento a favor dos semelhantes” (PARLAMENTO DAS RELIGIÕES DO MUNDO, 2000, s.p.) é a tônica do primeiro preceito e a primeira dimensão na avaliação dos livros didáticos do ER.

Sentimentos como ódio, inveja, ciúme e violência não podem e não devem ser fomentados nos indivíduos, grupos sociais, étnicos, nações e religiões. Nessa dimensão se busca vislumbrar que se encontre posicionamento firme contra a violência, crime organizado, venda de drogas, cujo conteúdo deve pontuar o acesso e a permanência desses temas nos materiais didáticos.

Nesse preceito se busca, ainda, estabelecer o direito à vida e o desenvolvimento da personalidade, à integridade física de si e de outros seres da natureza, o combate à tortura e a qualquer tipo de discriminação, com resolução de conflitos de forma pacífica, pela promoção de diálogo, tolerância e respeito a outros povos e religiões.

Sintetizado em uma frase: sentir temor diante da vida – é a missiva que se deve perseguir, também por meio dos livros didáticos, desde a mais tenra idade.

b) Segundo preceito - compromisso com uma cultura de solidariedade e uma ordem econômica justa (não roubarás):

Esse preceito marca fortemente a palavra solidariedade, que remete a conscientização com relação à vida em suas mais diferentes formas, pois, para citar o Papa Francisco é preciso pensar que:

nunca maltratamos e ferimos a nossa Casa Comum como nos últimos dois séculos.... Essas situações provocam os gemidos da irmã Terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo (FRANCISCO, 2015, n. 53).

A Solidariedade se confirma em meio a uma ordem econômica justa – entendendo ser necessário ir além do ocupar pessoas de outros países e culturas pelo potencial de produção, por exemplo, mas vê-los como “parceiros de forma integral e [que] busquem ter sensibilidade para com a história, a cultura e a religião das outras pessoas” (KÜNG, 2001, p. 182), pois a solidariedade é como uma qualidade da humanização (JARES, 2008).

A política, enquanto fator de expressiva influência na busca de ordem mundial pacífica, deve ser balizada por um *Ethos* Mundial, a fim de que se conquiste o mundo mais Pacífico, mais justo, mais humano e que se estabeleça a cultura da Solidariedade e da ordem econômica justa.

Isso indica a necessidade de uso de posses, em que se respeite as carências da terra (natureza), as relações de consumo, as pessoas, responsabilizando a todos a servir ao bem comum. Essa “posse” deve fazer com que haja inclinação ao servir o outro com as possibilidades de administração justa dos bens e poderes, tanto econômico, quanto político, ou qualquer outro, e a conseqüente remodelação de forma justas de suas estruturas.

Nesse preceito, as relações de consumo, o senso de comedimento e humildade e a predisposição ao respeito e conciliação são temas para reflexão.

c) Terceiro preceito - compromisso com uma cultura de tolerância e uma vida de veracidade (não mentirás):

A honestidade e a veracidade são temáticas que contribuem para o bem comum, e a paz mundial.

Servir-se e pautar-se pela verdade é cumprir com a vocação cristã, pois “a verdade ou a veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro no agir e no falar, guardando-se da duplicidade, da simulação e da hipocrisia” (CATECISMO, §2468).

Esta dimensão trata dos princípios de veracidade, autenticidade, objetividade e honestidade nos meios de comunicação de massa, na arte, literatura, ciência, política e pelos representantes das religiões que militam na promoção da paz.

Em especial, conclama aos jovens a cultivar a veracidade no pensamento, fala e ação – quem sabe oportunizando uma mudança de cultura, que privilegie a verdade enquanto condição necessária e imprescindível para tomar decisões fundamentais. Com a aplicação do instrumento, possivelmente se mensure como o material pode complementar a cultura familiar, ensinando o cultivo da veracidade como orientação ética para a vida.

d) Quarto preceito - cultura de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres (respeitai e amai uns aos outros):

O quarto preceito indica uma vida de complementaridade entre homens e mulheres, na qual o respeito e a igualdade de direitos pautem as ações.

Perceber as relações intersexos orientadas no valor da igualdade e companheirismo pode ressignificar a sexualidade, por combater a visão de objeto ou dependência sexual, além de tornar consciente a sexualidade como força positiva, construtora e formadora.

Apesar da abordagem do tema estar limitada aos materiais destinados ao primeiro ano do Ensino Fundamental, por conta da idade/fase cognitiva dos estudantes, é mister trazer à baila a discussão, e concomitantemente a formação de pessoas que percebam a importância do cultivo do respeito, da compreensão e do companheirismo nas relações pessoais e familiares.

Esse preceito trata da responsabilidade ética com relação as questões de seus meios profissionais, contudo, a realidade demonstra ser preciso, mesmo que em tom ensaístico, por conta da idade dos estudantes, abordar e construir conceitos com relação à vida, à morte e às questões como a bioética, sexual, ciência, dentre outras, e ainda à responsabilidade ética das classes profissionais (médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas, políticos etc.).

3.2 UTILIZANDO OS INSTRUMENTOS

Aplicados os instrumentos, conforme apresentado detalhadamente nos apêndices, demonstrou-se o potencial que as sistemáticas de análise têm para sua utilização na educação, assim como em outros contextos, materiais, metodologias e ambientes, possibilitando identificar limites e potencialidades.

Abaixo apresenta-se a síntese avaliativa de cada livro, a partir dos dados dos instrumentos, tanto da abordagem pedagógica quanto da teológica.

Alguns quesitos avaliativos foram percebidos como inexistentes, característica considerada positiva em alguns casos, vindo compor a categoria “rico ou apropriado”, marcada pela inexistência de preconceito, doutrinação, aprendizagem mecânica, desestímulo ao consumo e desrespeito ao Meio Ambiente, por exemplo, considerando-se essencial sua supressão em materiais didáticos.

Assim, enquanto os apêndices apresentam de forma detalhada as análises, aqui opta-se por demonstrar a potencialidade de síntese a partir dos instrumentos pedagógico e teológico, traçando um panorama das obras.

O livro De Mãos Dadas (FIGURA 4) é considerado, no conjunto dos quesitos avaliados, como rico/apropriado a mediano nos aspectos pedagógicos e teológicos, com inexistências, ou silenciamento em aspectos das relações sexuais e também da responsabilidade ética de classes profissionais, cujos conteúdos não demandavam abordagem.

Figura 4 – Síntese Avaliativa – Livro De Mãos Dadas

INSTRUMENTO 1	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexistente
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO/ ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA (autor, editora, ano de publ.,etapa escolar)	■			
CONTEÚDO (coerência teórico-metodol., ausência de erros conceit., exercícios e nas atividades propostas)		■		
EXERCÍCIOS	■			
MANUAL DO PROFESSOR	Não avaliado			
PRINCÍPIOS ÉTICOS E A EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		■		
INSTRUMENTO 2	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexistente
CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	■			
CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA		■		
CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE		■		
CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES		■		■

Fonte: da autora, 2019.

Chama a atenção alguns aspectos em relação ao conteúdo no livro de Schneiders e Corrêa. Se por um lado ele contribui para a cidadania, como é proposto no título do material, além de apresentar coerência entre os conteúdos com a série

destino, e não expressar preconceito, doutrinação e publicidade, por outro é possível ampliar a identificação com os campos da disciplina, sendo possível então destacar a maior e a menor ênfase entre os campos, além de sua articulação. Também se indica que os conhecimentos prévios dos estudantes possam ser melhor relacionados com os conteúdos, sendo aspectos destacados para o enriquecimento do material.

A avaliação sintética do livro Redescobrimdo o Universo Religioso (FIGURA 5) demonstrou que ele pode ser considerado como rico/apropriado na maioria dos quesitos, tanto dos aspectos pedagógicos quanto teológicos. Há uma lacuna a ser preenchida quanto a 4ª categoria (pedagógica), em relação a indicar expectativa de respostas às atividades e exercícios e à articulação do conteúdo com outras áreas. No aspecto Teológico, é inexistente o questionamento a respeito de consumo, abordagens com relação ao poder político e econômico a serviço do ser humano, e ainda os quesitos que tratam das relações sexuais e da responsabilidade ética de classes profissionais, indicando o potencial para ampliações nesse sentido.

Figura 5 – Síntese Avaliativa – Livro Redescobrimdo O Universo Religioso

INSTRUMENTO 1	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexis- tente
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO/ ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA (autor, editora, ano de publ.,etapa escolar)	■			
CONTEÚDO (coerência teórico-metodol., ausência de erros conceit., exercícios e nas atividades propostas)	■			
EXERCÍCIOS	■			
MANUAL DO PROFESSOR	■	■		
PRINCÍPIOS ÉTICOS E A EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		■		
INSTRUMENTO 2	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexis- tente
CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	■			
CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA		■		
CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	■			■
CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	■	■		■

Fonte: da autora, 2019.

Ainda nos aspectos pedagógicos, existe a oportunidade de ampliar saberes em contexto real e de relevância social. Em relação à análise de aspectos propostos pelo instrumento teológico, há a necessidade de ampliar as abordagens quanto aos

princípios de veracidade em relação à vida pública, além de tratar alguns aspectos de objetividade com relação a cultura de igualdade de direitos e ao companheirismo entre homens e mulheres, mesmo que seja de forma iniciática, tendo em vista que o material se destina para o 1º ano.

O livro De Paroli (FIGURA 6) é considerado, no conjunto dos quesitos avaliados como rico/apropriado a mediano nos aspectos pedagógicos e teológicos, com inexistências, ou silenciamento no livro do professor quanto a interlocução com outras áreas de conhecimento e supressão de propostas de enriquecimento (textos e atividades). Nas questões ligadas à Teologia, há inexistência em abordar aspectos das relações de companheirismo entre homens e mulheres, da afirmação de defesa dos deveres da família de apoio mútuo e da responsabilidade ética de classes profissionais, que são temáticas não abordadas no livro.

Figura 6 – Síntese Avaliativa – Livro Ensino Religioso (Paroli)

INSTRUMENTO 1	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexis- tente
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO/ ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA (autor, editora, ano de publ.,etapa escolar)	█			
CONTEÚDO (coerência teórico-metodol., ausência de erros conceit., exercícios e nas atividades propostas)	█			
EXERCÍCIOS		█		
MANUAL DO PROFESSOR		█		
PRINCÍPIOS ÉTICOS E A EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		█		█
INSTRUMENTO 2	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexis- tente
CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	█			█
CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA		█		
CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	█			█
CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES		█		

Fonte: da autora, 2019.

Na Figura 7, o livro de Ensino Religioso de Kluck e Itoz é considerado como rico/apropriado a mediano nos aspectos pedagógicos e teológicos, com inexistências, em abordar aspectos das relações de companheirismo entre homens e mulheres e da responsabilidade ética de classes profissionais, assuntos não tratados no material.

Figura 7 – Síntese Avaliativa – Livro Ensino Religioso (Kluck; Itoz)

INSTRUMENTO 1	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexistente
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO/ ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA (autor, editora, ano de publ.,etapa escolar)	■			
CONTEÚDO (coerência teórico-metodol., ausência de erros conceit., exercícios e nas atividades propostas)	■			
EXERCÍCIOS	■			
MANUAL DO PROFESSOR	■			
PRINCÍPIOS ÉTICOS E A EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	■			
INSTRUMENTO 2	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexistente
CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	■			
CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA		■		
CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE		■		
CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES		■		■

Fonte: da autora, 2019.

O livro Diálogo Inter-Religioso (Figura 8) foi considerado como rico/apropriado a mediano tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos teológicos, com inexistências ao abordar as relações sexuais e também a responsabilidade ética de classes profissionais, assuntos.

Figura 8 – Síntese Avaliativa – Livro Diálogo Inter-Religioso

INSTRUMENTO 1	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexistente
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO/ ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA (autor, editora, ano de publ.,etapa escolar)	■			
CONTEÚDO (coerência teórico-metodol., ausência de erros conceit., exercícios e nas atividades propostas)	■			
EXERCÍCIOS	■	■		
MANUAL DO PROFESSOR	■			■
PRINCÍPIOS ÉTICOS E A EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	■			■
INSTRUMENTO 2	Rico ou Apropriado	Mediano	Limitado ou restrito	Inexistente
CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	■			
CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA		■		
CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	■	■		■
CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	■	■		■

Fonte: da autora, 2019.

Os livros didáticos avaliados reúnem e apresentam tal diversidade de aspectos constituindo uma amostragem do ambiente escolar e da sociedade brasileira. Entendendo a diversidade como teias de significados construídas por cada pessoa (GEERTZ, 2008), é possível perceber na cultura brasileira um amplo espectro de tons, cores e sabores, possibilidades e manifestações, que no ER se configura num leque sem fim de símbolos, rituais, cosmovisões e outras expressões.

A complexidade da cultura brasileira, com as inúmeras influências étnicas contribui para que os aspectos dessa cultura, ou culturas, também estejam refletidos nas páginas dos livros, em especial dos didáticos e, de forma mais especial ainda, aqueles destinados ao ER.

A diversidade é encontrada na formação dos autores, na gama de modelos de ER atendidos por cada material, a saber: confessionais; antropológico-hermenêutico; interconfessional; e fenomenológico. Vale lembrar que os livros didáticos se destinam em sua maioria a escolas e sistemas particulares, muitos dos quais confessionais cristãos, dado encontrado nos livros analisados.

Os materiais destinados ao primeiro ano do Ensino Fundamental e distribuídos em todo território nacional tratam os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, devendo não privilegiar crença ou convicção, qualquer que seja (BRASIL, 2017, p. 433), o que se mostra parcialmente atendido, por conta das escolas particulares terem abertura para o ensino confessional.

O conhecimento deve considerar a diversidade cultural, as tradições religiosas, “sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BRASIL, 2017, p. 433), sendo estes um dos aspectos considerados na avaliação, tanto no que tange à pedagogia, quanto ao que preceitua a teologia Kúnguiana, que urge ser ampliado.

Considerando o período em que foram publicadas as obras analisadas, pós 2014, com os muitos retornos das discussões e reflexões sobre a BNCC, e a polemização quanto à permanência do ER, a expectativa de que os pressupostos pedagógicos fossem contemplados foi atendida.

As concepções teóricas de cada material apoiam suas respectivas propostas pedagógicas, sendo possível resumi-las como o estudo das manifestações religiosas ou fenômenos religiosos; a compreensão dos grupos sociais; e a forma como estes se constituem e se relacionam com o transcendente.

No livro RUR (2015) é possível perceber que o fenômeno religioso está em foco, sendo ampliado o conhecimento pela orientação ao julgamento moral em Piaget

e La Taille, e indica guiar-se pelos eixos do PCNER (FONAPER, 2002). O DIR de Carvalho e Cunha Neto exploram o método dialógico de Paulo Freire e tem enfoque globalizador de Jacques Delors e Antoni Zabala. O material publicado pela Editora Piá (KLUCK; ITOZ, 2016) também aborda o fenômeno religioso, e leva em conta as fases de desenvolvimento de Piaget (Epistemologia Genética ou Teoria Psicogenética) e Fowler (Teoria do Desenvolvimento da Fé). Além disso, o material busca atender aos pressupostos da Ciência(s) da(s) Religião(ões), com enfoque na diversidade cultural. Para a escolha das religiões citadas na obra, as autoras basearam-se nos dados do censo brasileiro populacional e das religiões de 2010 (IBGE, 2010). No material ER-P (2015) não está clara a indicação de opção ou referência teórica.

Em geral, observa-se que as estruturas didáticas introduzem o tema, proporcionando a construção do conhecimento e a transposição ou registro dos conhecimentos, por meio de seções e de uma iconografia orientativa.

Algumas seções merecem destaque, como por exemplo o tratamento dado à arte, tendo em vista não ser possível dissociar o processo de ensino e aprendizagem do componente afetivo e experiencial, pois “é preciso agregar-lhe os afetos, as percepções, os sentimentos e as sensações das experiências vitais dos educandos” (JARES, 2007, p. 86). As múltiplas conexões e possibilidades de um trabalho ligado à arte dá condições para que se estabeleçam:

conexões antropológicas, existenciais e interdisciplinares a partir de interfaces entre o Ensino Religioso e a Literatura, a Música, o Cinema, as Artes e outras expressões, visto que a religiosidade humana é uma dimensão inerente às diferentes culturas e linguagens (KLEIN, s.d., s.p.).

No livro DIR (CARVALHO; CUNHA NETO, 2017) a “arte que encanta” demonstra a considerar uma criança viva que se encontra inserida em um ambiente de ricas contribuições culturais, como a ilustração de Pablo Picasso (FIGURA, 4).

Figura 9 – Arte que Encanta - DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 50.

E o ER-KI (2016) busca explorar também diferentes manifestações artísticas, de forma integrada, sem que haja uma seção específica. Essas proposições correlacionando a arte com o conteúdo do ER, dão condições para que haja “algo da ordem do estético” (DEWEY, 2010, p. 96), como dimensão de vida em totalidade, com prazer. E para além disso possibilita saturar, por meio da arte, “significados conscientes derivados da comunicação e da expressão deliberada” (DEWEY, 2010, 1989).

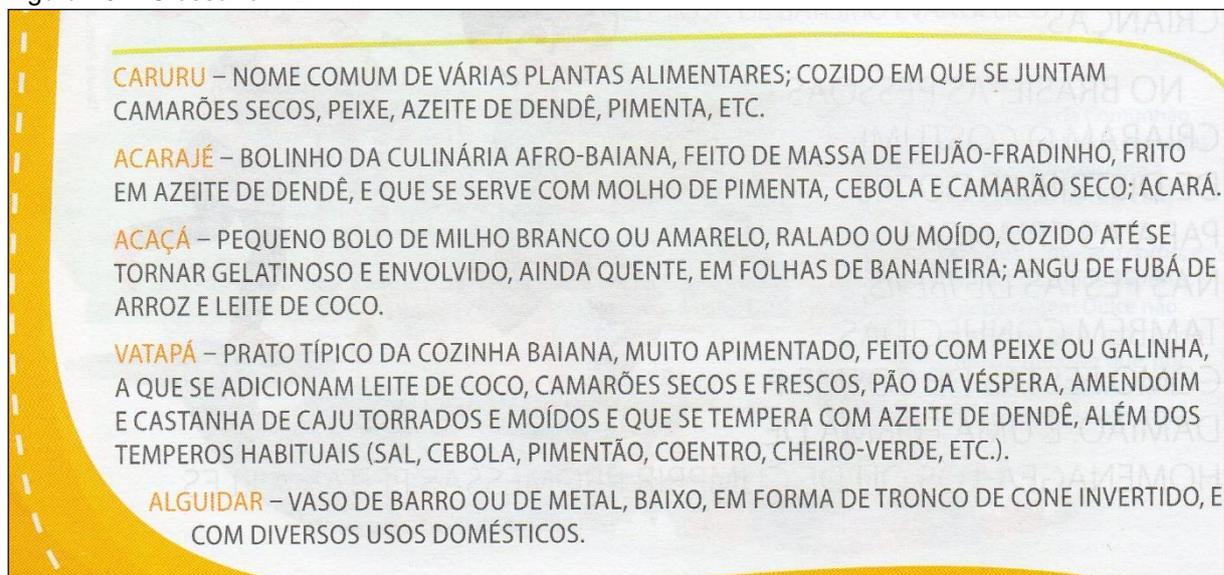
A análise pedagógica buscou estabelecer a estruturação, qualidade dos conceitos, informações atualizadas e localizadas corretamente sendo que em boa parte considera-se que os materiais estão de acordo com a faixa etária, havendo clareza conceitual.

No entanto, entendendo o início do processo de alfabetização, a que se destina o material, destaca-se que em geral os materiais apresentam textos longos e densos de informações (CARVALHO; CUNHA NETO, 2017), o que pode limitar a construção do conhecimento por crianças tão pequenas.

Entendendo a utilização do glossário e as leituras complementares como auxiliares à função docente é possível afirmar que boa parte dos materiais dão

subsídio ao professor(a) e, em menor medida, também aos estudantes, como no exemplo da Figura 5, destinados aos professores.

Figura 10 – Glossário – ER-KI



Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 22.

Os materiais, em geral, atendem ao quesito legibilidade imagética, com legibilidade para a visualização de ilustrações, ilustrações corretas e atualizadas, e usadas para facilitar a compreensão. De maneira geral, são imagens coloridas, de fácil identificação. No ER-O (2015), à guisa de exemplo, esse aspecto foi pensado desde o tamanho do material, em A3, ou seja, 42cm de comprimento por 29cm de altura, possibilitando imagens maiores e mais claras. Na maioria das obras há uma relação bem elaborada entre desenhos e figuras com imagens diversificadas.

A temática da paz e sua construção combatendo injustiças sociais, protegendo recursos naturais e a transformação de cada pessoa a partir de seu interior são as tônicas do trabalho de Hans Küng. Ele preceitua a cultura de não violência e reverência (temor) diante da vida, cuja análise demonstra que os materiais buscam atender a essa dimensão.

Em sentido oposto, o texto da seção “Celebração da Vida” (ER-P, 064) se destaca pela dificuldade no entendimento da mensagem. Caso o texto fosse adaptado para uma linguagem mais acessível às crianças do primeiro ano, atenderia mais competentemente, promovendo o temor diante da vida, um dos preceitos “kunguianos” (FIGURA 6).

Figura 11 – Importância do outro - ERP

CELEBRAÇÃO DA VIDA

CHEGAMOS AO FIM DE MAIS UMA UNIDADE EM QUE FALAMOS DO QUE ACREDITAMOS, DO QUE VEMOS E COMO TEMOS QUE CUIDAR DE NÓS E DOS OUTROS.

QUANDO ESTOU SÓ, RECONHEÇO

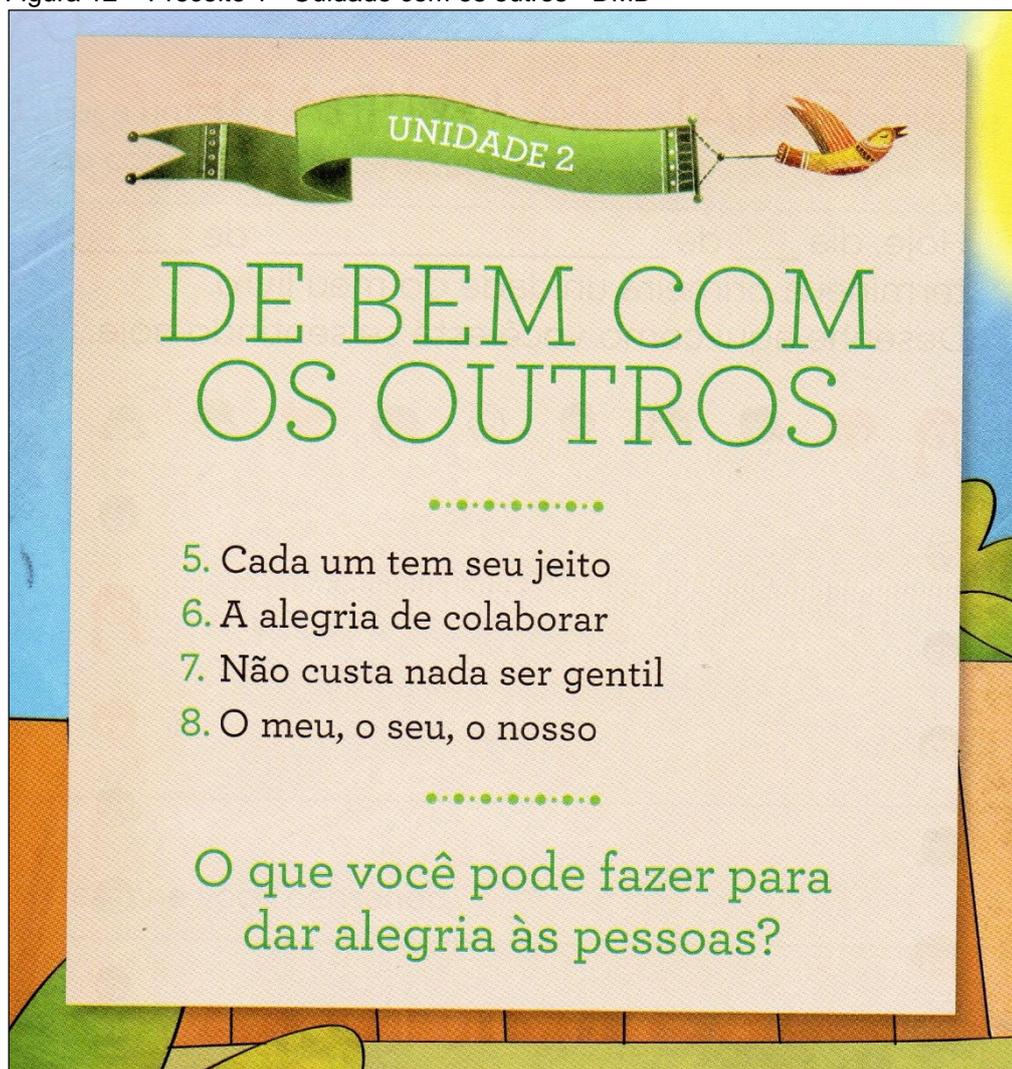
QUANDO ESTOU SÓ RECONHEÇO
SE POR MOMENTOS ME ESQUEÇO
QUE EXISTO ENTRE OUTROS QUE SÃO
COMO EU SÓS, SALVO QUE ESTÃO
ALHEADOS DESDE O COMEÇO.
E SE SINTO QUANTO ESTOU VERDADEIRAMENTE SÓ,
SINTO-ME LIVRE, MAS TRISTE.
VOU LIVRE PARA ONDE VOU,
MAS, ONDE VOU NADA EXISTE.
CREIO, CONTUDO, QUE A VIDA
DEVIDAMENTE ENTENDIDA É TODA ASSIM, TODA ASSIM.
POR ISSO PASSO POR MIM COMO POR COUSA ESQUECIDA.



Fonte: Paroli, 2015, p. 64.

De acordo com a análise e a aplicação dos instrumentos avaliativos, com relação ao respeito ao direito de toda e qualquer pessoa à vida e ao livre desenvolvimento da personalidade, observados os direitos dos demais, percebe-se a intencionalidade em atender esse sentido, como por exemplo, na abertura da Unidade 2, que trata sobre “De bem com os outros”, em que a individualidade e a coletividade conversam a respeito do cuidado com que é próprio, do outro e do coletivo (FIGURA 7).

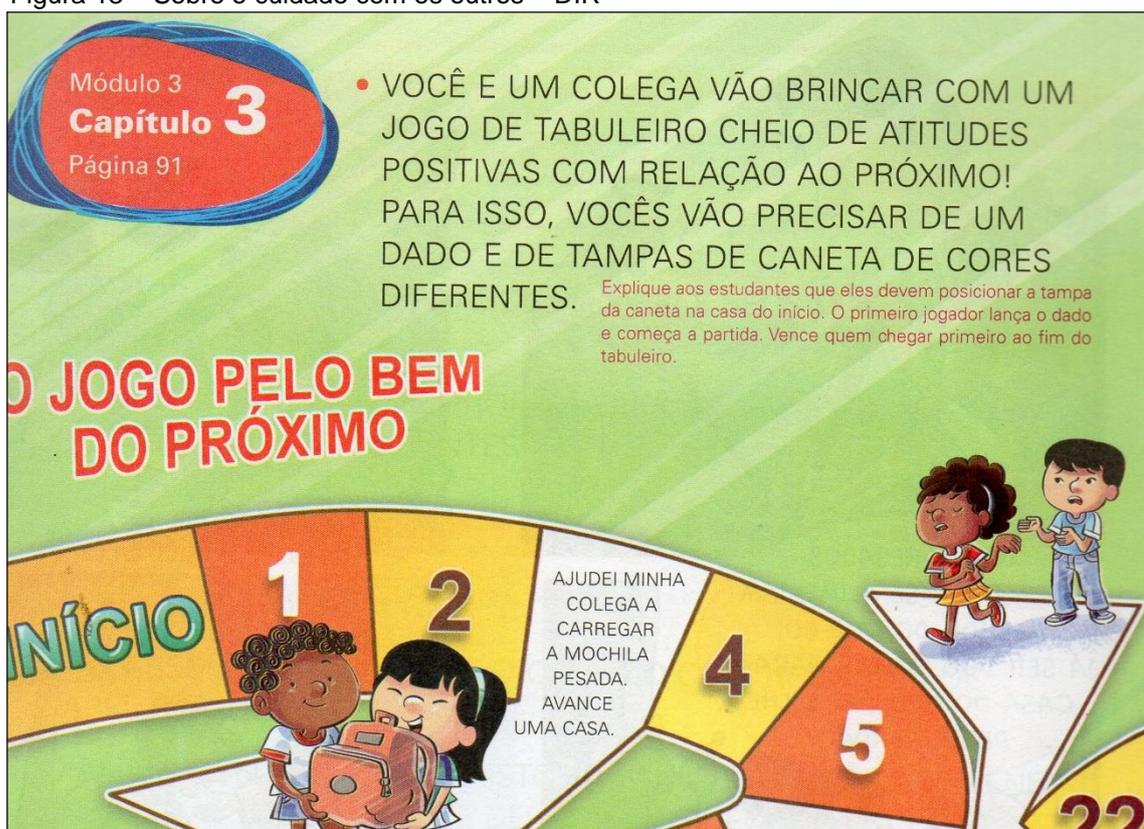
Figura 12 – Preceito 1 - Cuidado com os outros - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 28.

Da mesma forma, o DIR (2017) trata da temática, se servindo de um jogo de tabuleiro que versa de maneira leve as atitudes positivas com relação ao próximo (FIGURA 8).

Figura 13 – Sobre o cuidado com os outros – DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 110.

Somente um dos materiais silencia-se a respeito da integridade física/vedada a tortura, e qualquer tipo de discriminação; procedimentos de purificação, exílio ou aniquilamento (P.1.1), talvez por se tratar de material dos anos iniciais da escola, e aparentemente iniciático no trato da cultura religiosa.

A abordagem apresentada por ER-KI, páginas 68-71, demonstra evitar a massificação, valorizando a diferença e tratando as discriminações em uma linguagem acessível à criança. Na história de Lucado (2004), que antecede o diálogo dos personagens, as pessoas especiais ganhavam adesivos na forma de estrelas douradas, e os “comuns” ou “sem atrativo” recebiam bolas cinzas. Na imagem da Figura 9, observa-se que o diálogo entre as personagens do livro leva à reflexão a respeito da não discriminação.

Figura 14 – Não discriminação – ER-KI



Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 70.

A dimensão P1.4 - resolução de conflitos de forma não violenta, orientando o desarmamento e a promoção de diálogo, teve alto percentual de atendimento nos materiais analisados. A figura 10, apresenta o texto de Schneiders e Correa (2014) e busca um tempo de pensar a paz como responsabilidade individual, trazendo respostas no sentido do trato da cultura de não violência ensinada aos jovens, atendendo também a dimensão do conflito em Jares (2008).

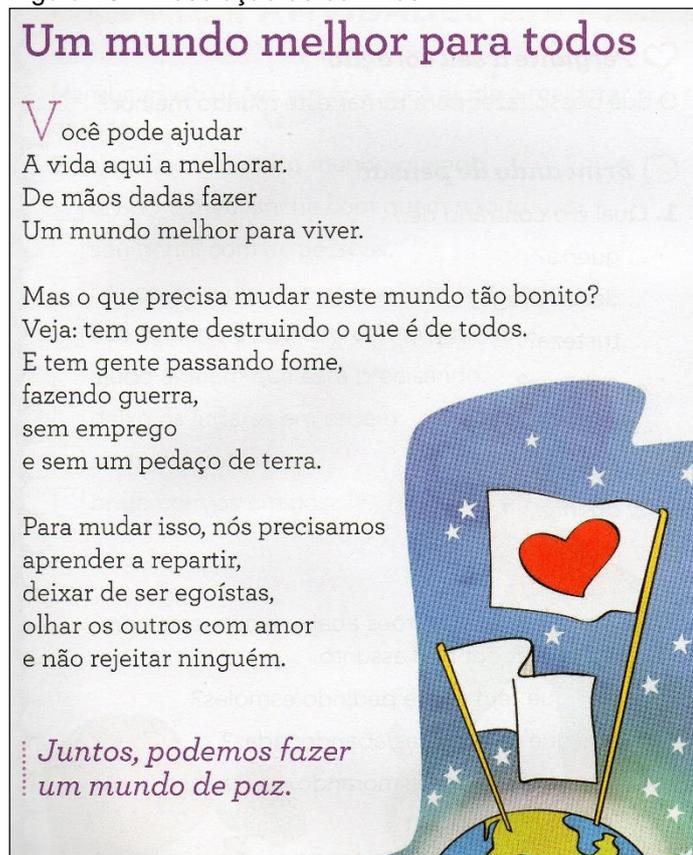
A preocupação com os demais seres da natureza (P1.6) está expressa em todos os materiais, sendo aprofundada no livro RUR (DALDEGAN, 2015), no qual se desenvolvem inúmeras abordagens com relação ao ambiente, talvez por conta de ser um livro cuja temática Espaço Sagrado se sobressai. Outra justificativa é que este material foi concebido e é utilizado nos colégios da rede Bom Jesus, que valoriza os princípios franciscanos, o que se destaca o meio ambiente e a vida animal.

O preceito 1.7, que avalia a tolerância e o respeito aos demais povos, raças e religiões mundiais, possivelmente o que mais se alinha com os ditames legais a respeito do ER, assegurando “o respeito à diversidade cultural” (BRASIL, 1997), é atendido em todos os materiais, com a apresentação de diferentes personagens e suas raízes étnicas, ilustrações de pessoas de diferentes nacionalidades, costumes, e como era de se esperar, de diferentes religiões.

O preceito que trata a respeito da cultura de solidariedade e da ordem econômica justa merece uma atenção especial. A análise dos materiais indica que cada um dos sete parâmetros desse preceito pode ser ampliado. Nesse sentido, o

segundo parágrafo do texto abaixo trata a respeito de “gente passando fome, fazendo guerra, sem emprego e sem um pedaço de terra”, que de certa forma convida a pensar a ordem econômica justa e a solidariedade (FIGURA 10).

Figura 15 – Resolução de conflitos - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 59.

Apesar disso, destaca-se que o livro RUR indica a necessidade de inserir ou abordar questões a respeito do questionamento quanto ao consumo (necessário x desenfreado) e ao poder político e econômico a serviço do ser humano. Se conjectura que, por conta da idade destino do material, esses assuntos possam vir a ser abordados novamente em outros volumes da coleção.

O preceito de Tolerância e Vida com Veracidade (3º) tem nas coleções de RUR (DALDEGAN, 2015), e DIR (CARVALHO; CUNHA, 2017) uma abordagem mais efetiva, como demonstrado no Instrumento 2 nos apêndices B e E, respectivamente.

Na ilustração intitulada “Eu vivo e cuido da Vida” (ER-P, 31) há uma criança em situação de fragilidade, recebendo alimento de outra criança, e um homem que

demonstra estar infeliz por conta do bolso vazio. A cena cotidiana apresentada, na qual algumas situações verdadeiras estão expostas, pode funcionar como um disparador para uma conversa sobre diferentes realidades e a verdade de limitações que permeiam a vida humana, dependendo exclusivamente da sensibilidade docente (FIGURA 11).

Figura 16 – Vida de verdade – ER-P



Fonte: Paroli, 2015, p.31.

O livro de Paroli (ER-P, 2015) mostra uma preocupação com esse preceito, porém em menor medida do que RUR e DIR. Indica-se uma maior reflexão e repensar de conteúdos e exercícios nos materiais de Schneiders e Correa (DMD), e ER-KI de Kluck e Itoz (2016).

O preceito que trata da dimensão de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres é um assunto que exige um esforço extra para tratar com crianças de idade entre 6 e 7 anos. Em idade tão tenra faltam-lhes elementos para traduzir algumas percepções, avaliações e conclusões. Por outro lado, a iniciativa de diálogo sobre essas questões pode oportunizar a abertura de espaço para reflexões

e transformações da sociedade, a fim de que se combata “uma das piores formas de humilhação do ser humano” (PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES, 1993). Explorar situações em que seja possível construir conceitos de erradicação da dominação de um sexo sobre outro, ou a exploração social é tarefa urgente da escola e de todos os envolvidos. No caso específico de a convicção religiosa ser o motivo de tais práticas, é mister refletir e fazer refletir sobre isso, pois “não há verdadeira humanidade sem um convívio pautado pelo companheirismo” (PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES, 1993).

A fim de que os jovens aprendam que a sexualidade é uma força criadora e formadora, Hans Küng afirma na Declaração de Ética Mundial que cabe “afirmar a vida e criar comunidade; e ela só pode se desenvolver quando estiver sendo vivenciada a responsabilidade pela felicidade também do companheiro” (PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, 1993).

Uma das estratégias localizadas, tem por mote uma brincadeira, é o texto de Murray, em que ela iguala meninos e meninas em “um bando que corre pelo quintal” (DIR, página 08). A identificação entre os grupos em uma brincadeira, e mais, retratada nesse texto, pode ser uma boa iniciativa para levar a ambos ao lugar de companheirismo e de relações entre iguais, por meio da vivência e da reflexão (FIGURA 12).

Figura 17 – Exemplo de Companheirismo



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 8.

Outro exercício que pode servir ao equiparar ou criar uma mesa de iguais que se sentam e dialogam é promovido por ER-KI, página 70, no qual a condução leva à

reflexão sobre as diferenças, com vista a demonstrar quanto cada pessoa é rara e especial, por ser “única”, e isso pode fomentar a construção de relações em que a diferença entre os sexos não seja fator de distanciamento (FIGURA 13).

Figura 18 – Diferentes e únicos – ER-KI

CADA UM É DE UM JEITO. SOMOS DIFERENTES NO PENSAR E NO AGIR.

LEIA, NOVAMENTE, COM A AJUDA DO PROFESSOR, O TEXTO *VOCE É ESPECIAL*, DE MAX LUCADO. APÓS A LEITURA, CONVERSE COM OS COLEGAS SOBRE AS QUESTÕES A SEGUIR:

- POR QUE CADA PESSOA É ÚNICA?
- SOMOS DIFERENTES. ISSO É BOM OU RUIM?
- ALGUMAS CARACTERÍSTICAS E FORMAS DE SER FAZEM COM QUE SEJAMOS ÚNICOS? POR QUÊ?

ESCOLHA UM COLEGA DA SALA E JUNTOS COMPLETEM AS FRASES DA PÁGINA SEGUINTE.

ENSINO RELIGIOSO - VOLUME 1

Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 70.

As questões como objeto da sexualidade ou dependência sexual, exploração sexual, discriminação de gênero, sexualidade como força positiva, vida amorosa, renúncia voluntária, e ainda com relação à responsabilidade ética para classes profissionais (médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas, políticos etc.) e seus códigos de ética, apresentam dificuldades na implementação, podendo transformar-se em oportunidade, tendo em vista a escassez da temática nos livros analisados.

A dificuldade se dá tendo em vista da fase de desenvolvimento das crianças do primeiro ano, na qual o isolamento em relação ao sexo oposto, e as preferências pelos grupos de iguais é uma constante. Sobre esses grupos, outro âmbito de socialização citado por Jares (2008) tem ocorrido em idade cada vez mais precoce, tendo em vista os tipos de relações sociais oportunizadas a crianças pequenas.

Pensar sobre isso incide nos preceitos que contemplam apoio mútuo, dignidade, relacionamentos sustentados pelo reconhecimento e cuidado mútuo, cultivo do respeito, da compreensão e do companheirismo nas relações pessoais e familiares, dignidade intocável e direitos inalienáveis, além avaliar comunidades de fé que formulem sua ética específica com relação ao sentido da vida e da morte, e outras questões fundantes.

É possível destacar o desempenho do material de DMD de Schneiders e Correa (2014), que em alguma medida aborda a maioria das questões citadas. E o material de ER-KI, de Kluck e Itoz (2016), que atende as questões indicadas como possíveis, com desempenho acima da média encontrada.

Para concluir, é possível aferir sobre a sistemática utilizada para a avaliação que, por exemplo, foram demonstradas oportunidades de mudança de cultura, em prol da paz, em especial no terceiro preceito que demonstra potencial de, por meio da reflexão, tomar o lugar da cultura da “esperteza” e do “jeitinho”. Nele se pondera a respeito das inverdades, que tomam espaço na vida diária, e que sob a forma de “esperteza” corrompem a validade do direito do outro, princípio imprescindível para relações pacíficas. Do contrário, pode ser gerado a cauterização da mente, impedindo que, por meio de raciocínio próprio, se perceba o valor do outro e seu direito à direitos.

Com relação ao quarto preceito, as questões que enfocaram a sexualidade podem e devem permear o trabalho em sala de aula, que se configura em lugar de acolhimento e proteção das crianças no tratamento do tema. Salienta-se ser necessário, em toda e qualquer abordagem da escola, considerar o nível cognitivo e a maturidade dos estudantes, além de absolutamente necessário respeitar a cultura familiar, religiosa ou não.

A contribuição da Teologia, na aplicação do instrumento construído para a análise dos conceitos e dos conteúdos dos livros didáticos, foi demonstrada pela influência que o projeto de uma ética mundial pode exercer na educação, com papel equivalente ao atribuído às diferentes religiões, no qual todos reconheçam a corresponsabilidade pela paz mundial.

Os quatro preceitos que instrumentalizaram a análise teológica são, ao mesmo tempo, urgentes e necessários no tratamento dos conteúdos do ER, nas ampliações com relação a ordem econômica justa e do preceito três, sobre uma vida com veracidade, no qual se coloca como condição imprescindível para a formação verdadeiramente humana que se pretende na Escola, em que se considera a

importância e o valor da humanidade e d reciprocidade. A aplicabilidade desses preceitos independe da forma assumida por cada crença, pois visam promover vivência respeitosa entre diferentes vertentes étnico-religiosas, e no caso do ER, na formação humana.

De maneira geral, tanto as análises pedagógicas, como aquelas empreendidas em base teológica, revelaram que o caminho escolhido pode ser ampliado pelos livros didáticos. Emprestando as lentes fornecidas pelos preceitos de Hans Küng é possível perceber em diferentes momentos o respeito à diversidade – que pode ser ampliado, tendo em vista que o autor tem no diálogo inter-religioso sua preocupação basilar.

3.3 PERCEPÇÕES PECULIARES

A formação acadêmica se dá através de múltiplas estratégias e é perpassada por leituras, reflexões, observações e uma multiplicidade de avaliações. Isso também se deu com o presente estudo. Os livros didáticos sendo objetos da cultura escolar, podem contribuir de diferentes formas para a formação tanto dos estudantes quanto dos docentes.

As leituras realizadas propiciaram utilizar e conceber os instrumentos avaliativos, ensejando apropriar-se de lentes outras, profundas e de valor incalculável, ampliando a percepção a respeito da diversidade e, conseqüentemente, sobre a cultura da paz.

Destaca-se a contribuição de Hans Küng, que indica ser necessário que na educação, como um todo, os(as) “professores/as da religião e livros religiosos [que] estejam a serviço da transmissão de conhecimento inter-religioso e que percebam esse trabalho de esclarecimento como uma prática de educação para paz” (KÜNG, 2001, p. 183). Dessa forma, a aplicação dos instrumentos esquadrinhou os materiais, buscando vislumbrar a diversidade para a promoção do diálogo inter-religioso, em vistas da construção de uma cultura da paz.

Ambos os instrumentos deram pistas de requisitos imprescindíveis para construí-la, conquistá-la e concretizá-la, entendendo que “o diálogo implica uma posição própria e uma postura de abertura frente ao outro” (SINNER, 2007, p. 129), não sendo necessário renunciar ao que se crê para estabelecer o diálogo com o diferente.

A busca por caracteres da diversidade, do diálogo e da relação de complementaridade entre homens e mulheres moveu outra forma de reflexão de modo sensível e flexível.

A maioria das obras inclui em suas capas elementos que remetem à diversidade. Os livros DMD (SCHNEIDERS; CORREA, 2014), ER-P (PAROLI, 2015), e, ER-KI (KLUCK; ITOZ, 2016) apresentam gravura de pessoas com diferenças físicas. Apesar do livro Redescobindo o Universo Religioso (RUR) não incluir gravura que remeta à diversidade étnica ou religiosa, apresenta no título a informação que trata sobre as diferentes religiões, o que se confirma em seu interior.

Apesar de não indicar características da diversidade em sua capa, o livro DIR (CARVALHO; CUNHA NETO, 2017), trata dela ao longo da obra, como demonstrado na sequência (FIGURA 14).

Figura 19 – Capas dos livros analisados



Fonte: a autora, 2019.

A primeira diversidade a ser tratada é a da própria sala de aula. Esse tema é encarado como pressuposto pedagógico nos materiais, valorizando os conhecimentos prévios sobre o tema. Dessa forma, a narrativa dos estudantes é recorrentemente trazida a fim de que se dê condição de perceber que “tomar consciência da diversidade religiosa, [...] possibilita envidar esforços para levar os alunos a respeitarem e aprenderem a conviver com as diferenças dentro e fora da escola” (RUR, p. V da Apresentação).

Nos volumes analisados, em especial aqueles destinados aos professores, é perceptível a intencionalidade pedagógica, explicitando com isso a vocação pedagógica da disciplina ER, ao apresentar os objetivos gerais e a organização didática dos conteúdos, tornando propícia a operacionalização da disciplina.

Confirmando o traço comum de apresentar a diversidade, para além das capas das obras, outro recurso de aproximação e identificação com as crianças é o uso de personagens, de diferentes religiões e aparências, que ao longo dos livros contextualizam algumas informações de suas próprias religiões e costumes (FIGURA 15). Respectivamente são apresentados os personagens dos livros RUR (DALDEGAN), ER-KI (KLUCK; ITOZ, 2016) e DIR (CARVALHO; CUNHA NETO, 2017).

Figura 20 – Diversidade Personagens – RUR.



Fonte: Daldegan, 2015, p. 8.

Outro ganho com a aproximação da diversidade cultural religiosa da criança, é a possibilidade de construir a “humildade de reconhecer que a verdade não é monopólio da própria fé religiosa ou política”, no reconhecimento dessa diferença se

propicia um “espírito de reverência às crenças alheias” (KLEIN, s.d., s.p.) (FIGURA 16).

Figura 21 – Diversidade Personagens – ER-KI.



Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 5.

As coleções de ER-KI (KLUCK; ITOZ, 2016), e DIR de Carvalho e Cunha Neto (2017), mantém os personagens nos outros volumes de suas coleções, ao longo do Ensino Fundamental, oportunizando o aprofundamento dos conteúdos por meio de figuras conhecidas (FIGURA 17).

Figura 22 – Diversidade Personagens – DIR.



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 6.

Em nota ao docente, Carvalho e Cunha Neto (2017) solicitam que este seja destacado junto aos estudantes, conforme a Figura 18:

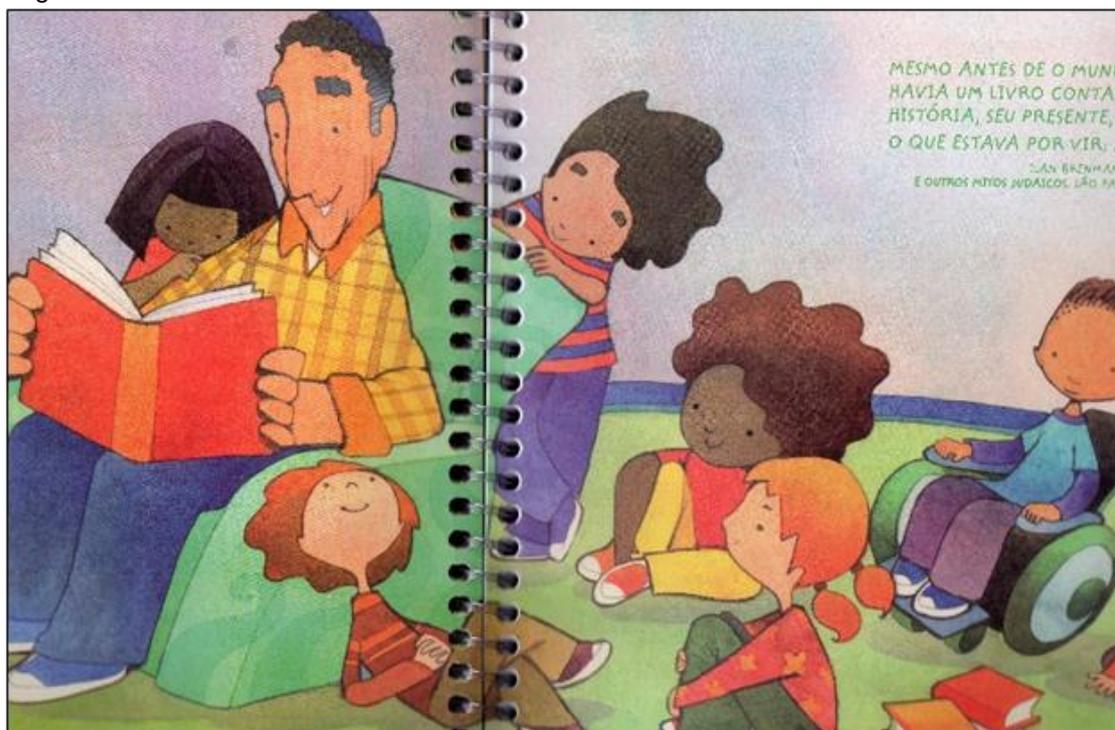
Figura 23 – Nota referente aos personagens – DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 6.

A diversidade chama e clama ao diálogo, e constatar as diferenças entre as próprias crianças é instigada por meio de ricas ilustrações. Na obra DIR, já na abertura do capítulo 1 – “Histórias para aprender e viver”, páginas 34 e 35, que trata da temática das tradições religiosas, é ilustrado com um ambiente repleto das diferenças, tanto de aparência física quanto de necessidades, posturas, etc. (FIGURA 19).

Figura 24 – Diversidade ilustrada - DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 34-35.

Outra abordagem à temática se deu no mesmo livro, na página 70, na qual se exploram versos da obra “Diversidade” de Tatiana Belinky (2015). A ligação com a poesia, destacando as diferentes configurações humanas, e finalizando com a equalização na categoria “gente”, fornece subsídios para que a conversa sobre o assunto continue em um ambiente de acolhimento e coexistência pacífica (FIGURA 20).

Figura 25 – Diversidade em língua escrita – DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, 70.

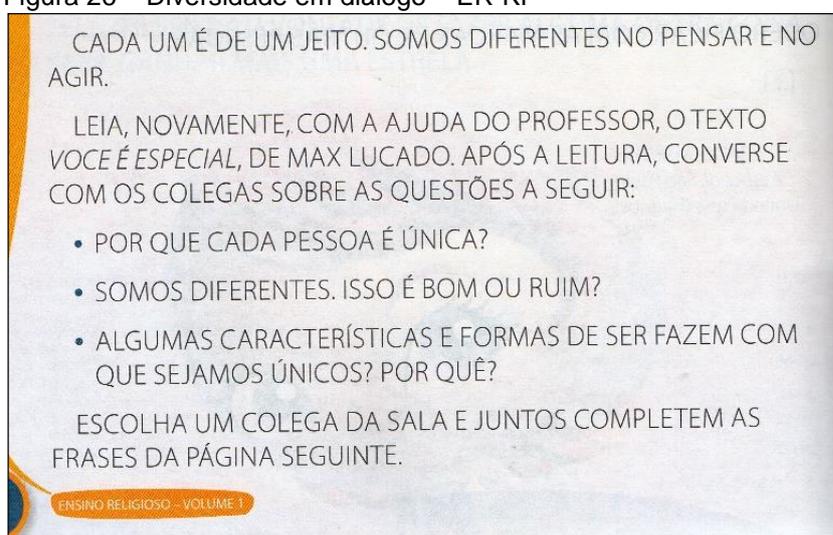
O livro ER-KI busca em muitas e diferentes páginas, numa multiplicidade de estratégias (textos, imagens, exercícios), retratar da forma mais plural possível a diversidade. Uma das provas disso é a unidade quatro “somos todos diferentes” que tem os objetivos de “perceber o outro, o meio e as diferenças como riquezas culturais”,

além de valorizar e acolher a diversidade, reconhecendo que normas são necessárias para a boa convivência (ER-KI, 2016, p. 66-67).

Para Teixeira e Dias (2008) essa convivência pressupõe o diálogo, e se revela como partilha de vida, experiência de comunhão e conhecimento mútuo, e se dá entre pessoas que tem raízes profundas e compromisso com a própria fé, e concomitantemente abertura a aprender com e na diferença.

Uma dessas estratégias trata-se da proposta de observar e dialogar sobre as diferenças de cada pessoa, conforme Figura 21 a seguir.

Figura 26 – Diversidade em diálogo – ER-KI



CADA UM É DE UM JEITO. SOMOS DIFERENTES NO PENSAR E NO AGIR.

LEIA, NOVAMENTE, COM A AJUDA DO PROFESSOR, O TEXTO *VOCE É ESPECIAL*, DE MAX LUCADO. APÓS A LEITURA, CONVERSE COM OS COLEGAS SOBRE AS QUESTÕES A SEGUIR:

- POR QUE CADA PESSOA É ÚNICA?
- SOMOS DIFERENTES. ISSO É BOM OU RUIM?
- ALGUMAS CARACTERÍSTICAS E FORMAS DE SER FAZEM COM QUE SEJAMOS ÚNICOS? POR QUÊ?

ESCOLHA UM COLEGA DA SALA E JUNTOS COMPLETEM AS FRASES DA PÁGINA SEGUINTE.

ENSINO RELIGIOSO - VOLUME 1

Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 70.

Além disso, a orientação metodológica para essa atividade destaca a importância da conversa antecedendo o registro. Mesmo crianças em fase tão incipiente podem desenvolver, dessa forma, a capacidade de refletir sobre a diferença, e mais ainda uma exposição para que a diferença transborde do diálogo e da observação, e constitua base de registro de forma bastante pessoal (FIGURA 22).

Figura 27 – Diversidade ilustrada – ER-KI

2 Página 70 – Para essa atividade, é importante que, antes do registro, a turma converse a respeito das características pessoais e das características percebidas nos colegas. Estimule a discussão com questões: *Por que eu não sou você e você não sou eu? O que sei de mim convivendo com o outro? Quando é que somos um grupo? Para pertencer a um grupo, todos precisam ser iguais? O que é ser diferente? Qual a importância de conviver com a diferença?* Em seguida, deixe as crianças à vontade para desenhar. Após o término do registro, proponha uma exposição dos trabalhos em um lugar visível da sala de aula para que a turma possa apreciar os desenhos de todos os colegas.

Fonte: Kluck e Itoz, 2016, OM-031.

Esse material apresenta abordagens que retratam as diferenças, com potencial de promover uma vivência respeitosa e alteritária, entendendo o respeito como qualidade imprescindível que “fundamenta a convivência democrática em um plano de igualdade e contém implícita a ideia de dignidade humana” (JARES, 2008, p. 5).

No caso da Figura 23, reconhece-se que ela chama à reflexão e ao diálogo com relação à diversidade, oferecendo um “roteiro” para essa observação. Vale destacar o ganho por trazer crianças em situações bem diferentes das vivenciadas pelas brasileiras, com uma indígena yawalapiti, uma criança inuit, e uma indiana, conforme abaixo.

Figura 28 – Diversidade ilustrada – ER-KI



Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 15.

Da mesma forma, o material DMD buscou formas de apresentar e discutir as diferenças físicas, de forma a torná-las fator de aproximação (FIGURA 24). Nele, o texto, além de apresentá-las, as vincula com o modo de ser e de orar, trazendo para a área do conhecimento que trata. Ressalta, ainda, o valor da singularidade pois “a diferença de cada um é que faz a beleza do conjunto, e justifica que ninguém precisa imitar ninguém. E ninguém precisa rir de ninguém” (DMD, 30).

Figura 29 – Diversidade ilustrada – DMD

Cada um tem seu jeito

Você já notou como cada pessoa tem um jeito diferente?

Diferente no andar,
No falar,
No sorrir,
No modo de ser e
No modo de orar.

Diferente no tamanho,
Na cor do cabelo,
Dos olhos e
No modo de vestir.

A diferença de cada um é que faz a beleza do conjunto.
Por isso, ninguém precisa imitar ninguém.
E ninguém precisa rir de ninguém.



Ari Nicolosi/Arquivo de editores



Ministry Business Images/Shutterstock/Edson Images

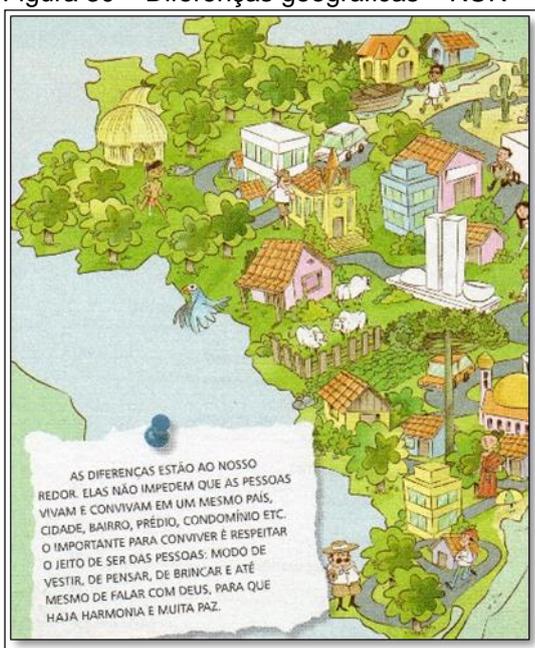
Letícia, Tatiane, Pedro, Manuela, Paulo e João Vítor estudam na mesma escola.

∴ Cada um de nós é único e especial.

Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 30.

Num país com a proporção territorial como a do Brasil, se faz necessário, para uma convivência harmoniosa, destacar as diferenças entre as culturas das diversas regiões. Pensar a diversidade leva naturalmente a refletir sobre a geografia. Isso se confirma nos materiais analisados, pelo menos em parte deles. Em RUR, o cuidado é expresso como nota, entretanto, a imagem utilizada exemplifica de forma clara à criança do primeiro ano a riqueza da diversidade e, além disso, ainda coloca a naturalidade das diferenças e a necessidade do respeito para o convívio. Na imagem em destaque (FIGURA 25) é possível que as crianças se encontrem e tracem paralelos com sua realidade próxima.

Figura 30 – Diferenças geográficas – RUR



Fonte: Daldegan, 2015, p. 7.

Em nível local, as crianças também se beneficiam da observação das diferentes moradias apresentadas no DIR, no qual o conteúdo religioso é vinculado a ritos, identificado no Capítulo 2 - Palavras e Gestos. A ilustração (FIGURA 26) inclui aos rituais apresentados um menino que simplesmente escova seus dentes – o que pode ser um sinal de respeito àqueles que optam por não desenvolver aspectos de crença ou pertença religiosa.

Figura 31 – Diferentes Palavras e Gestos – DIR

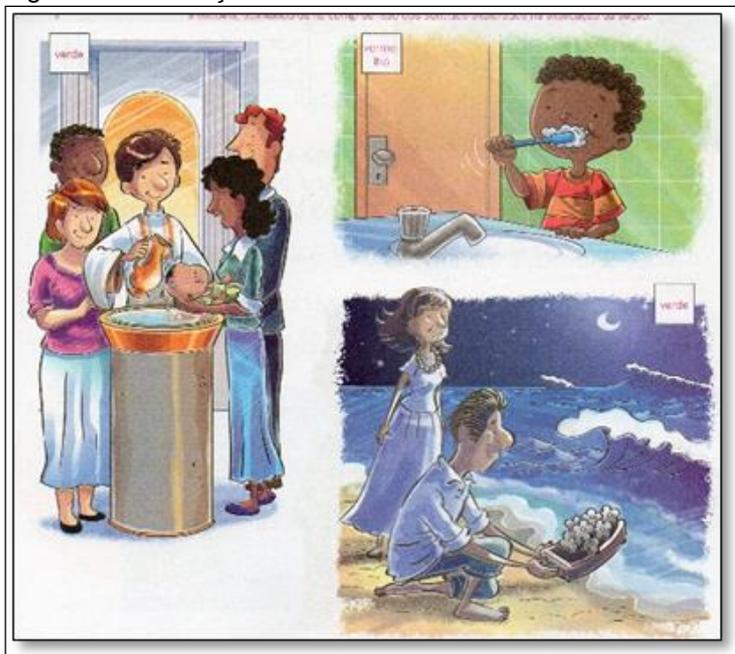


Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 12 -13.

Na continuidade do capítulo, o exercício provoca a distinção de rito religioso daquilo que não é, atribuindo as cores verde e vermelha, respectivamente. É possível confirmar a intencionalidade pedagógica nas imagens de abertura do capítulo,

trazendo a diversidade e considerando a capacidade cognitiva da criança (FIGURA 27).

Figura 32 – Distinção de Ritos – DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 15.

Aspectos diferentes da cultura religiosa podem ser observados ao se destacar a diversidade, revelando que o tratamento do conhecimento religioso possibilita formas apropriadas de coexistir, respeitar e acolher a diversidade, como por exemplo a apresentação dos diferentes nomes do Criador na obra DMD (067) conforme a Figura 28.

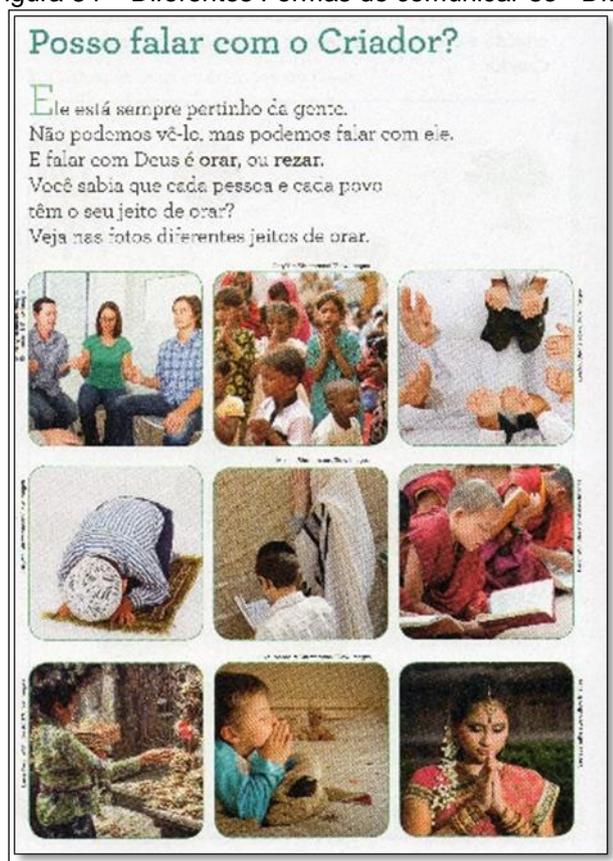
Figura 33 – Nomes diferentes do Criador - DMD

Deve ter sido alguém muito poderoso, sábio e bom,
 Pois tudo foi feito para nos ajudar a ser felizes.
 O Criador tem muitos nomes.
 Por exemplo: Deus, Javé, Alá, Brahma, Oxalá, Senhor...

Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 67.

Outra estratégia igualmente rica e válida, no mesmo livro, é a apresentação imagética, por fotografia (FIGURA 29), das diferentes formas de falar com o Criador (DMD, 070).

Figura 34 – Diferentes Formas de comunicar-se - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 70.

As diferentes formas de comunicar-se com o Transcendente também foram apresentadas por ERP, por meio de ilustrações (FIGURA 30).

Figura 35 – Formas de comunicar-se - ERP



Fonte: Paroli, 2015, p. 91.

Entender que as diferentes religiões têm modos próprios de se comunicar, e também do registro de suas mensagens de fé, é missão que os livros didáticos analisados enfrentam. O livro DMD (2014, p. 74), apresenta outros livros especiais, dando pistas a respeito dos diferentes livros. Contudo, há uma incongruência ao indicar que “há mensagens de Deus”, afinal nos Vedas é apresentada a tradição védica, enquanto elemento fundante da cultura hindu, e não a mensagem de um deus ou deuses. Ainda assim é válida a estratégia considerando a fase de aprendizagem das crianças do primeiro ano, ao iniciar um conceito sobre livros sagrados, e isso levando em conta a diversidade existente, ainda que de forma incipiente, e passível de correção (FIGURA 31).

Figura 36 – Livros Sagrados - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 74.

De certa maneira, os livros didáticos demonstraram tratar e apresentar a Diversidade como um fator de aproximação, de contribuição cultural, de crescimento como seres humanos.

Nas orientações aos professores do RUR, as páginas IX e X, encontram-se trechos que podem auxiliar na “anemia cognitiva do professor” mencionada por Silva (1996, p. 12) com relação ao uso do livro didático. Nos trechos abaixo são apresentadas explicações que podem trazer segurança ao docente.

Ao conceituar o templo como um lugar sagrado, um lugar de reverência, e citar as diversas nomenclaturas para as construções com essa finalidade (RUR, p. XI), o material ao mesmo tempo que apresenta a diversidade de construções sagradas, silencia com relação aos lugares sagrados das religiões afro-brasileiras e nativas

(indígenas), que desenvolvem celebrações nos espaços naturais de praias, matas, cachoeiras, dentre outros (FIGURA 32).

Figura 37 – Lugares Sagrados - RUR

O termo “Templo” significa “Lugar Sagrado”, ou seja, um lugar destinado à reverência do crente ao Transcendente. Não se pode deduzir que Templo seja uma construção feita exclusivamente para as atividades religiosas de uma comunidade de fiéis, e por isso há diferença entre um Templo e qualquer outro lugar. Dependendo da Religião, o Templo é construído de uma forma, com características e simbolismos que acabam sendo únicos. Os nomes?

Os mais diversos: Igreja, Congregação, Casa de Oração, Casa de Reza, Capela, Catedral, Mesquita, Pagode, Salão do Reino, Terreiro, Casa de Adoração etc. Cada Lugar Sagrado tem a sua importância e finalidade. É o lugar onde as pessoas de determinada Religião se sentem acolhidas e se encontram para rezar, agradecer, meditar, ouvir a voz do Transcendente, participar de rituais e discernir melhor o sentido de suas vidas à luz de suas crenças. Essa é uma das razões para que, nas aulas de Ensino Religioso, os alunos aprendam sobre a importância dos Lugares Sagrados e descubram o que, em cada um deles, é possível encontrar.

Fonte: Daldegan, 2015, p. XI.

No mesmo material, há um trecho específico que propicia reflexões sobre a promoção da paz (FIGURA 33), ao entender o livro didático como uma oportunidade de ampliação de cultura e de aprendizagens, considerando que ele suscita a reflexão a respeito daqueles que, tendo atingido o “sucesso” na visão da sociedade atual, se dedicam de forma a mitigar situações das mais diversas carências, e que buscam viver dentro de valores democráticos e de justiça social (JARES, 2008).

Figura 38 – Contributo para a Paz? - RUR

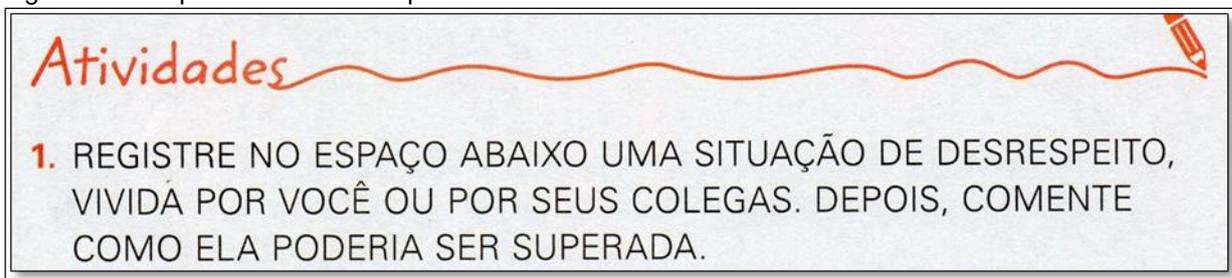
O atual contexto histórico, social, cultural e religioso clama, por um lado, por reconhecimento das diferenças. Dá a entender, por outro, que pouco se importa com elas. O rico pouco se importa se há ou não pão à mesa do pobre. Os ídolos da mídia pouco se importam se milhões de anônimos são também considerados nos seus mais genuínos talentos. Os que se sentem saciados de poder, de riqueza, de prestígio, de *status* e de reconhecimento público pouco se importam com aqueles que se encontram à margem dos mínimos recursos à saúde e à dignidade de que todo ser humano mereceria desfrutar.

Fonte: Daldegan, 2015, p. X.

Outra situação delicada é o exercício destinado aos estudantes (RUR, 085). Solicitou-se o registro de uma situação de desrespeito e uma estratégia para superação (FIGURA 34). Ainda que seja uma ação válida na conscientização para o enfrentamento, o momento do conflito se anuncia, caso os relatos se inclinem à promoção de juízos de valor e à condenação de ações da vida diária. A situação proposta pela atividade pode se agravar, em especial, se o conteúdo trazido tiver ligação com o universo religioso, que carrega valores sociais subjetivos. Ainda que as relações de conflito não sejam ameaça à convivência (*idem*), vale o questionamento

a respeito de qual tipo de convivência pode promover tal atividade (JARES, 2008, p. 1).

Figura 39 – Repensar na ótica da paz- DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 85.

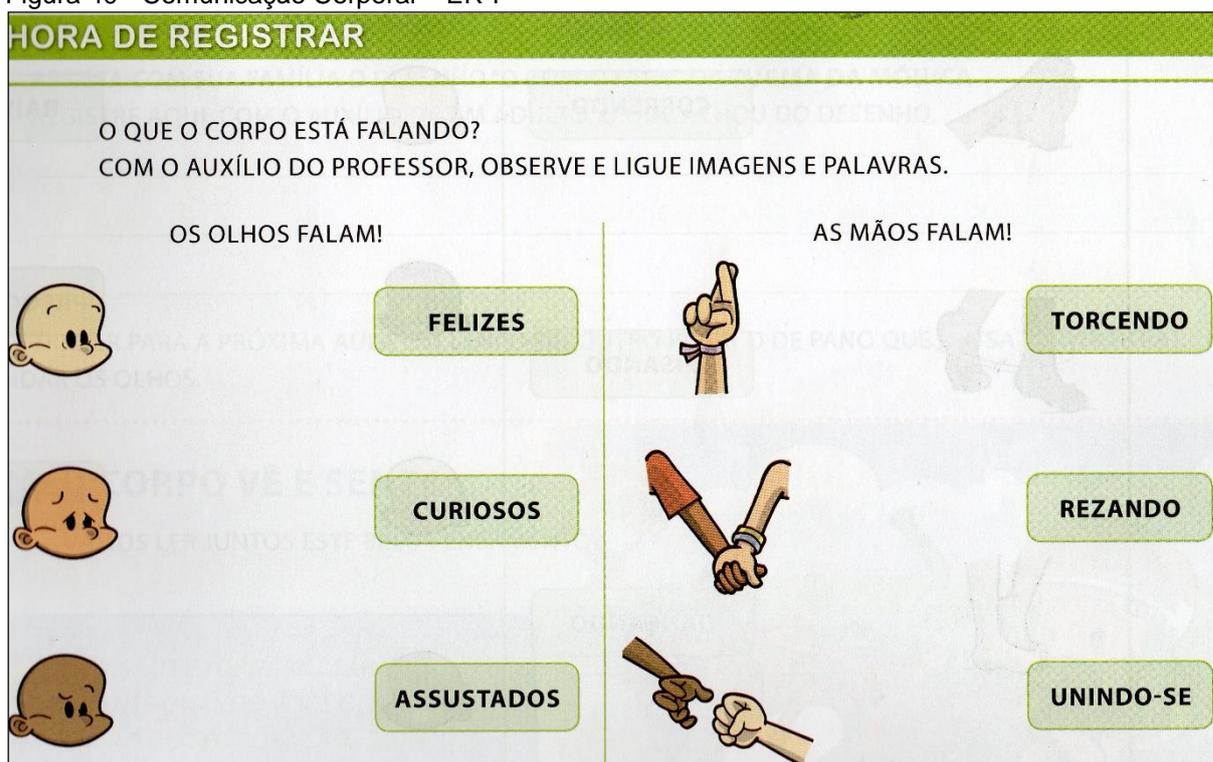
Além da diversidade, outras dimensões constituem condição para uma civilidade que propicie a paz.

Uma delas, destacada na Pedagogia da Convivência de Jares (2008), traz o diálogo como essencial. E é no entendimento dele, como viabilizador da cultura da paz em meio a diversidade, que dirigiu-se um olhar cuidadoso para sondar os livros didáticos.

Os exercícios e orientações aos professores propõem que o diálogo se torne uma prática, de forma a gerar o hábito, como por exemplo no livro RUR, que apresenta a seção Interagindo, na qual é propiciado o exercício do diálogo, com o objetivo de “oportunizar [...] momento para desenvolverem atividades de interação, de debate e de ampliação de aprendizagem...”, já que é impossível a convivência sem o diálogo (JARES, 2008).

No material ER-P (2015, p. 75), há uma proposta de observar a linguagem corporal a fim de entender a mensagem enviada. Esse exercício é especialmente positivo, no sentido de promover uma atenção sobre o outro que vá além da escuta, enquanto todo o corpo comunica, sendo esse mais uma possibilidade de exercitar o diálogo na busca por entender o outro (FIGURA 35).

Figura 40 - Comunicação Corporal – ER-P



Fonte: Paroli, 2015, p. 75.

Nesse mesmo sentido, outro propiciatório ao diálogo é a tirinha utilizada pelo ER-P, que utiliza a linguagem das histórias em quadrinhos. As diferentes expressões faciais, balões de fala e situações retratadas (FIGURA 36) ampliam, de maneira geral, a possibilidade de diálogo nos materiais impressos para o início de formação das crianças do primeiro ano.

Figura 41 – Comunicação impressa – ER-P



Fonte: Paroli, 2015, 8.

O livro ER-KI (2016), insere os personagens em situação de diálogo (FIGURA 37), no qual se confirma que as opiniões e sentimentos podem ser expressados,

confirmando a possibilidade de crescimento e humanização graças a linguagem e ao diálogo, conforme defendido por Jares (2008)

Figura 42- Diálogo entre personagens – ER-KI



Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 29.

Nessa mesma linha, os personagens tratam de temas no DIR (FIGURA 38).

Figura 43 – Diálogo entre personagens - DIR

É MUITO INTERESSANTE CONHECER DIFERENTES RITOS RELIGIOSOS. VAMOS RESPEITAR AS DIFERENÇAS!

vozes que declamam versos, puxados pelo guia do grupo. Localize em um mapa do Brasil a região Nordeste, onde aconteceu o Toré.

USO EXCLUSIVO VENDA PROIBIDA DO PROFESSOR

VOCÊ SABIA QUE O TORÉ É UM RITO QUE CELEBRA A AMIZADE ENTRE AS ALDEIAS INDÍGENAS?

NUNCA TIVE CURIOSIDADE DE CONHECER RITOS DE OUTRAS RELIGIÕES. TALVEZ DEVESSE!

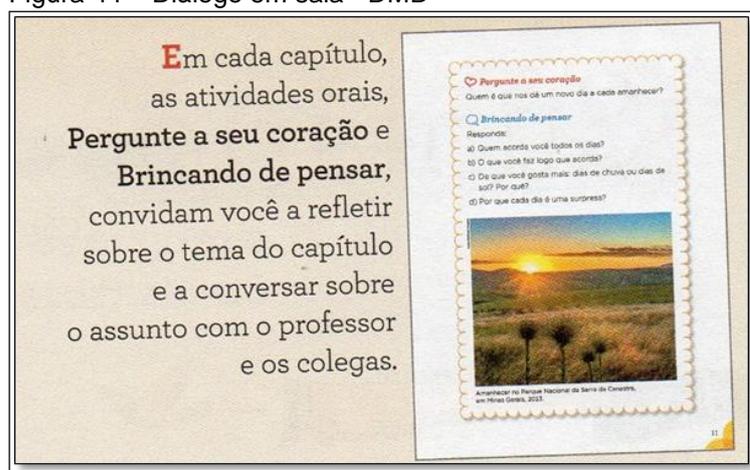
Neste momento, retome com os estudantes o que foi estudado no capítulo: a importância de conhecer para valorizar os ritos das várias tradições. Pergunte-lhes se a postura de Akins está correta e se ele demonstra estar aberto para conhecer e respeitar o diferente.

Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 21.

Entendendo que a convivência é um “contínuo exercício de diálogo” (JARES, 2008, p. 6), esse é um dos focos a ser fomentado em sala, para que se crie uma cultura de escuta atenta, e se construa a paz.

Essa estratégia foi encontrada em diferentes formas nas obras analisadas, sendo observada na apresentação e também em atividades, como nos exemplos da Figura 39, do livro DMD (2014).

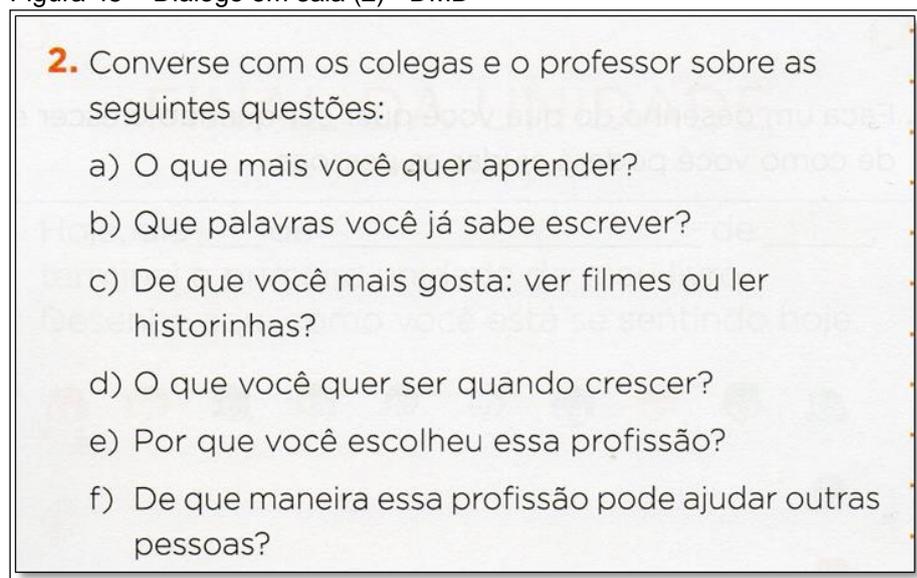
Figura 44 – Diálogo em sala - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 5.

No exercício (FIGURA 40), há uma proposta coerente com a faixa etária, que pode provocar uma oportunidade de “roda de conversa” em que as crianças sejam treinadas a ouvir, cada uma em seu tempo, acolhendo as diferentes formas de se posicionar frente à vida. Além de um exercício de integração na diversidade, ainda é possível a aproximação entre os estudantes por compartilharem de si e de seus sonhos.

Figura 45 – Diálogo em sala (2) - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 25.

Diretamente ligado ao conteúdo da disciplina, a situação retratada pela gravura extraída do ER-P (FIGURA 41), coloca três líderes religiosos, a saber Muhammad (Maomé), Buda e Jesus, o nazareno, na mesma mesa em situação de diálogo, e emblemática também é a frase de autoria do Papa Francisco, que conclama para trabalhar para a paz, sendo essa “proativa e dinâmica”.

Figura 46 – Líderes em Diálogo – ER-P



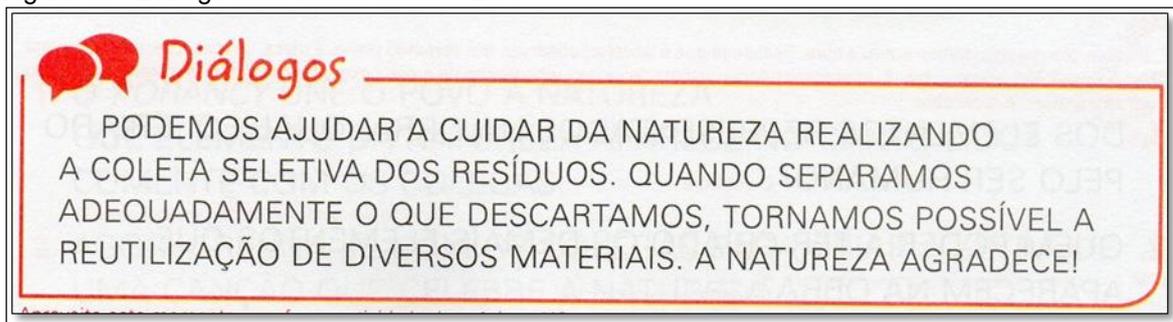
Fonte: Paroli, 2015, p. 28.

No livro Diálogo Inter-religioso, organizado em seções e boxes, observou-se um box especificamente intitulado “Diálogos”. Os autores o apresentam aos

docentes como destinado a “temas que se relacionam com os conteúdos e conceitos presentes em outras áreas de conhecimento” (DIR, manual do professor, p. 21), ou seja, diálogo interdisciplinar.

Nesse livro houve somente três incidências, todas relacionadas ao cuidado com o planeta, como exemplificado na Figura 42.

Figura 47 –Diálogo com outras áreas – DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 91.

De qualquer forma, destaca-se o contributo da linguagem e do diálogo para que pessoas cresçam e se humanizem, no melhor sentido da palavra – na alteridade e na construção da paz.

A alteridade é o aspecto relevante para pensar a convivência. Em especial na “pluralidade que implica diversidade”, em que o reconhecimento da singularidade confirma que “o respeito da alteridade, o reconhecimento da diferença e o direito de ser diferente são essenciais” (SINNER, 2007, p. 38).

Além do trabalho com a diversidade, de forma a valorizá-la, e com o diálogo como possibilidade para a convivência para a paz (JARES, 2008), resgatam-se os preceitos de Küng, em especial o compromisso de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres, especificamente.

Com isso, levantou-se a incógnita das contribuições dos materiais analisados que correspondessem a este requisito. Assim, buscou-se estabelecer se haveriam indícios claros, ou mesmo pistas, sobre a valorização ou promoção de igualdade ou companheirismo entre mulheres e homens, de forma a propiciar a construção de uma cultura da paz.

Como marcas positivas temos a contribuição do ERP, no qual houve o cuidado de caracterizar uma personagem feminina auxiliando, possivelmente, um personagem masculino a ascender ao cume (FIGURA 43).

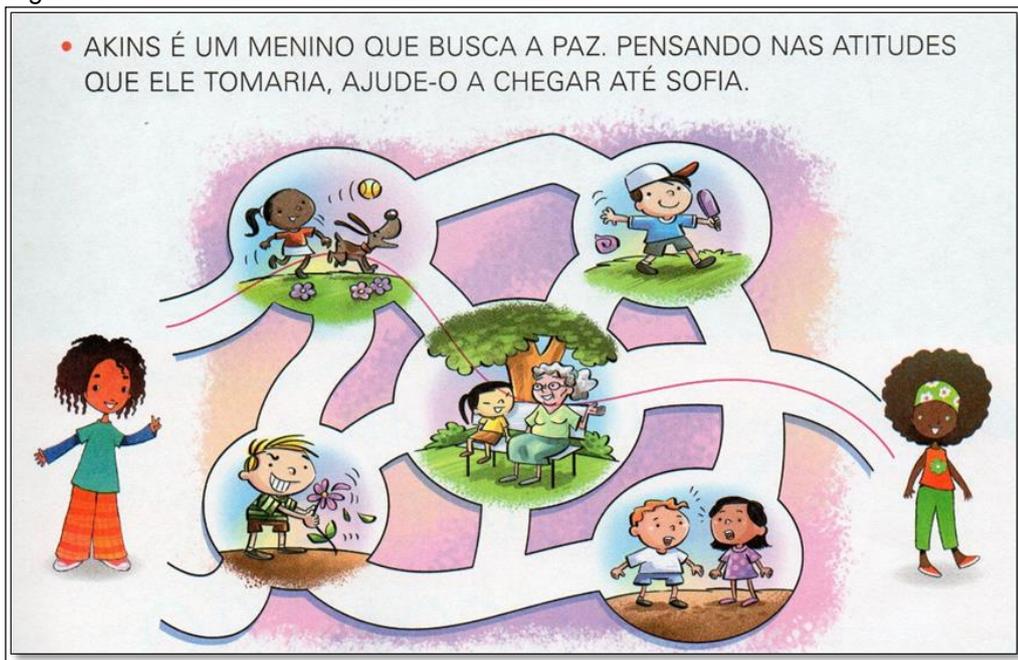
Figura 48 – Personagem feminina auxiliando masculina



Fonte: Paroli, 2015, p. 31.

De forma bem sutil, a atividade proposta no DIR (2017, p. 53) comunica nas atitudes a serem tomadas por Akins (personagem), que divertir-se e conversar é a opção para se chegar até Sofia (FIGURA 44). Entretanto, destaca-se, como um meio possível de pensar os papéis masculinos e femininos, ou de fomentar a naturalidade da ação, a ilustração de uma menina que corre, chuta bola e se diverte com o cachorro representando uma cena completamente natural. Isso tangencia com a possibilidade de que, cada vez mais, as funções, expressões e expectativas tornem-se pontes de igualdade e complementaridade. Via de regra, as atividades se apresentam como uma linha de reforço ao senso comum, como é expresso em diferentes livros nos quais, possivelmente, seria um menino jogando bola.

Figura 49 – Naturalidade do feminino simbolizado



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 53.

Por outro lado, o DMD afirma os papéis socialmente estabelecidos por décadas, nos quais os meninos estariam às voltas com futebol e meninas com atividades “femininas” (aspas intencionais). Esse tipo de estereotipia não provoca uma mudança no olhar, nem ao menos de estranhamento, e com isso pode contribuir para perpetuar algumas situações, cujo diálogo a respeito seria, por si só, uma abertura ao princípio de complementaridade entre homens e mulheres (FIGURA 45).

Figura 50 – Afirmação de Papeis - DMD



Fonte: Schneiders e Correa, 2014, p. 18.

Outro bom destaque com relação ao papel feminino, acrescido do reconhecimento de lideranças nas religiões, é o apresentado pelo DIR. Nele, os líderes religiosos do Candomblé, os Babalorixás (homens) e as Ialorixás (mulheres) recebem um tratamento sem hierarquização, relação estabelecida em igualdade nessa religião, representado fidedignamente. Com as lentes da diversidade, ainda se destaca a importância e a contribuição por não haver estereotipia com relação ao tom de pele, evocando que pessoas de tez branca também participam e ascendem nessa religião (FIGURA 46).

Figura 51 – Liderança religiosa feminina - DIR



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 39.

Também da tradição africana, a ilustração e texto explicativo apresentados em ER-KI (2016, p. 35) se configuram como um contributo importante para que se amplie o conhecimento das divindades femininas em si, e das crenças africanas em especial, ao apresentar a divindade Korikoto. De forma sensível, a ilustração (FIGURA 47), ambientada na natureza comunica um pouco dessa cultura, valorizando essa divindade feminina.

Figura 52 – Divindade feminina – ER-KI



Fonte: Kluck e Itoz, 2016, p. 35.

Por outro lado, o DIR reafirma na ilustração da Figura 48 as funções dos papéis culturalmente propagados por homens em função masculina (lavar o carro), e mulheres em funções femininas (a bela do vestido vermelho e outra mulher que varre a calçada). Nessa atividade, a proposta é analisar as atitudes de quem ama o planeta Terra e cuida dele, contudo, poderia ser oportunizado a problematização e disparado um diálogo para questionamentos que tragam isso à consciência.

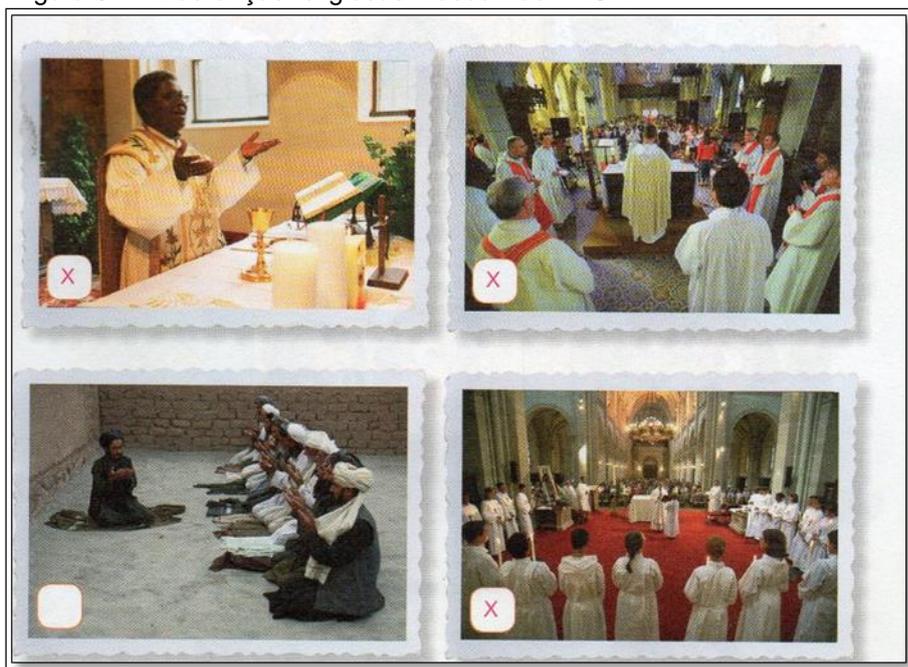
Figura 53 – Reafirmação de Papeis de Sexo.



Fonte: Carvalho e Cunha Neto, 2017, p. 88.

É reforçada a hegemonia masculina nas lideranças religiosas pela exclusividade apresentada nas ilustrações da Figura 49, na qual os líderes religiosos representados são homens, no RUR de Daldegan (2015).

Figura 54 – Lideranças religiosas masculinas - RUR



Fonte: Daldegan, 2015, p.69.

Ainda com foco nas relações entre homens e mulheres, cabe a reflexão a respeito de papéis sociais desempenhados, expressos no jogo (FIGURA 50), proposto por RUR, no qual nenhuma líder feminina foi ilustrada.

Figura 55 – Líderes masculinos - RUR



Fonte: Daldegan, 2015, p. 73.

A tradicional liderança religiosa masculina, em especial nas religiões monoteístas Cristãs, Islâmicas e Judaicas, não suplanta a força das mulheres nem as suas muitas (e vitais) contribuições.

Nesse sentido, a título de exemplificar como mudanças estão acontecendo, o Pe. Lombardi reconheceu a contribuição de uma mulher, a teóloga alemã Marianne Schlosser, por sua pesquisa teológica "como prova da qualificada e crescente contribuição feminina no campo das ciências teológicas" (LOMONACO, 2018).

Analisando o trabalho com as religiões nativas/indígenas, sugere-se mapear a riqueza dos preceitos de nações de diferentes regiões do país. É perceptível a dificuldade disso tendo em vista a quantidade dos povos indígenas brasileiros, que no total aproximam-se de 300 nações diferentes, e a ínfima bibliografia a respeito de sua maioria. Ficou demonstrada insuficiência na abordagem do modo de viver ateu, o que limita a construção da coexistência de valorização das pessoas, por meio do autorreconhecimento e do diálogo, entre os que optam por vivenciar as próprias religiosidades e também por aqueles que negam essa dimensão para suas vidas.

Sondar a incidência das religiões afro-brasileiras e nativas/indígenas, e também do ateísmo, pode oportunizar uma pesquisa futura, a fim de estabelecer em que medida o conhecimento escolar tem contribuído para a apresentação dos seus caracteres, oportunizando e ampliando condições para a convivência harmoniosa.

Outras análises e conexões podem ser feitas, utilizando as contribuições de Jares (2008), os preceitos estabelecidos por Hans Küng, e ainda um sem número de autores que se somam e que buscam pensar formas, modos e estratégias para que se estabeleça a cultura da paz, tema urgente e necessário na mesma proporção que os relatos das múltiplas violências e desequilíbrios tomam os noticiários e a vida diária.

A violência que se configura de múltiplas formas, que aniquila a criatividade, a iniciativa e a vontade, se expressa no cotidiano escolar de inúmeras formas. Estima-se que o impacto econômico da violência contra crianças e adolescentes no Brasil alcance a casa de bilhões de dólares, conforme o relatório sobre violência escolar da UNESCO:

o impacto econômico da violência contra crianças e adolescentes é substancial. Estima-se que a violência juvenil no Brasil custará quase US\$ 19 bilhões por ano, dos quais US\$ 943 milhões podem estar ligados à violência nas escolas. O custo estimado para a economia nos EUA de violência

associada às escolas é de US\$ 7,9 bilhões por ano (UNESCO, 2017, 30 - tradução da autora, 2019.)³⁵.

A coragem necessária para enfrentar a violência, em especial aquela dirigida às crianças e jovens, exige que, a desvelando, sejam oportunizadas reflexões e transformações em prol da convivência pacífica. Isso recai sobre o ambiente escolar, ainda que faltem estudos aprofundados sobre a violência (ARENDRT, 2009).

A teoria arendtiana destaca esse espaço de aprendizagens significativas entendendo que “a escola não é de modo algum o mundo, nem deve ser tomada como tal; é antes a instituição que se interpõe entre o mundo e o domínio privado do lar” (ARENDRT, 2001). Nela se possibilita a ação, a participação política e o exercício democrático, e, por isso mesmo, o diálogo, a participação e o consenso, que podem colaborar para o enfrentamento da violência.

Encontradas condicionantes nos livros didáticos analisados, inclinadas à cultura de paz, permanece a lacuna a respeito do silenciamento quanto a violência, ou violências múltiplas a que estão expostos os estudantes. Violências que relativizam as relações entre elas, as relações parentais entre si, e talvez silenciem questionamentos sobre as relações de produção e consumo do livro didático, no sentido de não expando, não provocando a discussão, possa ser, a obra, mais simpática aos responsáveis pela sua adoção nas escolas.

As reflexões sobre a diversidade, o diálogo e a relação de complementaridade entre homens e mulheres, dos livros didáticos analisados, são pontos ou categorias fundantes, nunca estanques, e em tudo remetem a novas reflexões, a fim de propiciar, estabelecer uma cultura de não violência e temor diante da vida, cultura de solidariedade e ordem econômica justa, cultura de tolerância e de uma vida de veracidade (KÜNG, 2005), que expresse, constitua e concretize, por meio de diferentes estratégias, a tão almejada cultura da paz.

Para concluir, observa-se que parte dos materiais demonstram ser fruto de reflexões a respeito da laicidade, e atendem a prerrogativa legal abordando aspectos

³⁵ “The economic impact of violence against children and adolescents is substantial.97 Youth violence in Brazil alone is estimated to cost nearly US\$19 billion every year, of which US\$943 million can be linked to violence in schools. The estimated cost to the economy in the USA of violence associated with schools is US\$7.9 billion a year”. UNESCO Assistant Director-General for Education, 2010-2018 (Qian Tang). School violence and bullying: global status report. Conference: International Symposium on School Violence and Bullying: from Evidence to Action, Seoul, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246970>. Acesso em 08.abr.2019.

de diferentes religiões, possibilitando a educação da religiosidade associada a cidadania, sendo necessário considerar, nesse percurso, as tensões e os embates entre os que apoiam a disciplina e aqueles que defendem a laicidade como premissa excludente ao ER no currículo escolar. Contudo, os saberes expressos nos livros didáticos demonstram potencial para frutificar-se em posturas em prol da Paz.

O espaço do ER, considerando os livros didáticos, enquanto disciplina e campo do conhecimento, contribui para que se evite o engessamento de temas como a fé, num patamar de intocabilidade, no qual nada se descubra, nada se pesquise, nada leve a reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola, na sociedade e na vida, a necessidade de convivência com a diversidade é inegável. Em especial no ambiente-laboratório das salas de aulas, onde são reunidas condições para construir mutuamente relações significativas, propiciar a abertura ao outro, exercitar a escuta atenta dos diferentes e das diferenças e assim, quem sabe, ampliar a capacidade de pensar alteritariamente. Diferentes disciplinas buscam atender de modo conjunto as orientações legais para que o respeito à diversidade cultural brasileira se efetive. Uma delas é o Ensino Religioso, cuja permanência no currículo é questionada ou apoiada, sem que se estabeleça consenso.

Analisar os livros didáticos para essa disciplina, observando os caminhos escolhidos, é tarefa desafiadora e motivadora. Desafiadora por conta das especificidades da cultura religiosa brasileira, em tudo plural. Além disso, há particularidades dos livros didáticos da disciplina, que utilizados em escolas e sistemas confessionais e privados, não têm a obrigatoriedade da escola pública em manter a laicidade e a diversidade em foco. Se mostrou oportunidade motivadora ao possibilitar desvelar abordagens e estratégias no tratamento do conteúdo complexo das religiosidades, em especial considerando as características especialíssimas dos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental. Tendo em vista a idade dos estudantes, a análise demonstrou que os conteúdos da diversidade religiosa podem ser abordados, mesmo que de forma iniciática. A promoção de reflexão a respeito dos princípios das religiões com outras menos conhecidas demonstrou a possibilidade de promover a paz na diversidade, ao oportunizar reflexões a respeito das relações humanas, de forma a exercitar no microespaço aquilo que espera de todos, crianças e adultos, em nível macro: relações equilibradas e coexistências pacíficas.

Os didáticos produzidos no século XXI evidenciam que estão em operação dois modelos de Ensino Religioso: o confessional cristão e outro que leva em conta a cultura religiosa, chamado de interconfessional ou inter-religioso. Há aqueles produzidos para consumo em sistema(s) educativo(s) confessional(ais), que se detêm exclusivamente aos caracteres religiosos próprios, que contam com grande parte da produção de livros produzidos na última década. Os conteúdos da religião cristã apresentam textos bíblicos, contemplando estudantes católicos, evangélicos e no

caso específico do primeiro testamento os de tradição judaica. Ainda que conteúdos de outras religiões apareçam em menor proporção em comparação com aqueles da religião cristã, é possível testemunhar maior incidência do que nos livros anteriores ao Século XXI.

Os livros selecionados para subsidiar a presente reflexão foram os produzidos entre 2014 e 2017, com potencial em retratar a realidade brasileira, em relação à diversidade religiosa, no período de construção, discussão e divulgação da BNCC. Para isso, foram utilizados instrumentos cujo enfoque abordou aspectos pedagógicos e também teológicos. Essa abordagem proporcionou condições de explorar, classificar e categorizar os conteúdos e balizar as análises. A utilização do instrumento 1 - de caráter pedagógico, confirmou a qualificação do ER enquanto disciplina escolar que integra, junto com outras, um amplo projeto de educação. O instrumento 2, criado especificamente para a pesquisa, baseado na contribuição de Hans Küng em vista de uma ética mundial, proveu condições de cientificidade na leitura de aspectos trazidos pela Teologia.

Enquanto instrumentos da escola, os didáticos revelaram que parte deles tem intencionalidade em apresentar diferentes culturas religiosas e, por isso, podem propiciar relações dialógicas, alteritárias e significativas. Apesar disso, vale destacar que, das cinco obras analisadas, apenas uma tenha demonstrado preocupação na distribuição equânime de conteúdos entre religiões diferentes, seguindo a proporcionalidade ao conjunto de religiões do Brasil, em oposição a outras que apresentam a diversidade em menor proporção do que os dados da religião cristã.

Tudo isso evidencia que o percurso do ER, em vista de uma sociedade plural, convida para outros passos, nos quais se ampliem abordagens das diferentes culturas que emanam das práticas religiosas, místicas, filosóficas e do movimento ateu. Nesse sentido, vale dizer que a diversidade religiosa é atendida de forma parcial, ainda que as estratégias utilizadas sejam significativas, como na riqueza imagética ao apresentar diferentes religiões (ilustrações da capa e outras, além de fotos), na utilização de personagens (em parte dos materiais) e, para além do conteúdo religioso, com a apresentação de poesias e a exploração de obras de arte.

Constatadas as mudanças do confessional cristão para a abordagem da cultura religiosa no viés da disciplina, por iniciativa de acadêmicos, religiosos, responsáveis por sistemas de Educação, dentre outros, é possível concluir que o ER tem contribuído para minimizar o desconhecimento e, conseqüentemente, o

constrangimento de confissão de pertença a respeito de religiões minoritárias, e historicamente marginalizadas, como aquelas de matrizes afro-brasileiras e nativas e/ou indígenas. Mesmo em face de menor incidência do conteúdo da diversidade religiosa existente no país, o que foi encontrado é “algum” conhecimento onde havia “nenhum” em passado recentíssimo.

O tratamento dispensado aos conteúdos da cultura religiosa demonstra a possibilidade de fomentar, por meio dos livros didáticos, o ensinar, o apreciar, o aceitar e o respeitar valores diferentes vindos de outras dimensões da fé, minimizando, por meio do conhecimento, os espaços de divergências fundamentalistas, caracterizando a diversidade como elemento de aproximação. Além das funções legítimas do ER no desenvolvimento cultural e acadêmico, é perceptível as condições de promover o reconhecimento de si e do outro como seres distintos que se complementam e interdependem, promovendo condições para a coexistência respeitosa e pacífica, ao qualificar e instrumentalizar a reflexão e o diálogo.

Os livros didáticos revelaram, enquanto produtos, que buscam a manutenção do espaço de consumo ao fidelizar seu uso, tornando-se atrativo para editoras, autores e formadores. Isso se confirma na intencionalidade em abordar conteúdos que se complementem paulatinamente, robustecendo-se à medida que o estudante progride em cada etapa escolar. Pressupõe-se, então, que o incremento de saberes que acompanham a maturação cognitiva dos estudantes busca propor um crescendo, que só estará completo ao final dos anos da Educação Básica. Dito de outra forma, fica estabelecido que a lógica da disciplina parte de saberes elementares, com o aumento em sua complexidade no transcurso dos anos (cinco ou nove, considerando os anos iniciais ou finais da Educação Básica), de forma a consolidar uma proposta pedagógica ao longo do tempo. Em uma das coleções analisadas, isso se observa, além do aprofundamento progressivo dos conteúdos, também pelas mudanças de características dos personagens, indicando crescimento físico (ou em idade) nos volumes subsequentes, confirmando um projeto ou uma lógica a ser construída a longo prazo pelos estudantes.

As análises dos livros didáticos demonstraram o cuidado e a honestidade intelectual, pertinente a uma disciplina acadêmica, para além dos conteúdos tratados, ao indicar ampliações de leituras para os docentes. Os livros didáticos, seus conteúdos e, em especial, as ampliações indicadas colaboram para a formação docente, o que remete a novas pesquisas nesse sentido, de forma a entendê-los

como instrumentos de formação docente (Tardiff, 2002), e uma formação docente que aborde diferentes características de culturas religiosas, sem juízo de valor e estereótipos, no qual o conhecimento a respeito de grupos minoritários promova o exercício contínuo de encontro e diálogo na e da diversidade.

O percurso da disciplina revela o constructo no sentido da valorização da diversidade cultural religiosa, pelo menos ao longo dos últimos trinta anos, em ambientes especializados como o FONAPER, ENERs, pesquisas acadêmicas, publicações especializadas e outros. Além desses espaços de produção acadêmica, que historicamente nutrem a formação docente, ficou demonstrado que a(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) contribui com a disciplina, na qual parecem estar sedimentadas as condições para a transposição de conteúdos ou, dito de outro modo, a ciência-fonte da qual o ER busca saciar a sede de conhecimentos.

Mesmo assim, o Ensino Religioso demonstra (manter) ligação com a Teologia, que historicamente trata dos constructos das religiões, da diversidade de demonstrações de fé, da multiplicidade de visões a respeito do que é sagrado, da profusão de ritos e textos e de outras características existentes entre as diferentes crenças. E, também por meio da produção acadêmica da Teologia, em especial aquela que se debruça a respeito da cultura da paz, e que contribui sobremaneira para a educação, em especial na disciplina do Ensino Religioso.

A possibilidade de diálogo entre os saberes da Teologia e da Pedagogia se confirmou ao subsidiar condições para avaliação dos didáticos para o ER, auxiliando o estudo e a sistematização de saberes sobre culturas religiosas, oportunizando a compreensão das manifestações culturais religiosas, sendo um imperativo na construção da paz. Conforme discernido no trabalho de Hans Küng, a Teologia pode contribuir no diálogo entre líderes de diferentes religiões, no caminho de encontro, além de colaborar na promoção do respeito à vida, à verdade, à solidariedade e à complementariedade entre homens e mulheres, de forma a aproximar o conhecer e o coexistir pacificamente. A ótica kúnguiana, quanto a formação da cultura de paz, confirmou a importância da diversidade, na relevância da regra de ouro, encontrada em diferentes religiões, constituindo-se válida para a formação para a cidadania, de forma que o bem do outro, ou o bem comum, seja priorizado, estabelecendo-se no respeito e na reciprocidade.

A contribuição dos estudos a respeito da diversidade religiosa, em especial na ambiência do Ensino Religioso, oportuniza a observação do outro, sendo mesmo e

verdadeiramente o outro, e possibilita testemunhar a beleza da diferença, como provocação benfazeja de se construir a paz. A sua negação é tanto utópica quanto impossível, empobrecendo ao negar diferenças que em tudo enriquecem e alimentam a nação brasileira, de criatividade e possibilidades infindáveis. A riqueza da convivência com e na diversidade, construída de forma dialogal, aspecto amplamente demonstrado no estudo, se coloca como um caminho de formação para o reconhecimento de si e do outro, no seu direito de ser e crer diferente, contemplando existir e coexistir com o outro, em presença significativa e significada, qualificando a diferença de forma positiva.

Demonstrou-se que diferentes culturas podem ser pensadas desde a mais tenra idade. Isso pode configurar-se em exercício de abertura ao outro e prática profilática aos excessos de toda ordem, inclusive da fé e/ou sua negação, além, é claro, de permitir contrastar diferentes formas de crer. A ampliação desse tipo específico de conhecimento se mostrou portadora de um caminho possível para a paz, já que promove o diálogo - dimensão inestimável par Jares e Küng.

Para a construção de uma cultura de paz, o diálogo é aspecto imprescindível a se desenvolver nas relações humanas de modo geral e, em especial, na escola. Isso foi reforçado por inúmeras estratégias nos didáticos como nas conversas entre os personagens, representantes de diferentes religiões que compartilham entre si aspectos distintos; na proposição de rodas de conversa com os estudantes sobre os temas tratados; na exploração de diferentes estilos textuais, como as histórias em quadrinho, poemas etc., além de estimular a observação da linguagem corporal. Além disso, os materiais tratam de outros conteúdos essenciais para a paz como os direitos humanos, o respeito, a solidariedade, a não-violência e, dentre outros, a ternura ou afetividade e o perdão, temáticas presentes no bojo da formação em vista da religiosidade.

Dessa forma, se confirma a vocação essencial da disciplina para colaborar com as outras disciplinas escolares para a construção de uma cultura da paz. É imperativo que conteúdos e metodologias respeitem a diversidade religiosa e que seja permeado o diálogo, o que potencializa a formação escolar para que se transponham as limitações da falta de diálogo inter-religioso.

Na busca de caminhos para, ao menos, a minimização da intolerância religiosa e conseqüentemente da violência em virtude disso, se confirma que a abertura ao diálogo pode diminuir o estranhamento a respeito das questões advindas da fé. E,

assim, tornar possível evitar conflitos advindos da hipervalorização dos próprios conhecimentos religiosos, além de possivelmente diminuir a necessidade do silenciamento do outro, já que a fé outra torna-se temática do cotidiano. Portanto, no Ensino Religioso é imperativo tratar da pluralidade, da multiplicidade e da miscigenação das culturas, que se expressam também no campo religioso e nas expressões de não crença.

A paz a respeito da qual o Ensino Religioso pode contribuir na sua construção, enriquece ao beber das perspectivas teológicas, possibilitando o conhecimento e a transposição dos pressupostos basilares e iniciais, a fim de promover o protagonismo sobre os conflitos, desenvolvendo a capacidade de agir e não reagir. Por si só isso amplia as possibilidades de uma teologia do diálogo, que seja instrumento e forma da promoção da paz, dentro e fora da escola. Diálogo que gere reciprocidade, que aproxime, que se conheça e reconheça o direito da coexistência, na grandeza da escuta da verdade do outro.

Refletir sobre uma cultura de paz pelo viés humanizador na formação escolar, resulta em acordar o olhar para perceber as condições (carentes ou existentes) de que se estabeleça um *ethos* para a paz em nível local. O exercício da pesquisa sensibilizou para a urgência de se produzir materiais que levem isso em conta, além de apurar o olhar para a diversidade, a cidadania e para a potência de pacificar relações, por meio do diálogo inter-religioso fomentando a reverência às crenças alheias, no dizer de Remi Klein.

Ampliar as condições de organização da disciplina de forma pluralista valorizando o diálogo e evocando perguntas tanto autocríticas quanto inovadoras, permite a promoção do conhecimento inter-religioso, sobrelevando-o à dimensão de prática de educação para a paz e, conforme preceitua Küng, talvez seja possível sair do ideal de um projeto de ética mundial para sua consecução no real de cada sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO. Observatório de Violência. Ministério da Educação, 2005.

_____.; RUAS, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO. 2002. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

ALVES, F. S. **Os pensadores e a educação como caminho: uma proposta para uma cultura da paz**. Areté Educar. Comunidade de Sentidos Arete Educar, 08 jul. 2007. Disponível em: <<http://areteeducar.blogspot.com/2007/07/uma-proposta-para-uma-cultura-da-paz>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ALVES, P. R. W. de. **Prática juntos pela paz: é tempo de semear**. BNCC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-iniciais/153-juntos-pela-paz-e-tempo-de-semear>>. Acesso em: 08 mai. 2019.

ANDRADE, Hanrrikson de. **População evangélica passa de 15,4% para 22,2%** em 10 anos e alcança 42,3 milhões de fiéis em 2010. Do UOL, no Rio 29/06/2012 10h00... – Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/populacao-evangelica-passa-de-154-para-222-em-10-anos-e-atinge-423-milhoes-em-2010.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 23.jul.2019

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ASSOCIAÇÃO INTER-RELIGIOSA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. ASSINTEC. **Currículo básico para a escola pública do estado do Paraná**. Curitiba: Mimeo. 1992.

AZZI, R. **A igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Paulinas; CEHILA, 1992.

BANCO DE DADOS DE TESES E DISSERTAÇÕES. BDTD. **Violência escolar mídia**. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=VIOL%C3%8ANCIA+ESCOLAR+M%C3%8DDIA&type=AllFields&page=2>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BANCO DE DADOS DE LIVROS ESCOLARES BRASILEIROS. LIVRES. Histórico. **LIVRES**. Disponível em: <<http://www2.fe.usp.br:8080/livres/#>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BELINKY, T. **Diversidade**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

BENINCÁ, E. **Fundamentos epistemológicos do ensino religioso**. Curitiba: Mimeo, 1997.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, C. M. F. História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 30, n 3, p. 471 – 473, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 1 abr. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Cultura laica y laicismo**. Disponível em: <http://www.elmundo.es/1999/11/17/opinion>. Acesso em 05.jun.2019

BOFF, L. **O rebelde da utopia**. Revista Dois Pontos. Belo Horizonte, v. 3, n. 21, p. 5-9, outono/inverno 1995.

BRANCO, A M. C. U. A; OLIVEIRA, M. C. S. L (Org.). **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil** (25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União** n. 191-A, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Decreto n. 119-A de 7 de janeiro de 1890**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Decreto Legislativo n. 698 de 7 de outubro de 2009. Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. **D. O. U** de 08.10.2009, p. 9. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2009/decretolegislativo-698-7-outubro-2009-591628-publicacaooriginal-116679-pl.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. **Lei imperial de 11 de agosto de 1827**. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1827. p. 5, v. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38401-11-agosto-1827-566698-norma-pl.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Lei n. 4024/61. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm>. Acesso em: 26.04.2018.

_____. Lei n. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil. Poder Legislativo. Brasília, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29.mar. 2017.

_____. Lei n. 9475/97 de 22 de julho de 1997. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, Congresso Nacional, 1997.

_____. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. MEC/SECAD. 2005.

_____. **Ministério da Educação**. Assessoria de Comunicação Social. MEC libera R\$ 61,23 milhões para aquisição de livros **didáticos**. Entrevista de Rossieli S. Silva, concedida a Assessoria de Comunicação Social. s.d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31952?start=40>>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: linha de base. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C>

3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. **Parecer CNE 05/97**. Proposta de Regulamentação da Lei n. 9.394/96. Conselho Nacional de Educação. Brasília, mai. 1997.

_____. Parecer CNE sobre a Base Nacional Curricular Comum. Homologado pela Portaria n. 1.570, publicada no **D. O. U.** de 21/12/2017, Seção 1, p. 146. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. **PNLD 2015**: Guia de Livros Didáticos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 26.abr.2019.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. **Institui diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências**. Resolução nº 5, de 28 de dezembro de 2018. Brasília: Diário Oficial da União 2018. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/12/2018&jornal=515&pagina=64>. Acesso em: 23.ago.2018.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. STF. **STF conclui julgamento sobre Ensino Religioso nas escolas públicas**. 27 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. STF. **ADI-4439 de 30/07/2010**. Publicada em DJE 21/06/2018 - ATA n. 94/2018. DJE n. 123, divulgado em 20 jun. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314650271&ext=.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CAETANO, M. C. **O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas**. 2007. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: PUC-MINAS, 2007. Disponível em: <<http://www.readbag.com/biblioteca-pucminas-br-teses-educacao-caetanomc-1>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

CÂMARA, H. **Excesso da pedagogia moderna**. *Anais*. I Congresso Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro, 1934. p. 61- 72.

CARON, L. **Ensino religioso: currículo, programas e formação**. Revista Pistis Praxis, v. 6, n. 2, p. 627-647, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/8222/7979>. Acesso em: 30.mai.2019.

CARVALHO, H. S. de; CUNHA NETO, J. S. da; **Diálogo inter-religioso**. São Paulo: FTD, 2017.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Vaticano: 1994. Disponível em: <http://catecismo-az.tripod.com/conteudo/a-z/s/verdade.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

CAVOUKIAN, R.; OLFMAN, S. (Orgs.). **Honrar a criança**: como transformar este mundo. São Paulo: Instituto Alana, 2009.

CECCHETTI, É.; OLIVEIRA, L. B. de; HARDT, L. S. **Educação, diversidade religiosa e cultura de paz**: cuidar, respeitar e conviver. In: FLEURI, R. *et al.* Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: Edifurb, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2016-pdf/32111-diversidade-religiosa-e-direitos-humanos-pdf/file>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. CENPEC. **No dia nacional de mobilização pela BNCC**: CENPEC explica documento em 10 perguntas e respostas. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/2018/03/noticias/no-dia-nacional-de-mobilizacao-pela-bncc-cenpec-explica-documento-em-10-perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CHARLOT, B.; ÉMIN, J-C. (Coords.). **Violences à l'école**: état des saviors. Paris: Masson & Armand Colin éditeurs, 1997.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 2004.

CHOPPIN, A. Pasado y presente de los manuales escolares. **Revista Educación y pedagogia**, v. XIII, n. 29-30, p.209-229. enero-septiembre, 2001. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/7515/6918>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CROATTO, J. S. **As linguagens da experiência religiosa**: uma introdução à fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas. 2001.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Consciousness for the twenty-first century. **Zygon**, Journal of Religion and Science, v. 26, n.1, p. 7-25, mar.1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9744.1991.tb00801.x>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CULLETON, A.; BARRETTO, V. P. Ética mundial e direito: uma contribuição de Hans Küng. Entrevista a Nilton Mullet Pereira **IHU-ONLINE**. ed. 232, 20 ago. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1243&secao=232>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CUNHA, L. A. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil - 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37 n. 131, p. 285-302, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. **A entronização do Ensino Religioso na Base Nacional Curricular Comum**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 134, p. 266-284, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100266&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25.mar.2019.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DALDEGAN, V. M. **Redescobrimo o universo religioso: 1º ano do Ensino Fundamental**. Curitiba: Bom Jesus, 2015.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUTRA, I. **Resgate da memória histórica do Ensino Religioso no contexto sociopolítico e seu processo de implantação no currículo das escolas públicas de Mato Grosso**. Cuiabá: Mimeo, 1995.

FIGUEIREDO, A. de P. **O ensino religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas**. Petrópolis, Vozes, 1995.

FORUM NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO. FONAPER **Parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso**. 6. ed. São Paulo: Ave Maria, 2002.

FONSECA, A. B. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

FOWLER, J. **Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido**. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

FRANCISCO. **Discurso do Santo Padre aos participantes na conferência internacional em prol da paz.** Viagem apostólica do Papa Francisco ao Egito (28-29 de abril de 2017). Cairo — Centro de Conferências Al-Azhar Sexta-feira, 28 de abril de 2017. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papa-francesco_20170428_egitto-conferenza-pace.html>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. **Carta encíclica *Laudato' sí***: sobre o cuidado da casa comum. Doc. 201. São Paulo: Paulinas, 2015. 200p.

FUNDAÇÃO PONTIFÍCIA AID TO THE CHURCH IN NEED. **ACN-BRASIL.** Relatório liberdade religiosa no mundo. Sumário Executivo. 2018. Disponível em: <<https://www.acn.org.br/relatorio-liberdade-religiosa/>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GALVÃO, A. M. de O.; LOPES, E. M. T. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **A religião como sistema cultural.** In: GEERTZ, C. A interpretação das Culturas. Trad. The interpretation of cultores. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p. cap. 4, Parte III.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILZ, C. **O livro didático na formação do professor de ensino religioso.** Petrópolis: Vozes, 2009.

GRASSELLI, M. de A. **Educação infantil**: respeitar a diversidade religiosa, superar violência, educar para a paz: uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas no centro de educação infantil João Pedro de Aguiar. Vitória/ES: UNIDA. 2017. Disponível em: <<http://btdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/39>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GRUPO DE PESQUISA DE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO. **PORTAL GPER.** IPFER. Sobre o GPER: quem somos. Disponível em: <<https://ipfer.com.br/gper/sobre/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

GRUEN, W. **O ensino religioso na escola,** Petrópolis: Vozes, 1995.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo demográfico 1991**: Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Censo demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-caracteristicas-gerais-da-populac-o-religi-o-e-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P. **Religião e território no Brasil**: 1991/2010. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013. Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_religiao_e_territorio_no_brasil_1991-2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

JARES, X. R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

_____. **Pedagogia da convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

JOÃO PAULO II. **Exortação apostólica *Catechesi tradendae***. 16 out. 1979. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_16101979_catechesi-tradendae_po.html>. Acesso em: 15 dez.18.

JUNQUEIRA, S. R. A.; OLIVEIRA, L. B. de; ALVES, L. A. S.; KEIM, E. J. **Ensino religioso no ensino fundamental**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____.; WAGNER, R. (Org.). **O ensino religioso no Brasil**. Curitiba: Champagnat. 2011.

_____. (Coord.). **Mapa da produção científica do ensino religioso**: no período de 1995 a 2010. Curitiba: PUCPR, 2013. 434f. Disponível em: <<https://ipfer.com.br/wp-content/uploads/2013/02/MAPA-DA-PRODUCAO-CIENTIFICA.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

KLEIN, R. **Ensino religioso e culturas de paz**: contribuições do ensino religioso e da(s) ciência(s) da(s) religião(ões) para o diálogo intercultural. FONAPER. Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/noticias/268_>. Acesso em: 13 fev. 2019.

KLUCK, C. R. C. C. de O. **O papel dos livros didáticos na construção do ensino religioso**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2015.

_____. **Relatório final do estágio supervisionado e da prática pedagógica: Pesquisa de Campo**. Dois Vizinhos-PR: Vizivale. 2005. 300p.

_____.; ITOZ, Sonia de; **Ensino religioso**. Curitiba: Ed. Piá. 2016.

KÜNG, H. **Declaração do parlamento das religiões do mundo**. 1993. Disponível em:

https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Hans_Kung_DECLARACAO_PARLAMENTO_RELIGIOES_MUNDO.pdf. Acesso em: 17.abr.2018.

_____. **Projeto de ética mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. **A igreja católica: história essencial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. **Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização, conversando com Jurgen Hoeren**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Ética mundial**. Dom Total 28.08.2011. Entrevista ao Pe. Áureo Nogueira de Freitas. Disponível em: <<http://domtotal.com/noticia/361559/2011/08/etica-mundial/>>. Acesso em: 01.nov.2018

LA TORRE, S.; MORAES, M. C. **Projeto sentipensar: estratégias para reencantar a educação**. 2007. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/sentipensar.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LENINE. Diversidade. **Lenine.doc – Trilhas**. Universal Music, 2010. 12 Faixas. Faixa 10. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/lenine/diversidade.html>. Acesso em: 24.abr.2019.

LÉVINAS, E. **Entre nós: Ensaio sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LINHARES, M. Y. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

LOMONACO, Amadeo. **Prêmio Ratzinger para a teóloga Marianne Schlosser e o arquiteto Mario Botta**. 2018. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-09/premio-ratzinger-2018-teologa-marianne-arquiteto-mario-botta.html>. Acesso em: 12.abr.2019.

LOCKE, J. Carta sobre a tolerância. Lisboa: Edições 70, 1987.

LUCADO, M. **Você é especial**. São Paulo: United Press (Hagnos), 2004.

MAÇANEIRO, M. **O labirinto sagrado**: ensaios sobre religião, psique e cultura. SP: Paulus, 2011.

MAGRIS, C. **A feira de tolerância**. Ensaio para o Prêmio Erasmus. 27 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/the-fair-of-tolerance/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MAKARENKO, A. S. **Banderas em las torres**. Moscou: Progreso. 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/makarenko/1939/0001.pdf>. Acesso em: 15.mar.2019

MARINHO, N. **A educação para o diálogo inter-religioso na escola pública brasileira**: uma aliada à cultura da paz. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Teologia. Faculdades EST. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=598>. Acesso em: 23 fev. 2017.

MESLIN, M. **A experiência humana do divino**: fundamentos de uma antropologia religiosa. Petrópolis: Vozes, 1992.

MINAS GERAIS. Lei n. 1092, de 12 de outubro de 1928. Regulamenta a Disciplina Ensino Religioso nas Escolas Oficiais Mineiras. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 12 out. 1928. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104810/Regul_Ens_Normal_Minas_Gerais_1928.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 31.out.2018

MONTEIRO, P. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 47-65, 2006.

MOREIRA, A. A dignidade da política. **Communio**, a. XXIX, n. 1, p. 17-20, 2012. Disponível em: <<http://www.revistacommunio.com/artigoDetalhe.php?id=1609>>. Acesso em: 17.set.2018

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

_____. **Unidade e Diversidade**. 2013. (2m33s). Direção de Produção Gina O'Donnell. Edição Alfredo Barros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=153&v=u8f-kiPG_LI>. Acesso em: 04.set. 2019.

MOTTA, E. de O. **Direito educacional e educação no século XXI**. Brasília: UNESCO, 1997.

NEGROMONTE, Á. **Minha vida cristã**: para a 1ª série ginásial. 10. ed. Rio de Janeiro: Rumo, 1962. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/101220548/Minha-Vida-Crista-Pe-Negromonte>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

NEMI, A. L.; MARTINS, J. C. **Uma outra história?** O tempo vivido. São Paulo: FTD, 1996.

NOVAES, R. Juventude, religiosidade, territórios e redes: reflexões sobre resultados de pesquisas. *In*: PINHEIRO, D. *et al.* (Org.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças.** Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

OLENIKI, M. L. R. **O modelo pedagógico e a formação do professor de Ensino Religioso na Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Declaração universal dos direitos humanos.** 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ORLANDO, E. de A. **Por uma civilização cristã:** a coleção do monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965). 2008. 313f. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe São Cristóvão, 2008.

_____. **Os manuais de catecismo como fontes para a história da educação.** Roteiro, Joaçaba, ed. especial, p. 67-88, 2013. Disponível em: <<http://www.editora.unoesc.edu.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PAIXÃO, Fernando; MIRA, Maria Celeste. **Momentos do livro no Brasil.** São Paulo: Ática, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Produções Didático-Pedagógicas **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor.** PDE. 2014. V.2 Curitiba: SEED/PR. 2014. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_ped_pdp_regina_goss_velter_do_prado.pdf. Acesso em: 16 abr. 2019.

PARLAMENTO DAS RELIGIÕES DO MUNDO. Declaração do Parlamento das Religiões do mundo. 4 set.1993. *In*: KÜNG, H.; SCHMIDT, H. **Uma ética mundial e responsabilidades globais:** duas declarações. São Paulo: Loyola, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Hans_Küng_DECLARACAO_PARLAMENTO_RELIGIOES_MUNDO.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS. **Declaração de ética mundial.** [Internet]. Chicago: Parlamento das Religiões Mundiais; 1993. Disponível em: <https://www.weltethos.org/1-pdf/10-stiftung/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 26.abr.2019.

PAROLI, M. H. R. **Ensino religioso**. Brasília: Edebe Brasil, 2015.

PASSOS, J. D. **Ensino Religioso**: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: SENA, Luzia. (Org.). *Ensino Religioso e Formação Docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em Diálogo*. 01ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

RATIER, R. **Da expectativa à realidade**. *Revista Nova Escola*, Rio de Janeiro: n. 309, fev. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/10034/da-expectativa-a-realidade>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

RODRIGUES, M. **A década de 50**: populismo e metas desenvolvimentista no Brasil. São Paulo, Ática, 1996.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUEDELL, P. **Trajetória do ensino religioso no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Sulina, 2005.

SALDANHA, P. Bullying e violência nas escolas ainda são temas sem diagnóstico no país. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 out. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1929183-bullying-e-violencia-nas-escolas-ainda-sao-temas-sem-diagnostico-no-pais.shtml>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

SANTA SÉ. Ratificação do acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil. **PORTAL SANTA SÉ**. 2009 Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/2009/documents/rc_seg-st_20091210_ratifica-acc-brasile_po.html>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SANTOS, M. S. dos. **Religião e demanda**: o fenômeno religioso em escolas públicas. Campinas, 2016, 237p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SCHLESINGER, H.; PORTO, H. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHNEIDERS, A.; CORREA, A. A. **De mãos dadas**: ética e cidadania. São Paulo: Scipione, 2014.

SEEHABER, L. C. **Cultura**: Lente pela qual se vê o mundo: o universo cultural do professor de ensino religioso Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006.

SILVA, E. T. da. **Livros didáticos**: do ritual de passagem a ultrapassagem. Em aberto, Brasília, v. 16, n. 69, p. 8-11. 1996. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B5F8D6FDF-2BF0-476F-9271-88ADE36BAD1A%7D_Em_Aberto_69.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SILVA, R. S. da. **Somos educação**. Apresentação institucional 3T17. nov. 2017 https://pt.slideshare.net/somos_educacao/apresentao-institucional-3t17. Acesso em; 25 mar. 2018.

SINNER, Rudolf von. **Confiança e convivência**: reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SOARES, A. M. L. **Ciência da religião, ensino religioso e formação docente**. REVER - Revista de Estudos da Religião, PUC-SP, p. 3, set. 2009. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_soares.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

SPOSITO, M. P. **A instituição escolar e a violência**. 2008. Disponível em: <<http://www.eliasbitencourt.com/psi/sposito.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

STEIL, C. A. **O ensino religioso na sociedade plural**. Revista Diálogo, n. 3, p. 48-53, 1996.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**: a arte do possível. Aparecida: Santuário 2008.

TILLICH, P. **Coragem de ser**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, M. R. de A. **Coleção atualidades pedagógicas**: do projeto político ao editorial (1931-1981). 2001. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

TREICHLER, C. N. P.; GROSSBERG, L. Estudos culturais: uma introdução. *In*: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNITED NATIONS EDUCATION, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. UNESCO. **School violence and bullying**: global status report. France: UNESCO. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/MINEDU/5124/School%20Violence%20and%20Bullying%20Global%20Status%20Report.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. **Cultura de paz**: da reflexão à ação: balanço da década internacional da cultura e paz e não violência em benefício das crianças do mundo. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

VASCONCELLOS, C. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

ZILBERMAN, R. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1991.
Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2569921/mod_folder/content/0/TEXTOS%20TE%C3%93RICO-CR%C3%8DTICOS/A%20LEITURA%20E%20O%20ENSINO%20DA%20LITERATURA.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 26 abr. 2019.

APÊNDICE A – RELATÓRIO DE ANÁLISE – DE MÃOS DADAS: ÉTICA E CIDADANIA

DADOS DA OBRA:

DE MÃOS DADAS: ÉTICA E CIDADANIA (DMD)
Schneiders, Amélia; Correa, Avelino A.
São Paulo: Scipione
2014

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.1 Leiturabilidade	MPSA
1.2 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	MPSA
1.3 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	RA
1.4 Legibilidade e visualização das ilustrações	RA
1.5 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	RA
1.6 Informações atualizadas e localizadas corretamente	RA
1.7 Apresentação de glossário e de leituras complementares	MPSA

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Identifica os campos da disciplina	MPSA
Campo que recebe maior e menor ênfase	MPSA
Articulação entre campos	MPSA
Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	RA
Adequação dos conteúdos	MPSA
Contribui para a cidadania	RA
Expressa preconceito	I
Expressa doutrinação	I
Expressa publicidade	I
Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	MPSA

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Linguagem é clara e objetiva,	RA
Abordagem dos exercícios,	MPSA
Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	MPSA
Iniciação de outros recursos didáticos	MPSA
Texto das explicações é acessível para os alunos	MPSA
Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	RA
Estão coerentes com o conteúdo	MPSA
Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	MPSA
Enunciados apresentados de forma clara	RA
Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	MPSA
Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	MPSA
Estimulam a observação	MPSA

Estimulam a investigação	MPSA
Estimulam a análise	MPSA
Estimulam a síntese	MPSA
Estimulam a generalização	MPSA

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Contribui o suficiente para um melhor uso do material	
Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	
Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	
Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	
Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	
Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	
Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	
É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	I
Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	I
Faz doutrinação religiosa ou política	MPSA
Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	I
Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	MPSA
Veicula proposta de ensino de relevância social	RA
Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	MPSA

INSTRUMENTO 2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS TEOLOGIA

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

P1 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	P1.1 - RESPEITO AO DIREITO DE TODA E QUALQUER PESSOA À VIDA	RA
	P1.2 - INTEGRIDADE FÍSICA, VEDADA A TORTURA; DISCRIMINAÇÃO QUALQUER QUE SEJA O MOTIVO; PROCEDIMENTOS DE PURIFICAÇÃO, EXÍLIO OU ANIQUILAMENTO	RA
	P1.3 - LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE OBSERVADOS OS DIREITOS DOS DEMAIS	RA
	P1.4 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA NÃO VIOLENTA, ORIENTANDO O DESARMAMENTO E A PROMOÇÃO DE DIÁLOGO	MPSA
	P1.5 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA ENSINADA AOS JOVENS	RA
	P1.6 - PREOCUPAÇÃO COM OS DEMAIS SERES DA NATUREZA	RA
	P1.7 – TOLERÂNCIA E RESPEITO DEMAIS POVOS RAÇAS E RELIGIÕES MUNDIAIS	MPSA
P2 - CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA	P2.1 - AÇÃO JUSTA E HONESTA, COM PREOCUPAÇÃO DO SOCIAL, COMBATENDO À POBREZA EXTREMA	MPSA
	P2.2 - RESPEITO AS CARÊNCIAS DA SOCIEDADE E DA TERRA NO USO DAS SUAS POSSES	RA
	P2.3 - CORRELAÇÃO PROPRIEDADE E OBRIGAÇÕES (SERVIR AO BEM COMUM)	MPSA
	P2.4 - SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA ENDIVIDAMENTO E POBREZA	MPSA
	P2.5 - QUESTIONAMENTO A RESPEITO DE CONSUMO (NECESSÁRIO X DESENFREADO)	MPSA
	P2.6 - PODER POLÍTICO E ECONÔMICO A SERVIÇO DO SER HUMANO	MPSA
	P2.7 - RESPEITO E CONCILIAÇÃO MUTUOS EM DISPUTA DE PODER	RA

P3 - CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	P3.1 - COMPROMISSO COM A VERACIDADE / COMBATE A INVERDADE	RA
	P3.2 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	MPSA
	P3.3 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NA ARTE, LITERATURA, NA CIÊNCIA	MPSA
	P3.4 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE PARA POLÍTICOS E PARTIDOS QUE INTENCIONALMENTE BUSCAM DIZER A VERDADE AO POVO	MPSA
	P3.5 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE REPRESENTANTES DE RELIGIÃO, QUE APREGOAM E LEGITIMAM A PROMOÇÃO DA PAZ	MPSA
	P3.6 – JOVENS NO CULTIVO DA VELOCIDADE EM PENSAMENTO, FALA E AÇÃO	MPSA
	P3.7 - ADOÇÃO DE POSTURA QUE FAZ VALER A VERDADE (EM SUBSTITUIÇÃO À ARBITRARIEDADE)	MPSA
	P3.8 - CULTIVAR O ESPÍRITO DA VERACIDADE NAS REDES DE RELAÇÕES COTIDIANAS	MPSA
	P3.9 - REITERAR A VERDADE, INCORRUPÍVEL, SERVINDO-A COM CONFIANÇA E CONSTÂNCIA	MPSA

P4 - CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	P4.1 - RESPEITO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO COMBATENDO A VISÃO DE OBJETO DE SEXUALIDADE OU DEPENDÊNCIA SEXUAL	MPSA
	P4.2 - CONDENAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	MPSA
	P4.3 - CONSCIÊNCIA COM RELAÇÃO À SEXUALIDADE COMO FORÇA POSITIVA, CONSTRUTORA E FORMADORA	MPSA
	P4.4 - SEXUALIDADE LIGADA A RELAÇÃO AMOROSA VIVIDA COM COMPANHEIRISMO	MPSA
	P4.5 - RECONHECIMENTO DA RENUNCIA VOLUNTÁRIA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE E PLENIFICAÇÃO DE SENTIDO	MPSA
	P4.6 - AFIRMAÇÃO DE DEFESA DOS DEVERES DA FAMÍLIA DE APOIO MÚTUO, DIGNIDADE, COM RELACIONAMENTO SUSTENTADO PELA RESPEITO, RECONHECIMENTO E CUIDADO MÚTUO	MPSA
	P4.7 - CULTIVO DO RESPEITO COMPREENSÃO E COMPANHEIRISMO NAS RELAÇÕES PESSOAIS E FAMILIARES	MPSA
	P4.8 - RESPEITO MÚTUO TOLERÂNCIA CONCILIAÇÃO E AMOR EM SUBSTITUIÇÃO DE FORMAS DE DESEJO SEXUAL POSSESSIVO OU ABUSO SEXUAL	I
	P4.9 - RESPONSABILIDADE SOBRE AÇÕES OU OMISSÕES NO SENTIDO DE CONSTRUIR DIGNIDADE INTOCÁVEL E DIREITOS INALIENÁVEIS.	MPSA
	P4.10 - RESPONSABILIDADE ÉTICA PARA CLASSES PROFISSIONAIS (MÉDICOS, CIENTISTAS, COMERCIANTES, JORNALISTAS, POLÍTICOS, ETC.) QUE ELABOREM CÓDIGOS DE ÉTICA QUE FORNEÇAM DIRETRIZES CONCRETAS PARA QUESTÕES DE SEU MEIO PROFISSIONAL	I
	P4.11 COMUNIDADES DE FÉ FORMULEM SUA ÉTICA ESPECÍFICA COM RELAÇÃO AO SENTIDO DA VIDA E DA MORTE, E OUTRAS QUESTÕES FUNDANTES	I

(RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I – inexistente)

MEMORIAL DESCRITIVO

O livro *De mãos dadas: ética e cidadania (DMD)*, de Amélia Schneiders e Avelino A. Correa, publicado em 2014, em São Paulo pela Editora Scipione, busca atender a disciplina ER em todo o Brasil.

O volume analisado era destinado ao estudante, não constando orientações ao docente ou respostas possíveis aos exercícios, sendo composto por quatro unidades subdivididas em quatro capítulos e mais uma porção dedicada às datas especiais. A

estrutura de cada capítulo se inicia por um texto disparador ou ilustrativo, e apresenta as seções “Pergunte ao seu coração” e “Brincando de pensar”, seguida de atividades.

Na primeira unidade, a criança é contextualizada em suas descobertas, protagonizando as primeiras páginas. Na segunda parte é enfocada a relação com o outro e, na terceira unidade, o foco recai sobre a relação com a natureza. Ao final, na quarta unidade é abordado o conhecimento a respeito do Criador, e apresenta ao final a porção “Dias especiais”, na qual se exploram datas comemorativas, com ênfase nas cristãs católicas.

É composto por dezesseis capítulos e aborda, no primeiro capítulo, o contexto da criança, caracterizando-a. Depois, faz correlação com outros seres vivos e explora a identidade infantil, sob uma perspectiva de autorreflexão, abrindo o capítulo com a proposta de três páginas abordando o tema inicial, em que a “cada dia, com o nascer do sol, é uma nova chance de crescer e aprender” (SCHNEIDERS; CORREA, 2014, p. 8), sem que o restante do capítulo aborde o dia ou o sol como temáticas.

Na segunda unidade, “De bem com os outros”, busca-se responder à pergunta: o que se pode fazer para dar alegria às pessoas?” (SCHNEIDERS; CORREA, 2014, p. 28). Nela são apresentadas crianças com diferentes tons de pele, o que pode oportunizar a conversa sobre a diversidade, mesmo que *en passant*. Além disso, os valores da colaboração e da gentileza são abordados e ainda o entendimento de posse e cuidado com o que é do outro e de si.

A unidade 3 trata da natureza e o meio ambiente, com o tema “De bem com a natureza”, cuja proposta dos capítulos é bem ilustrada, na abertura, pelo pensamento de Osho: “você pode deixar este mundo mais bonito do que ele era quando você chegou” (SCHNEIDERS; CORREA, 2014, p. 46). O tema se desenvolve em torno da consciência ambiental, organização e contribuição pessoal.

A quarta unidade, “De bem com Deus”, contém os aspectos religiosos, iniciando-se por apresentar a criação e o criador, abordando o conceito de oração ou reza, as diferentes formas de falar com Deus (orar e rezar e as posições corporais assumidas), seus diferentes nomes: Deus, Javé, Alá, Brahma, Oxalá, Senhor (SCHNEIDERS; CORREA, 2014, p. 46). Ainda, os diferentes livros sagrados apresentados: Bíblia, Alcorão e Vedas, com ênfase em versículos bíblicos, e a regra áurea das religiões.

A porção dedicada às datas comemorativas são majoritariamente cristãs: campanha da fraternidade (catolicismo), dia sagrado, páscoa, dia de ação de graças

(protestantismo) e natal (cristão). As que representam o caráter laico são o Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia Mundial da Paz e da Não Violência.

A diversidade religiosa é apresentada, contudo não esmiuçada, na medida em que se espera que a criança do 1º ano seja capaz de nomear, ou seja, pelo menos a correlação entre o nome da divindade apresentada e a religião correspondente. Da mesma forma, o material apresenta fotos de pessoas de diferentes religiões, entretanto, não faz a ampliação que seria possível.

Destaque positivo à fase de formação, no exercício destinado para diferenciação entre natural e construído, na parte que trata das muitas belezas criadas. Outro destaque positivo é a apresentação de ilustração com a tela *Papoulas de Argenteuil* (1873), de Monet, o que indica a possibilidade de repertoriar cada estudante com referências artísticas significativas.

A opção pela utilização de letras em caixa baixa, letra de imprensa minúscula, é um aspecto que pode ser revisto oportunamente, tendo em vista que muitos teóricos da alfabetização indicam a letra caixa alta ou bastão (imprensa em maiúscula) como a melhor opção por pelo menos quatro motivos: permite o acesso mais rápidos à mensagens veiculadas na sociedade, facilita discriminar sinais gráficos, é menos variável e exigem menor desenvolvimento motor. A letra em minúscula ou cursiva (letra de mão) seria introduzida paulatinamente, conforme o desenvolvimento da criança.

Conforme a avaliação estabelecida pelo instrumento, reproduzido abaixo, a coleção enfrenta a temática da não violência e do temor diante da vida (primeiro preceito) de forma plena conforme indicam os sete critérios “ricos e/ou apropriados (RA)” recebidos.

O segundo preceito, a respeito da solidariedade e da ordem econômica justa, revelou que o material analisado demonstra atender de forma rica ou apropriada duas questões, havendo possibilidade de ampliação em cinco delas. Somente nos quesitos 2.1 ação justa e honesta, com preocupação do social, combatendo à pobreza extrema e 2.2 respeito às carências da sociedade e da Terra no uso das suas posses, o respeito, foram aferidos como conteúdos Ricos ou Apropriados.

Com relação à P3 - Cultura de Tolerância e Vida de Veracidade/Autenticidade, a avaliação revelou que o material tem potencialidades, ainda que tenha sido valorada como rico ou apropriado (RA) em cinco dimensões.

Em se tratando da Cultura de Igualdade de Direitos e Companheirismo entre Homens e Mulheres (preceito 4), na avaliação do material as questões foram majoritariamente consideradas como não atendidas. Ainda assim, destaca-se que essa (importante) temática deva levar em conta a idade das crianças a quem se destina o livro/ano escolar.

No entanto, o subitem cultivo do respeito, compreensão e companheirismo nas relações pessoais e familiares se revelou ricamente atendido, porém percebeu-se que o material revela cuidado mediano com relação a responsabilidade sobre ações ou omissões, no sentido de construir dignidade intocável e direitos inalienáveis, o que pode ser aprofundado.

De maneira geral, a aplicação do instrumento 2 revelou que em aproximadamente setenta por cento do conteúdo há possibilidade de ampliação e/ou o conteúdo foi considerado mediano.

O volume analisado era destinado ao estudante, não constando orientações ao docente, portanto não haviam respostas possíveis aos exercícios, o que, de certa forma, deixa uma importante lacuna de avaliação quanto às orientações à docência, metodologia e ciência de referência.

APÊNDICE B – RELATÓRIO DE ANÁLISE – REDESCOBRINDO O UNIVERSO RELIGIOSO

DADOS DA OBRA

REDESCOBRINDO O UNIVERSO RELIGIOSO (RUR)
do 1º ano do Ensino Fundamental
DALDEGAN, Viviane Mayer
Curitiba: Ed. Bom Jesus
2015

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.8 Leiturabilidade	RA
1.9 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	RA
1.10 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	RA
1.11 Legibilidade e visualização das ilustrações	RA
1.12 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	RA
1.13 Informações atualizadas e localizadas corretamente	RA
1.14 Apresentação de glossário e de leituras complementares	MPSA

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Identifica os campos da disciplina	RA
Campo que recebe maior e menor ênfase,	RA
Articulação entre campos	RA
Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	RA
Adequação dos conteúdos	RA
Contribui para a cidadania	RA
Expressa preconceito	I
Expressa doutrinação	I
Expressa publicidade	I
Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	RA

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Linguagem é clara e objetiva,	RA
Abordagem dos exercícios,	MPSA
Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	MPSA
Iniciação de outros recursos didáticos	RA
Texto das explicações é acessível para os alunos	RA
Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	RA
Estão coerentes com o conteúdo	RA
Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	RA

Enunciados apresentados de forma clara	RA
Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	RA
Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	RA
Estimulam a observação	MPSA
Estimulam a investigação	MPSA
Estimulam a análise	MPSA
Estimulam a síntese	MPSA
Estimulam a generalização	MPSA

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Contribui o suficiente para um melhor uso do material	RA
Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	RA
Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	RA
Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	I
Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	RA
Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	I
Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	I
É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	RA

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	LR
Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	LR
Faz doutrinação religiosa ou política	I
Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	I
Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	I
Veicula proposta de ensino de relevância social	I
Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	I

INSTRUMENTO 2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS TEOLOGIA

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

P1 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	P1.1 - RESPEITO AO DIREITO DE TODA E QUALQUER PESSOA À VIDA	RA
	P1.2 - INTEGRIDADE FÍSICA, VEDADA A TORTURA; DISCRIMINAÇÃO QUALQUER QUE SEJA O MOTIVO; PROCEDIMENTOS DE PURIFICAÇÃO, EXÍLIO OU ANIQUILAMENTO	RA
	P1.3 - LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE OBSERVADOS OS DIREITOS DOS DEMAIS	RA
	P1.4 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA NÃO VIOLENTA, ORIENTANDO O DESARMAMENTO E A PROMOÇÃO DE DIÁLOGO	RA
	P1.5 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA ENSINADA AOS JOVENS	RA
	P1.6 - PREOCUPAÇÃO COM OS DEMAIS SERES DA NATUREZA	MPSA
	P1.7 – TOLERÂNCIA E RESPEITO DEMAIS POVOS RAÇAS E RELIGIÕES MUNDIAIS	RA
P2 - CULTURA DE SOLIDARIEDADE	P2.1 - AÇÃO JUSTA E HONESTA, COM PREOCUPAÇÃO DO SOCIAL, COMBATENDO À POBREZA EXTREMA	MPSA
	P2.2 - RESPEITO AS CARÊNCIAS DA SOCIEDADE E DA TERRA NO USO DAS SUAS POSSES	MPSA
	P2.3 - CORRELAÇÃO PROPRIEDADE E OBRIGAÇÕES (SERVIR AO BEM COMUM)	MPSA

	P2.4 - SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA ENDIVIDAMENTO E POBREZA	MPSA
	P2.5 - QUESTIONAMENTO A RESPEITO DE CONSUMO (NECESSÁRIO X DESENFREADO)	I
	P2.6 - PODER POLÍTICO E ECONÔMICO A SERVIÇO DO SER HUMANO	I
	P2.7 - RESPEITO E CONCILIAÇÃO MUTUOS EM DISPUTA DE PODER	RA
P3 - CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	P3.1 - COMPROMISSO COM A VERACIDADE / COMBATE A INVERDADE	RA
	P3.2 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	MPSA
	P3.3 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NA ARTE, LITERATURA, NA CIÊNCIA	RA
	P3.4 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE PARA POLÍTICOS E PARTIDOS QUE INTENCIONALMENTE BUSCAM DIZER A VERDADE AO POVO	I
	P3.5 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE REPRESENTANTES DE RELIGIÃO, QUE APREGOAM E LEGITIMAM A PROMOÇÃO DA PAZ	RA
	P3.6 – JOVENS NO CULTIVO DA VELOCIDADE EM PENSAMENTO, FALA E AÇÃO	RA
	P3.7 - ADOÇÃO DE POSTURA QUE FAZ VALER A VERDADE (EM SUBSTITUIÇÃO À ARBITRARIEDADE)	RA
	P3.8 - CULTIVAR O ESPÍRITO DA VERACIDADE NAS REDES DE RELAÇÕES COTIDIANAS	RA
	P3.9 - REITERAR A VERDADE, INCORRUPÍVEL, SERVINDO-A COM CONFIANÇA E CONSTÂNCIA	RA
P4 - CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	P4.1 - RESPEITO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO COMBATENDO A VISÃO DE OBJETO DE SEXUALIDADE OU DEPENDÊNCIA SEXUAL	I
	P4.2 - CONDENAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	I
	P4.3 - CONSCIÊNCIA COM RELAÇÃO À SEXUALIDADE COMO FORÇA POSITIVA, CONSTRUTORA E FORMADORA	I
	P4.4 - SEXUALIDADE LIGADA A RELAÇÃO AMOROSA VIVIDA COM COMPANHEIRISMO	I
	P4.5 - RECONHECIMENTO DA RENUNCIA VOLUNTÁRIA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE E PLENIFICAÇÃO DE SENTIDO	I
	P4.6 - AFIRMAÇÃO DE DEFESA DOS DEVERES DA FAMÍLIA DE APOIO MÚTUO, DIGNIDADE, COM RELACIONAMENTO SUSTENTADO PELA RESPEITO, RECONHECIMENTO E CUIDADO MÚTUO	RA
	P4.7 - CULTIVO DO RESPEITO COMPREENSÃO E COMPANHEIRISMO NAS RELAÇÕES PESSOAIS E FAMILIARES	RA
	P4.8 - RESPEITO MÚTUO TOLERÂNCIA CONCILIAÇÃO E AMOR EM SUBSTITUIÇÃO DE FORMAS DE DESEJO SEXUAL POSSESSIVO OU ABUSO SEXUAL	I
	P4.9 - RESPONSABILIDADE SOBRE AÇÕES OU OMISSÕES NO SENTIDO DE CONSTRUIR DIGNIDADE INTOCÁVEL E DIREITOS INALIENÁVEIS.	MPSA
	P4.10 - RESPONSABILIDADE ÉTICA PARA CLASSES PROFISSIONAIS (MÉDICOS, CIENTISTAS, COMERCIANTES, JORNALISTAS, POLÍTICOS, ETC.) QUE ELABOREM CÓDIGOS DE ÉTICA QUE FORNEÇAM DIRETRIZES CONCRETAS PARA QUESTÕES DE SEU MEIO PROFISSIONAL	I
	P4.11 COMUNIDADES DE FÉ FORMULEM SUA ÉTICA ESPECÍFICA COM RELAÇÃO AO SENTIDO DA VIDA E DA MORTE, E OUTRAS QUESTÕES FUNDANTES	RA

(RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I – inexistente)

MEMORIAL DESCRITIVO

A Editora Bom Jesus, localizada em Curitiba, publica especialmente para as Escolas da Rede Católica de Ensino Bom Jesus, que há mais de 120 anos seguem os princípios e valores dos Franciscanos. Para o ER a Coleção Redescobrimo o

Universo Religioso, de autoria de Viviane Mayer Daldegan (2015), atende estudantes do 1º ano 9º ano do Ensino Fundamental.

O material destinado ao ER teve sua primeira edição em 2002, por outra editora, e foi resultado de um trabalho coletivo dos docentes do colégio Bom Jesus, que perceberam, na Semana Pedagógica no ano 1997, a necessidade de "adequar o planejamento, os conteúdos, os textos, o livro didático, as estratégias metodológicas e a avaliação às características próprias a cada faixa etária" (OLENIKI, 2003, p. 89). A edição publicada em 2015 conta com autores com formação em Pedagogia e Filosofia.

A coleção tem concepção teórica apoiada no estudo do fenômeno religioso, mas não indica uma ciência de referência. Contempla a diversidade religiosa, sem indicar quais critérios foram utilizados para a definição da escolha das tradições. Com relação ao desenvolvimento do juízo moral são referenciados Piaget (1971) e La Taille (1992), além de utilizar eixos propostos nos PCNER (FONAPER, 2009)³⁶.

A estrutura didática ou organização metodológica tem 3 seções destacadas. Parte de uma introdução, na qual o tema é apresentado e os conhecimentos prévios são estabelecidos, a seção Interagindo, que como o próprio nome sugere e oportuniza momentos de trocas entre os pares em sala. E fechando cada capítulo, a seção Teia de Ideias, que se propõe a ir além de ser "uma mera atividade ao fim do capítulo" (Daldegan, 2015, p. IX).

Quanto à leitura, de forma geral, os textos correspondem ao esperado para a faixa etária, existindo clareza conceitual. As imagens são diversificadas e é possível perceber uma relação bem elaborada entre ilustrações e textos.

Com relação aos conteúdos, desde a Unidade 1 são apresentadas famílias com diferentes composições, e caracterização para diferentes formas de vestimenta, oportunizando abordar a diversidade com base na realidade próxima ou local.

De maneira leve, aborda os símbolos, destacando a necessidade de respeito pelos mesmos, e também religiões menos conhecidas como o Hinduísmo, vinculando-o com a não violência. Apresenta o conhecimento a respeito de lugares sagrados, ritos, de forma que promova o respeito à diversidade. Merece destaque ainda, o

³⁶ FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

material oferecido no Anexo que, de forma leve, amplia as possibilidades das atividades.

Os conceitos são exemplificados nas religiões abordadas e podem promover a compreensão com relação ao fenômeno religioso, por meio dos seguintes eixos *ethos*, culturas e tradições religiosas, ritos, teologias e escrituras sagradas e/ou tradições orais, havendo coerência teórico metodológica, pois são exploradas diferentes formas de leitura do fenômeno religioso, e levam em conta o mundo conhecido das crianças brasileiras.

É perceptível que o material pode contribuir para a cidadania, ao fazer questionamentos a respeito de ações da vida cotidiana, não expressando preconceito, doutrinação ou publicidade. Ele aborda de maneira dispersa aspectos da natureza e/ou meio ambiente, da inclusão e de questões raciais.

Os exercícios têm linguagem clara, sendo possível estabelecer conexões com outros componentes curriculares, em especial a Geografia e a História, além das possibilidades de ampliação da alfabetização, por conta de ênfase na produção escrita, a partir da reflexão e do diálogo sobre os temas abordados.

O material destinado ao 1º ano apresenta valores que organizam e possibilitam a convivência, em especial com relação à promoção da paz, além de respeito, amizade, acolhida, etc. Está organizado em quatro unidades, com dois capítulos cada, o que totaliza oito capítulos, com os seguintes destaques:

- Unidade 1 – Espaços que revelam as diferenças! A temática das diferenças permeia toda a unidade, promovendo o reconhecimento delas e, concomitantemente, promove a convivência pacífica e respeitosa da forma como a apresenta.
- Unidade 2 – Aprendendo Importantes Lições. Trata dos ensinamentos religiosos e do encontro com o Sagrado.
- Unidade 3 – Olhando a diversidade que encontro. Apresenta diferentes templos, e o que é encontrado nesses espaços caracterizados como lugares sagrados.
- Unidade 4 – Ver, ouvir, entender para respeitar. Busca demonstrar que o Transcendente é encontrado em diferentes tradições religiosas.

O material da Editora Bom Jesus, como dito anteriormente, busca seguir os princípios e valores dos Franciscanos, que promovam “a reconciliação, a paz, o bem e a justiça com os seres humanos e com toda a natureza” e, dentre outros, “o diálogo com as culturas, dinamizando o ecumenismo” (FRANCISCANOS, s.d., s.p.)³⁷. Desta forma, pode revelar inclinação pela convivência fraterna e pacífica, conforme cita o autor no material, sendo alvo da aplicação do instrumento 2, no qual aspectos teológicos foram evidenciados.

Atribuiu-se aos conteúdos analisados no volume, ao menos em cinquenta por cento, o conceito Rico ou Apropriado, em diferentes preceitos ou subpreceitos, e em vinte e nove por cento das questões poderiam ser ampliadas ou medianas. Isso dá condição de aferir que esse material busca, de maneira geral, corresponder a uma cultura de promoção da paz.

No preceito da não violência e do temor diante da vida (primeiro preceito), a coleção recebeu o critério “ricos e/ou apropriados (RA)” para quase a totalidade dos itens, havendo sugestão para aprofundamento na preocupação com os demais seres da natureza.

A solidariedade e ordem econômica justa (segundo preceito) demanda atenção com relação ao P2.5 - questionamento a respeito de consumo (necessário x desenfreado); e P2.6 - poder político e econômico a serviço do ser humano que foi considerado inexistente no material, sendo que os outros subpreceitos podem ser ampliados, e considerados atendidos de forma mediana.

O terceiro preceito, Cultura de Tolerância e Vida de Veracidade/Autenticidade, demonstra que o material tem um bom desempenho, demanda aprofundamento no item propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade nos meios de comunicação de massa, e que possibilita a inclusão de conteúdo que trate de propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade para políticos e partidos que intencionalmente buscam dizer a verdade ao povo.

Com relação ao preceito que trata sobre a Cultura de Igualdade de Direitos e Companheirismo entre Homens e Mulheres (preceito 4) é possível indicar ampliações, nos quesitos do companheirismo, combate à exploração sexual e discriminação de gênero. Em se tratando da renúncia voluntária como expressão de identidade e

³⁷ Disponível em: http://franciscanos.org.br/?page_id=688. Acesso em 21.10.2018

plenificação de sentido, é perceptível a dificuldade para abordar esses temas com as crianças, devido a faixa etária e etapa escolar em que se encontram.

Não obstante, vale o destaque para a forma como é feita a afirmação de defesa dos deveres da família de apoio mútuo, dignidade, com relacionamento sustentado pelo respeito, reconhecimento e cuidado mútuo (p4.6) e o cultivo do respeito, da compreensão e do companheirismo nas relações pessoais e familiares (p4.7).

Foram considerados conteúdos não tratados (inexistentes), os relativos ao respeito mútuo, à tolerância, à conciliação e ao amor em substituição às formas de desejo sexual possessivo ou abuso sexual (4.8), responsabilidade ética para classes profissionais (médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas, políticos etc.) que elaboram códigos de ética fornecendo diretrizes concretas para questões de seu meio profissional, cuja explicação se liga ao mesmo entendimento das questões sobre sexualidade.

O material analisado da coleção RUR está consoante com a formação da autora e pedagoga Viviane Daldegan, cuja perspectiva pedagógica é aparente e fundante para a coleção. Nascida em meio às reflexões de professores durante uma semana pedagógica da Rede de Ensino Bom Jesus (Curitiba-PR), em 1997, os docentes buscavam “adequar o planejamento, os conteúdos, os textos, o livro didático, as estratégias metodológicas e a avaliação às características próprias a cada faixa etária” (OLENIKI, 2003, p. 89), o que se confirma até os dias de hoje.

APÊNDICE C – RELATÓRIO DE ANÁLISE – ENSINO RELIGIOSO - PAROLI

ENSINO RELIGIOSO (ER-P)
Paroli, Marcia Helena Rodrigues
Brasília: Edebe Brasil
2015

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.15 Leiturabilidade	RA
1.16 Qualidade dos conceitos apresentados no texto	MPSA
1.17 Adequação da linguagem ao perfil do leitor	RA
1.18 Legibilidade e visualização das ilustrações	RA
1.19 Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	RA
1.20 Informações atualizadas e localizadas corretamente	RA
1.21 Apresentação de glossário e de leituras complementares	MPSA

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Identifica os campos da disciplina	MPSA
Campo que recebe maior e menor ênfase,	MPSA
Articulação entre campos	MPSA
Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	RA
Adequação dos conteúdos	RA
Contribui para a cidadania	RA
Expressa preconceito	I
Expressa doutrinação	I
Expressa publicidade	I
Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	RA

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Linguagem é clara e objetiva,	RA
Abordagem dos exercícios,	RA
Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	MPSA
Iniciação de outros recursos didáticos	MPSA
Texto das explicações é acessível para os alunos	RA
Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	RA
Estão coerentes com o conteúdo	RA
Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	MPSA
Enunciados apresentados de forma clara	RA
Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	RA
Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	MPSA
Estimulam a observação	MPSA
Estimulam a investigação	MPSA

Estimulam a análise	MPSA
Estimulam a síntese	MPSA
Estimulam a generalização	MPSA

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Contribui o suficiente para um melhor uso do material	RA
Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	MPSA
Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	MPSA
Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	MPSA
Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	MPSA
Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	I
Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	I
É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	I

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	I
Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	I
Faz doutrinação religiosa ou política	MPSA
Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	I
Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	I
Veicula proposta de ensino de relevância social	I
Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	MPSA

INSTRUMENTO 2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS TEOLOGIA

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

P1 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	P1.1 - RESPEITO AO DIREITO DE TODA E QUALQUER PESSOA À VIDA	RA
	P1.2 - INTEGRIDADE FÍSICA, VEDADA A TORTURA; DISCRIMINAÇÃO QUALQUER QUE SEJA O MOTIVO; PROCEDIMENTOS DE PURIFICAÇÃO, EXÍLIO OU ANIQUILAMENTO	I
	P1.3 - LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE OBSERVADOS OS DIREITOS DOS DEMAIS	RA
	P1.4 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA NÃO VIOLENTA, ORIENTANDO O DESARMAMENTO E A PROMOÇÃO DE DIÁLOGO	RA
	P1.5 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA ENSINADA AOS JOVENS	RA
	P1.6 - PREOCUPAÇÃO COM OS DEMAIS SERES DA NATUREZA	RA
	P1.7 – TOLERÂNCIA E RESPEITO DEMAIS POVOS RAÇAS E RELIGIÕES MUNDIAIS	RA
P2 - CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA	P2.1 - AÇÃO JUSTA E HONESTA, COM PREOCUPAÇÃO DO SOCIAL, COMBATENDO À POBREZA EXTREMA	MPSA
	P2.2 - RESPEITO AS CARÊNCIAS DA SOCIEDADE E DA TERRA NO USO DAS SUAS POSSES	MPSA
	P2.3 - CORRELAÇÃO PROPRIEDADE E OBRIGAÇÕES (SERVIR AO BEM COMUM)	MPSA
	P2.4 - SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA ENDIVIDAMENTO E POBREZA	MPSA
	P2.5 - QUESTIONAMENTO A RESPEITO DE CONSUMO (NECESSÁRIO X DESENFREADO)	MPSA
	P2.6 - PODER POLÍTICO E ECONÔMICO A SERVIÇO DO SER HUMANO	MPSA
	P2.7 - RESPEITO E CONCILIAÇÃO MUTUOS EM DISPUTA DE PODER	MPSA

P3 - CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	P3.1 - COMPROMISSO COM A VERACIDADE / COMBATE A INVERDADE	RA
	P3.2 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	MPSA
	P3.3 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NA ARTE, LITERATURA, NA CIÊNCIA	MPSA
	P3.4 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE PARA POLÍTICOS E PARTIDOS QUE INTENCIONALMENTE BUSCAM DIZER A VERDADE AO POVO	MPSA
	P3.5 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE REPRESENTANTES DE RELIGIÃO, QUE APREGOAM E LEGITIMAM A PROMOÇÃO DA PAZ	RA
	P3.6 – JOVENS NO CULTIVO DA VELOCIDADE EM PENSAMENTO, FALA E AÇÃO	RA
	P3.7 - ADOÇÃO DE POSTURA QUE FAZ VALER A VERDADE (EM SUBSTITUIÇÃO À ARBITRARIEDADE)	RA
	P3.8 - CULTIVAR O ESPÍRITO DA VERACIDADE NAS REDES DE RELAÇÕES COTIDIANAS	RA
	P3.9 - REITERAR A VERDADE, INCORRÚPTÍVEL, SERVINDO-A COM CONFIANÇA E CONSTÂNCIA	RA

P4 - CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	P4.1 - RESPEITO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO COMBATENDO A VISÃO DE OBJETO DE SEXUALIDADE OU DEPENDÊNCIA SEXUAL	I
	P4.2 - CONDENAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	I
	P4.3 - CONSCIÊNCIA COM RELAÇÃO À SEXUALIDADE COMO FORÇA POSITIVA, CONSTRUTORA E FORMADORA	RA
	P4.4 - SEXUALIDADE LIGADA A RELAÇÃO AMOROSA VIVIDA COM COMPANHEIRISMO	I
	P4.5 - RECONHECIMENTO DA RENUNCIA VOLUNTÁRIA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE E PLENIFICAÇÃO DE SENTIDO	MPSA
	P4.6 - AFIRMAÇÃO DE DEFESA DOS DEVERES DA FAMÍLIA DE APOIO MÚTUO, DIGNIDADE, COM RELACIONAMENTO SUSTENTADO PELA RESPEITO, RECONHECIMENTO E CUIDADO MÚTUO	I
	P4.7 - CULTIVO DO RESPEITO COMPREENSÃO E COMPANHEIRISMO NAS RELAÇÕES PESSOAIS E FAMILIARES	RA
	P4.8 - RESPEITO MÚTUO TOLERÂNCIA CONCILIAÇÃO E AMOR EM SUBSTITUIÇÃO DE FORMAS DE DESEJO SEXUAL POSSESSIVO OU ABUSO SEXUAL	I
	P4.9 - RESPONSABILIDADE SOBRE AÇÕES OU OMISSÕES NO SENTIDO DE CONSTRUIR DIGNIDADE INTOCÁVEL E DIREITOS INALIENÁVEIS.	RA
	P4.10 - RESPONSABILIDADE ÉTICA PARA CLASSES PROFISSIONAIS (MÉDICOS, CIENTISTAS, COMERCIANTES, JORNALISTAS, POLÍTICOS, ETC.) QUE ELABOREM CÓDIGOS DE ÉTICA QUE FORNEÇAM DIRETRIZES CONCRETAS PARA QUESTÕES DE SEU MEIO PROFISSIONAL	I
	P4.11 COMUNIDADES DE FÉ FORMULEM SUA ÉTICA ESPECÍFICA COM RELAÇÃO AO SENTIDO DA VIDA E DA MORTE, E OUTRAS QUESTÕES FUNDANTES	RA

(RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I – inexistente)

MEMORIAL DESCRITIVO

O livro foi publicado pela Editora EDEBE, de nome similar ao da disciplina, cuja autoria é de Marcia Helena Rodrigues Paroli (2015), e está dividido em três unidades, com conhecimento distribuído em dez capítulos, nos quais a criança é o ponto de partida para as descobertas. No texto que dá acolhida às crianças, às intenções de aprender sobre si e sobre os outros, “o mundo em que vive e o que existe além do

mundo” (PAROLI, 2015, p. 3), revela a que veio e ainda destaca a diferença como potência construtiva da paz quando afirma que ela serve para “nos mostrar como ser melhores e ajudar-nos a construir uma vida de paz e entendimento entre todos” (idem).

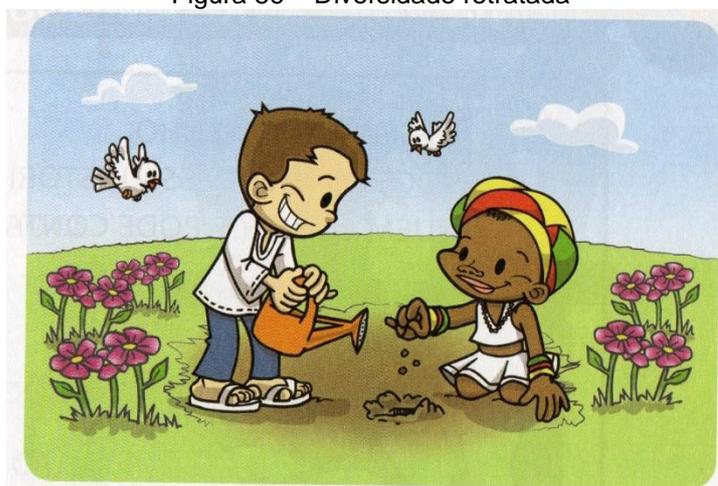
O livro é organizado em seções e ícones, que são usados sem uma lógica rígida, ora sendo utilizados alguns e ora outros. Além de Conversa entre amigos, Hora de vivenciar, Hora de registrar, como momentos nos quais a conversa subsidia a reflexão, há o momento para realizar as atividades práticas e registrar o que aprendeu, destaca-se a contribuição possível nas seções: Ler e aprender, Jogar e aprender e Vida em rede. A primeira propõe a leitura e análise de textos diversos; jogar e aprender demonstra a ludicidade do processo de aprendizagem, e Vida em rede trata da relação entre a Língua Portuguesa com outras áreas – hipoteticamente no afã de uma escola que pode oportunizar uma ampliação no desenvolvimento cognitivo, apesar de não ter sido encontrada essa última nesse volume. É possível que essas seções abram um leque de possibilidades para a aprendizagem.

Na construção da coleção, a utilização de ícones transborda, como sinalizador de determinadas funções, sendo constitutiva na construção do conhecimento religioso, como se destaca em Toque do Sagrado. Para o ano escolar a que se destina, o Glossário se configura como importante porção, pois traz uma explicação acessível que em algumas situações está atrelada ao imagético, ao apresentar uma ilustração do abordado. Além do ícone Curiosidade, também apresenta um conteúdo relativo à cultura religiosa – de forma diversa e rica.

Explorando a pertença à raça humana (unidade 1), inicia pela importância do nome próprio, tão afeito às crianças do primeiro ano, e apresenta versículos da Bíblia que têm conexões com o tema. Ao final, propõe boas ações realizadas para si e para o outro, e propõe que se planeje uma celebração com os elementos construídos: nomes enfeitados, alimentos saudáveis, sonhos compartilhados.

As ilustrações desenvolvidas na coleção buscam apresentar a diversidade étnica da nação brasileira (PAROLI, 2015, p. 37), conforme a Figura 51:

Figura 56 – Diversidade retratada



Fonte: Paroli, 2015, p. 37

Outro ponto positivo é a exploração de mídias eletrônicas, como o recurso de vídeo para apresentação da parábola do bom samaritano e, além disso, as indicações de literatura infantil a cada capítulo. As mídias podem ser incluídas como âmbito de socialização (JARES, 2008), cujo conteúdo tem influenciado comportamentos, valores e relações sociais, atribuído inicialmente pelo autor para os meios de comunicação, destacadamente para a televisão.

Outro recurso interessante, que demonstra o cuidado e o respeito com as orientações das religiões, foi percebido nas estratégias adotadas para a exposição da ilustração de Muhammad, líder do Islamismo, cujo rosto é proibida a sua retratação, conforme orientação dos líderes da religião. Nas páginas 28 e 29, respectivamente, ele é apresentado sentado em uma mesa, junto com Jesus e Buda, com o rosto coberto, e depois retratado sem expor seu rosto em uma iluminura antiga.

O livro publicado pela EDEBE, em 2015, demonstra a preocupação com uma cultura de paz. Na Carta ao aluno, a autora convida para uma aventura de conhecer a si e aos outros, valorizando as diferenças.

A linguagem e as ilustrações utilizadas primam por considerar a criança dentro de sua faixa etária e de suas potencialidades. Além do tamanho físico do livro (A3), a utilização de letra caixa alta também demonstra isso.

De maneira geral, o material é considerado rico ou apropriado, com mais da metade das respostas aferidas como material rico ou apropriado. Há um equilíbrio em entre questões cujo conteúdo é considerado mediano ou possível de ampliação

(25%), e aqueles aferidos como inexistentes, que em grande medida tratam das questões da sexualidade ou outras de cunho pessoal/familiar (21%).

O conteúdo trata da diversidade religiosa, porém um aspecto se destaca: o candomblé é a única vertente das religiões afro-brasileiras, o que indica uma área para aprofundamento.

No preceito P1 – cultura de não violência e de temor diante da vida, somente o que trata a respeito de integridade física e tortura teve classificação inexistente. Talvez por conta do tratamento privilegiado à infância dispensado pela autora do material.

O segundo preceito que aborda a Cultura de solidariedade e ordem Econômica Justa teve, em sua totalidade, a classificação mediana, indicando potencial para aprofundamento.

Em análise às questões de tolerância, veracidade/autenticidade, cabe destacar que o compromisso com a veracidade e o consequente combate à inverdade receberam qualificação rica ou apropriado. Na mesma categoria foram elencados a propagação do princípio de veracidade, de objetividade e honestidade, os representantes de religião que apregoam e legitimam a promoção da paz, os jovens no cultivo da velocidade em pensamento, fala e ação, a adoção de postura que faz valer a verdade (em substituição à arbitrariedade), o cultivar o espírito da veracidade nas redes de relações cotidianas, reiterar a verdade, incorruptível, servindo-a com confiança e constância.

Nesse preceito foi possível estabelecer a necessidade de aprofundamento nos itens: P3.2 – propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade nos meios de comunicação de massa; P3.3 – propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade na arte, literatura, na ciência; P3.4 – propagação do princípio de veracidade, objetividade e honestidade para políticos e partidos que intencionalmente buscam dizer a verdade ao povo.

As questões do preceito 4 – Cultura de Igualdade de Direitos e Companheirismo entre Homens e Mulheres (preceito 4) apresenta uma dificuldade com relação às questões ligadas à sexualidade, por conta da faixa etária e ano escolar em que se encontram as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental.

Ainda assim, merece destaque o tratamento dado para consciência com relação à sexualidade como força positiva, construtora e formadora (P4.3), o cultivo do respeito, compreensão e companheirismo nas relações pessoais e familiares

(P4.7) e a forma como aborda a responsabilidade sobre as ações ou omissões no sentido de construir dignidade intocável e direitos inalienáveis (P4.9).

Conteúdos não tratados foram considerados inexistentes, se justificam, pelo menos em parte, pela faixa etária e série escolar em que as crianças se encontram.

APÊNDICE D – RELATÓRIO DE ANÁLISE – ENSINO RELIGIOSO – KLUCK E ITOZ

DADOS DA OBRA

ENSINO RELIGIOSO (ER-KI)

Kluck, Claudia e Itoz, Sonia

Ed. Piá

2016

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.22Leiturabilidade	RA
1.23Qualidade dos conceitos apresentados no texto	RA
1.24Adequação da linguagem ao perfil do leitor	RA
1.25Legibilidade e visualização das ilustrações	RA
1.26Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	RA
1.27Informações atualizadas e localizadas corretamente	RA
1.28Apresentação de glossário e de leituras complementares	mpsa

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Identifica os campos da disciplina	MPSA
Campo que recebe maior e menor ênfase, Articulação entre campos	MPSA
Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	RA
Adequação dos conteúdos	RA
Contribui para a cidadania	RA
Expressa preconceito	I
Expressa doutrinação	I
Expressa publicidade	I
Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	RA

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Linguagem é clara e objetiva,	RA
Abordagem dos exercícios,	RA
Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	MPSA
Iniciação de outros recursos didáticos	MPSA
Texto das explicações é acessível para os alunos	RA
Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	RA
Estão coerentes com o conteúdo	RA
Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	RA
Enunciados apresentados de forma clara	RA
Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	RA
Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	MPSA
Estimulam a observação	MPSA

Estimulam a investigação	MPSA
Estimulam a análise	MPSA
Estimulam a síntese	MPSA
Estimulam a generalização	MPSA

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Contribui o suficiente para um melhor uso do material	RA
Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	MPSA
Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	RA
Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	RA
Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	RA
Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	I
Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	MPSA
É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	RA

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	I
Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	I
Faz doutrinação religiosa ou política	RA
Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	I
Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	I
Veicula proposta de ensino de relevância social	I
Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	MPSA

INSTRUMENTO 2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS TEOLOGIA

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

P.1 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA		
P1.1 - RESPEITO AO DIREITO DE TODA E QUALQUER PESSOA À VIDA		RA
P1.2 - INTEGRIDADE FÍSICA, VEDADA A TORTURA; DISCRIMINAÇÃO QUALQUER QUE SEJA O MOTIVO; PROCEDIMENTOS DE PURIFICAÇÃO, EXÍLIO OU ANIQUILAMENTO		RA
P1.3 - LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE OBSERVADOS OS DIREITOS DOS DEMAIS		RA
P1.4 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA NÃO VIOLENTA, ORIENTANDO O DESARMAMENTO E A PROMOÇÃO DE DIÁLOGO		RA
P1.5 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA ENSINADA AOS JOVENS		MPSA
P1.6 - PREOCUPAÇÃO COM OS DEMAIS SERES DA NATUREZA		RA
P1.7 – TOLERÂNCIA E RESPEITO DEMAIS POVOS RAÇAS E RELIGIÕES MUNDIAIS		RA

P.2 - CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA		
P2.1 - AÇÃO JUSTA E HONESTA, COM PREOCUPAÇÃO DO SOCIAL, COMBATENDO À POBREZA EXTREMA		RA
P2.2 - RESPEITO AS CARÊNCIAS DA SOCIEDADE E DA TERRA NO USO DAS SUAS POSSES		MPSA
P2.3 - CORRELAÇÃO PROPRIEDADE E OBRIGAÇÕES (SERVIR AO BEM COMUM)		MPSA
P2.4 - SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA ENDIVIDAMENTO E POBREZA		MPSA
P2.5 - QUESTIONAMENTO A RESPEITO DE CONSUMO (NECESSÁRIO X DESENFREADO)		MPSA
P2.6 - PODER POLÍTICO E ECONÔMICO A SERVIÇO DO SER HUMANO		MPSA
P2.7 - RESPEITO E CONCILIAÇÃO MUTUOS EM DISPUTA DE PODER		RA

P3 - CULTURA DE TOLERÂNCIA E VIDA DE VERACIDADE/AUTENTICIDADE	P3.1 - COMPROMISSO COM A VERACIDADE / COMBATE A INVERDADE	RA
	P3.2 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	MPSA
	P3.3 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NA ARTE, LITERATURA, NA CIÊNCIA	RA
	P3.4 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE PARA POLÍTICOS E PARTIDOS QUE INTENCIONALMENTE BUSCAM DIZER A VERDADE AO POVO	I
	P3.5 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE REPRESENTANTES DE RELIGIÃO, QUE APREGOAM E LEGITIMAM A PROMOÇÃO DA PAZ	MPSA
	P3.6 – JOVENS NO CULTIVO DA VELOCIDADE EM PENSAMENTO, FALA E AÇÃO	MPSA
	P3.7 - ADOÇÃO DE POSTURA QUE FAZ VALER A VERDADE (EM SUBSTITUIÇÃO À ARBITRARIEDADE)	MPSA
	P3.8 - CULTIVAR O ESPÍRITO DA VERACIDADE NAS REDES DE RELAÇÕES COTIDIANAS	MPSA
	P3.9 - REITERAR A VERDADE, INCORRÚPTIVEL, SERVINDO-A COM CONFIANÇA E CONSTÂNCIA	MPSA

P4 - CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	P4.1 - RESPEITO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO COMBATENDO A VISÃO DE OBJETO DE SEXUALIDADE OU DEPENDÊNCIA SEXUAL	I
	P4.2 - CONDENAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	I
	P4.3 - CONSCIÊNCIA COM RELAÇÃO À SEXUALIDADE COMO FORÇA POSITIVA, CONSTRUTORA E FORMADORA	I
	P4.4 - SEXUALIDADE LIGADA A RELAÇÃO AMOROSA VIVIDA COM COMPANHEIRISMO	I
	P4.5 - RECONHECIMENTO DA RENUNCIA VOLUNTÁRIA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE E PLENIFICAÇÃO DE SENTIDO	I
	P4.6 - AFIRMAÇÃO DE DEFESA DOS DEVERES DA FAMÍLIA DE APOIO MÚTUO, DIGNIDADE, COM RELACIONAMENTO SUSTENTADO PELA RESPEITO, RECONHECIMENTO E CUIDADO MÚTUO	RA
	P4.7 - CULTIVO DO RESPEITO COMPREENSÃO E COMPANHEIRISMO NAS RELAÇÕES PESSOAIS E FAMILIARES	RA
	P4.8 - RESPEITO MÚTUO TOLERÂNCIA CONCILIAÇÃO E AMOR EM SUBSTITUIÇÃO DE FORMAS DE DESEJO SEXUAL POSSESSIVO OU ABUSO SEXUAL	I
	P4.9 - RESPONSABILIDADE SOBRE AÇÕES OU OMISSÕES NO SENTIDO DE CONSTRUIR DIGNIDADE INTOCÁVEL E DIREITOS INALIENÁVEIS.	MPSA
	P4.10 - RESPONSABILIDADE ÉTICA PARA CLASSES PROFISSIONAIS (MÉDICOS, CIENTISTAS, COMERCIANTES, JORNALISTAS, POLÍTICOS, ETC.) QUE ELABOREM CÓDIGOS DE ÉTICA QUE FORNEÇAM DIRETRIZES CONCRETAS PARA QUESTÕES DE SEU MEIO PROFISSIONAL	MPSA
	P4.11 COMUNIDADES DE FÉ FORMULEM SUA ÉTICA ESPECÍFICA COM RELAÇÃO AO SENTIDO DA VIDA E DA MORTE, E OUTRAS QUESTÕES FUNDANTES	MPSA

(RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I – inexistente)

MEMORIAL DESCRITIVO

A coleção publicada pela Editora Piá de Curitiba tem autoria de Claudia Regina Kluck e Sonia de Itoz (2016), cuja coleção visa atender turmas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

O volume analisado, destinado ao 1º ano, tem 19 capítulos divididos em quatro blocos/tema: muito para conhecer, em que a recepção da criança na escola e seu

convívio são abordados, além de uma iniciação à temática religiosa, tratando sobre festas – o que perpassa toda a obra. Portanto esse volume se propõe a tratar sobre celebrações, além de buscar estabelecer o conhecimento sobre lugares sagrados, a partir do cotidiano da criança. Finaliza destacando a importância de cada pessoa na sociedade.

Além do material destinado ao estudante, com respostas sugeridas, há uma pequena porção de material de apoio, para que se recorte ou destaque, e ainda o Manual do Professor que trata dos aspectos metodológicos, aplicação, ampliações possíveis e orienta a respeito da avaliação.

Cada capítulo é dividido em três seções: a) Já sei!, na qual é apresentada a temática, o disparador e onde é possível diagnosticar o conhecimento prévio da criança; b) Aprendo mais!, que busca ampliar o conhecimento existente apresentando formas diferenciadas sobre o tema; e c) Faço melhor! Nessa seção a criança é instigada a construir suas concepções, elaborar e sistematizar o conteúdo, e elaborar novas perguntas.

A ciência de referência apresentada é a Ciência da Religião, pois, no entendimento das autoras, por meio dela é possível atender tanto uma educação cidadã quanto a formação ética e social, com base no fenômeno religioso. Os objetivos propostos para o primeiro ano são os de estabelecer relações que venham propiciar um meio em que seja possível explorar conceitos de alteridade, com base no “direito de ser e crer no diferente”, dando a conhecer tradições religiosas (cosmovisões e mitos).

Os conhecimentos religiosos são apresentados por meio de oito personagens, escolhidas por serem as religiões indicadas no Censo Brasileiro de 2010 (IBGE), além de aspectos da religiosidade indígena, como forma de complementar a multifacetada cultura étnica e religiosa brasileira. O ateísmo é considerado em textos e exercícios em que a resposta da criança atea pode ser valorizada.

Na apresentação do livro analisado as autoras indicam que a diversidade cultural, o diálogo e o respeito são temáticas recorrentes, que se alinham com os princípios de Hans Küng quanto à paz mundial. Há menção de que o material pretende respeitar a faixa etária e o processo cognitivo das crianças, promovendo o trabalho com a diversidade e a riqueza cultural do país.

Nesse sentido, após a aplicação do instrumento 2, analisando aspectos mais voltados para a Teologia e cultura da paz kúnguiana, estes demonstram que o material

atende de forma rica ou apropriada um terço dos subitens de cada preceito proposto para a avaliação (35%). Na maior parte das questões, o conteúdo é considerado mediano ou possível de ampliação (45%), e os inexistentes estão ligados às questões da sexualidade ou de cunho pessoal/familiar (21%), conforme detalhado anteriormente.

De maneira geral o preceito 1 - cultura de não violência e do temor diante da vida é atendido de maneira rica ou apropriada. O item p1.5 merece reflexão para que haja aprofundamento ou possa ser melhorado o ensino da cultura de não violência.

Com relação à cultura de solidariedade e ordem econômica justa (P2), o material se mantém de forma mediana, não aprofundando os subpreceitos que tratam do endividamento e da pobreza, carências da sociedade e da Terra e as obrigações de possuir, equilíbrio das relações de consumo e reflexões a respeito do poder político e econômico a serviço das pessoas, tendo recebido em 5 itens a classificação mediano ou pode ser ampliado. Ainda assim, a ação justa e honesta e aspectos de respeito e conciliação em disputa de poder foram encontrados no material, recebendo a classificação ricos ou apropriados.

O preceito Cultura de Tolerância e Vida de Veracidade/Autenticidade (P3), avaliado no material chega em momento oportuno, tendo em vista que essa criança está no estágio primeiro de autoconsciência (FOWLER, 1992, p. 117). Abordar questões relativas à veracidade e autenticidade, como é proposto pela teologia de Küng, vai de encontro com um momento de vida no qual tem importância destacada os tabus e as expectativas morais ou doutrinárias (FOWLER, 1992, p. 116).

Nesse sentido, é possível aprofundar conteúdos que deem conta de propagar o princípio de veracidade, objetividade e honestidade nos meios de comunicação de massa, para políticos e partidos que intencionalmente buscam dizer a verdade ao povo, para os representantes de religião, aos jovens no cultivo da velocidade em pensamento, fala e ação, na adoção de postura que faz valer a verdade (em substituição à arbitrariedade), e no cultivo do espírito da veracidade nas redes de relações cotidianas, além de buscar reiterar a verdade, incorruptível, servindo-a com confiança e constância.

A Cultura de Igualdade de Direitos e Companheirismo entre Homens e Mulheres, preceito 4, enfrenta dificuldades por conta da idade das crianças e a forma de apresentação de questões ligadas à sexualidade, que é expressa pelo material, mesmo não tendo sido um aspecto relevante em sua produção. Ainda assim, é

revelado na avaliação estabelecida pelo instrumento que os subpreceitos afirmação de defesa dos deveres da família de apoio mútuo, dignidade, com relacionamento sustentado pelo respeito, reconhecimento e cuidado mútuo (p4.6) e o cultivo do respeito compreensão e companheirismo nas relações pessoais e familiares (p4.7) recebem uma atenção de forma consistente.

A intencionalidade pedagógica em focar a cultura religiosa, de forma que a diversidade seja contemplada e respeitada é um destaque desse material. A distribuição dos conteúdos próprios das religiões, de forma equânime, demonstra um cuidado e uma honestidade intelectual, pertinente às disciplinas acadêmicas.

APÊNDICE E – RELATÓRIO DE ANÁLISE – DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

DADOS DA OBRA:

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO (DIR)
Carvalho, Heloisa Silva de; Cunha Neto, Jorge Silvino da
São Paulo: FTD,
2017

INSTRUMENTO 1 – QUESTÕES GERAIS PARA ANÁLISE (PNLD)

1ª Categoria: identificação do livro/ estruturação gráfica (autor, editora, ano de publicação, ano escolar)

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

ITEM	CONSIDERAÇÕES
1.29Leiturabilidade	RA
1.30Qualidade dos conceitos apresentados no texto	RA
1.31Adequação da linguagem ao perfil do leitor	RA
1.32Legibilidade e visualização das ilustrações	RA
1.33Ilustrações corretas e atualizadas, voltadas a compreensão	RA
1.34Informações atualizadas e localizadas corretamente	RA
1.35Apresentação de glossário e de leituras complementares	MPSA

2ª Categoria: Conteúdo (Coerência teórico-metodológica no conteúdo, ausência de erros conceituais, exercícios e nas atividades propostas)

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Identifica os campos da disciplina	RA
Campo que recebe maior e menor ênfase,	MPSA
Articulação entre campos	MPSA
Coerência entre a ênfase dos conteúdos com a série a que se destina	RA
Adequação dos conteúdos	RA
Contribui para a cidadania	RA
Expressa preconceito	I
Expressa doutrinação	I
Expressa publicidade	I
Relaciona os conteúdos com as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes	RA

3ª Categoria: Exercícios

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Linguagem é clara e objetiva,	RA
Abordagem dos exercícios,	RA
Atividades relacionadas a outros componentes curriculares	MPSA
Iniciação de outros recursos didáticos	RA
Texto das explicações é acessível para os alunos	RA
Atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições	RA
Estão coerentes com o conteúdo	RA
Focalizam situações que valorizem os diferentes pontos de vista	RA
Enunciados apresentados de forma clara	RA
Apresenta exercícios com conteúdos irrelevantes e com pouca exigência	RA
Favorecem a formação do pensamento (reflexão)	RA
Estimulam a observação	MPSA
Estimulam a investigação	MPSA
Estimulam a análise	MPSA
Estimulam a síntese	MPSA

Estimulam a generalização	MPSA
---------------------------	------

4ª Categoria: Manual do professor

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Contribui o suficiente para um melhor uso do material	RA
Explicita os pressupostos teóricos-metodológicos em que se baseiam	RA
Descreve a organização interna da obra e orienta o docente em relação ao seu manejo	RA
Metodologia emprega a memorização e aprendizagem mecânica de conteúdos	RA
Indica e discute, no caso de exercícios e atividades, as respostas esperadas	RA
Propõe atividades que tragam risco aos alunos e professores	I
Orienta para a articulação dos conteúdos com outras áreas do conhecimento	I
É constituído e acrescido por textos, atividades e propostas em relação ao livro do aluno	I

5ª Categoria: Princípios Éticos e a Educação para Cidadania

Atende ao disposto nas Leis:

- 9.795/99 Meio Ambiente
- 10.639/03 História e Cultura Afro
- 11.645/08 História e Cultura dos Povos Indígenas
- 13.381/01 História do Paraná

ITEM	CONSIDERAÇÕES
Incentiva o consumo de produtos (publicidade de artigos, serviços ou organizações comerciais)	I
Utiliza o material como veículo de publicidade e difusão de marcas	I
Faz doutrinação religiosa ou política	MPSA
Veicula idéias que promova desrespeito ao meio ambiente	I
Veicula proposta de ensino conforme um contexto real	I
Veicula proposta de ensino de relevância social	I
Veicula proposta de ensino rica conceitualmente para os entendimentos das explicações científicas	MPSA

INSTRUMENTO 2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS TEOLOGIA

RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I - inexistente

P1 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA E TEMOR DIANTE DA VIDA	P1.1 - RESPEITO AO DIREITO DE TODA E QUALQUER PESSOA À VIDA	RA
	P1.2 - INTEGRIDADE FÍSICA, VEDADA A TORTURA; DISCRIMINAÇÃO QUALQUER QUE SEJA O MOTIVO; PROCEDIMENTOS DE PURIFICAÇÃO, EXÍLIO OU ANIQUILAMENTO	RA
	P1.3 - LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE OBSERVADOS OS DIREITOS DOS DEMAIS	
	P1.4 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA NÃO VIOLENTA, ORIENTANDO O DESARMAMENTO E A PROMOÇÃO DE DIÁLOGO	RA
	P1.5 - CULTURA DE NÃO VIOLÊNCIA ENsinADA AOS JOVENS	RA
	P1.6 - PREOCUPAÇÃO COM OS DEMAIS SERES DA NATUREZA	RA
	P1.7 – TOLERÂNCIA E RESPEITO DEMAIS POVOS RAÇAS E RELIGIÕES MUNDIAIS	RA
P2 - CULTURA DE SOLIDARIEDADE E ORDEM ECONÔMICA JUSTA	P2.1 - AÇÃO JUSTA E HONESTA, COM PREOCUPAÇÃO DO SOCIAL, COMBATENDO À POBREZA EXTREMA	RA
	P2.2 - RESPEITO AS CARÊNCIAS DA SOCIEDADE E DA TERRA NO USO DAS SUAS POSSES	RA
	P2.3 - CORRELAÇÃO PROPRIEDADE E OBRIGAÇÕES (SERVIR AO BEM COMUM)	MPSA
	P2.4 - SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA ENDIVIDAMENTO E POBREZA	MPSA
	P2.5 - QUESTIONAMENTO A RESPEITO DE CONSUMO (NECESSÁRIO X DESENFREADO)	MPSA
	P2.6 - PODER POLÍTICO E ECONÔMICO A SERVIÇO DO SER HUMANO	MPSA
	P2.7 - RESPEITO E CONCILIAÇÃO MUTUOS EM DISPUTA DE PODER	MPSA
P3 - CULTURA	P3.1 - COMPROMISSO COM A VERACIDADE / COMBATE A INVERDADE	MPSA

	P3.2 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	MPSA
	P3.3 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE NA ARTE, LITERATURA, NA CIÊNCIA	MPSA
	P3.4 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE PARA POLÍTICOS E PARTIDOS QUE INTENCIONALMENTE BUSCAM DIZER A VERDADE AO POVO	I
	P3.5 - PROPAGAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERACIDADE, OBJETIVIDADE E HONESTIDADE REPRESENTANTES DE RELIGIÃO, QUE APREGOAM E LEGITIMAM A PROMOÇÃO DA PAZ	RA
	P3.6 – JOVENS NO CULTIVO DA VELOCIDADE EM PENSAMENTO, FALA E AÇÃO	RA
	P3.7 - ADOÇÃO DE POSTURA QUE FAZ VALER A VERDADE (EM SUBSTITUIÇÃO À ARBITRARIEDADE)	RA
	P3.8 - CULTIVAR O ESPÍRITO DA VERACIDADE NAS REDES DE RELAÇÕES COTIDIANAS	RA
	P3.9 - REITERAR A VERDADE, INCORRUPÍVEL, SERVINDO-A COM CONFIANÇA E CONSTÂNCIA	RA

P4 - CULTURA DE IGUALDADE DE DIREITOS E COMPANHEIRISMO ENTRE HOMENS E MULHERES	P4.1 - RESPEITO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO COMBATENDO A VISÃO DE OBJETO DE SEXUALIDADE OU DEPENDÊNCIA SEXUAL	I
	P4.2 - CONDENAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	I
	P4.3 - CONSCIÊNCIA COM RELAÇÃO À SEXUALIDADE COMO FORÇA POSITIVA, CONSTRUTORA E FORMADORA	I
	P4.4 - SEXUALIDADE LIGADA A RELAÇÃO AMOROSA VIVIDA COM COMPANHEIRISMO	I
	P4.5 - RECONHECIMENTO DA RENUNCIA VOLUNTÁRIA COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE E PLENIFICAÇÃO DE SENTIDO	I
	P4.6 - AFIRMAÇÃO DE DEFESA DOS DEVERES DA FAMÍLIA DE APOIO MÚTUO, DIGNIDADE, COM RELACIONAMENTO SUSTENTADO PELA RESPEITO, RECONHECIMENTO E CUIDADO MÚTUO	I
	P4.7 - CULTIVO DO RESPEITO COMPREENSÃO E COMPANHEIRISMO NAS RELAÇÕES PESSOAIS E FAMILIARES	RA
	P4.8 - RESPEITO MÚTUO TOLERÂNCIA CONCILIAÇÃO E AMOR EM SUBSTITUIÇÃO DE FORMAS DE DESEJO SEXUAL POSSESSIVO OU ABUSO SEXUAL	I
	P4.9 - RESPONSABILIDADE SOBRE AÇÕES OU OMISSÕES NO SENTIDO DE CONSTRUIR DIGNIDADE INTOCÁVEL E DIREITOS INALIENÁVEIS.	MPSA
	P4.10 - RESPONSABILIDADE ÉTICA PARA CLASSES PROFISSIONAIS (MÉDICOS, CIENTISTAS, COMERCIANTES, JORNALISTAS, POLÍTICOS, ETC.) QUE ELABOREM CÓDIGOS DE ÉTICA QUE FORNEÇAM DIRETRIZES CONCRETAS PARA QUESTÕES DE SEU MEIO PROFISSIONAL	I
	P4.11 COMUNIDADES DE FÉ FORMULEM SUA ÉTICA ESPECÍFICA COM RELAÇÃO AO SENTIDO DA VIDA E DA MORTE, E OUTRAS QUESTÕES FUNDANTES	RA

(RA - ricos e/ou apropriados; MPSA - Mediano / pode ser ampliado; LR - limitado ou restrito; I – inexistente)

MEMORIAL DESCRITIVO

A Coleção Diálogo Inter-religioso – Ensino Fundamental, de autoria de Heloisa Carvalho e Jorge da Cunha Neto (2017), foi publicada pela Editora FTD, e se destina aos estudantes do 1ª ao 9º ano do Ensino Fundamental. É orientada para o trabalho com o fenômeno religioso e religiosidade em diversas culturas, sendo esses os pressupostos básicos do trabalho. O material busca instrumentalizar que “os estudantes possam articular esse conhecimento à experiência pessoal de transcendência” (CARVALHO; CUNHA, 2017, p. 5).

O objetivo da coleção é instigar as crianças e adolescentes a realizarem um processo de conhecimento que colabore para uma relação dialógica e dialética com a alteridade e a diversidade. Os objetivos são apresentados somente para o docente, nas orientações e sugestões para o desenvolvimento dos módulos (2017, 2ª parte, p. 30).

Foram analisados o livro do aluno e as orientações ao docente no Manual do Professor, além do encarte do material do estudante. O livro é composto por três módulos e subdividido em três capítulos, mais um caderno de atividades, ao final, que reúne atividades e material destacável de utilização ao longo do ano/livro. Além disso, ao final do volume há 46 páginas no Manual do Professor que se destina a enriquecer e aprimorar a prática docente, apresentando instruções quanto à condução dos trabalhos com o material. Ao final do Manual do Professor são encontradas sugestões de leitura e a bibliografia utilizada.

Cada capítulo tem dupla divisão. Seções nas quais constam: novos horizontes (problematização), construindo saberes (conteúdo a respeito das tradições religiosas), arte que encanta (diferentes expressões de diferentes épocas), os povos e o sagrado (diferentes textos de tradições religiosas), outros olhares (estabelecimento de relação entre saberes), teia do conhecimento (inter-relação com outras disciplinas, reflexão, compreensão, caráter lúdico, diferentes recursos – visuais e literários).

Sua organicidade conta com boxes que ampliam e potencializam a aprendizagem e o diálogo. São eles: Saiba mais, Biografia, Conectado, Diálogos, Para ler, Para assistir, Para acessar, Para ouvir, Para visitar e O que aprendi (atribui significado ao aprendido), que parece constar junto às seções, mas que tem funcionalidade similar aos boxes.

O primeiro módulo trata prioritariamente do tema festas (festas de família), englobando experiências, ritos e festas, tanto de aspectos religiosos, quanto circunscritos à vida cotidiana dos estudantes.

O módulo dois traz histórias de família como disparadoras, sendo desdobradas em religião familiar e algumas histórias sagradas das religiões. Depois, aborda a respeito de objetos e símbolos sagrados, e encerra apresentando espaços religiosos e não religiosos, com significados e características físicas dos templos.

O terceiro módulo propõe conviver com as diferenças. Como o próprio título propõe: o respeito ao outro, a importância da religião, as possibilidades do convívio

entre diferentes e a ética do cuidado e da fé são colocados como força motriz, além de destacar a amorosidade divina.

A abertura do livro traz uma prece do povo Mapuche (p. 5) e a ilustração de um aniversário, o que concomitantemente convida a criança pela temática ricamente ilustrada e a sensibiliza para outras formas de crer. Em seguida sete personagens apresentam, brevemente, os conhecimentos religiosos de suas próprias tradições religiosas. Personagens que acompanharão o estudante ao longo dos livros da coleção, havendo outros que serão inseridos no decorrer dos anos escolares. A orientação dos autores (em nota ao professor) é que “as tradições religiosas exploradas no decorrer da coleção estão presentes em todos os estados brasileiros”, sendo esse um dos critérios para a escolha.

Na abertura de cada capítulo são apresentados pensamentos cristãos, indígenas e outros isentos de religiosidade, como por exemplo, um trecho dos direitos universais dos jovens e das crianças (FTD) e um trecho da música de Arnaldo Antunes (BMG), o que pode oportunizar a inserção da criança atea ou agnóstica.

Na abertura de cada capítulo, diferentes situações são apresentadas, e se conectam à temática abordada e aos objetivos (orientados aos docentes), dando pistas dos valores que abordará. São usados os personagens, em diferentes situações, que foram caracterizados com relação à etnia/religião no início da obra.

São apresentados os personagens de sete vertentes religiosas existentes, todas com pertença religiosa ou crença, não há uma criança que se conecte ao ateísmo ou agnosticismo. É perceptível a ênfase dada para a religião cristã católica romana em citações e ilustrações, que tratam de expressões religiosas (ritos, locais, textos ou outro) ou personalidades (deidade ou pessoa).

O critério de seleção das religiões apresentadas, de acordo com os autores, é uma opção “por trabalhar com as religiões que estão mais próximas da realidade dos estudantes e suas famílias”, o que é chamado de proximidade afetiva, que “colabora para um conhecimento com sentido”, tornando possível aos estudantes “seus saberes prévios e suas hipóteses em relação ao fenômeno religioso e à religiosidade presente no contexto em que estão inseridos”, de acordo com os autores (CARVALHO; CUNHA, 2017, Manual do Professor, 7).

As religiões são apresentadas com ênfase ao Cristianismo Católico Romano, e em proporção similar, os conteúdos sobre religiões afro-brasileiras (Candomblé) e

indígenas, tendo sido escolhido abordar a etnia Guarani, pela proximidade de sujeitos, grupos não indígenas e também das suas comunidades dos grandes centros.

Em menor proporção que as outras religiões, é perceptível a possibilidade de auto-reconhecimento das crianças oriundas de famílias ateias. Está indicado que uma personagem, representando indivíduos sem credo religioso, será inserida ao longo da coleção, o que confirma a preocupação dos autores com a temática.

Com os referenciais teóricos de Paulo Freire (1921-1997), Antoni Zabala e Jacques Delors (1925) a coleção foi estruturada em uma visão multirreferencial do fenômeno Religioso. O método dialógico (Freire) e o enfoque globalizador (Zabala) são apresentados em face da contribuição ao fazer no ER, e complementado pelos quatro pilares descritos por Delors (1998), cancelados pela ONU em documento específico para a educação, que apresenta as quatro aprendizagens ou pilares do conhecimento: aprender a conhecer – conteúdo factual e conceitual; aprender a fazer – conteúdo procedimental; aprender a conviver e aprender a ser – conteúdos atitudinais.

De forma que reorienta o processo de ensino-aprendizagem, os autores indicam que a avaliação deve ser multiforme, com foco nas competências conceituais (significados), linguísticas (interpretação e leitura), e atitudinais (ouvir e respeitar). Enquanto instrumentos de avaliação, são descritas três possibilidades: autoavaliação, entre pares e portfólio, para registrar as etapas dos trabalhos e o desenvolvimento deles.

Destaca-se nesse material, a preocupação em atender aos estudantes de origem atea, com explicações não religiosas no material. Além disso, o Meio Ambiente é uma temática recorrente, expressando preocupação com essa dimensão da vida na Terra.

A avaliação a respeito do primeiro preceito, estabelecida pelo instrumento, conforme abaixo, de forma plena recebeu, para os cinco subpreceitos, o conceito “ricos e/ou apropriados (RA)”. Dois aspectos que merecem reflexão são a resolução de conflito de forma não violenta (P1.4) e, no caso do 1º ano do Ensino Fundamental, promovendo o diálogo e explicitar a vedação a qualquer tipo de tortura (P1.2).

Com relação ao segundo preceito, que trata da solidariedade e ordem econômica justa, o material analisado demonstra possibilidade de ampliação. Somente nos quesitos 2.1 - respeito as carências da sociedade e da Terra no uso das suas posses; respeito e 2.7 - respeito e conciliação mútuos em disputa de poder, é

que houve aferição de conteúdo Rico ou Apropriado. Assim, os itens: P2.1 - ação justa e honesta, com preocupação do social, combatendo à pobreza extrema; P2.2 - respeito às carências da sociedade e da Terra no uso das suas posses; P2.3 - correlação propriedade e obrigações (servir ao bem comum); P2.4 - solução sustentável para endividamento e pobreza; P2.5 - questionamento a respeito de consumo (necessário x desenfreado); e P2.6 - poder político e econômico a serviço do ser humano podem ser ampliados, sendo considerados atendidos de forma mediana.

Tendo em vista a faixa etária, cognitiva e de desenvolvimento em que se encontra a criança do 1º ano do Ensino Fundamental, é possível concluir que, com relação à P3 - Cultura de Tolerância e Vida de Veracidade/Autenticidade, pode o material ter um aprofundamento, tendo em vista que somente na dimensão compromisso com a veracidade/combate a inverdade (3.1) ele recebeu classificação de rico ou apropriado (RA).

Em se tratando da Cultura de Igualdade de Direitos e Companheirismo entre Homens e Mulheres (preceito 4), foi considerado mediano o tratamento das seguintes questões, prevendo a possibilidade de ampliar o tratamento das questões relacionadas ao respeito em relação ao companheiro combatendo a visão de objeto de sexualidade ou dependência sexual; condenação da exploração sexual e da discriminação de gênero; consciência com relação à sexualidade como força positiva, construtora e formadora; sexualidade ligada a relação amorosa vivida com companheirismo. Contudo, é indicado sensibilidade com relação a essa temática tendo em vista a idade das crianças a que se destina o livro/ano escolar.

Não foram observados, e por isso considerados inexistentes, os conteúdos relativos ao respeito em relação ao companheiro combatendo a visão de objeto de sexualidade ou dependência sexual; condenação da exploração sexual e da discriminação de gênero; consciência com relação à sexualidade como força positiva, construtora e formadora; sexualidade ligada a relação amorosa vivida com companheirismo; reconhecimento da renúncia voluntária como expressão de identidade e plenificação de sentido; afirmação de defesa dos deveres da família de apoio mútuo, dignidade, com relacionamento sustentado pela respeito, reconhecimento e cuidado mútuo.

Ainda assim, temas como respeito, tolerância, e conciliação constam no material, expressos por conteúdos que demonstram que comunidades de fé formulam

ética específica com relação ao sentido da vida e da morte. Observa-se que há intenção em tratar sobre o cultivo do respeito, da compreensão e do companheirismo nas relações pessoais e familiares, e que comunidades de fé formulem sua ética específica com relação ao sentido da vida e da morte, e outras questões fundantes. Também podem ser ampliadas as responsabilidades sobre ações ou omissões no sentido de construir dignidade intocável e direitos inalienáveis.

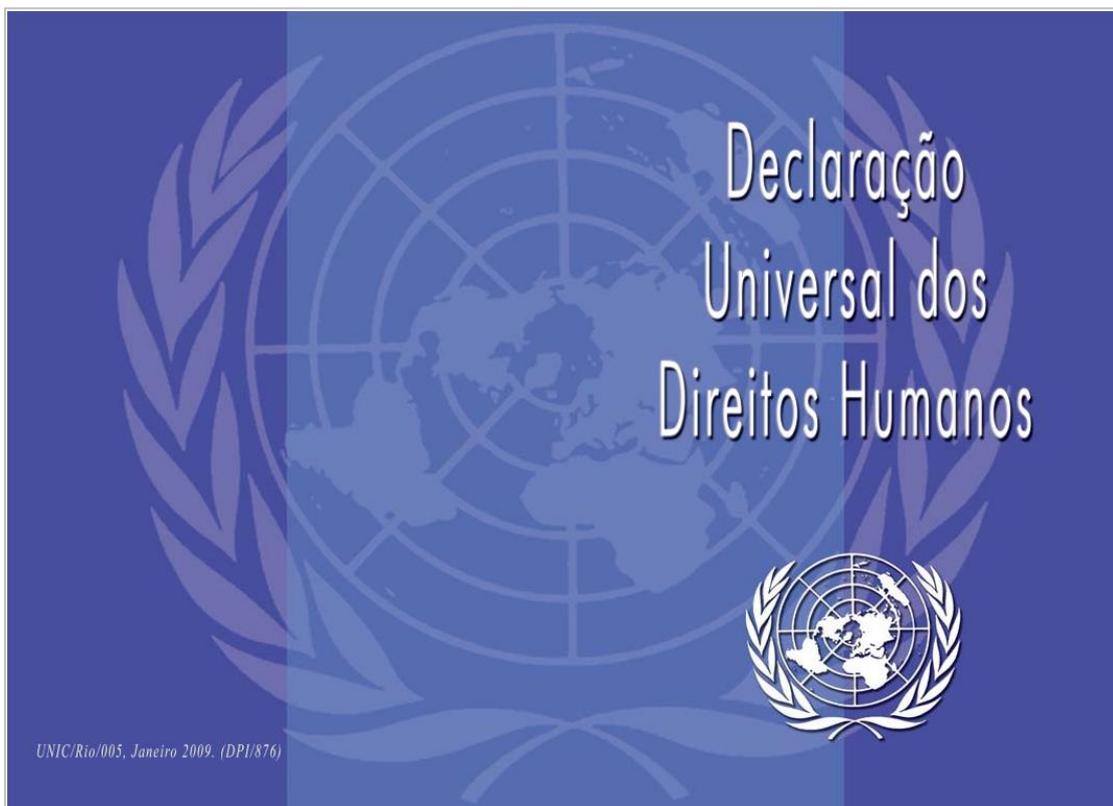
De maneira geral, metade dos subpreceitos receberam a avaliação de ricos e apropriados, e a porção restante se dividiu entre possíveis de ampliação e inexistentes. Em nove questões avaliadas como inexistentes, sete tem potencial de melhor abordagem ou no Ensino Fundamental, pela relação entre os conteúdos propostos na área de Ciências, na BNCC.

Na construção do livro há um destaque com relação a abordagem positiva ao modo de viver ateu, como uma segunda via existente, distante das explicações religiosas para os atos cotidianos.

O material analisado apresenta e aborda preocupação com o meio ambiente, perpassando toda a obra – o que pode se configurar em aspecto positivo tanto para uma coexistência pacífica, quanto para a manutenção da vida no planeta.

No material é apresentada a regra de ouro (2017, p. 69) de duas formas diferentes. A primeira dirigida aos estudantes, de forma simplificada, na fala da personagem cristã, e depois em uma nota ao docente que, junto com outras instruções, relembra a importância da reciprocidade nas relações, princípio amplamente defendido por Hans Küng.

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS



Estes são os direitos de:

Atribuídos em:

Enunciados pela Organização das Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos cujo texto, na íntegra, pode ser lido a seguir. Logo após, a Assembleia Geral solicitou a todos os Países - Membros que publicassem o texto da Declaração "para que ele fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados."

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</p> <p style="text-align: center;">Preâmbulo</p> <p>Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,</p> <p>Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,</p> <p>Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,</p> <p>2</p>	<p>Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,</p> <p>Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,</p> <p>Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,</p> <p>Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, Agora portanto</p> <p>3</p>
---	--

<p style="text-align: center;">A ASSEMBLÉIA GERAL</p> <p style="text-align: center;">proclama</p> <p style="text-align: center;">A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</p> <p>como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.</p> <p>Artigo I</p> <p>Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.</p>	<p>Artigo II</p> <p>1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.</p> <p>2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.</p> <p>Artigo III</p> <p>Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.</p> <p>Artigo IV</p> <p>Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.</p> <p>5</p>
--	--

<p><u>Artigo V</u> Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.</p> <p><u>Artigo VI</u> Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.</p> <p><u>Artigo VII</u> Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.</p> <p><u>Artigo VIII</u> Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.</p> <p>6</p>	<p><u>Artigo IX</u> Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.</p> <p><u>Artigo X</u> Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.</p> <p><u>Artigo XI</u> 1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta</p> <p>7</p>
--	---

<p>pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.</p> <p><u>Artigo XII</u> Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.</p> <p><u>Artigo XIII</u> 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.</p> <p><u>Artigo XIV</u> 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.</p> <p>8</p>	<p>2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.</p> <p><u>Artigo XV</u> 1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.</p> <p><u>Artigo XVI</u> 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.</p> <p>9</p>
---	---

<p>3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.</p> <p><u>Artigo XVII</u></p> <p>1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.</p> <p>2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.</p> <p><u>Artigo XVIII</u></p> <p>Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.</p> <p><u>Artigo XIX</u></p> <p>Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e</p> <p>10</p>	<p>independentemente de fronteiras.</p> <p><u>Artigo XX</u></p> <p>1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.</p> <p>2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.</p> <p><u>Artigo XXI</u></p> <p>1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.</p> <p>2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.</p> <p>3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.</p> <p>11</p>
--	--

<p><u>Artigo XXII</u></p> <p>Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.</p> <p><u>Artigo XXIII</u></p> <p>1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.</p> <p>2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.</p> <p>3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.</p> <p>12</p>	<p>4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.</p> <p><u>Artigo XXIV</u></p> <p>Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.</p> <p><u>Artigo XXV</u></p> <p>1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.</p> <p>2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.</p> <p>13</p>
--	--

<p><u>Artigo XXVI</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. <p><u>Artigo XXVII</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Todo ser humano tem o direito de participar <p>14</p>	<p>livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor. <p><u>Artigo XXVIII</u></p> <p>Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.</p> <p><u>Artigo XXIX</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. 2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar <p>15</p>
--	--

<p>o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas. <p><u>Artigo XXX</u></p> <p>Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.</p> <p>16</p>	<p>UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009</p> <p>17</p>
---	---

ANEXO B - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DEVERES DO HOMEM



Declaração Universal dos Deveres do Homem

Setembro de 1997

Declaração Universal dos Deveres do Homem

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz em todo o mundo e implica obrigações ou deveres,

considerando que a insistência exclusiva nos direitos pode acarretar conflito, divisão e litígios intermináveis, e que o desrespeito dos deveres do homem pode levar à ilegalidade e ao caos,

considerando que a eficácia da lei e a promoção dos direitos humanos dependem da vontade de os homens e as mulheres agirem com justiça,

considerando que os problemas globais exigem soluções globais que só podem ser alcançadas mediante ideias, valores e normas respeitadas por todas as culturas e sociedades,

considerando que todas as pessoas, dentro dos limites dos seus melhores conhecimentos e capacidades, têm o dever de promover uma melhor ordem social, tanto no seu país, quanto internacionalmente, objectivo este que não pode ser alcançado somente mediante leis, regulamentações e convenções,

considerando que as aspirações humanas quanto ao progresso e ao desenvolvimento somente podem ser concretizadas mediante valores e padrões comumente acordados, que se apliquem a todas as pessoas e instituições em todas as épocas,

Nestes termos,

A Assembleia Geral

proclama esta Declaração Universal dos Deveres do Homem como norma comum para todos os povos e todas as nações, para que toda a pessoa e todo o órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, contribua para o progresso das comunidades e para o esclarecimento de todos os seus membros. Nós, os povos do mundo, renovamos e reforçamos assim os compromissos já proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, designadamente a plena aceitação da dignidade de todas as pessoas; a sua liberdade e igualdade inalienáveis, e a sua solidariedade mútua. A consciencialização e aceitação desses deveres será ensinada e promovida em todo o mundo.

Princípios Fundamentais para a Humanidade

Artigo 1º

Toda a pessoa, independentemente do género, origem étnica, estatuto social, opinião política, língua, idade, nacionalidade ou religião, **tem o dever de tratar todas as pessoas de maneira humana.**

Artigo 2º

Ninguém deve prestar apoio a qualquer forma de comportamento desumano, mas todos têm o dever de lutar pela dignidade e auto-estima de todos os demais.

Artigo 3º

Nenhuma pessoa, nenhum grupo ou organização, nenhum estado, nenhum exército ou polícia está acima do bem e do mal; todos estão sujeitos a padrões éticos. Todos têm o dever de promover o bem e de evitar o mal em todas as ocasiões.

Artigo 4º

Todas as pessoas, dotadas de razão e consciência, devem assumir os deveres para com todos, para com as famílias e comunidades, para com as raças, nações e religiões, com espírito de solidariedade: **Não faça aos outros o que (-) não deseja que lhe façam.**

Não-Violência e Respeito pela Vida

Artigo 5º

Todos têm o dever de **respeitar a vida**. Ninguém tem o direito de ferir, torturar ou matar outra pessoa humana. Isto não exclui o direito à legítima defesa dos indivíduos ou das comunidades.

Artigo 6º

Os litígios entre estados, grupos ou indivíduos devem ser resolvidos sem violência. Nenhum governo deve tolerar ou participar de actos de genocídio ou terrorismo, nem utilizar abusivamente mulheres, crianças ou quaisquer outros civis como instrumentos de guerra. Todo o cidadão e toda a autoridade pública têm o dever de agir de forma pacífica e não-violenta.

Artigo 7º

Toda pessoa é infinitamente preciosa e deve ser protegida incondicionalmente. Os animais e o meio ambiente natural também exigem proteção. Todas as pessoas têm o dever de proteger o ar, a água e o solo da terra para o bem dos habitantes actuais e das gerações futuras.

Justiça e Solidariedade

Artigo 8º

Todos têm o dever de comportar-se com **integridade, honestidade e equidade**. Nenhuma pessoa ou grupo devem roubar ou privar arbitrariamente qualquer outra pessoa ou grupo dos seus bens.

Artigo 9º

Todas as pessoas, dispondo dos meios necessários, têm o dever de fazer esforços reais no sentido de vencer a pobreza, a sub-nutrição, a ignorância e a desigualdade. Devem promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, com o fim de garantir a dignidade, a liberdade, a segurança e a justiça para todos.

Artigo 10

Todas as pessoas têm o dever de desenvolver os seus talentos mediante esforços diligentes; devem ter igualdade de acesso à educação e a trabalho digno. Todos devem prestar apoio aos necessitados, aos desfavorecidos, aos deficientes e às vítimas de discriminação.

Artigo 11

Todos os bens e todas as riquezas devem ser usados de forma responsável, de acordo com a justiça e para o progresso da raça humana. O poder político e económico não devem ser utilizados como um instrumento de dominação, mas sim ao serviço da justiça económica e da ordem social.

Verdade e Tolerância

Artigo 12

Todos têm o dever de **falar e agir com verdade**. Ninguém, por mais elevado ou poderoso que seja, deve mentir. O direito à privacidade e ao sigilo pessoal e profissional deve ser respeitado. Ninguém é obrigado a dizer toda a verdade, a todas as pessoas, o tempo todo.

Artigo 13

Nenhum político, funcionário público, gestor, cientista, escritor ou artista está isento de padrões éticos gerais; tampouco o estão os médicos, advogados e outros profissionais que têm deveres especiais para com os clientes. Os códigos profissionais e outros códigos de ética devem reflectir a prioridade de padrões gerais, como a verdade e a justiça.

Artigo 14

A liberdade dos meios de comunicação de informar o público e de criticar as instituições da sociedade e as iniciativas governamentais, que é essencial para uma sociedade justa, deve ser usada com responsabilidade e discrição. A liberdade dos “mídia” acarreta o dever especial de uma informação completa e verdadeira. O jornalismo sensacionalista que degrada a pessoa ou a dignidade humana deve ser evitado em todas as ocasiões.

Artigo 15

Embora a liberdade religiosa deva ser garantida, os representantes das religiões têm o dever especial de evitar manifestações de preconceito e actos de discriminação contra as pessoas de crenças diferentes. Não devem incitar ou legitimar o ódio, o fanatismo e as guerras religiosas, e sim promover a tolerância e o respeito mútuo entre todas as pessoas.

Respeito Mútuo e Parceria

Artigo 16

Todos os homens e todas as mulheres têm o dever de demonstrar respeito uns para com os outros e compreensão no seu relacionamento. Ninguém deve submeter outra pessoa a exploração ou dependência sexual. Pelo contrário, os parceiros sexuais têm o dever de cuidar do bem-estar mútuo.

Artigo 17

Em todas as suas variedades culturais e religiosas, o casamento requer amor, lealdade e compreensão, e deve procurar garantir a segurança e o apoio mútuo.

Artigo 18

O planeamento familiar responsável é um dever de todos os casais. O relacionamento entre os pais e os filhos deve reflectir o amor, o respeito, a valorização e a consideração mútuas. Nem os pais nem quaisquer outros adultos devem explorar, maltratar ou abusar de uma criança.

Conclusão

Artigo 19

Nada nesta Declaração pode ser interpretado como concedendo a qualquer estado, grupo ou pessoa o direito de se dedicarem a qualquer actividade ou a executarem qualquer acto que se traduza na negação de qualquer dos deveres, direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

*Tradução de Vanira Tavares
Serviço de Tradução
Secretaria de Informação e Documentação
Senado Federal, Brasil*

Revisão e adaptação de:
Alcides A. Gouveia
Comissão Nacional Justiça e Paz
Lisboa – Portugal



INTERACTION COUNCIL

Tokyo Secretariat
Address: 3-16-13-609 Roppongi, Minato-ku, Tokyo 106-0032, Japan
Tel: 81-3-5549-2950 Fax: 81-3-5549-2955
e-mail: interact@estate.ocn.ne.jp
website: <http://www.interactioncouncil.org>

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE ÉTICA MUNDIAL

Declaração de Ética Mundial

Parlamento das Religiões Mundiais
4 de setembro de 1993
Chicago, E. U. A.

Introdução

O texto ora intitulado “Introdução” foi redigido em Chicago por um comitê redacional do “Council” do Parlamento das Religiões Mundiais, com base na Declaração original, escrita em Tübingen e reproduzida a seguir sob o título “Princípios”. Esta “Introdução” pretendeu oferecer – para divulgação junto ao grande público – um resumo sucinto da Declaração.

O mundo agoniza. E sua agonia é tão pungente e aflitiva que nos sentimos desafiados a nomear suas formas de manifestação, de modo a evidenciar a gravidade de nossa preocupação.

A paz esquiva-se de nós – o planeta está sendo destruído – vizinhos convivem com medo – homens e mulheres são estranhos uns para os outros – crianças morrem!

Isso é abominável!

Condenamos a usurpação dos ecossistemas de nosso planeta. Condenamos a pobreza, que asfixia as chances de vida; a fome, que enfraquece o corpo humano; as desigualdades econômicas, que proliferam em nossas comunidades; e a morte insensata de crianças através da violência. Condenamos em especial a agressão e o ódio cultivados em nome da religião.

Essa agonia não precisa existir.

Ela não precisa existir, porque já se tem a base para uma ética.

Essa ética oferece a possibilidade de uma ordem individual e global melhor, afasta os seres humanos do desespero, e afasta as sociedades do caos.

Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e as práticas das religiões do mundo:

Afirmamos haver uma reserva de valores fundamentais em comum nas doutrinas das religiões, e que esses valores constituem a base para uma ética mundial.

Afirmamos que essa verdade já é conhecida, mas ainda precisa ser vivida em atos e nos corações.

Afirmamos haver uma norma irrefutável e incondicional para todos os campos da vida, para as famílias e comunidades, para as raças, nações e religiões. O comportamento humano já conta com linhas mestras muito antigas, que podem ser encontradas nas doutrinas das religiões mundiais e que são condição para uma ordem mundial duradoura.

Declaramos:

Todos dependemos uns dos outros. Cada um de nós depende do bom prosseguimento do todo. Por isso respeitamos a comunidade dos seres vivos, seres humanos, animais e plantas, e nos preocupamos com a conservação da Terra, do ar, da água e do solo.

Temos responsabilidade individual por tudo que fazemos. Todas as nossas decisões, ações e omissões têm conseqüências. Precisamos dar aos outros o tratamento que deles queremos receber. Obrigamo-nos a respeitar a vida e a dignidade, a individualidade e a diferença, de modo que cada pessoa seja tratada humanamente – e sem exceção. Precisamos cultivar paciência e aceitação. Precisamos ser capazes de perdoar, à medida que aprendemos com o passado, mas jamais permitir que permaneçamos prisioneiros de lembranças de ódio. À medida que abrimos nossos corações uns aos outros, precisamos sepultar nossas controvérsias mesquinhas, em favor da causa de uma comunidade mundial, e praticar assim uma cultura da solidariedade e da aliança recíproca. Consideramos a humanidade como nossa família. É preciso que almejemos ser amigáveis e generosos. Não podemos viver apenas em favor de nós mesmos, e, mais que isso, precisamos servir aos outros e jamais esquecer as crianças, os idosos, os pobres, os sofredores, os deficientes, os fugitivos e os solitários. Seja como for, jamais alguém deverá ser explorado ou tratado como cidadão de segunda classe. Deverá haver uma relação de companheirismo entre homem e mulher, com igualdade de direitos. Jamais devemos praticar qualquer forma de imoralidade sexual. Devemos deixar para trás todas as formas de dominação ou de abuso. Comprometemo-nos com uma cultura da não-violência, do respeito, da justiça e da paz. Não exploraremos, não lesaremos, não torturaremos, nem jamais mataremos qualquer ser humano, e renunciaremos à violência como meio para a solução de diferenças. Precisamos ansiar por uma ordem social e econômica justa, em que cada pessoa tenha a mesma chance de fazer frutificar todas as suas possibilidades como ser humano. Precisamos falar e agir com veracidade e com simpatia, de modo a tratar todas as pessoas com honestidade e evitar preconceitos e ódio. Não nos permitimos roubar. Mais que isso, devemos suplantar o domínio da ânsia por poder, prestígio, dinheiro e consumo, a fim de concebermos um mundo justo e pacífico.

A Terra não pode ser modificada para melhor sem que primeiro a consciência dos indivíduos se modifique. Prometemos ampliar nossas capacidades de perceber a realidade, à medida que disciplinarmos nosso espírito através da meditação, da oração e do pensamento positivo. Sem riscos e sem prontidão para o sacrifício não pode ocorrer nenhuma mudança fundamental em nossa situação. Por isso nos comprometemos com essa ética mundial, com a compreensão mútua, e com formas de vida compatíveis com as dinâmicas sociais, promotoras da paz e benéficas à natureza. Convidamos todos os seres humanos, religiosos ou não, a fazer o mesmo.

OS PRINCÍPIOS DE UMA ÉTICA MUNDIAL

Nosso mundo atravessa uma *crise fundamental*: uma crise da economia mundial, da ecologia mundial, da política mundial. Por todo lugar lamentam-se a ausência de uma visão ampla, o acúmulo de problemas irresolvidos, a inação política, a condução política meramente mediana, que não chega a ser clarividente ou previdente o bastante, e ainda, de forma geral, a pouca sensibilidade para o bem-comum. Há muitas respostas velhas para desafios novos. Centenas de milhões de seres humanos em nosso planeta sofrem cada vez mais sob o peso do desemprego, da pobreza, da fome e da destruição das famílias. A esperança por uma paz duradoura entre os povos volta a titubear. Tensões entre as raças e as gerações assumiram dimensões assustadoras. Crianças morrem, matam e são mortas. Cresce o número de estados abalados por casos de corrupção na política e na economia. A convivência pacífica em nossas cidades torna-se sempre mais difícil, diante dos conflitos sociais, raciais e étnicos, diante do abuso de drogas, do crime organizado, da anarquia. Até mesmo vizinhos freqüentemente convivem com medo. Nosso planeta, hoje como ontem, continua sendo saqueado sem a mínima consideração. Cresce a ameaça de um colapso dos ecossistemas.

Reiteradas vezes, e em diversos lugares deste mundo, observamos que líderes e adeptos de *religiões* instigam à agressão, ao fanatismo, ao ódio e à xenofobia; e inspiram e legitimam até mesmo confrontos sangrentos e marcados pela violência. Usurpa-se a religião para fins meramente voltados à conquista do poder político, até o extremo da guerra. Isso nos causa grande repugnância.

Condenamos todos esses desenvolvimentos e declaramos que isso não tem que ser assim. Já existe uma ética capaz de oferecer orientação diversa à desses desdobramentos globais funestos. Embora essa ética não ofereça soluções diretas para todos os imensos problemas mundiais, oferece a base moral para uma ordem individual e global melhor: uma *visão* capaz de afastar homens e mulheres do desespero, e as sociedades, do caos.

Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões, capaz de constituir a base para uma ética mundial: um *consenso fundamental* mínimo, no que diz respeito a *valores* obrigatórios, *parâmetros* inamovíveis e *atitudes* morais básicas.

I. Não há nova ordem mundial sem uma ética mundial

Nós, homens e mulheres provenientes de diversas religiões e regiões deste planeta, dirigimo-nos portanto a todos os seres humanos, religiosos ou não-religiosos. Queremos expressar a convicção que partilhamos:

- *Todos nós somos responsáveis por uma ordem mundial melhor.*

- Nosso posicionamento em favor dos direitos humanos, da liberdade, justiça, paz e preservação da Terra dá-se de modo incondicional.
- Nossas tradições religiosas e culturais diversas não nos devem impedir de assumir um posicionamento ativo e comum contra todas as formas de desumanidade e em favor de mais humanidade.
- Os princípios manifestados nesta Declaração podem ser assumidos por todos os seres humanos que sustentem convicções éticas, sejam elas de fundamento religioso ou não.
- Nós, no entanto, como *pessoas religiosas ou de orientação espiritual* – que fundamentam suas vidas sobre uma realidade última, da qual retiram força e esperança espiritual em uma atitude de confiança, de oração ou meditação, em palavras ou pelo silêncio –, estamos especialmente comprometidos com o bem da humanidade como um todo, e preocupados com o planeta Terra. Não nos consideramos melhores que outras pessoas, mas temos confiança em que a sabedoria milenar de nossas religiões seja capaz de apontar caminhos, também para o futuro.

Depois de duas guerras mundiais e após o fim da Guerra Fria, depois do colapso do fascismo e do nazismo e após o abalo do comunismo e do colonialismo, a humanidade entrou em uma nova fase de sua história. A humanidade, hoje em dia, disporia de recursos econômicos, culturais e espirituais suficientes para dar início a uma ordem mundial melhor. Contudo, *antigas tensões étnicas, nacionais, sociais, econômicas e religiosas* ameaçam a construção pacífica de um mundo melhor. Nossa época, é bem verdade, experimentou avanços científicos e técnicos maiores do que nunca. Ainda assim, estamos diante do fato de que no mundo todo não diminuíram a pobreza, a fome, a mortalidade infantil, o desemprego, a miserabilização e a destruição da natureza; na verdade, esses problemas aumentaram. Muitos povos estão ameaçados pela ruína econômica, pela degradação social, pela marginalização política, pela catástrofe ecológica, pelo colapso nacional.

Em uma situação mundial tão dramática, a humanidade não precisa apenas de programas e ações políticas. Ela precisa também de uma *visão de convivência pacífica dos povos*, dos agrupamentos étnicos e éticos e das religiões, sob uma atitude de co-responsabilidade partilhada em relação ao planeta Terra. Uma tal visão baseia-se em esperanças, em objetivos, ideais e parâmetros. Todas essas coisas, no entanto, foram subtraídas a muitas pessoas no mundo todo. Mesmo assim, estamos convictos de que cabe justamente às religiões – apesar de todo o mau uso que se fez delas, e de seus freqüentes fracassos históricos – sustentar a responsabilidade de manter vivas essas esperanças, objetivos, ideais e parâmetros. Isso vale de modo especial para os Estados modernos: as garantias de liberdade religiosa e de consciência são necessárias, mas não substituem valores obrigatórios, convicções e normas válidas para

todos os seres humanos, seja qual for sua origem social, seu sexo, cor, língua ou religião.

Estamos profundamente convencidos da unidade fundamental da família humana sobre nosso planeta Terra. Por isso trazemos à memória a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948. O que ela proclamou solenemente no plano do *Direito* queremos confirmar e aprofundar aqui no plano da *Ética*: a realização plena da indisponibilidade da pessoa humana, da liberdade inalienável, da igualdade de todas as pessoas, assumida como princípio, e da necessária solidariedade e dependência recíproca de todas as pessoas, umas em relação às outras.

Com base em experiências de vida pessoais e com base na história de nosso planeta, plena de misérias, aprendemos

- que com leis, prescrições e convenções, por si sós, não se pode criar uma ordem mundial melhor, nem muito menos estabelecê-la;
- que a concretização da paz, da justiça e da preservação da Terra depende da clarividência dos seres humanos e de sua disposição para validar o Direito;
- que o engajamento em favor do Direito e da liberdade pressupõe a consciência em relação à responsabilidade e aos deveres, e que é preciso dirigir-se, portanto, aos corações e mentes das pessoas;
- que o Direito sem ética não perdura ao longo do tempo, e que portanto não haverá uma nova ordem mundial sem uma ética mundial.

Ética mundial não subentende aqui uma nova ideologia mundial, nem tampouco uma religião mundial única para além de todas as religiões, nem muito menos o domínio de uma religião sobre todas as outras. Com uma ética mundial temos em mente um consenso fundamental quanto a *valores obrigatórios vigentes, parâmetros inamovíveis e atitudes pessoais básicas*. Sem um consenso fundamental na ética, cedo ou tarde toda comunidade vê-se ameaçada pelo caos ou por uma ditadura, e as pessoas, como indivíduos, perderão a esperança.

II. O desafio básico: todo ser humano tem que ser tratado de forma humana

Somos todos pessoas falíveis e incompletas, com limitações e defeitos. Estamos cientes da realidade do mal. Justamente por isso, e em virtude do bem da humanidade, sentimo-nos comprometidos a expressar o que deveriam ser os elementos básicos de uma ética comum à humanidade – tanto para os indivíduos quanto para as comunidades e organizações, tanto para os Estados quanto para as religiões. Pois temos confiança: nossas tradições éticas e religiosas contêm *elementos éticos* o bastante, *claros e vivíveis para todas as pessoas de boa vontade*, religiosas ou não-religiosas.

Assim, estamos cientes de que nossas várias tradições religiosas e éticas fundamentam de forma muitas vezes diversa o que é benéfico ou prejudicial ao homem, o que é certo e errado, o que é bom e mau.

Não queremos obscurecer ou ignorar as diferenças profundas existentes entre cada uma das religiões. Mas tais diferenças não nos devem impedir de proclamar publicamente o que já temos em comum, nem as coisas com que já nos sentimos coletivamente comprometidos, com base nos respectivos fundamentos religiosos e éticos.

Estamos cientes de que as religiões não podem resolver os problemas ecológicos, econômicos, políticos e sociais desta Terra. É provável, porém, que elas possam alcançar o que planos econômicos, programas políticos ou regramentos jurídicos não podem alcançar por si sós: a atitude interior, a mentalidade como um todo, modificar justamente o “coração” da pessoa e mobilizá-la à “conversão”, ao abandono de um caminho errado para uma nova postura diante da vida. A humanidade certamente carece de reformas sociais e ecológicas, mas carece igualmente de renovação espiritual. Nós, como pessoas de orientação religiosa ou espiritual, queremos comprometer-nos de maneira especial com essa renovação – cientes de que as forças espirituais das religiões são capazes de proporcionar às pessoas, ao longo de suas vidas, uma confiança fundamental, um horizonte de sentido, parâmetros últimos e uma pátria espiritual. Por certo, as religiões só têm credibilidade para fazer tal coisa quando elas próprias suplantam os conflitos a que dão origem, quando superam reciprocamente a superioridade, a desconfiança, os preconceitos e imagens de hostilidade, e quando devotam respeito às tradições, aos santuários, festas e ritos das pessoas de credos diferentes. Todos sabemos: em toda parte no mundo, hoje como ontem, seres humanos são tratados de forma desumana. São privados de suas chances de vida e de sua liberdade, seus direitos humanos são pisoteados, desconsidera-se sua dignidade humana. Mas poder não é o mesmo que Direito! Em face de toda desumanidade, nossas convicções religiosas e éticas exigem: *todo ser humano tem que ser tratado de forma humana!*

Ou seja: todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social – é dotado de uma *dignidade intocável e inalienável*. Todos, portanto, tanto o Estado como o indivíduo, estão obrigados a respeitar essa dignidade e garantir-lhe defesa efetiva. Também na economia, na política e nos meios de comunicação, em institutos de pesquisa e em empreendimentos industriais, o ser humano deve ser sempre sujeito do Direito, e deve ser fim, jamais um mero meio, jamais um objeto de comercialização e industrialização. Ninguém está “além do bem e do mal”: nenhuma pessoa e nenhuma classe social, nenhum grupo de interesse, por mais influente que seja, e nenhum cartel de poder, nenhum aparato policial, nenhum exército e muito menos Estado algum. Ao contrário: todo ser humano, como ser dotado de razão e consciência moral, está obrigado a comportar-se de forma verdadeiramente

humana, e a não se comportar de forma desumana; está obrigado a *fazer o bem e não fazer o mal!*

Nossa Declaração pretende elucidar o que isso quer dizer de forma concreta. Com vistas a uma nova ordem mundial, queremos trazer à memória normas éticas inamovíveis e incondicionais. Elas não devem representar amarras ou grilhões para o ser humano, mas auxílio e apoio para que ele sempre possa reencontrar e concretizar um direcionamento para a vida, valores, posturas e sentido para ela. Há um princípio, a regra de ouro presente e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade: *não faze a outrem o que não queres que te façam a ti*. Ou, formulada de modo positivo: *faze aos outros o que queres que te façam também a ti!* Essa deveria ser a norma inamovível e incondicionada para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões.

Egoísmos de toda natureza são condenáveis – individuais ou coletivos, sob a forma de noções de classe, racismo, nacionalismo ou sexismo. Nós os condenamos, porque eles impedem a pessoa de ser verdadeiramente humana. Autodeterminação e auto-realização são inteiramente legítimas – desde que não se desvinculem da responsabilidade do ser humano por si mesmo e pelo mundo, da responsabilidade pelas demais pessoas e pelo planeta Terra. Esse princípio inclui parâmetros muito concretos, aos quais nós, seres humanos, nos devemos ater. Dele decorrem quatro linhas mestras muito antigas, presentes na maioria das grandes religiões deste mundo.

III. Quatro preceitos inamovíveis

1. Compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante da vida

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por ter uma vida determinada não pelo egoísmo, mas pelo engajamento em favor dos semelhantes e do mundo que compartilham com eles. Ainda assim, há no mundo de hoje muito ódio, inveja, ciúme e violência: não apenas entre as pessoas enquanto indivíduos, mas também entre grupos sociais e étnicos, entre classes e raças, nações e religiões. O uso de violência, a comercialização de drogas e o crime organizado, munidos muitas vezes dos mais avançados recursos técnicos, alcançaram dimensões globais. Em muitos lugares ainda se governa com um terror “vindo de cima”; ditadores violentam seus próprios povos, a violência institucional é bastante difundida. Mesmo em países onde existem leis de defesa das liberdades individuais, presos são torturados, pessoas são mutiladas, reféns, assassinados.

A. Das grandes tradições éticas e religiosas antigas, porém, acolhemos o preceito: *Não matarás!* Ou, formulado de maneira positiva: *Sente temor diante da vida!* Ora, recordemos uma vez mais as

conseqüências desse antigo preceito: toda pessoa tem direito à vida, integridade física e livre desenvolvimento da personalidade, desde que não fira os direitos de outras pessoas. Pessoa alguma tem direito de torturar outra, seja física ou psiquicamente, nem de ferir, nem muito menos de matar a outrem. E nenhum povo, nenhum Estado, nenhuma raça ou religião têm o direito de discriminar uma minoria, de natureza ou credo diversos, nem proceder a qualquer “purificação”, exilá-la, nem muito menos aniquilá-la.

B. Onde houver seres humanos, por certo também haverá conflitos. Esses conflitos, no entanto, deveriam ser resolvidos sem qualquer violência, no âmbito de uma ordem legal. Isso vale tanto para o indivíduo, quanto para os Estados. Os detentores do poder político são especialmente chamados a se ater à ordem legal vigente, e a lutar por soluções tão pacíficas e não-violentas quanto possível. Eles deveriam engajar-se em favor de uma ordem internacional pacífica, que, de sua parte, necessita de proteção e defesa contra agentes de violência. Munir-se de armas é um descaminho, desarmar-se, uma exigência premente. Que ninguém se engane: sem paz mundial, a humanidade não sobrevive!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a violência não pode ser instrumento para a confrontação com outras pessoas. Só assim se pode criar uma *cultura da não-violência*.

D. A pessoa humana é infinitamente preciosa e deve ser protegida incondicionalmente. Mas também a vida de animais e plantas que habitam conosco este planeta merece proteção, cuidado e conservação. A exploração desenfreada das reservas vitais da natureza, a destruição desrespeitosa da biosfera e a militarização do cosmos são um ultraje. Como seres humanos – e em vista das gerações futuras – somos todos especialmente responsáveis pelo planeta Terra e pelo Cosmos, pelo ar, pela água e pelo solo. *Todos nós neste Cosmos estamos ligados uns aos outros* e somos mutuamente dependentes. Cada um de nós depende do bem do todo. Por isso vale dizer: não se deve propagar a dominação do ser humano sobre a natureza e o Cosmos, mas sim cultivar a vida em comunidade com a natureza e o Cosmos.

E. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa ser cuidadoso e solícito, tanto na vida privada quanto na vida pública. Jamais devemos ser desrespeitosos ou brutais. Cada povo, cada raça, cada religião deve render tolerância, respeito e grande estima aos demais povos, raças e religiões. Minorias – sejam minorias raciais, étnicas ou religiosas – necessitam de nossa proteção e apoio.

2. Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por praticar solidariedade umas com as outras, e por viver uma vida de trabalho e cumprimento leal de uma profissão. Ainda assim, no

mundo de hoje há muita fome, pobreza e miséria. O indivíduo não é o único culpado por isso. Frequentemente, a culpa é de estruturas sociais injustas: milhões de pessoas não têm trabalho, milhões são explorados através de um trabalho mal remunerado, são postos à margem da sociedade e privados de chances em suas vidas. Em muitos países, as diferenças entre ricos e pobres e entre poderosos e desvalidos são assustadoras. Neste mundo em que tanto um capitalismo desenfreado quanto um socialismo estatal totalitário esvaziaram e destruíram muitos valores espirituais, puderam difundir-se uma ânsia desenfreada por lucro e uma avidez sem limites, mas também uma mentalidade reivindicatória materialista, que sempre exige mais e mais do Estado, sem assumir maior compromisso recíproco. Não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos países industrializados a corrupção desenvolveu-se na sociedade como uma chaga cancerosa.

A. Das grandes tradições éticas e religiosas antigas, porém, acolhemos o preceito: *Não roubarás!* Ou, formulado positivamente: *Aje de maneira justa e honesta!* Ora, recordemos uma vez mais as conseqüências desse antigo preceito: pessoa alguma tem o direito de roubar outra – seja de que forma for –, nem tampouco de violar sua propriedade ou os bens comunitários. Ao inverso, no entanto, pessoa alguma tem o direito de fazer uso de suas posses sem respeitar as carências da sociedade e da Terra.

B. Quando a pobreza extrema predomina, o desamparo e o desespero ganham espaço, e aí sempre se roubará, por força da sobrevivência. Quando se acumulam poder e riqueza indiscriminados, é inevitável que se despertem nos pobres e marginalizados sentimentos de inveja e ressentimento, de ódio mortal e de rebelião. Isso conduz, no entanto, a um círculo vicioso de violência e de reações violentas. Que ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a propriedade, por menor que seja, cria obrigações. Seu uso deve, ao mesmo tempo, servir ao bem comum. Só assim é possível construir uma *ordem econômica justa*.

D. Contudo, quando se quer alterar decisivamente a situação dos bilhões de seres humanos mais pobres que vivem neste planeta, é preciso remodelar de forma mais justa as estruturas da economia mundial. A beneficência individual e projetos isolados de ajuda, por mais imprescindíveis que sejam, não são suficientes. É preciso haver participação de todos os Estados e a autoridade das organizações internacionais, para que se chegue a um equilíbrio justo.

A crise de endividamento e a pobreza do Segundo Mundo, ora em dissolução, e tanto mais do Terceiro Mundo, precisam ser conduzidas a uma solução sustentável por todas as partes. Certamente, os conflitos de interesse serão inevitáveis também no futuro. Nos países desenvolvidos, de qualquer modo, deve-se

distinguir entre consumo necessário e desenfreado, entre um uso social e associal da propriedade, entre um uso justificado e injustificado dos recursos naturais, entre uma sociedade de mercado puramente capitalista e outra, orientada tanto social quanto ecologicamente. Os países em desenvolvimento também necessitam de um exame de consciência em nível nacional. Isso vale em toda parte: sempre que os dominadores oprimem os dominados, as instituições oprimem as pessoas, e o poder oprime o direito, é adequado haver resistência – pacífica, sempre que possível.

E. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte:

- Ao invés de se usurpar o poder econômico e político, em meio a uma luta irrespeitosa pelo domínio, deve-se utilizá-lo *para o serviço ao ser humano*. Precisamos desenvolver um espírito de compaixão com os que sofrem e ter uma preocupação especial com os pobres, deficientes, idosos, fugitivos e solitários.
- Ao invés de um pensamento unicamente voltado ao poder e ao invés de uma política de poder desenfreada, é preciso fazer prevalecer o *respeito mútuo* em meio à inevitável concorrência que surge na disputa pelo poder, um equilíbrio razoável dos interesses, e uma predisposição para o respeito e a conciliação.
- Ao invés de um desejo insaciável por dinheiro, prestígio e consumo, é preciso reencontrar um novo *senso de comedimento e humildade!* Pois o ser humano entregue ao desejo perde sua “alma”, sua liberdade, seu desprendimento, sua paz interior e perde, com isso, o que o torna humano.

3. Compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por viver também em nosso tempo uma vida de honestidade e veracidade. Ainda assim, há no mundo de hoje muita engodo e mentira, embuste e hipocrisia, ideologia e demagogia:

- políticos e homens de negócios que usam a mentira como instrumento de política e de êxito;
- meios de comunicação de massa que veiculam propaganda ideológica ao invés de informação veraz, que propagam desinformação e não informação, que rendem tributo a um cínico interesse comercial, ao invés de se manterem fiéis à verdade;
- cientistas e pesquisadores que se entregam a programas ideológicos ou políticos moralmente questionáveis ou a grupos de interesse econômico, e que justificam pesquisas lesivas a valores éticos fundamentais;
- representantes de religiões que degradam pessoas de outras religiões a uma condição de inferioridade e que propagam fanatismo e intolerância ao invés de respeito, compreensão mútua e tolerância.

A. Das grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade, porém, acolhemos o preceito: *Não mentirás!* Ou, dito de forma positiva: *Fala e age com veracidade!* Recordemos uma vez mais as conseqüências desse antigo preceito: pessoa alguma, nem nenhuma instituição, estado, igreja ou comunidade religiosa têm o direito de dizer inverdades às pessoas.

B. Isso vale em especial:

- para os *meios de comunicação de massa*, aos quais felizmente se garante liberdade de informação, para que a verdade seja dita, e aos quais se atribui, portanto, em cada uma das sociedades, um posto de guarda: eles não estão acima da moral, mas permanecem comprometidos, em sua objetividade e honestidade, com a dignidade humana, os direitos humanos e os valores fundamentais. Eles não têm direito algum de invadir a esfera particular das pessoas, distorcer a realidade, nem manipular a opinião pública.

- para *a arte, a literatura e a ciência*, às quais se garante com razão a liberdade artística e acadêmica: elas não estão desvinculadas de parâmetros éticos gerais, mas devem se pôr a serviço da verdade.

- para os *políticos e partidos políticos*: se eles mentem descaradamente ao povo e tornam-se interna e externamente culpados pela manipulação da verdade, pela corrupção ou por uma política irrespeitosa de conquista do poder, põem em jogo a própria credibilidade e merecem a perda de seus postos e de seus eleitores. Ao contrário, a opinião pública deve apoiar os políticos que ousam sempre dizer a verdade ao povo.

- finalmente, para os *representantes das religiões*: se eles incitam a preconceitos, ódio e hostilidade em relação a quem professa outras religiões, se apregoam o fanatismo, ou se até mesmo dão início ou legitimam guerras motivadas pela fé, então merecem condenação por parte dos seres humanos e a perda de seus seguidores.

Que ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola a cultivar *veracidade* em seu pensamento, sua fala e sua ação. Todo ser humano tem direito à verdade e à veracidade. Tem o direito à informação e formação necessárias para poder tomar decisões fundamentais para sua vida. Sem uma orientação ética básica, a pessoa não logra distinguir entre o que seja importante ou desimportante. Em face da grande quantidade de informações com que a pessoa se defronta nos dias de hoje, parâmetros éticos podem prestar-lhe ajuda quando fatos estiverem sendo distorcidos, interesses, acobertados, quando certas tendências estiverem sendo cortejadas, ou opiniões sendo apresentadas como absolutas.

D. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte:

- ao invés de confundir liberdade com arbitrariedade, e pluralismo com falta de critérios, fazer valer a verdade;

- ao invés de viver desonestidade, dissimulação e acomodação oportunista, cultivar o espírito de veracidade, também nas relações quotidianas de pessoa para pessoa;
- ao invés de divulgar meias verdades ideológicas ou partidárias, procurar *sempre reiteradamente a verdade*, em um espírito incorruptível de veracidade;
- ao invés de render tributo ao oportunismo, e uma vez conhecida a *verdade*, *servi-la com confiança e constância*.

4. Compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por viver no espírito de companheirismo entre homem e mulher, em prol de uma ação responsável nos campos do amor, da sexualidade e da família. Ainda assim, no mundo de hoje há por toda parte formas condenáveis de patriarcalismo, de dominação de um sexo sobre o outro, de exploração de mulheres e abuso sexual de crianças, de prostituição forçada. As diferenças sociais neste planeta levam não raramente a que sobretudo mulheres e mesmo crianças nos países menos desenvolvidos vejam-se forçadas a fazer uso da prostituição como meio na luta pela sobrevivência.

A. Das grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade, porém, acolhemos o preceito: *Não serás incasto!* Ou, dito de forma positiva: *Respeitai e amai uns aos outros!* Recordemos uma vez mais as conseqüências desse antigo preceito: pessoa alguma tem o direito de degradar o outro a mero objeto de sua sexualidade, fazê-lo incidir ou mantê-lo em dependência sexual.

B. Condenamos a exploração sexual e a discriminação de gênero como uma das piores formas de humilhação do ser humano. Sempre que se apregoar a dominação de um sexo sobre o outro ou se tolerar a exploração sexual – tanto mais em nome de uma convicção religiosa –, e sempre que se fomentar a prostituição ou se abusar sexualmente de crianças, cabe opor-se a isso. Que ninguém se engane: não há verdadeira humanidade sem um convívio pautado pelo companheirismo!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a sexualidade não é uma força negativa-destruidora ou explorativa, mas sim uma força criadora e formadora. Sua função é afirmar a vida e criar comunidade; e ela só pode se desenvolver quando estiver sendo vivenciada a responsabilidade pela felicidade também do companheiro.

D. A relação entre homem e mulher não deveria ser determinada pela tutela ou pela exploração, mas sim pelo amor, companheirismo e confiança. Prazer sexual e plenitude humana não são idênticos. A

sexualidade deve ser expressão e confirmação de uma relação amorosa vivida com companheirismo.

Algumas tradições religiosas também conhecem o ideal da renúncia ao desenvolvimento da sexualidade. A renúncia voluntária também pode ser expressão de identidade e plenificação de sentido.

E. A instituição social do matrimônio, mesmo diante de todas as diferenças culturais e religiosas, é caracterizada pelo amor, fidelidade e duração. Ela quer e deve garantir a homens, mulheres e crianças proteção e apoio mútuo, bem como assegurar seus direitos. Em todos os países e culturas é preciso empenhar-se por condições econômicas e sociais que possibilitem uma existência humanamente digna do casamento, da família, e em especial das pessoas idosas. As crianças têm direito à educação. Nem os pais devem aproveitar-se dos filhos, nem os filhos, dos pais; seu relacionamento deve ser sustentado, sim, pelo respeito, reconhecimento e cuidado mútuo.

F. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte:

- ao invés de dominação ou humilhação, que são expressões de violência e freqüentemente geram reações violentas, cultivar respeito, compreensão, *companheirismo*;
- ao invés de toda forma de desejo sexual possessivo ou de abuso sexual, cultivar respeito mútuo, tolerância, conciliação, *amor*.

No plano das nações e religiões só se pode praticar o que já se vive no plano das relações pessoais e familiares.

IV. Mudança de consciência

Todas as experiências históricas demonstram: não se pode mudar nosso planeta sem que se chegue a mudanças de consciência no indivíduo e na opinião pública. Isso já se evidenciou em questões como guerra e paz, economia e ecologia, que passaram por mudanças fundamentais nas últimas décadas. Tais mudanças também devem ser alcançadas em vista da ética! Todo indivíduo possui não apenas uma dignidade intocável e direitos inalienáveis; ele tem também uma responsabilidade irrefutável pelo que faz ou deixa de fazer. Todas as nossas decisões e atos, assim como nossas conquistas e fracassos, têm conseqüências. Manter viva essa responsabilidade, aprofundá-la e transmiti-la para as gerações futuras – eis aí uma importante incumbência das religiões. Quanto a isso, mantemo-nos realistas no que diz respeito ao que já se alcançou nesse consenso, e instamos para que se observe o seguinte:

1. É difícil obter um consenso universal para *muitas questões éticas específicas e polêmicas* (desde a bioética e a ética sexual, a ética da ciência e dos meios de comunicação, até a ética econômica e do Estado). Contudo, no espírito dos princípios comuns aqui desenvolvidos, deveriam ser encontradas soluções objetivas também

para muitas das questões que permanecem polêmicas até o momento.

2. Em muitos campos da vida já se despertou uma nova consciência para a responsabilidade ética. Consideramos louvável, portanto, que o maior número possível de classes profissionais, como os médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas e políticos, elaborem *códigos de ética* capazes de oferecer diretrizes concretas para questões provocativas de seu respectivo meio profissional.

3. Instamos sobretudo com as *comunidades de fé em particular* para que formulem sua *ética específica*: o que cada uma das tradições de fé tem a dizer sobre o sentido da vida e da morte, sobre suportar o sofrimento e perdoar a culpa, sobre a entrega abnegada e a necessidade de renúncia, sobre compaixão e alegria. Tudo isso contribuirá para aprofundar, especificar e concretizar a ética mundial que já se reconhece nesse momento.

Por fim, apelamos a todos os habitantes de nosso planeta: não se pode mudar nossa Terra para melhor sem que se mude a consciência do indivíduo. Pronunciamo-nos em favor de uma mudança individual e coletiva da consciência, em favor de um despertar de nossas forças espirituais por meio da reflexão, meditação, oração e pensamento positivo, e em favor de uma *conversão dos corações*. Juntos podemos mover montanhas! Sem riscos e disposição ao sacrifício não haverá mudança de base em nossa situação! Por isso comprometemos-nos com uma ética mundial: com uma maior compreensão mútua, e com formas de vida compatíveis com as dinâmicas sociais, promotoras da paz e benéficas à natureza.

*Convidamos todos os seres humanos,
religiosos ou não, a fazer o mesmo!*